

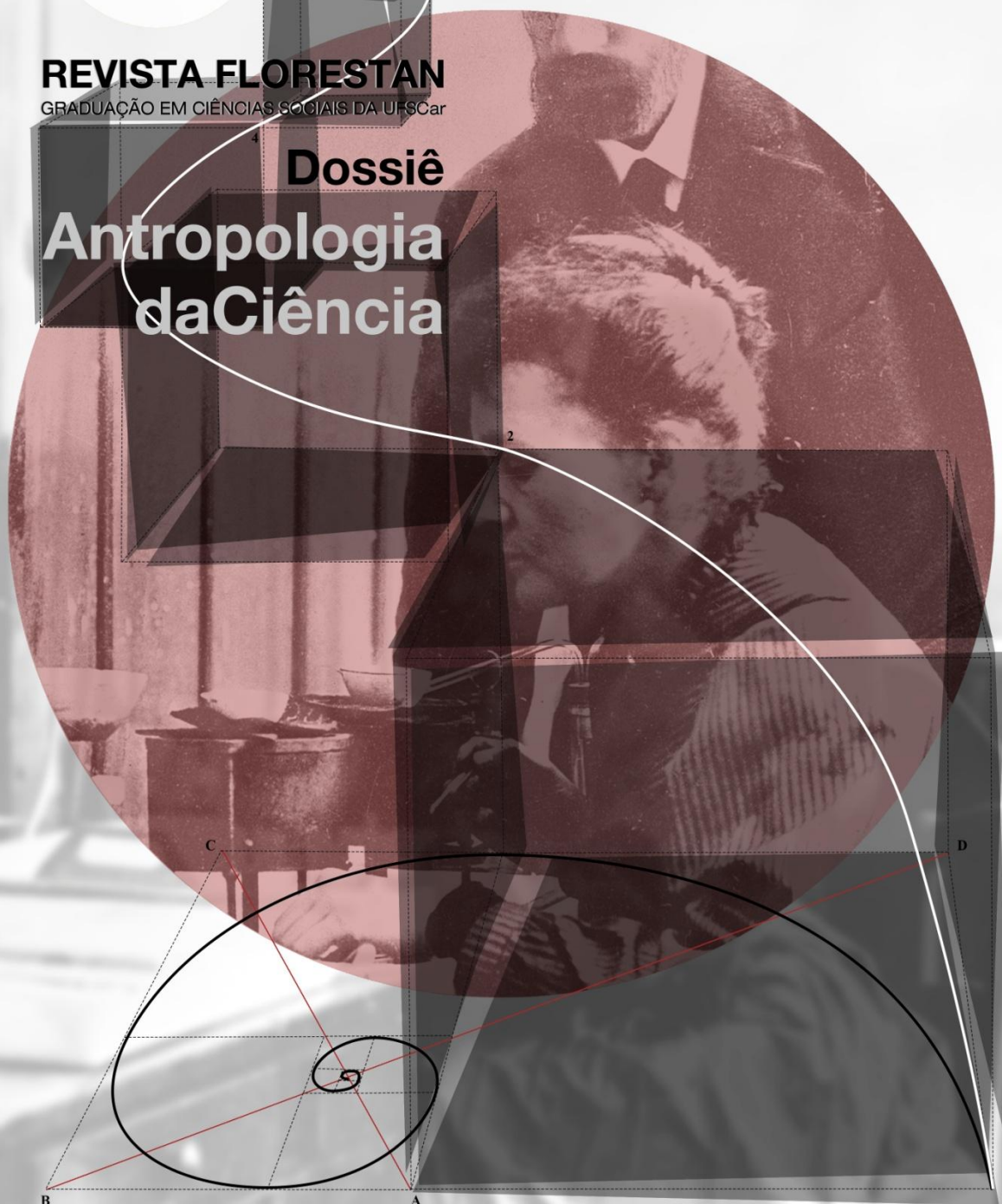
Ano 2 - Número 4 - Dezembro de 2015

ISSN: 2357-8300

www.revistaflorestan.ufscar.br

REVISTA FLORESTAN
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Dossiê Antropologia da Ciência



Revista Florestan – dos alunos de graduação em Ciências Sociais da UFSCar

Revista
FLORESTAN
ISSN 2357 8300

Ano 2. N. 04 – Dezembro de 2015

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da UFSCar. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Arte da capa

Ion Fernandez de Las Heras

Expediente

Coordenação Geral: Lucas de Carvalho Ferreira

Coordenação de Antropologia: Maira Yumi Fumiya

Coordenação de Ciência Política: Tayla Nayara Barbosa

Coordenação de Sociologia: Jaqueline Stefany Diniz

Coordenação de História e Economia: Guilherme Rezende Machado

Coordenação do Dossiê: Lucas de Carvalho Ferreira

Editores: Guilherme Rezende Machado, Hasani dos Santos, Jaqueline Stefany Diniz, Lucas de Carvalho Ferreira, Maira Yumi Fumiya, Nathália Gonçalves Zapparolli, Tayla Nayara Barbosa, Beatriz Jordão, Fabiana Cristina dos Santos de Souza, Fernando Augusto de Souza Guimarães, Gabriela Ferreira de Azevedo.

Contato

florestan.ufscar@gmail.com

Conselho Editorial

Alejandro Blanco (Universidad Nacional de Quilmes), Aparecida Villaça (UFRJ), Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Cecília McCallum (UFBA), Clarice Cohn (UFSCar), Donna Haraway (University of California), Eduardo José Afonso (UNESP), Eduardo Viveiros de Castro (UFRJ), Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar), Fernando Azevedo (UFSCar), Gabriel Cohn (USP), Gabriel De Santis Feltran (UFSCar), Geraldo Andrello (UFSCar), Jessé de Souza (UFJF), João Paulo Pimenta (USP), João Rickli (UFPR), João Roberto Martins Filho (UFSCar), Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Larissa Pelúcio (UNESP), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago), Marcio Goldman (UFRJ), Marco Aurélio Nogueira (UNESP), Maria da Glória Bonelli (UFSCar), Maria do Socorro Braga (UFSCar), Maria Celi Scalón (UFRJ), Maria Filomena Gregori (UNICAMP), Mario Grynspan (UFF), Miguel Chaia (PUC), Milton Lahuerta (UNESP), Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar), Renato Moraes (UFSCar), Richard Miskolci (UFSCar), Rodrigo Constante Martins (UFSCar), Rogério Baptistini (Mackenzie), Sérgio Costa (Freie Universität Berlin), Tim Ingold (University of Aberdeen), Vera Alves Cepêda (UFSCar), Wagner Molina (UFSCar), Wolfgang Leo Maar (UFSCar).

Diagramação

Tayla Nayara Barbosa

Manutenção do Site

Fernando Augusto Souza Guimarães

AGRADECIMENTOS

A equipe da Revista Florestan agradece imensamente aos organizadores Gabriel Pugliese, Marcos Castro Carvalho e Ivan Ervolino pela sempre disposição em contribuir na divulgação da Revista e pelos valiosos esforços na produção deste Dossiê, assim como a todos os autores que aceitaram que publicássemos os seus trabalhos em nossa Revista.

Estendemos nossos agradecimentos a todos os autores que submeteram seus trabalhos para a revista, bem como ao nosso Conselho Editorial, aos pareceristas *ad hoc* e aos que contribuíram à revista nos trabalhos de diagramação e organização.

Agradecemos, por fim, aos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, cujos esforços se materializam nesta revista, assim como a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Departamento de Sociologia (DS).

APRESENTAÇÃO

A Revista Florestan é uma publicação de iniciativa dos alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. O objetivo desta é incentivar os estudantes das áreas das Ciências Sociais (e áreas afins) a publicarem suas pesquisas. Para além das três grandes áreas que compõem o núcleo duro das ciências sociais (a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia) esta publicação preza tanto pelo equilíbrio entre estas áreas, que se expressa através da sua política de que todos os estudos no campo das ciências sociais são importantes, bem como aqueles das suas subáreas. E ainda outras duas áreas afins encontram espaço nesta publicação: Economia e História.

O que se pretende no fim é uma ampliação de variáveis explicativas pertencentes da complexidade do fenômeno social, no qual, as diversas perspectivas de abordagens, metodologias e objetos modelam esse caleidoscópio explicativo. A escolha do nome da revista não foi aleatória. O referido autor, além de ser de grande importância para as Ciências Sociais no Brasil e ser também reconhecido internacionalmente, possui um significado especial para a Universidade Federal de São Carlos que conta em seu acervo com toda a biblioteca pessoal de Florestan Fernandes, bem como os seus manuscritos em forma de folhas soltas, cadernos, cadernetas, fichas, fragmentos e fotos. O arquivo Florestan Fernandes, disponível desde 1996 tem lugar especial na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

Neste quarto número, com entrada de novos membros na equipe editorial, apresentamos uma edição com temática diversificada. Na primeira parte, temos o dossiê Antropologia da Ciência, composto por seis artigos de estudiosos de Universidades diferentes. A segunda parte da edição compõe-se de artigos e resenhas de tema livre enviados à revista por graduandos. As temáticas variadas dos artigos mantêm a proposta da revista em se constituir como um espaço de discussões para as diversas interfaces entre as Ciências Sociais, História, Economia, e demais áreas, propondo reflexões interessantes à formação crítica dos alunos e aos debates contemporâneos que atravessam as disciplinas. Ao final, apresentamos também o Dossiê Instituições, composto por artigos sobre esta temática da Ciência Política, originado do curso de Teoria das Instituições Políticas ministrado no primeiro semestre de 2015, na Universidade Federal de São Carlos.

Boa leitura a todos!

ÍNDICE

DOSSIÊ ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA	7
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	8
Gabriel Pugliese e Marcos Castro Carvalho	
DOIS OU TRÊS OBJETOS DE AÇÃO DISTÓPICA	11
Guilherme José da Silva e Sá	
NO MEIO DA PEDRA, UM CAMINHO: IMPACTOS AMBIENTAIS NA ECOLOGIA ANTROPOLÓGICA	25
Stelio Marras	
UM EFEITO CIBER NA ANTROPOLOGIA	35
Jean Segata	
A RECUSA DAS PARACIÊNCIAS.....	48
Rafael Antunes Almeida	
O ZEBU INDIANO NO BRASIL CENTRAL: O PEDIGREE E A CONSOLIDAÇÃO DE UM MERCADO DE ELITE	60
Natacha Simeí Leal	
ENTRE ÍNDICES E SENTIMENTOS: NOTAS SOBRE A CIÊNCIA DO BEM-ESTAR ANIMAL.....	73
Graciela Froehlich	
ARTIGOS	84
IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ACERCA DA EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA BOLIVIANA NO ESTADO DE SÃO PAULO	86
Gabriel Galdino Gomes e Mariana Morena Pereira	
FAVELAS COMO OPORTUNIDADE: MERCADO, ESTADO E ASSOCIATIVISMO EM FAVELAS COM UPP NO RIO DE JANEIRO	100
Jonathan Willian Bazoni da Motta e Amanda Nachard	
QUEM QUER IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEF?	112
Bruna dos Santos Bolda	
O INTELECTUAL DIANTE DA MODERNIDADE: MÁRIO DE ANDRADE	122
Juan de Lima	
FLORESTAN FERNANDES: CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	132
Juliane da Costa Furno e Beatriz Passarelli Gomes	
A ESCOLA ENQUANTO MECANISMO DE CONTROLE DO LOCAL SOCIAL DOS SUJEITOS: UMA LEITURA A PARTIR DE FRANTZ FANON.....	142
Leonardo H. B. Monteiro	
SOBRE A DESNATURALIZAÇÃO DA NATUREZA NORMATIVO SOCIAL.....	151
Gustavo Mota	
A PRERROGATIVA ESPETACULAR DO HÔXWA KRAHÔ	166
Maurício Caetano da Silva	



RESENHAS	176
DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES LACRANDO PERSPECTIVAS E RESISTÊNCIAS	177
<i>Ronielyssom Souza</i>	
DOSSIÊ INSTITUIÇÕES	183
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ	184
<i>Ivan Ervolino</i>	
PREFERÊNCIAS SIMPLIFICADAS: UMA CRÍTICA AO MODELO DA ESCOLHA RACIONAL	185
<i>André Matheus Almeida de Silva e Bruno Luiz Guillard</i>	
UM OLHAR PARA DENTRO DOS PARTIDOS NACIONALISTAS: PTB E UDN EM PERSPECTIVA COMPARADA	194
<i>Barbara Caroline Botassio e Guilherme de Carli Pavão de Godoy</i>	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA	201
<i>Leonardo Elias Luz da Silva</i>	
MODIFICAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS ANALISADO PELO VIÉS INSTITUCIONAL: LEI DE COTAS E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA	209
<i>Thalles Vichiato Breda e Laura Arantes Gobbi</i>	
INÉRCIA INSTITUCIONAL E ACÚMULO DE CAPITAL POLÍTICO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	223
<i>Sarah Pereira da Silva</i>	
A TEORIA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL	235
<i>Beatriz Schwenck</i>	

DOSSIÊ ● ● ●

***ANTROPOLOGIA DA
CIÊNCIA***

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Gabriel Pugliese e Marcos Castro Carvalho

O presente dossiê pretende ocupar um importante espaço no desenvolvimento da área em que é proposto. Um espaço de formação e de debate necessariamente aberto, múltiplo e controverso. O objetivo é apresentar aos alunos de graduação e outros possíveis interessados uma variedade de estudos de ciência e tecnologia acerca de temáticas igualmente variadas, desenvolvidos por pesquisadores brasileiros em fases diferentes da carreira e de inserção nesse campo de investigações. Assim, os textos aqui reunidos, tomados como um conjunto, podem apresentar um caráter introdutório geral às importantes discussões da área e, tomados isoladamente, podem implicar em um aprofundamento nos problemas teóricos decorrentes de debates já mais consolidados. Aliás, variedade é um traço fundamental dos estudos de ciência e tecnologia. Não somente porque existem muitas formas, variações e contextos de existência da ciência e da tecnologia – dado as inúmeras disciplinas científicas e tecnológicas e seus modos distintos de produção e atuação –, mas também porque existe uma multiplicidade de entradas teóricas e de problematizações disponíveis a pesquisadores interessados em abordar tais questões.

Quando convidados a organizar o presente dossiê pela Revista Florestan Fernandes, imediatamente colocamos o traço da diversidade de pesquisas em primeiro lugar como orientador do dossiê. Assim, produzimos um dossiê com trabalhos bastante singulares entre si tanto no que diz respeito ao tema como nas estratégias teóricas, metodológicas e políticas, e que estão aqui agrupadas artificialmente/estrategicamente sob a batuta dos estudos de ciência e tecnologia. A começar pela diferença entre dois autores que, reconhecidamente são os pioneiros nesses estudos em nosso país, e que nutrem as discussões sobre ciência e tecnologia com a orientação de novos pesquisadores e novos objetos: Guilherme Sá e Stélio Marras.

Guilherme Sá apresenta uma reflexão sobre a *ação distópica* de objetos que consideramos por sua “simplicidade” tecnológica, de prosaicos. Trata-se de um estudo de objetos técnicos como compósitos coexistentes nas heterotopias dos museus. Uma “história” dos objetos que leva em consideração a sua vida pública, diretamente relacionada ao espaço político em que se encontram

(os museus). Por meio dessa reflexão, Guilherme Sá nos convida a problematizar algumas das escolhas político-epistemológicas da antropologia.

Stélio Marras, produz uma série de problematizações das certezas vinculadas a antropologia da ciência para balizar as questões em torno dos impactos ambientais na ecologia antropológica. Seu trabalho coloca em questão a noção moderna de “autoria” e ao mesmo tempo a igualmente moderna “terceira pessoa” científica, para levantar a problema da transespecificidade que a “intrusão de gaia” nos coloca quando levantamos a questão do “nós”. Assim, Stélio Marras põem em jogo o fato urgente de repensar a ecologia antropológica diante dos graves problemas ambientais que estamos acompanhando.

Jean Segata nos apresenta um balanço das relativamente recentes discussões sobre cibercultura na antropologia. O artigo avalia os desenvolvimentos e os impactos teóricos e metodológicos decorrentes das pesquisas com a tecnologia da internet, principalmente, mas não exclusivamente, problematizando as “redes sociais” e sugere novas agendas de pesquisa possíveis. Agendas essas que possam levar em consideração não apenas as sociabilidades virtuais, como também a presença e o agenciamento de elementos não-humanos.

Rafael Antunes Almeida realiza uma discussão sobre o modo como as paraciências foram tratadas nos Estudos da Ciência. O autor aborda as linhas de desenvolvimento dos estudos da ciência decorrentes das obras de David Bloor, Harry Collins, Trevor Pinch e Bruno Latour tematizaram esses saberes produzindo o que ele nomeou de três instâncias de recusa – daí a necessidade de se pensar esses saberes não necessariamente tomando como ponto de partida uma ideia referencial e moduladora de ciência.

Natasha Simeileal discute a produção/seleção de *pedigree* em rebanhos bovinos em sua relação com a consolidação de um mercado de elite no Brasil. O artigo desenvolve o modo como o trabalho de “raceamento” zootécnico e a produção de uma elite bovina em território brasileiro produziu simultaneamente toda uma elite pecuarista nacional. Logo, imagens do “sangue” e da seleção de linhagens acabam por circular e produzir diferentes corpos e metáforas.

Graciela Froehlich, por sua vez, estuda o desenvolvimento das ciências de bem-estar animal a partir da reconfiguração do problema, que deixou de ser tratado de uma ordem político filosófica para ser discutido no domínio das práticas científicas, muito vinculadas a produção

animal. A tal questão moral do sofrimento animal, tais saberes bem-estaristas passaram também a vincular cada vez mais a própria possibilidade capitalista de melhoria utilitária do produto a partir de uma suposta preocupação com a vida desses seres não-humanos.

Enfim, agrupamos em um mesmo dossiê análises de lápis e museus, ecologia e ambiente, cibercultura e ciberespaço, paraciências e ciências, pedigree bovino e mercado e, por fim, bem-estar animal e liberdades. Esperamos que com essas temáticas abordadas por cada um dos autores de maneira singular, possamos fornecer aos leitores um pequeno mapa das possibilidades de pesquisa e de debate nos estudos de ciência e tecnologia. E, ainda, que esse dossiê possa cumprir com seu duplo objetivo: que ele tenha um papel na formação de novos pesquisadores na área de um lado, e de outro que incremente e aprofunde o debate teórico-metodológico sobre o tema. Mais do que oferecer um domínio exclusivista, fechado e disciplinar de uma “antropologia da ciência e da técnica”, a proposta aqui é justamente evidenciar/produzir diferenças e fomentar possibilidades abertas e resistentes a quaisquer totalizações prévias.

DOIS OU TRÊS OBJETOS DE AÇÃO DISTÓPICA

Guilherme José da Silva e Sá

Resumo: Este texto é elaborado em torno de dois objetos prosaicos - dois lápis - cuja materialidade deve ser consumida. Ao considerar que é somente através de associações de uso e consumo que estes objetos revelam suas realidades, parti desses dois casos concretos a fim de demonstrar como - por meio do que denominei “ação distópica” - portam agenciamentos políticos por vezes olvidados pela antropologia da técnica contemporânea. Mais do que repensar o “humano” como um produto genérico, cabe então seguir os rastros dos sujeitos (objetos) políticos.

PALAVRAS-CHAVE: distopia; objetos; técnica; sujeitos;

Ao introduzir sua obra sobre “O modo de existência dos objetos técnicos” o filósofo Gilbert Simondon aponta para o que considera um desequilíbrio da cultura moderna que “(...) reconoce ciertos objetos, como el objeto estético, y le acuerda derecho de ciudadanía en el mundo de las significaciones, mientras que rechaza outros objetos, y en particular los objetos técnicos, en el mundo sin estructura de lo que no posee significaciones, sino solamente un uso, una función útil. Frente a este rechazo defensivo, pronunciado por una cultura parcial, los hombres que conocen los objetos técnicos y sienten su significación buscan justificar su juicio otorgando al objeto técnico el único estatuto valorado actualmente por fuera del de objeto técnico, el de objeto sagrado. Entonces nace un tecnicismo intemperante que no es más que una idolatría de la máquina, y a través de esta idolatría, por medio de una identificación, una aspiración tecnocrática al poder incondicional.” (SIMONDON, 2007:32)

Este regime, orientado pela idolatria da máquina, nortearia um modelo tecnocrático em que andróides, robôs e autômatos colocariam em questão não apenas a supremacia entre os seres humanos, mas, internamente, a própria unidade do gênero humano. Não pretendo tratar neste artigo de futuros tecnofílicos e tecnofóbicos associados a tão grandiloquente projeto de interpretação da sociedade moderna como propõe Simondon, mas desenvolver a ideia de que só é possível entender os modos de existência de certos objetos ao colocá-los em relação com seus

respectivos sujeitos e lugares, já que neste caso são os últimos que atribuirão agencialidades aos primeiros.

Os objetos que abordarei neste texto são tão prosaicos e modestos que mal mereceriam algumas linhas, apesar de terem dado origem a todas as outras por terem projetado desde ciborgues e aeronaves às teorias sociais e filosóficas mais complexas e sofisticadas. Em última análise, tratam-se de dois lápis. Artefatos compostos por cadeias de carbono, acoplamentos de madeira e grafite, cuja função é fundamentalmente deixar rastros. Dois lápis pensados como objetos técnicos, mas cujos modos de existência revelam biografias estéticas e sagradas próprias. Dois objetos que são composições de histórias, de contextos, e dos sujeitos aos quais se acoplaram ou se acoplarão.

O “lápis de Pedro de Lima

A primeira aproximação se dará em dois tempos. Será preciso regredir ao ano de 1995 para depois avançar duas décadas até o ano presente. Em 1995 eu travava meus contatos iniciais com a antropologia. Naquela época, eu frequentava o setor de antropologia biológica (antigo setor de antropologia física) do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde recém começara minha primeira pesquisa de iniciação científica atuando como estagiário num projeto de curadoria do acervo de instrumentos e moldes antropométricos pertencentes àquele Setor. Minha tarefa era identificar e catalogar todas as peças acumuladas nos armários que se encontravam dispostos nos dois laboratórios e nos corredores do Departamento de Antropologia. O fato de que o Setor de Antropologia Biológica tinha ficado fechado por cerca de uma década até a admissão do Prof. Ricardo Ventura Santos - meu supervisor à época – afastava qualquer monotonia que o trabalho com o acervo pudesse inspirar. Lembro-me de enfrentar invasões de baratas e mosquitos, de abrir gavetas - repletas de material esquelético - e me deparar com uma família de gambás, de ter de evadir do local em função de vazamentos de gás, mas lembro-me também do fascínio da descoberta ao abrir armários que há muito estavam trancados sem que ninguém soubesse ao certo o que continham. Tudo deveria ser identificado nos registros do livro de tombo secular do Setor, e todo o restante que não era ali localizado passava a ser inventariado pela primeira vez.

Acostumei-me a lidar com o tombamento de instrumentos de medição antropométrica como os goniômetros, os mandibulômetros e os dinamômetros que foram integrados ao acervo

do Setor de Antropologia Física no compasso de sua aquisição por antigos pesquisadores da casa e sua utilização no âmbito das pesquisas ali desenvolvidas. A relação entre o papel desempenhado por esses instrumentos – hoje conhecidos como objetos científicos – e a objetivação dos corpos que eles mediam lançava luz sobre as práticas e as teorias racialistas empreendidas e idealizadas naqueles laboratórios na passagem do século XIX para o século XX, aspectos da história da ciência já descritos por Luís de Castro-Faria (1999), Giralda Seyferth (1985), Lilia Schwarcz (1993), Ricardo Ventura (2006) e eu mesmo em ocasião pregressa. Fato é que esses instrumentos científicos costumavam ter associados a eles uma data de entrada referente ao ano de sua aquisição pela instituição, mas não possuíam qualquer datação indicando o momento de sua “baixa”. Assim sendo, os instrumentos que costumavam inscrever através de mensurações as mais diversas dimensões do que seria um ser humano, adquiriam com o tempo e com o seu esquecimento um novo status, a saber o de evidências patrimonializadas da história da ciência antropológica.

Certo dia ao abrir um armário cuja porta encontrava-se emperrada encontrei um pequeno estojo de metal que já não possuía tampa. Levei-o para minha mesa e comecei a analisá-lo. Aquele parecia ser um pequeno depósito de sucata, pois haviam ali seringas quebradas, lâminas de vidro soltas, fragmentos de instrumentos metálicos, pedaços de papel amarelados e corroídos por traças, além de um lápis já reduzido a pouco mais da metade em virtude de um uso pretérito porém constante.

Confesso que a minha primeira sensação ao ver o material naquele estado foi de desânimo ao pensar no grande trabalho que teria para identificar as partes quebradas dos instrumentos que constavam naquela caixa. Iniciei excluindo aquilo que não me parecia ter nenhuma relevância. O lápis vermelho estava no topo da lista.



O “lápis de Pedro de Lima” (Foto Guilherme Sá)

Ao final da tarde, meu supervisor veio ao meu encontro, quando fiz o relato dos meus progressos - que haviam sido poucos naquele dia. Àquela altura, o lápis vermelho que possuía na extremidade oposta a sua ponta uma inscrição feita a mão onde se lia a palavra “LIMA” já constava no conjunto de objetos a serem descartados.



Detalhe do “lápis de Pedro de Lima” (Foto Guilherme Sá)

Ao olhar de relance para o material exposto sobre a mesa, meu supervisor arguiu-me sobre a procedência daquelas peças e, intrigado, com o lápis nas mãos levando-o próximo aos olhos, perguntou-me o que eu faria com ele. Disse-lhe que iria descartá-lo e logo em seguida tive a certeza de que aquela não seria uma boa ideia. Naquele momento revelou-se a história de um objeto que como em uma biografia compartilhada unia-se à trajetória de um antigo pesquisador da casa: o Dr. Pedro de Lima.

Pedro de Lima, representante de uma linhagem de médicos antropólogos do Museu Nacional, foi professor e pesquisador do setor de Antropologia Física durante os anos 40 e 50. Tinha como tema de investigação o “estudo somatológico da população indígena da área do Xingu” (Castro Faria, 1999:129), que resultou em artigos como “Grupos sanguíneos dos índios do Xingu” (1950). Pedro de Lima teve um papel importante na constituição do acervo bioarqueológico do setor através da coleta sistemática de material esquelético junto aos índios Tenetehara, e foi justamente a respeito dos Tenetehara que dedicou outros dois artigos intitulados “Impressões digitais dos índios Tenetehára” (1947) e “Os índios Tenetehara: nota de uma pesquisa de Antropologia Física” (1946).

Aquele pequeno lápis - que hoje calculamos como material de consumo – continha uma história. Havia ali, portanto, um outro centro de cálculo. Um objeto técnico que, sem fetichizarmos nem o objeto e nem a técnica, poderia ser pensado como um objeto aurático, pois trazia em si o acúmulo de práticas acadêmicas, a assinatura de seu dono, as marcas do estilete usado para apontá-lo, a coexistência num período histórico em que teorias científicas eram pautadas a partir de condicionantes políticos e sociais muito diferentes dos atuais, além de incorporar o status de patrimônio que lhe era atribuído pela persistência claudicante entre prateleiras do Museu Nacional. Um lápis era um objeto, o objeto era uma evidência que décadas mais tarde poderia ser rastreada com base em um nome, que não remete apenas ao seu dono, mas ao próprio hábito, que hoje faz pouco sentido, de indicar posse aos objetos de uso diário e de baixo valor. Trata-se, portanto, de um objeto-evidência em função de seu caráter pessoal.

Resignado, recolhi as partes dispostas sobre a mesa, deposei também o lápis de Pedro de Lima e as lâminas na caixa metálica sem tampa. Minha pequena caixa de Pandora, retornava à escuridão do fundo de um armário embutido.



Estojo metálico do Setor de Antropologia Biológica (Foto Guilherme Sá)

Daremos agora um salto de duas décadas que nos trará ao tempo presente. Estamos adentrando novamente o portão lateral que dá acesso ao pátio central da antiga residência imperial na cidade do Rio de Janeiro e que há mais de um século abriga o Museu Nacional. O chafariz continua gotejando, o assoalho dos pisos superiores permanece rangendo a ponto do trânsito dos visitantes desconcentrar alunos e professores nas salas de aula. A velha arara vermelha que passeava pelos corredores não está mais lá apesar do ruidoso exaustor da cozinha

do restaurante seguir despejando gordura sobre o seu antigo viveiro. Eu procuro meus colegas do Setor de Antropologia Biológica e digo que estou em busca de um objeto. Um instrumento? Eles ainda estão nos armários vitrines e suas fotografias - que tirei com a Olympus Trip que peguei emprestada do meu pai - permanecem afixadas nas laterais dos armários. Elas não desbotaram.

“Procuro um lápis”. Respondo sem muita convicção de que irei reencontrá-lo. Eu lembro exatamente de sua cor vermelha, da grafia de Pedro de Lima impressa em sua madeira, igualmente lembro-me da caixa que estimava uns vinte anos mais enferrujada.

Abre-se o primeiro armário, o segundo, e não a encontro. Não identifico nada no armário de madeira escura que fica entre os gaveteiros utilizados como ossários. Minha última esperança sobrevive no armário embutido do laboratório de pesquisa. Abrem-se as portas e avisto no fundo de uma prateleira um brilho fosco metálico que logo reconheci. Recebo a caixa ainda sem acreditar que lá estaria o objeto que ligava dois momentos da minha trajetória de pesquisador à outras histórias, outras técnicas e outras ciências. Lá estava ele, exatamente como eu o havia deixado. As lâminas pareciam mais encardidas, mas não se pode dizer que estivessem mais estilhaçadas que outrora.

Tomei o lápis em minhas mãos admirando-o como uma relíquia. Um objeto, cujo modo de existência era persistir agregando em seu corpo as dimensões muito pouco prováveis de uma técnica incapaz de subsistir sem a sua história, e melhor dizendo, sem a sua narrativa. Novamente, sobre a mesma mesa fotografei a sua evidência. Em seguida, devolvi o lápis - objeto biográfico - ao seu recinto.

O lápis-quase-Picasso

Permanecemos no ano de 2015, mas o cenário em que se passa o segundo caso é o calor – não menos acachapante que o do Rio de Janeiro – do verão madrileno. Em um desses intervalos que se costuma reservar entre uma sessão e outra de congressos para conhecer um pouco da cultura local, eu visitava as galerias do Museo del Prado. Ao final do percurso, como é de costume, deparamo-nos com as boutiques desses grandes museus que nos oferecem os mais variados souvenirs. Ali, paga-se uma espécie de pedágio para (1) mercantilizar um pouco mais a arte e (2) levar metonimicamente um matiz de Velázquez ou uma sombra de Goya para casa. As camisetas, os calendários, os suportes para copos, os descansos de pratos e até mesmo os guardanapos

estampados com os relógios derretidos de Dalí tornam a proposta surrealista, na prática, ainda mais surreal. A convivência entre esses dois lugares tornam o museu um espaço heterotópico na medida em que se rompe com a própria noção de domesticidade do espaço atribuída a um Museu. Os jogos de quebra-cabeças para crianças seccionam sem pudores as longas patas dos elefantes de Dalí e fazem Guernica e a Espanha novamente aos pedaços. Trata-se de uma antiga tática de dividir para entreter e reunir para identificar.

Os portais que separam as galerias repletas de obras de arte das boutiques têm a forma de detectores magnéticos com leitores de códigos de barras. A transição que pode parecer abrupta de um espaço sacralizado pela cultura e pela autenticidade até uma turbamulta de consumo de cópias e réplicas é, contudo, menos precisa. Distopias se revelam em cenas comuns como o sorriso irônico da Gioconda impressa no verso do protetor do smartphone que, por sua vez, identifica e fotografa automaticamente o sorriso do “selfie” diante de outro sorriso, agora enigmático, da própria Monalisa. Situações como essa vivificam em tempo real, e dessacralizado, o jogo de espelhos e perspectivas de “Las Meninas” de Velázquez e nos fazem pensar que a iconografia de Banksy está presente também intramuros.

De volta à boutique, tropeço na materialidade dos trocadilhos ao me ver manuseando um cubo mágico cujas seis faces são ilustradas com reproduções de obras de Picasso: neocubismo mágico? Ao lado, lápis e borrachas exibem um aforisma impresso “Todo lo que puedes imaginar es real”, assinado por Pablo Picasso.



O “lápis-quase-Picasso” (Foto Guilherme Sá)

O manifesto de vida, condicionante de produção do traço do mestre espanhol, agora pode ser adquirido por um punhado de euros. Na materialidade daqueles objetos, se por um lado, vê-se

mercantilização da utopia, por outro encontra-se a realização (no melhor de sentido de torná-la real) da distopia. Aqui é possível identificar a ação de determinados objetos que nos apontam o sentido inverso da utopia, definida por Foucault como “sítios sem lugar real” (2013). Ao contrário do lápis de Pedro de Lima, não há qualquer relação aurática no lápis com a inscrição de Picasso, que, por sua vez, se não evoca um pertencimento funcional, transborda em compartilhamento de autoria. Se ali já não está presente a escrita de Pablo Picasso, passa-se a escrever com e através dela.

Cabe dizer que se para Foucault (2013) as utopias se assemelham a “espaços fundamentalmente irreais”, em contrapartida, a existência de “(...) espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chama-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias.” (Foucault, 2013)

Se é possível definir determinados espaços como heterotópicos - os museus, inclusive - caberia perguntar como se portam os objetos que estão ali contidos. Meu argumento consiste em que determinados objetos possuem uma certa ação distópica capaz de mover seus espaços envolventes em direção à heterotopia. Portanto, a distopia de Picasso afirma-se no seu modo de existência lápis e borracha. Tudo que você pode imaginar não pode ser escrito com um lápis. Tudo que você pode imaginar não pode ser apagado com uma borracha. Mas o pensamento se esvai na potência de uso desses objetos. Tudo se esgotaria na finitude da materialidade do objeto no qual uma vez fiz imprimir tudo aquilo que ousei imaginar.

O caso do lápis-quase-Picasso – como prefiro denominá-lo para enfatizar sua composição permanentemente incompleta - nos informa sobre uma redução possível, porém impensável: a transformação da utopia em mercadoria. A proposição de que tudo que é possível imaginar seja real nos leva a duas interpretações possíveis, (1) o valor positivo da afirmação de pensamento criativo enquanto projeto – leia-se a vivência da utopia -, e (2) a redução materialista perpetrada pela realidade – uma espécie de capitalização da distopia. Essa dinâmica nos guia para a

concepção heterotópica de um lugar-museu onde se sobrepõem “(...) num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis”. (Foucault, 2013)

Dois pontos

Inicialmente o “lápis de Pedro de Lima” não demonstra nenhuma agência distópica, uma vez que, como já foi dito, após o controle de alguns equívocos foi possível colocar as coisas em seu devido lugar: um objeto, uma evidência, um patrimônio, um acervo. Tudo estaria justo como propõe a utopia da domesticação dos objetos não fosse a persistência de um elemento qual a vitalidade do espaço que o circunscreve: a historicidade como narrativa biográfica do próprio museu. Afinal, como reafirma Foucault, “Em primeiro lugar, surgem as heterotopias acumulativas do tempo, como os museus e as bibliotecas. Estes tornaram-se heterotopias em que o tempo não pára de se acumular e empilhar-se sobre si próprio.” (2013) Essa sobreposição de tempo promove nos objetos que estão contidos num museu (e que ao mesmo tempo o contém) a ocorrência de uma nova vida, ou melhor dizendo, de uma determinada sobrevida anacrônica, já que em um primeiro olhar essa coexistência espaço-temporal nos parece completamente desconectada, como veremos a seguir.

No início do ano de 2015, pela primeira vez desde que abriu suas portas à visitação, o Museu Nacional suspendeu momentaneamente suas atividades de divulgação e atendimento ao público em função da ausência de repasse das verbas que garantem o pagamento de funcionários responsáveis pela manutenção e segurança da instituição. A partir deste ponto crítico uma série de intervenções no espaço da própria instituição passaram a ser visualizadas. Suas origens são diversas e seus atores igualmente heterogêneos, mas conserva-se uma coisa em comum entre elas, a necessidade de informar a ocupação do espaço público.



“Toaletes interditados” (Foto Guilherme Sá)

Cartazes onde era possível ler os dizeres “Toaletes interditados. Senhores visitantes os toaletes em uso estão localizados após a exposição do Tiranossauro Rex” informam duplamente os visitantes. Indicam um processo de crise e precarização da instituição, mas o fazem sem abrir mão dos actantes que coexistem naquele espaço. Os atores políticos passam a ser não apenas aqueles que tradicionalmente ocupam as assembleias, mas todos aqueles que possuem suas agências mobilizadas em um determinado lugar-objeto. Essas intervenções são capazes de conformar realidades distópicas, algo que pode nos ajudar a combater aquilo que Ingold denuncia como “a ruptura que criamos entre o mundo e a imaginação que temos dele” (2012:29). Não se trata de acionar mais uma de nossas certezas modernas que nos lega a existência exclusivamente metafórica dos dragões citados por Ingold, da bruxaria presenciada por Evans-Pritchard, e da metamorfose dos pecaris narrada por Viveiros de Castro. A presença do Tiranossauro-Rex em meio à crise instaurada em uma instituição como um Museu nos informa sobre uma dúvida ontológica da própria prática antropológica. O que aconteceria se levássemos a sério, em sua literalidade, esses enunciados? Minha hipótese é que passaríamos a promover a (re)composição da própria antropologia nessas intervenções, e agindo assim prolongando a distopia haveríamos de resgatar uma dimensão pública e propriamente política da antropologia. Contudo, isso só seria

possível se mantivermos a plena convicção de que a função social da antropologia não é promover consensos, mas multiplicar divergências, alternativas.

No mesmo espírito, é possível ler as mensagens do movimento insurgente “#ocupamuseu” afixadas nas portas das salas de aula e dos gabinetes de trabalho dos pesquisadores.



Composição gabinete-ocupação (Foto Guilherme Sá)

Coexistem nas composições que são os gabinetes (lugares-objetos) de trabalho não apenas como índices de luta ou resistência, mas também como intervenções que reagregam as pautas políticas – muitas vezes heterodoxas - aos não menos concretos sujeitos-objetos. Configurando o que denomino de ontogeneidade, a campanha promove o transbordamento do próprio Museu em redes sociais e ambientes virtuais atualizando, por meio do potencial da ação distópica, instituições supostamente encapsuladas em suas coerências e suas finalidades.



“Sala de aula” (Foto Guilherme Sá)

A distopia borra o cenário através da imaginação real – ao contrário da imaginação do real - e promove o convívio entre objetos que propagam o insólito, o que em outras palavras chamaríamos de reterritorialização política dos objetos técnicos.

Ponto final

Neste texto busquei evidenciar o fato de que os objetos têm uma vida pública e que esta encontra-se diretamente associada ao espaço político em que se encontram. Para isso, me detive sobre alguns objetos técnicos como compósitos coexistentes nas heterotopias dos museus.

Minha crítica a uma certa abordagem generalista da técnica é que esta ao tentar descentralizar a agência dos humanos (cuja humanidade jamais é ponderada) em favor dos objetos acaba por objetificar a própria técnica e por objetivar uma noção genérica e pouco política do “humano”. Para alguém que está mais interessado nas experiências de sujeitos-objetos e objetos-sujeitos, esta perspectiva sobre os objetos por assim dizer “técnicos” não revela muita coisa acerca de sua composição compartilhada. Ironicamente, ao considerar a autonomia das

coisas em relação ao humano certa antropologia da técnica concorre para uma tendência distópica em apartar esse “humano” de seu estatuto de sujeito. Esse efeito tem pouco a ver com uma “verdade” sobre a técnica, mas muito a ver com as agendas político-epistemológicas adotadas pelos antropólogos.

Uma das ilusões da modernidade é justamente propor que devemos buscar a coerência no mundo em que vivemos. E essa busca por coerência fundamentalmente se dá através da propagação de certezas. No concerne à antropologia isso acontece no acúmulo de conhecimento convergente, ou seja, na naturalização com que lidamos com a proliferação de antologias. Vive-se ainda sob o julgo da ilusão moderna da oposição entre o anseio pela utopia e a resignação com a realidade. Concluo reafirmando que essa redução não faz jus às possibilidades, verdadeiramente constitutivas das políticas etnográficas. Possibilidades estas que se esforçam por discretamente serem anunciadas nas mais diversas experiências vividas em campo por antropólogas e antropólogos (situações desconcertantes que somos induzidos a resolvê-las domesticando-as através de posturas mais ou menos realistas ou idealistas), e que nesse contexto se impõem regularmente como dúvidas.

O desfecho não será consensual. A pesquisa antropológica, e sua prática, conflagra ontologias de dúvidas e o melhor projeto de adesão a elas é justamente não tentar purificá-las. Desta maneira poderemos entender o valor e a intensidade política das agências distópicas. Afinal, não vivemos em um tempo – talvez jamais tenhamos vivido – dividido entre a real política e a utopia. Não seria esta mais uma das ilusões perpetradas pela modernidade?

Bibliografia:

- CASTRO-FARIA, Luiz. *Antropologia – escritos exumados, 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: Ed. UFF, 1999.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *De espaços outros*. Estud. av., São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.
- INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: Steil CA, Carvalho ICM, organizadores. *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2012. p. 15-29.
- SÁ, Guilherme José da Silva e et al. *Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 197-208, Mar, 2008.
- SANTOS, Ricardo Ventura; Mello e Silva, Maria Celina Soares de. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. (Série Livros, 14). 2006.



- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda A *antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda*. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v.30, p.81-98, 1985.
- SIMONDON, Gilbert. *El Modo de Existencia de los Objetos Técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, Apr. 2002.



NO MEIO DA PEDRA, UM CAMINHO: IMPACTOS AMBIENTAIS NA ECOLOGIA ANTROPOLÓGICA¹

Stelio Marras²

Se aqui sou chamado para tentar esboçar uma espécie de testemunho sobre perspectivas de uma antropologia da ciência e da tecnologia, não farei, contudo, uma história dessa área ou campo, seja porque não tenho tino ou vocação para isso, seja porque quero mesmo a cada vez tentar escapar de abordagens que arrisquem ser capturadas pelo conhecimento disciplinar estrito. Espero conseguir aqui argumentar por essa “escolha” (logo comentarei essas aspas). Ou seja, correndo o risco de talvez causar certa frustração, não tentarei aqui reconhecer aproximações e afastamentos dessa antropologia em relação, por exemplo, às tradições da filosofia, da sociologia ou da história da ciência, ou aos autores clássicos que advêm daí, mas comentar essa perspectiva da antropologia da ciência a partir de temas que, estes sim, me interessam e me afetam profundamente.

Vou já adiantar que, hoje, eu nem bem me sinto confortável com o rótulo “antropólogo da ciência” porque vou me convencendo que muitas das especialidades já têm gerado mais prejuízos do que benefícios para o conhecimento. Digo mais (e nisto vai certa provocação): eu hoje já não me sinto bem confortável sequer com o rótulo de “antropólogo”. Esta minha comunicação também pretende argumentar por esse incômodo. É que, de certa forma, o nome antropologia, como disciplina estrito senso que teria como objeto de estudo ou unidade de análise o homem, essa figura tão abstrata, ou o homem em sociedade humana (grupo, comunidade etc.), figuração esta que também parece cada vez mais inconsistente, então essa antropologia, como disciplina, se mostra cada vez mais obsoleta. Mas na mesma medida em que qualquer outra disciplina que tenha o objeto como objeto em si mesmo. Daí o desafio agora constante: como explodir as

¹ Este texto é confecção ligeiramente modificada das comunicações que apresentei, ao longo de outubro de 2015, no Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CESTA/USP) e no Laboratório de História das Ciências, Tecnologias e Sociedades (Labcite) do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Sou muito grato a ambos os grupos pelos convites e pelos diálogos.

² Professor de antropologia do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CESTA/USP) e coordenador do Laboratório Pós-Disciplinar de Estudos (LAPOD/USP).

fronteiras disciplinares sem com isso desfazer-se dos seus ganhos? Não me furtarei a arriscar dizer que foi-se o tempo quando era preciso afirmar a cultura ou as forças sociais contra a expansão do naturalismo ocidental tão apoiado por certas ciências duras e certa imagem de mundo daí mesmo originada. Essa guerra entre naturalismo e sociologismo agora só pode mostrar-se cada vez mais ineficaz e muito irrealista.

Mas antes ainda de desdobrar argumentos nesse rumo, embora já o fazendo amiúde, tenho que dizer que se *eume* refiro ao que *me* interessa ou ao que *me* afeta (e aqui já vou comentando as aspas que grafei em “minha escolha”), não quero com isso, de maneira alguma, afirmar uma *subjetividademinha*, própria, como quem, de partida, viesse anunciar qualquer coisa propriamente original, indicar de antemão qualquer reivindicação autoral (teórica, metodológica, temática ou o que seja) a partir, sei lá, de algum estalo de ideia que tivesse brotado espontaneamente na mente individual. Não, nada disso. *Eupretendo*, eu gostaria que o *meu* interesse apenas aparecesse como pertinente à medida que não se revelasse propriamente *meu*, que não se referisse a uma interioridade ou volição individual, mas sim à etimologia dessa noção (*inter-essecomoestar-entre*), tal como recuperada, por exemplo, pelo sociólogo francês Michel Callon (1986) e pela filósofa belga Isabelle Stengers (2002), autores contemporâneos que se integram, de diferentes maneiras, aos chamados *Science Technological Studies*, abordagem esta que sem dúvida está na origem, na fundação de uma antropologia da ciência e da tecnologia – ou pelo menos dessa a que me vejo ora e vez filiado. O ponto é que essa noção de interesse como *estar-entre* implica imediatamente uma espécie de fuga de si, de um si mesmo que em si mesmo nada pode ter de significativo. Pôr-se forado si, situar-se entre o problema eleito e o mundo, e isso como condição mesma do conhecimento, eis então o que atualmente me anima. Mas condição que me anima somente à medida em que sou por ela animado.

Dizendo de outro modo e sumariamente: eu pretendo que aqui o “eu” se seja, para assim me valer de uma formulação resumida e algo aparentemente paradoxal. Note-se que faço essa consideração, essa digressão inicial sobre o sujeito do conhecimento, porque justamente me vi diante de mim mesmo uma vez diante do convite para apresentar as perspectivas de investigação que me orientam, as tais “minhas” escolhas analíticas... Quero dizer: resolvi, com certo abuso, levar um pouco mais a sério esse problema do sujeito que escolhe porque quando *somos* convidados a apresentar alguma coisa, como uma comunicação, parece que ocorre uma espécie de chamado espontâneo para que o Eu aí se pronuncie: eu penso isso, fiz aquilo, mobilizei assim tais

dados e autores, misturei e depurei, testei hipóteses, concluí etc. Em âmbito científico, ou de certa tradição científica, é bastante usual (*nós* bem sabemos disso) a evitação da primeira pessoa do singular em benefício de *se* enunciar a partir da terceira pessoa (do singular ou do plural): pode-se pensar isso, mobilizaremos tais dados e bibliografia para testarmos hipóteses e concluirmos etc. Sim, mas pergunto se não é hora de enfatizarmos, de hoje realmente encararmos os perigosos compromissos da terceira pessoa da enunciação científica. Compromissos todos que – perdoem a assertiva abrupta – devem ser revistos; como, por exemplo, o compromisso com certa noção de objetividade, imparcialidade e neutralidade que dão na dessubjetivação do conhecimento, este que para se afirmar como tal deve não participar daquilo que põe como seu objeto – tudo isso, enfim, que enclausura a ciência no vã anseio positivista de conhecer o mundo a partir da retirada daquele que se propõe a conhecer. Dizendo assim, só pode mesmo parecer paradoxal esse movimento: conheceremos mais quanto menos participarmos do mundo, quanto mais nos retirarmos dele como condição para falar objetivamente dele. Em ciências clássicas, como as newtonianas, esse olhar aproxima-se daquele do demônio de Laplace, olhar desencarnado, desimplicado, não-situado, mesmo de um Deus exterior, lá fora, como olhar a partir de uma natureza naturalista, por assim dizer. Do outro lado do muro (mas de um muro que mais e mais vai ruindo e desabando), o puro subjetivismo dos pós-modernos (ora acusado, ora laureado) afirma simplesmente a impossibilidade do conhecimento objetivo, já que intrinsecamente poluído pela subjetividade do sujeito (e suas sociedade) que conhece, como espécie de pecado original. Eis aí uma paralisante “alternativa infernal” (Stengers&Pignarre: 2005) da qual fugir. A boa notícia é que há por onde. A má notícia é que talvez não haja tempo suficiente (Danowski, D.& Viveiros de Castro: 2014).

Mas vamos logo notar que implicar o conhecedor naquilo que é eleito para se conhecer (recusando, a um só tempo, a interioridade subjetivista e a exterioridade objetivista – e tal em prol da própria objetividade) não é postura mais ou menos familiar apenas ao antropólogo (ou a determinada antropologia), mas também a muitas abordagens das ciências naturais. Pois são precisamente essas pontes que *me interessam* muito, sobretudo visando alianças. Ou novas alianças, aqui para já fazer referência direta ao que Stengers e o químico Nobel Ilya Prigogine (1979) descrevem num livro interdisciplinar *avant la lettre*, no qual eles comparam as abordagens das ciências clássicas às das ciências que encaram as complexidades. Se, como podemos dizer, tudo é complexo; se qualquer fenômeno apresenta complexidade (isto é: muitas variáveis avessas

à redução; inclusão necessária do sujeito situado na descrição que se queira a mais realista e objetiva do objeto eleito; despropósito de se tomar seres e entes idênticos a si mesmos, ontologicamente estáveis, autorreferentes; insuficiência das causalidades lineares... –apenas para mencionar algumas acepções gerais da noção de complexidade), contudo as ciências clássicas conseguiam, e ainda conseguem, com eficácia, e em relação a muitos fenômenos, reduzir complexidades deles (por exemplo, eliminando variáveis demais ou estabilizando-as, como o famoso CNTP, Condição Normal de Temperatura e Pressão, ou ainda a desconsideração do atrito na dinâmica física) para assim alcançarem eficácia lógica e prática que seja reproduzível, estável, transladável.

Sim, mas o ponto a destacar é que essas ciências clássicas de inspiração newtoniana (ou tal como Newton foi sendo aí apreendido, dele se depurando, por exemplo, o alquimista que era), elas não raramente costumam guardar alguns compromissos, como a diferença estanque, essencializada, entre sujeito e objeto, mesmo o esforço de conquista e dominação da natureza, alianças enfim entre Mercado e Estado suportadas e retroalimentadas por uma metafísica que designa o real ou o mundo (donde a imagem de um mundo-relógio...) como único, exterior, à espera da decodificação suprema e manipulação feita em nome de uma Ciência também ela no singular e com C maiúsculo. Claro que esse real moderno, duro, e que supõe uma tal mononatureza, casa-se com a imagem de um mundo como fonte ou depósito de recursos para a exploração, para a domesticação (ou o manejo, como se tem nomeado mais recentemente). Supõe ainda o excepcionalismo do humano, o *especiesismo*³. Ora, para os humanos modernos, *especiesismo* torna-se sinônimo de antropocentrismo

Mas então a feitiçaria desse sistema (*sistema capitalista*, se assim quisermos denominar, acompanhando o argumento de Stengers e Pignarre [2005]), tem justamente a ver, ou tal como consigo apreender, com a amarração, muito difícil de desatar (já que esse sistema não está fora de nós, mas nos atravessa), entre esses compromissos e pressupostos da modernidade industrial, tecnocientífica, estatal, mercadológica, que opera de um modo muito engenhoso – embora cada vez mais sob colapso – a partir de dois cantões da realidade aí imaginados e praticados: a Natureza dos não-humanos e a Sociedade dos humanos. Operação sofisticada, como demonstra Latour

³ A palavra existe, como no dicionário Houaiss: “substantivo masculino: 1. preconceito ou discriminação com base na espécie; ex.: *especiesismo* contra os lobos; 2. pressuposto da superioridade humana, no qual se baseia o *especiesismo*.”

(1991) em sua hipótese que já se tornou tese (Jamais fomos modernos), porque ela enseja oficiosamente uma proliferação de misturas ou participação entre seres e entes heterogêneos sob a garantia de que esses dois grandes domínios – Natureza e Sociedade – sigam como separados e incomensuráveis de antemão. Ora, Latour argumenta então que essa garantia oficial da separação permitiu aos modernos fazer tudo e qualquer coisa (toda forma de mistura e intervenção no real) de um modo livre de tabus. Digamos: é (ou era, quero crer) o *liberou geral* dos modernos, eles que, contudo, agora estão, estamos, tendo que se haver com uma série de tabus emergentes e urgentes (tais os que os problemas ecológicos ou ambientais nos colocam diariamente), porque as garantias constitucionais da separação já não estão mais funcionando como há pouco tempo atrás. E isso põe um problema de velocidade das misturas e intervenções que os modernos fazemos. Põe novos focos de atenção ao real que, sob regime instável e imprevisível, já se mostra rebelde a estabilizações e manipulações quaisquer, exigindo portanto a desaceleração em vários níveis. Manifestos então começam a pipocar aqui e ali: o tempo é de manifestos⁴.

Mas ainda antes um pouco de avançar por aí, quero dizer – e já peço desculpas por esse pequeno passo para trás – que se me lanceia essa nota introdutória sobre o pronome, sobre o sujeito enunciador de uma fala ou de um texto, ela não se destinaria apenas a tentar *resolver* um problema pessoal de colocação autoral, mas por aí mesmo desdobrar um pouco a principal questão que me toma e que já pude indicar aqui, a saber: a questão urgente de se encarar a exigência contemporânea por retirar o humano do centro das análises, de desconfiar metodicamente de uma sua unidade dada, de rechaçar mesmo a excepcionalidade da espécie, incluindo outras espécies, porque a abertura monadológica, para falar com Gabriel Tarde (2007)⁵, estende-se ao cosmos – *simetricamente* ao cosmos, para falar agora com o simetrizador Latour (1991) –, e não apenas ao humano. Mas questão, insisto agora em outras palavras, que só será minha à medida que fizer sentido para outros (quando já não mais será minha, portanto), como numa espécie de “possessão recíproca” (Tarde: 2007). Essa passagem do eu para o outro – a

⁴Sobre esse manifesto da desaceleração, cf. Stengers (2013).

⁵ Gabriel Tarde foi um dos fundadores franceses da sociologia entre fins do século XIX e começos do XX. Contemporâneo de Durkheim e sombreado pela sociologia restrita, antropocêntrica, deste ao longo do século XX, tem contudo sido paulatinamente recuperado por diversos autores contemporâneos, e visando problemas contemporâneos, tal esse da desantropocentralização, como por exemplo por Bruno Latour, mas também Eduardo Viveiros de Castro, Eduardo Vargas, antes até Deleuze e Guattari, entre outros.

possessão recíproca – é então um modo (assim pretendo, repito) de adicionar um certo pudor na enunciação da primeira pessoa do singular. Digo isso porque tentar resolver a participação do Eu escondendo ou dissolvendo-o numa abusada e pretenciosa primeira pessoa do plural (como o “nós” majestático) ou numa insossa terceira pessoa do singular, símbolo da indeterminação do sujeito de que se valeu e ainda se vale certa enunciação científica clássica, não parece boa solução. Quero dizer, não me sinto nem um pouco à vontade para falar em meu nome, do mesmo modo (simetricamente) como não me sinto à vontade para falar em nome de um *nós* já “agregado” (Latour: 2012), já coletivizado como tal e precocemente. E tampouco à vontade para me valer da enunciação científica clássica que lança afirmações sem sujeito, como se essa estratégia retórica em si mesma garantisse (ou pretendesse garantir) a validade científica, a objetividade. Tentar escapar desta certa noção moderna clássica de objetividade, assim como tentar escapar da noção antípoda, pós-moderna e pós-clássica, de subjetividade – eis aí o “meu” esforço, que pode ser traduzido pela noção de “nova objetividade”, tal como sugerem Stengers & Prigogine (1979). Encerro essa nota do pronome com a esperança de que se possa reconhecer que o problema do eu individual é contínuo ao problema do nós social – o individualismo sendo um braço do antropocentrismo.

E então me arvorar agora a retomar esse problema do antropocentrismo que ganha hoje novas configurações diante dos problemas ambientais cada dia mais graves para um “nós” que, doravante, se estende a todos os seres e entes de um planeta que, por sua vez, já não se deixa mais ser tomado (não sem sensíveis consequências) como inerte, inanimado, mononaturale exterior a seus habitantes (isso que hoje se tem denominando em muitos círculos como “Sistema-Terra”⁶). Essa tal sinergia sistêmica, esse novo regime de “co-respondências” (Marras: 2015), regime “entre-respondente” (para falar com Stengers [2013: 71], por sua vez inspirada na bióloga-filósofa californiana Donna Haraway), novo regime de “aprendizagens coletivas” (Stengers, idem: 70) entre os mais diversos viventes (mas viventes todos que, nem eles, podem ser mais tomados como autônomos ou encerrados no domo do orgânico, já que o biótico mostra-se mais e mais codependente do abiótico), essa tomada em rede do real leva (como propõe Latour inspirado em Tarde) ao alargamento da noção mesma de sociedade, tal para muito além do humano – de bichos a plantas e pedras num *Et Cetera* sem fim. De fato, quando Gaia (nessa figuração mitológica ocidental) emerge no seio de “nossas” vidas (a expressão de Stengers é “intrusão de Gaia”), como

⁶ Sobre o “Sistema-Terra” no Antropoceno, cf. Danowski & Viveiros de Castro (2014)

seguirmos com os pressupostos excpacionalistas do antropocentrismo ou mesmo do especíesismo taxonômico? Será uma opção para nós encarmos ou não Gaia (Latour: 2015)? Decerto não, mas os modos de encará-la (seus “mil nomes”⁷) tomam a cena contemporânea, tal como, por exemplo, tão produtivamente podemos considerar o esforço de mapeamento de controvérsias sociotécnicas⁸. Gaia redentora e temível, instável e incerta, imprevisível e potente, exibe agora “*affordances*”⁹ (Gibson: 1986) de tal modo sistêmicos e enredados que talvez nunca antes pudemos imaginar.

Quase repentinamente, então, o pacto, o contrato social mesmo encontra-se hoje em causa. Hora então de revermos uma série de artigos constitucionais e cosmológicos, como por exemplo a declaração fundadora de Thomas Hobbesno *Leviatã*, segundo a qual, ele afirma expressamente, “é impossível pactuar com os animais” (Hobbes, 1985 [1651]: 197). Tenho a impressão que os antropólogos tendemos a gostar mais do contratualista Rousseau do que do contratualista Hobbes (e isso por várias razões, incluindo a forte influência de Rousseau sobre o mestre-mentor Claude Lévi-Strauss), mas fato é que também o contratualismo de Rousseau funda-se na passagem ontológica irreversível da animalidade para a humanidade (passagem da natureza para a cultura, tal como no idioma moderno). Diz Rousseau em *O contrato social* (1995 [1762]: 47): “Pelo pacto social demos existência ao corpo político” – a política nascendo do estabelecimento dessa diferença ontológica incomensurável, passagem da bestialidade instintiva para a liberdade da razão. Como seja, o ponto é que hoje esse pacto clama por ampliação. Assim como a noção de sociedade deve ser ampliada (Tarde, Latour etc.), igualmente a de política. Daí a pertinência do termo “cosmopolítica” de que se têm servido autores como Stengers, Latour e Viveiros de Castro. Para resumir grosseiramente (e ainda se servindo de termos a bem da verdade já capengas): nada de política sem natureza, do mesmo modo que nada de natureza sem política. Ou ainda: o chamado é então por outros contratos, outros pactos, outro social, outra política, outras naturezas, outros *Outros*.

Fazendo eco a esses e outros autores, e já os alinhando, podemos agora declarar, também em tom de manifesto: nada de humano sem mundo e nada de mundo sem humano! Meus colegas da etnologia americanista (apena para ficar neles, cujo trabalho conheço um pouco mais de perto)

⁷ Cf. <http://osmilnomesdegaia.eco.br/>

⁸ Cf. p. ex., <http://controverres.sciences-po.fr/archiveindex/>

⁹ Acompanho a ótima sugestão de tradução de Otávio Velho (2001) para *affordance*: “propiciação”.

podem logo dizer, e com razão, que as boas descrições etnográficas sempre tenderam a descrever o homem-no-mundo (ou o mundo-no-homem, tanto faz). Ou ainda antes, o humano-com-o-mundo, o ininterrupto processo de devir, esse *detornar-se-com* (“*Becomingwith*” – para agora enviar a essa luminosa expressão de DonnaHaraway [2007]). Isso me parece bem verdade e me aproxima, sempre me aproximou, dos antropólogos (dos) ameríndios. Mas, por outro lado, se isso foi sempre pressuposto na descrição etnográfica de tantos povos não-modernos, agora tem que ser rigorosamente exposto. Se sempre esteve implícito, agora tem que ficar mais e mais explícito – sobretudo para podermos visar alianças cosmopolíticas num cosmos, esse de hoje e do futuro, que exige políticas que o incluam. Que novas etnografias poderíamos fazer descrevendo mundos intrinsicamente enredados, atentos a respostas e contrarespostas sucessivas de seres (bichos, plantas, pedras, espíritos) os mais heterogêneos tendo como controle comparativo a modernidade que jamais existiu apenas em sua face oficial? Que etnografias faríamos se conseguíssemos levar muito mais a sério os não-humanos (ou os humanos-outros, a intencionalidade distribuída no cosmos, como apontam tantas etnografias)? Quero dizer: levá-los a sério passa agora a não tomá-los como representação (mental, social, cultural), mas sim representação cosmopolítica na economia das relações. Então pergunto (ou a pergunta se me coloca): seremos capazes de realmente descrever as realidades, simetricamente descrevê-las, despindo-se dos preconceitos de espécie? Aliás, espécies que nunca foram autonomamente específicas. *Jamais fomos específicos*, poderíamos dizer, parafraseando Latour. Ou “jamais fomos humanos”, na paráfrase de Haraway (2007). Podemos agora (e talvez só agora, diante das ameaças das mudanças climáticas, da segurança alimentar, da perda acelerada da biodiversidade, do esgotamento de recursos – e sobretudo do esgotamento da noção de recurso –, para não mencionar ainda um sem fim de outros problemas que já tão mal podem ser denominados como ambientais), eu dizia, podemos agora encarar com muito mais consequências a verdade de que sempre fomos transespecíficos – e o nós aí é o mais aberto que se possa imaginar. Sempre fomos transespecistas – e para além das espécies orgânicas. Os animais não são pobres de mundo e nem as pedras são sem mundo (como queria Heidegger). A pedra, como o minério, mostra-se agora vitalmente relacional, comunicando-se diretamente com as consequências das tantas degradações de um *ambiente* que nunca (agora o podemos/devemos saber) esteve lá fora, nunca exterior ao que fosse, ao que seja. A pedra agora não mais se mostra no meio de nosso caminho – ou daquele caminho uni-linearmente traçado rumo ao inexorável progresso. Ao contrário, os caminhos se farão(se ainda puderem) com a pedra, no meio dela, *com* ela. *Coisas causam* (Latour, B. & Hache: 2009). E agora nos causam a verdadeira



obrigação de ritualizarmos muito mais amplamente a rede que disparam (aí mesmo as criando e sendo por elas criadas), seus encadeamentos que atravessam os mais diferentes domínios (e já aí decretando o fim dos domínios), as correspondências sensíveis, cada vez mais vitais, entre humanos e não-humanos.

Descrever mais e mais o real segundo emaranhados complexos: aí talvez resida o grande potencial de alianças que essas descrições alargadas dos outros podem estabelecer com nós outros em tempos de fim dos tempos. Alianças entre diferentes forças minoritárias (minoritário no sentido deleuze-guattarriano) sem com isso implicar conversões, mas sim conversações, como no monumental livro de Bruce Albert e Davi Kopenawa (2015), verdadeiro experimento de ponta da antropologia contemporânea, cujo tom e cuja confecção fornecem aproximações entre diferentes *enquanto diferentes* (mas diferenças tomadas como abertas umas às outras, sem que portanto se fechem nos relativismos e solipsismos que uma filosofia do ser – e não do ter/haver/possuir, tal como propõe Gabriel Tarde recuperado – pode engendrar). Trata-se de desafio nada fácil de a cada vez cumprir e, certamente, exigirá esforços renovados, suplementares, como quem ousa “pisar ali onde os anjos temem pisar” – aqui para lembrar o último e inacabado livro de Gregory Bateson (1972), antropólogo que soube, como poucos, abrir o humano para o mundo, por assim dizer.

Já posso então concluir essa comunicação retomando “meu” problema inicial com a seguinte pergunta: como senão se *interessar* por essas tantas questões que aí se põem diante de nós? Será mesmo que são escolhas minhas abordá-las? Desconfio de não. Diante delas, eu mesmo me vejo sem opção senão encará-las. É por aí que tento orientar as pesquisas de meus alunos e é também por aí que me oriento a oferecer os cursos que ofereço. Por aí, enfim, é que busco me ancorar numa ética emergente e emergencial diante dos fenômenos eco-sistêmicos que estamos vivendo e que sem dúvida viveremos cada vez mais. Então concluo resumindo as preocupações que tentei veicular aqui com dois gritos de Stengers que se espriam ao longo de sua obra: “Não estamos sozinhos no mundo” e “outra ciência é possível”. O tom é de alerta e o alarme não é falso.

Referências bibliográficas:

BATESON, G. & BATESON, M. C. *Angels Fear: Towards an Epistemology of the Sacred*. New York, Mcmillan Publishing Company, 1972.

CALLON, M. “Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay”. In LAW, J. (Comp.): *Power, Action and Belief. A New Sociology of*

Knowledge? London, Routledge & Regan Paul, 1986.

DANOWSKI, D. & VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Desterro [Florianópolis], Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental, 2014.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

HARAWAY, D. J. *When Species Meet*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2007.

HOBBS, T. *Leviathan*. London: Penguin Books, 1985 [1651].

KOPENAWA, D. & ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris, La Découverte, 1991.

LATOUR, B. & HACHE, É. "Morale ou moralisme? Un exercice de sensibilisation". Paris, *Raisons politiques*, no 34, mai 2009, pp. 143-166

LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador, EDUFBA/EDUSC, 2012.

LATOUR, B. *Face à Gaïa: Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris, La Découverte, 2015.

MARRAS, S. *Co-responsabilidades: imperativos da produção tecnocientífica contemporânea*. In *III Colóquio Internacional Biotecnologias e Regulações: Desafios Contemporâneos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG/IEAT, 2015 (no prelo).

PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *La nouvelle alliance: métamorphoses de la science*. Paris, Gallimard, 1979.

ROUSSEAU, J.J. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo, Cultrix, 1995 [1762].

STENGERS, I. *A Invenção das ciências modernas*. São Paulo, Editora 34, 2002.

STENGERS, I. & PIGNARRE, P. *La sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*. Paris, La Découverte, 2005.

STENGERS, I. STENGERS, I. *Une autoscience est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris, La Découverte, 2013.

TARDE, GABRIEL. *Monadologia e sociologia — e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2007.

VELHO, Otávio. *De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico*. Rio de Janeiro, Revista Mana, vol. 7, no.2, Outubro de 2001.

Sites:

<http://controverses.sciences-po.fr/archiveindex>

<http://osmilnomesdegaia.eco.br>



UM EFEITO CIBER NA ANTROPOLOGIA

Jean Segata¹⁰

Há duas décadas, a publicação de *Welcome to Cyberia*, de Arturo Escobar anunciava um desafio para a antropologia - o estudo da cibercultura. Para o autor, ela articulava o campo da *tecnossocialidade*, compreendido como um processo de construção sociocultural associado às tecnologias da computação e da informação, e o campo da *biossocialidade*, entendido como um desdobramento da biopolítica, que ganhava novos contornos como uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia (Escobar, 1994). Assim, os tópicos de uma antropologia disposta a compreender as importantes transformações da vida social na virada do milênio deveria incluir o investimento etnográfico nos processos que articulavam campos. O GrupCiber - *Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, abraçou esse desafio firmando-se como um dos primeiros esforços no Brasil em se inscrever nessa agenda de estudos, ainda em 1996. É a partir de minha inserção nele grupo que eu tratarei daquilo que chamo aqui de *efeito ciber na antropologia*, que é uma tentativa de situar uma parte muito específica de alguns desafios e desdobramentos do campo da cibercultura desde a publicação do texto seminal de Escobar, no contexto mais particular da antropologia brasileira¹¹.

Na época em que foi publicado *Welcome to Cyberia*, as ciências sociais no Brasil viviam o calor das discussões sobre uma transição dos estudos da comunicação de massa, seus meios e efeitos na esfera pública, bastante valorizados a partir dos trabalhos de MacLuhan (1969) e Habermas (2003), para as novas discussões sobre uma “sociedade em rede” que materializava-se pelo emprego de computadores conectados à internet (Negroponte, 1995; Castells, 1996). Esse era o mote para se anunciar uma espécie de novo paradigma ou “nova era” - uma era digital ou da informação, cujo centro era a *Comunicação Mediada por Computador*¹². Nessa mesma época,

¹⁰ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social —UFRN jeansegata@gmail.com

¹¹ Esse trabalho foi apresentado originalmente no “Simpósio 65 - Antropología y cibercultura: políticas etnográficas en redes sociotécnicas”, organizado por Theophilos Rifiotis e Arturo Escobar, no IV Congreso Latinoamericano de Antropología, que aconteceu na Cidade do México, entre 07 e 10 de outubro de 2015. Agradeço aos organizadores e aos participantes desse simpósio pelos valiosos comentários e críticas, agora incorporados a essa versão final do texto.

¹² Em trabalhos resultantes de nossas pesquisas no GrupCiber sistematizamos algumas das consequências desse movimento, que incluía o pós-humano e a Inteligência Artificial, especialmente a partir de Turkle (1989) e Haraway (2000) e, sobretudo, uma polarização que marcou profundamente o debate nas ciências sociais, na filosofia e na comunicação ao longos dos anos de 1990: os *apologéticos*, com sua perspectiva positiva sobre a nova era que se abria



no Brasil, as discussões sobre o uso de tecnologias para modificação e controle da natureza deram início à formação do campo da *biossocialidade*, tendo como referência Michel Foucault e Paul Rabinow, como também, a relação com a *Teoria Ator Rede* e os *Science Studies* motivou a criação do campo da *Antropologia da Ciência e da Técnica*. Mas, diferentemente do caminho articulado por Escobar em sua agenda de estudos da cibercultura, no Brasil, esses campos se constituíram e se consolidaram de forma um pouco independente. Mais que isso, na *Cyberia* à moda brasileira, a relação entre *tecnossocialidade* e *biossocialidade* foi deslocada para uma relação entre a tecnossocialidade e o campo da comunicação.

O campo da comunicação era marcado por posições iminentemente polarizadas entre aqueles que, para usar uma fórmula de Umberto Eco, eram tratados como apocalípticos ou integrados. Os apocalípticos eram aqueles que viam nas novas tecnologias digitais o simulacro, o esvaziamento das relações sociais ou a hiperindividualização, como era o caso das análises de Paul Virilio ou Jean Baudrillard. Já a posição dos integrados ou apologéticos, era a de que esse cenário das novas tecnologias digitais traria a democratização, a soma, a desterritorialização e o diálogo entre culturas, novamente, tendo como referência emblemática o filósofo Pierre Lévy. A questão é que a comunicação estava pensando esses efeitos em abstrato e a participação da antropologia nesse debate era firmada nos aspectos vivenciais desse momento, por meio da etnografia. Ao invés de qualificarmos as novas tecnologias digitais como boas ou ruins, destrutivas ou agregativas, buscávamos as pessoas e as suas práticas cotidianas. Mas, para isso se tornar viável, optamos por um recorte muito particular nesse campo, que tornou a *cibercultura*, para nós, *conscientemente*, um projeto especializado que ficou centrado na internet e nos seus dispositivos que nos serviu como *locus privilegiado* para o desenvolvimento e consolidação de uma especialidade conhecida no Brasil como *antropologia do ciberespaço* (Rifiotis, 2010).

Se reduzir o amplo debate da cibercultura a uma “antropologia do ciberespaço” foi a nossa estratégia de entrada nesse campo, tivemos com isso, que responder não só às demandas

com a internet e que tinha como o principal porta-voz o filósofo Pierre Lévy e sua *inteligência coletiva* (2003) e a visão negativa e catastrofista de *apocalípticos*, como Paul Virilio (1999) ou Jean Baudrillard (2003) e suas ideias de simulacro e hipermassificação como consequência da internet (ver Rifiotis 2010b, 2012, 2014 e Segata *et al* 2011) Ver também Lemos (2002), que oferece uma importante sistematização do *movimento cibercultura*, desde os anos de 1980. A participação da antropologia nesse debate era bastante esparsa até os anos de 1990 e de um modo geral inexistente no Brasil até aquele momento. A formação do GrupCiber, em meados daquela década, trouxe assim um duplo pioneirismo: a inserção da antropologia nessa discussão, sobretudo no seu investimento etnográfico nesse campo interdisciplinar e, por conseguinte, a sua introdução na antropologia brasileira (Máximo, 2010; Rifiotis, 2010a). Trata-se, portanto, de uma trajetória que vai das metrópoles às redes sociotécnicas e da etnografia aos questionamentos da “netnografia” (Máximo, 2010, 2012; Amaral *et al*, 2008). Sobre Netnografia ver Hine (2000; 2005) e Kozinets (2010). Uma sistematização crítica sobre o tema, pode ser encontrado em Rifiotis *et al* (2012).



da comunicação, mas às novas questões que eram postas internamente na disciplina. Um grupo de pesquisa disposto a fazer etnografia em plataformas de jogos on-line, blogs, *relay chats*, orkut, twitter ou sobre políticas públicas para democratização do digital, criogenia ou medicalização de animais de estimação, precisava estar disposto a um duplo desafio - o desenvolvimento de estratégias de pesquisa para contextos inéditos na disciplina e, ao mesmo tempo, o da disposição em responder às desconfiças de nossos próprios pares. Isso porque, no início de nossos trabalhos, a própria disciplina nos demandava convencimentos de que era possível a pesquisa antropológica no ciberespaço ou no campo mais amplo da cibercultura¹³. Entre muitos do questionamentos, o ponto crítico naquele momento, era o de convencer nossos pares de que “havia gente” no ciberespaço; que não se tratavam apenas de algoritmos e programações ou o que mais coubesse naquela ideia de dados ou *fluxos de informação*. Nisso, vale lembrar que o texto de Escobar foi publicado em 1994 - o mesmo ano em que a internet começou a ser comercializada no Brasil (e por conseguinte deixa de ser reduzida aos fluxos informacionais de fins científicos e militares). Mas o processo de amplificação ou popularização da internet ainda levaria alguns anos, pelo menos até a virada do milênio e o lançamento da sua versão 2.0, quando então começava a ficar mais evidente que a internet não poderia ser reduzida a um *novo meio de comunicação*.

Para mostrar isso, eu destaco aqui o trabalho emblemático de Maria Elisa Máximo, que entre o ano 2000 e 2002 fez uma etnografia em listas de discussão (Máximo, 2002). As listas de discussão eram constituídas por intermédio de uma ferramenta que associava endereços de e-mail. Um coordenador permitia a inscrição e assim, a participação na lista. Aquela estudada pela autora, reunia, justamente, pesquisadores da cibercultura - daí o seu nome ser *Lista de Discussão Cibercultura* e o seu objetivo o de trocar informação ou dados sobre suas pesquisas. A questão é que, como mostrou ela, não havia apenas a circulação de informações, mas a negociação de regras de pertença naquele espaço - com as restrições negociadas pelo grupo sobre o que poderia ou não

¹³ A “promessa” do GrupCiber frente às demandas metodológicas nesse campo sempre foi etnográfica, incluindo a observação participante, a permanência do pesquisador em campo, a análise de discursos, narrativas e performances, etc. Cada estratégia de pesquisa foi pensada a partir das configurações que o próprio campo demandava, já que o GrupCiber acompanhou a própria dinâmica de desenvolvimento das novas tecnologias digitais e sua inserção no Brasil. Assim, tivemos etnografias sobre ambientes de interação/jogos (Guimarães Jr. 2000), listas de discussão (Máximo 2002), *blogs* (Máximo 2006), e as ditas redes sociais, como o *Orkut* (Segata 2008a), o *Twitter* (Petry 2009) ou os *bots* (Lung, 2012) e, mais recentemente, alguns investimentos se deram no campo de políticas públicas para a internet e a sua relação com movimentos sociais (Petry 2013), com a arte digital (Malgarin Filho 2014), com as relações multiespécies (Segata 2012a, 2012b, 2012c, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b) ou as controvérsias em torno do estatuto de vida no contexto da técnica da crônica (Cirico Garcia 2015), alargando a abrangência da cibercultura, nos aproximando de alguma maneira, do projeto original de Escobar (1994).



ser publicado, o que estava era *topic* ou *off-topic* - e isso não era regra programada pela ferramenta nem parte da “informação” trocada, mas um acordo em constante discussão entre os próprios membros da lista, o que formava uma espécie de *etiqueta*. Assim, situações de crise se instalavam quando as regras eram quebradas; alguns membros podiam ser excluídos ou advertidos, como também havia momentos de descontração quando as brincadeiras eram avalizadas pelo grupo. Em termos gerais, a autora mostrou etnograficamente que não haviam apenas dados ou fluxos de informação acadêmica sobre a cibercultura, havia um espaço de sociabilidade que requeria a constante manutenção de suas formas organizacionais e simbólicas, por meio da negociação do que ela chamou de *regras de fala* (Máximo, 2002). Isso foi um salto muito importante para a consolidação desse projeto de antropologia do ciberespaço, pois passou a reduzir radicalmente a distância entre aquilo que era tomado como a “vida real” e aquilo que era tomado como a “vida digital”. A primeira embebida do calor das paixões da vida social e a segunda mergulhada na frieza das programações computacionais.

Rememorar a internet hoje e o investimento etnográfico sobre ela, pode soar como anedótico e trivial, mas importa saber vivíamos em um período em que a ideia de virtual formava uma externalidade com razões próprias, no tom de uma “realidade menos real”. Junto dela, estavam as especulações em torno da artificialização da inteligência e as competências técnicas específicas para o uso de computadores, que davam o tom (e o temor) de algo maquínico e distante do humano passava a ganhar espaço entre nós. Pouco se estranhava a ideia de adjetivar ações ou coisas como sendo elas virtuais – como, por exemplo, realidade virtual, comunidades virtuais, namoros virtuais, etc. e desse modo, um antropólogo disposto a narrar um cenário composto por *interfaces, frames, avatares, bits, bytes, emoticons, nicknames, softwares, hardwares* ou *pixels* estava fadado à desconfiança de muitos dos seus pares de que o que fazia não era antropologia, sob a acusação de um esvaziamento humano da etnografia (que nessa lógica, significava o esvaziamento do próprio social, já que o tipo de questionamento de sua redução ao humano ainda não era um ponto crítico da disciplina, tal como passaria a ser depois da repercussão dos trabalhos de Bruno Latour e outros autores). Com isso, por exemplo, por mais de uma vez foi preciso responder às críticas de que não haveria confiabilidade nos dados de “cibernautas”, à custa de que estando eles numa realidade virtual, a relação etnográfica ali estabelecida não ultrapassaria a mera simulação ou simplesmente não seria “tão real”. O argumento amplamente acionado era o de que mediados por computador, as pessoas poderiam dissimular, inventarem-se da forma que o quisessem, e o antropólogo jamais saberia “da verdade”

desse outro, porque lhe faltariam recursos metodológicos, como a análise de uma performance corporal, o contraste entre o dito e algum gesto, que eram prejudicados pela distância física. A questão é que um dos efeitos que essa desconfiança provocou não foi exatamente o desenvolvimento de técnicas etnográficas especiais para o ciberespaço, mas o reverso: o exagero dessas limitações respaldou a necessidade de revisão de nossa confiança nas formas convencionais de etnografia, já que pareciam ancoradas em uma fé do antropólogo, de que o encontro etnográfico face a face estivesse sob o seu controle. Assim, se a etnografia foi fundamental para situar melhor questões em torno da separação entre o real e o virtual, o local e o global, o *on-line* e o *off-line*, a pessoa e o personagem, o tradicional e a novidade, o ciberespaço foi fundamental para repensar a própria etnografia.

Outro exemplo que trago em favor desse argumento está ligado a etnografia que eu fiz em comunidades do Orkut, entre 2005 e 2007 (Segata, 2008a). O orkut foi um site que funcionou entre 2004 e 2014 e que era apresentado como uma *comunidade virtual de amigos*. Tratou-se de um protótipo para o que hoje chamamos de redes sociais na internet, pois inovou ao reunir em uma única plataforma as discussões em grupos, típicas das listas, a troca de mensagens comuns aos e-mails e aos *chats*, a divulgação de textos e fotos como aquelas que já aconteciam nos *blogs* e nos *fotoblogs*. A questão é que no Brasil, por volta do ano 2000 em diante, a internet era tratada pela opinião pública como anúncio da novidade: ela era sinônimo da nova comunicação, dos novos amigos, dos novos amores ou dos novos lugares. Era corrente a ideia de que a internet conectava “você ao mundo”, desterritorializava, levava qualquer um para qualquer lugar sem sair de casa. Mas, a minha hipótese em relação ao Orkut era outra, eu passava a notar que havia nele dinâmicas que mobilizam a formação de grupos de antigos amigos, a partir da inscrição em comunidades que em razão de eventos ou lugares dos quais se havia separado, por tempo ou distância física. Apareciam aí a velha escola, o bairro ou a rua da infância, a banda preferida, etc. Ao invés de sair do local e ganhar o mundo, havia um investimento em “voltar” e o tipo de dinâmica de se inscrever nesses espaços e se adicionar a amigos, produzia um feixe de relação bastante circunscrito que punha em questão a ideia de rede global (Segata 2008a, 2008b, 2010b).

Eu era um nativo do Orkut antes de me tornar pesquisador dele, pois eu estava inscrito em uma comunidade chamada “Estudei no Regente Feijó” e em outra chamada “Lontras”. A primeira fazia menção à única escola da cidade que emprestava o nome para a segunda. Era a escola na qual eu havia estudado, na pequena cidade de Santa Catarina, no sul do Brasil, em que eu havia vivido até sair da casa de meus pais para ingressar na universidade. Foi em ambas

comunidades do Orkut eu conduzi minha etnografia. Nelas era permitido aos participantes a criação de tópicos de discussão que os envolvia em torno de alguma temática de interesse compartilhado. Como exemplo eu destaco um desses tópicos, criado na comunidade “Estudei no Regente Feijó”, no qual se perguntava o ano no qual os participantes haviam ingressado na escola e quem eram os seus professores naquela época. Isso produziu uma série de respostas onde alguém, por exemplo, relatava que tinha estudado em 1953 e que o seu professor de matemática era João, que morava na esquina do Bar da Dona Maria, numa casa antiga e verde. Na sequência alguém entrava e dizia que o tal professor não havia trabalhado na escola naquele ano, mas apenas no seguinte e que não morava na casa antiga e verde, mas em uma outra, na esquina, que depois virou um bar. E outros entravam e postavam mais e mais detalhes que produziram um registro impressionante em termos de memória coletiva da cidade de Lontras e de sua dinâmica de desenvolvimento, entre os anos de 1940 e aqueles dias atuais.

Por si só isso já era interessante, mas aquele foi um momento em que o Orkut passou a conhecer os chamados *fakes* - entendidos como “perfis falsos”¹⁴. Havia ali um participante que se chamava Penisvaldo (que no Brasil tem uma conotação pejorativa de masculinidade) e que concretizava aquela imagem do estrangeiro de Simmel (2004a): ninguém sabia quem ele era pois além do nome pouco usual, ele se apresentava usando fotos de perfil que eram, na verdade, de um ator indiano. Mas, nas suas postagens ele sempre fazia questão enfatizar que ele nos conhecia e de que acompanhava o cotidiano da maior parte de nós, os participantes da comunidade, com frases como, “o professor de matemática daquela época tal pessoa. Mas e você, você está bem, te vi saindo da farmácia hoje, um pouco abatido, vestindo um belo casaco azul” ou ainda “comprou chocolate no mercado e nem dividistes comigo, hein”. A externalidade produzida entre real e virtual ou on-line e off-line passava a ser borrada quando ele trazia para o Orkut as rotinas da cidade de Lontras e isso produzia importantes dramas que passavam a mobiliza-los, tanto no Orkut quanto na cidade, em torno de “desmascara-lo”. Eu acompanhei conflitos na rua e discussões on-line, baseadas em trocas de acusações sobre quem seria Penisvaldo. Eu mesmo fui envolvido nesse drama chegando a ser duramente abordado em uma farmácia da cidade de Lontras, com injúrias de que eu seria o *fake*. Passados alguns meses, ele se revelou e, toda a dinâmica da comunidade, concentrada em desvendar a identidade de Penisvaldo, foi dissolvida, feito o segredo, na forma como Simmel (2004b) o analisa. O ciberespaço mais uma vez exagerava

¹⁴Para contestar a ideia de perfil falso, ver Segata (2010a).

questões típicas da análise antropológica, como a noção de pessoa e formas de sociação, trazendo para a disciplina situações-limite que exigiam a revisão de suas ferramentas com a emergente cotidianização da internet e seus dispositivos.

Nesse ínterim, cabe ainda problematizar que o nosso investimento etnográfico se deu às custas de uma espécie de mimese das estratégias de pesquisa praticada em meios urbanos. Isso ajudou em termos operacionais e em ganho de confiança de nossos colegas antropólogos que “não viam gente no ciberespaço”¹⁵. Porém, isso nos conduziu a separar o sócio do técnico e, mais que isso, a tratar o primeiro como domínio dos humanos e de tudo o que dele se adjetivasse - como social, relação social, sociabilidade, etc, mantendo em segundo plano, o “técnico”, que respondia pelos hardwares, softwares e demais artefatos, que eram reduzidos então a uma espécie de novo cenário tecnológico com novas potências para a ação humana. Foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a Teoria Ator-Rede que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes sociotécnicas”.

Foi nesse momento, que o nosso diálogo com o campo da comunicação passou a se fragilizar por conta de desencontros em torno da ideia de rede. Na comunicação, ela ainda era pensada, nos termos da cibernética, como sistema fechado que era atualizado como sinônimo *World Wide Web*, constituindo-se como *objeto de pesquisa*. De nossa parte, passávamos a valorizar a ideia de rede no sentido latouriano de *ator-rede*, ou seja, como uma *estratégia metodológica* que permite reconsiderar a natureza da ação. Assim, seguindo essa proposta, passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, pois a ação é pensada como um evento distribuído e não como uma rota que é medida em uma linha sucessiva, de causa e efeito. Em outros termos, não há de um lado “o ator humano” e de outro “o objeto não humano”, como não

¹⁵As inspirações do grupo, de início, vinham da Escola de Chicago e da Escola de Manchester; da *sociabilidade* de Simmel (2006); das *redes* de Barnes (2009); chegando ao *campo de possibilidades* de Velho (1999) ou aos *pedaços, manchas e trajetos* de Magnani (2008). O que fazíamos em termos de estratégia etnográfica era mimetizar na internet os desafios, dilemas e perspectivas que foram centrais nas pesquisas antropológicas em meios familiares e urbanos, em diálogo direto e aberto com as novas perspectivas que se abriam sobre *etnografia virtual* e *netnografia*, em autores como Luciano Paccagnella (1997), Christine Hine (2000, 2005), Steve Jones (1999), Daniel Miller & Don Slater (2000) ou Robert Kozinetz (2007; 2010). Mas, à medida em que nos púnhamos mais fortemente a sistematizar essa discussão metodológica, sobressaía-se a centralidade da ideia noção de *rede sociotécnica* em nossos trabalhos. E isso nos conduziria a um novo estágio de discussão, com forte inspiração nos *Science Studies*, notadamente, na formaem que Bruno Latour complexificou a discussão por meio da *Teoria Ator-Rede*.

há a “agência humana” de uma forma particular e a “agência não humana” de outra. *Agência e ator-rede* são modos de tratar de uma distribuição e indefinição da origem da ação, que não cabe nos termos analíticos da intencionalidade ou da causação. Assim, se antes precisávamos convencer a antropologia de que no ciberespaço “havia gente”, agora passávamos a desafiá-la a recuperar a capacidade de dar um passo a mais nas descrições, fazendo aparecer suas associações com *hardwares*, programas e outros artefatos, sem determinar quem ou o que é sujeito ou objeto (Segata 2009, 2013, 2015c, 2015d)¹⁶.

Finalmente, passadas duas décadas desde *Welcome to Cyberia*, não podemos negar que a cibercultura produziu efeitos na antropologia, ainda que eles sejam uma disputa em aberto e um desafio sempre anunciado. De um modo amplo, cabe frisar que, há alguns anos, formávamos um campo muito peculiar na antropologia, com um tema muito específico de pesquisa e à busca da formação de um campo especializado. Falar em cibercultura, era, por assim dizer, falar de uma outra dimensão da vida social, uma outra realidade. Tanto na nossa redução ao ciberespaço como na definição elástica de Escobar, o campo da cibercultura parecia bastante circunscrito, delimitado. Os seus nativos, particularmente os nossos, os “cibernautas” eram um tipo muito exótico, como também era exótica a antropologia que deles tratava. Mas, atualmente, quando os mais diversos campos e temas de pesquisa antropológica passam a ser atravessados pelo uso da internet e seus dispositivos, pela intervenção cada vez mais flagrante de novas tecnologias, o debate sobre a pesquisa antropológica em cibercultura se torna urgente e mais abrangente. Exemplo disso, é a presença de pesquisadores do campo da etnologia indígena, das relações de gênero, dos movimentos sociais e ativismos, da performance, da antropologia da arte, do consumo, da antropologia urbana, etc., nas atividades que temos organizados em diversos eventos ou mesmo nas demandas de orientações de novas pesquisas. Assim, eu finalizo reafirmando a atualidade das demandas para a antropologia no campo da cibercultura já anunciadas por Escobar há vinte anos, e que podem ser pensadas a partir da articulação de dois

¹⁶ O ponto-chave foi o de reconsiderar a natureza da ação por meio da noção de ator-rede. Seguindo Latour (1999, 2008), passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, mas a um ente que se constitui apenas na ação. A ação é pensada como um evento e não como um ato que distribui sujeitos e objetos e suas causações. O propósito da expressão *ator-rede* é justamente o de deslocar a origem dessa ação. Nesse caso, aquele convencimento anterior de que havia gente no ciberespaço passava a ser revisto, de modo a recuperar a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se aos muitos atores que constituem os coletivos, convencendo a antropologia de que ali não há *apenas* gente e que a ação é distribuída. Assim, a cibercultura (e mais precisamente o ciberespaço) não é mais um *objeto* particular - uma especialidade antropológica, mas o *meio etnográfico privilegiado* pelo qual nos inserimos também em um debate mais amplo na disciplina - a especificar, o das relações humanos e não humanos e suas agências (Houdart e Thiery 2011; Latour 1999, 2008, 2009; Rifiotis *et al*, 2011, 2012).

eixos trabalho: (i) o de uma *agenda metodológica*, que pode ser resumida com a discussão de como pesquisar antropológicamente a cibercultura e, em desdobramento disso, como fazer das novas tecnologias digitais estratégias de pesquisa antropológica/etnográfica e finalmente; (ii) com a emergência de movimentos sociais que se articulam por intermédio da internet ou as práticas de digitalização de acervos etnográficos em museus virtuais exige pensar em uma *agenda prática, política ou aplicada*, para a disciplina, no campo da cibercultura. Enfim, é urgente o debate que visa pensar políticas etnográficas para a pesquisa antropológica *no e a partir do* campo da cibercultura. A constante necessidade de pensarmos o *lugar ocupa a cibercultura no escopo antropológico contemporâneo* é prova sempre renovada da pertinência de um debate iniciado há duas décadas, em *Welcome to Cyberia*.

Referências

- AMARAL, Adriana et al. *Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital*. Revista FAMECOS, PUC/RS, ano 13, n. 20, p. 34-40, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem*. 3.ed. PortoAlegre: Sulina, 2003.
- BARNES, John. “Redes sociais e processos políticos”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades complexas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009, p. 159-195.
- CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture. Volume 1: the rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CIRICO GARCIA, Rafael Cesar. *Criônica, uma guerra fria: um mapeamento de controvérsias sociotécnicas*. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Antropologia]. Florianópolis: UFSC, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. *Current Anthropology*, 35, 3, 1994.
- GUIMARÃES JR., Mario. J. L. Vivendo no Palace: etnografia de um ambiente de sociabilidade no ciberespaço. *Dissertação de Mestrado. Antropologia Social*. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In Silva, T. T. (ed.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 36-129.
- HINE, Christine. *Virtual ethnography*. Londres, Sage Publications, 2000.
- _____. *Virtual methods: issues in social research on the internet*. Londres, Berg Publishers, 2005.
- HOUDART, Sophie; THIERY, Olivier. “Avant-Propos”. In: _____. (ed.). *Humains Non Humains: comment repeupler les sciences sociales*. Paris: La Découverte, 2011, p. 7-13.
- JONES, Steve. *Doing internet research: critical issues and methods for examining the net*. London: Sage, 1999.
- KOZINETS, Robert. “Netnography 2.0”. In: BELK, R. W. (ed.). *Handbook of qualitative research methods in marketing*. Londres, Edward Elgar Publishing, 2007, p. 68-96.



- _____. *Netnography: doing ethnographic research online*. Londres, Sage Publications, 2010.
- LATOUR, Bruno. "Factures/fractures: from de concept of network to the concept of attachment". AUTUMN, 1999, p. 20-36.
- _____. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoria del actor-red*. Buenos Aires, Manantial, 2008.
- _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LE MOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LUNG, Alberto. *Seguindo as máquinas que nos seguem: considerações sobre as relações entre humanos e não-humanos no website Twitter*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC, 2012.
- MACLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MAGNANI, José Guilherme. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 12-52.
- MALGARIN FILHO, Marcello da Silva. "Mapeando controvérsias na arte digital interativa". Natal/RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.
- MÁXIMO, Maria Elisa. Compartilhando regras de fala: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. *Dissertação de Mestrado. Antropologia Social*. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2002.
- _____. Blogs - o eu encena, o eu em rede: cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sociotécnicas. *Tese de Doutorado. Antropologia Social*. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2006.
- MÁXIMO, Maria Elisa. et al. "A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço". In: Maldonado, A. Efendy. et al.(eds.). *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*. Rio do Sul, UNIDAVI, 2012, p. 293-319.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The internet: the ethnographic approach*. London: Routledge, 2000.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- PACCAGNELA, Luciano. *Getting the seats of your pants dirty: strategies for ethnographic research on virtual communities*. JMCM, vol 3(1), junho de 1997.
- PETRY, Dalila Floriani. Seguindo minha participação no twitter: descrição da experiência e interações vivenciadas a partir do Twitter. *Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, 2009.
- _____. Floresta de Redes: Pesquisa sobre o programa Floresta Digital. *Dissertação de Mestrado. Antropologia Social*. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2013.
- RIFIOTIS, Theophilos. "Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade". In: RIFIOTIS, T; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (orgs.). *Antropologia no ciberespaço*. Florianópolis: Editora UFSC, 2010, p. 15-28.
- _____. "Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica". *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, 2012.
- _____. "Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação". Natal/RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.
- RIFIOTIS, Theophilos et al. "Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa Cibercultura". In: MALDONADO, E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (orgs.). *Comunicação*,

educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa/Natal: Editora UFPB/EDUFRN, 2011, p. 221-245.

RIFIOTIS, Theophilos et al. “A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço”. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. (orgs.). *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*. Rio do Sul e Natal: Editora UNIDAVI e Editora da UFRN, 2012, p. 286-319.

SEGATA, Jean. *Lontras e a construção de laços no orkut: uma antropologia no ciberespaço*. Rio do Sul: Nova Era, 2008a.

_____. *Redes globais, laços locais: memórias da cidade de Lontras no Orkut*. Sociedade e Cultura, v.11, n.1, jan./jun., 2008b, p. 70-80.

_____. *Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço*. Rastros, v. 2, p. 78-92, 2009.

_____. Segata, Jean. *E, quem não é fake? sobre sujeitos no orkut*. Portas (São Paulo), v. 3, 2010a, p. 18-35.

_____. “Um local-global, um global-local: eu, a cidade de Lontras e o orkut. In: RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano; SEGATA, Jean (orgs.). *Antropologia no Ciberespaço*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010b, p. 127-146.

_____. “Tristes (psycho) tropiques: le monde des chiens dépressifs au sud du Brésil”, em KECK, Frédéric; VIALLES, Noëlie (ed.). *Des hommes malades des animaux*. Paris, L’Herne, 2012a, p. 153-160.

_____. Nós e os outros humanos, os animais de estimação. *Tese de Doutorado em Antropologia Social*. Florianópolis, UFSC, 2012b.

_____. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. *Anuário Antropológico 2011/2*, p. 177-204, 2012c.

_____. *A inventividade da rede*. Rastros, v. XVI(2), p. 139-149, 2013.

_____. *O que faz um animal de estimação na antropologia?*. Novos Debates, v. 2, p. 123-130, 2014a.

_____. “A agência de um projeto, o Paraíso vegetariano e outros inconvenientes com a humanidade dos animais de estimação na antropologia”. *Revista Antropológicas*, v. 24, p. 45-65, 2014b.

_____. *La cosmopolitisme de la dépression: biosocialité dans une ethnographie multi-espèce*. Vibrant 12(1), 2015a, p. 290-330.

_____. *Gatos fidalgos, cálculos renais e as humanidades de animais de estimação*. Vivência, vol.1, 2015b, p.85-104.

_____. *A etnografia como promessa e o “efeito-Latour” no campo da cibercultura*. Ilha - Revista de Antropologia, vol. 16(1), 2015c, p.69-95.

_____. *O ciberespaço, aetnografia e algumas caixas pretas*. Revista Z Cultural, vol.1, 2015d, p.5-12.

SEGATA, Jean et al. “Admirável mundo novo? acibercultura e os apocalípticos e apologéticos do ciberespaço”. *Revista Caminhos - Dossiê Tecnologias*, Rio do Sul, a. 2, n. 4, 2011, p. 17-26.

SIMMEL, Georg. “A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal)”. In: _____. *Questões Fundamentais de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006, p. 65-84.

_____. “O estrangeiro”. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros ensaios*. Lisboa: Relógio D’Água, 2004a, p. 133-142.

_____. “O segredo”. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros ensaios*. Lisboa: Relógio D’Água, 2004b, p. 143-154.

TURKLE, Sherry. *O segundo eu: os computadores e o espírito humano*. Lisboa: Presença, 1989.



VELHO, Gilberto. “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas”. In: _____. *Individualismo e sociedade: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 13-38.

VIRILIO, Paul. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

A RECUSA DAS PARACIÊNCIAS¹⁷

Rafael Antunes Almeida¹⁸

Resumo: O presente artigo consiste em um modesto ensaio bibliográfico que toma para a análise o modo segundo qual alguns dos principais autores vinculados aos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia lidaram com as paraciências. Trata-se, portanto, de uma introdução ao modo como David Bloor, Bruno Latour e Harry Collins & Trevor Pinch as tematizaram.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia da ciência; Antropologia e paraciências; Estudos sociais da ciência e da tecnologia.

Introdução

Nas linhas seguintes percorrei três diferentes instâncias no domínio dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, matizadas nos trabalhos de David Bloor, Harry Collins & Trevor Pinch e Bruno Latour, com vistas a discutir o lugar que os referidos autores reservaram às “paraciências”.^{19,20}

A partir da leitura de alguns de seus textos, notar-se-á que os referidos pesquisadores terminaram por condenar a pesquisa sobre áreas como a ufologia, a parapsicologia e a criptozoologia a um tipo zona de penumbra. Isto é, o próprio modo como estes enunciaram os

¹⁷ Este artigo resulta de minha pesquisa de doutorado e seu texto é parte da tese “Objetos Intangíveis: Ufologia, ciência e segredo”. A referida pesquisa contou com o financiamento do CNPQ e da CAPES.

¹⁸ Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Universidade de Brasília. Professor do Instituto Federal Catarinense.

¹⁹ Poderíamos definir as paraciências como aqueles campos de estudo ou disciplinas que afirmam realizar pesquisas que a) ou bem se valem de procedimentos metodológicos diferentes daqueles usuais nas ciências que se fazem no bojo das universidades; b) ou investem fortemente em áreas/temas que normalmente não encontram respaldo nestas instituições. Entretanto, esta definição contém algumas insuficiências as quais servem-nos como uma indicação da própria impossibilidade de apresentar um corte “definitivo” - ou qualquer corte - que colocasse as paraciências em oposição à Ciência. Assim, várias disciplinas que sobrevivem e se nutrem do ambiente acadêmico partilham dos meios de pesquisa das paraciências (tanto a ufologia como as ciências sociais, por exemplo, valem-se de entrevistas). Do mesmo modo, podem ter temas coincidentes (a ufologia e a exobiologia, de certo modo, partilham o interesse pelo tema da vida fora da Terra).

²⁰ Evito o emprego do termo “pseudociência” em função do fato do vocábulo designar uma falta ou ausência, denotada pelo prefixo pseudo.



seus projetos, em mais de uma ocasião contribuiu para que as paraciências terminassem preteridas como campos de pesquisa tanto na sociologia, quanto na antropologia da ciência.²¹

No caso de Bloor, ainda que os quadros do seu "Programa Forte"²² o autorizassem, perseguir estes temas talvez significasse um retrocesso tático, considerando a natureza da discussão que fora entabulada com Imre Lakatos.

No que concerne aos trabalhos de Latour, acompanhando os apontamentos de Guilherme Sá (Sá, 2015), observarei como a empreitada é desencorajada a partir da definição do autor daquilo que conta como "central" para o mundo euro-americano. A este respeito, o exemplo modelar seria a oposição feita entre o estudo dos cientistas que pesquisam buracos negros e o estudo dos pesquisadores de discos voadores.

O caso de Harry Collins e Trevor Pinch, contudo, apresenta feições diferentes: as pesquisas sobre as "paraciências" são balizadas mais como ocasiões para discutir a dita "ciência ortodoxa" (Collins; Pinch, 1982), do que como instâncias de pesquisa sobre as disciplinas "paracientíficas". As últimas figuram menos como o tema privilegiado de estudo, mas como contrapontos "úteis" para o estudo das ciências.

Devo notar que as discussões aqui apresentadas têm um caráter introdutório e não ambicionam extrapolar a apresentação do lugar deste tema na obra dos autores.

Três instâncias de recusa

No primeiro capítulo do livro *Knowledge and Social Imagery* (1976), David Bloor perguntava se a sociologia da ciência "poderia investigar e explicar o próprio conteúdo e a natureza do conhecimento científico." (Bloor, 1976:1) De acordo com o autor, ao seguir o lastro de Robert Merton, a sociologia se confinara aos aspectos institucionais da ciência e se intimidara perante a tarefa de pensar o seu material constitutivo, limitando-se à uma sociologia dos cientistas, isto é, aos arranjos que tornavam possíveis a produção de teorias, hipóteses e testes experimentais.

²¹ Faço esta afirmação baseando-me no reduzido número de trabalhos vinculados aos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia sobre o tema.

²² Bloor usa o adjetivo "forte" com vistas a se diferenciar de outras abordagens da sociologia da ciência que, segundo ele, não tomavam o dito "núcleo" da ciência como objeto de estudo.

Segundo Bloor isto só ocorria porque esta classe de sociologia sustentava uma distinção entre aquelas formas de conhecimento que não precisavam ser explicadas – porque eram tomadas como lógicas e racionais – e aquelas resultantes do erro (ou dos “resíduos irracionais” (Bloor, 1976:7)) cujos determinantes deveriam ser explicados pela sociologia. O aporte de seu “Programa Forte”, portanto, estipula que a sociologia da ciência deveria passar a estudar tanto as crenças ditas “falsas”, quanto as “verdadeiras” – “princípio da imparcialidade” – procurando aplicar o mesmo tipo de explicação para ambas – “princípio da simetria” (Bloor, 1976). Agindo assim Bloor afirma contrariar as abordagens que lhe antecederam, de acordo com as quais, a sociologia da ciência só deveria se ocupar das investidas marcadas pelo erro, pela ausência de sucesso e aquelas, relegadas ao ostracismo, deixando à filosofia da ciência a pesquisa da “história interna” da ciência (Bloor, 1976).

Portanto, a principal característica do *approach* adotado por Bloor consiste em seu pleito por uma extensão da pesquisa sociológica ao próprio núcleo da ciência, movimento que poderia atingir até mesmo a matemática e a lógica, que figuram, na economia argumentativa do autor, como os maiores “testes” pelos quais o “Programa Forte” poderia passar. (Bloor, 1976)

Se a maior contribuição do programa forte consistiu em abrir o caminho para que os sociólogos pudessem estudar a própria produção do conhecimento científico e se a partir de então estes não mais se confinariam ao que o autor chama de “história externa” da ciência, cumpre perguntar qual é o lugar que esta classe de sociologia poderia reservar as disciplinas como a ufologia, a criptozoologia e a parapsicologia. Vale questionar se o afã por estudar a ciência produzida em laboratórios não terminou por obliterar e, ainda, por relegar a certa zona obscura, os saberes que não são reconhecidos como científicos.

Estimo que se estes últimos campos foram marginalizados dentro da própria disciplina que se autodenomina de “Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia”, isto ocorreu pelo temor de fazer este domínio de investigação voltar à sua ocupação primeira – ou à imagem que dela se fez -, qual seja, *ao estudo das ciências que não deram certo*. Neste caso, se os partidários da nova sociologia da ciência levassem adiante linhas de pesquisa que se detivessem nestes temas, ainda que estivessem respeitando o princípio da simetria proposto por Bloor – que prevê que explicações de ordem semelhante deveriam ser aduzidas - de algum modo estariam reatualizando a divisão de tarefas prevista por Lakatos.

Acerca desta divisão, Bloor comenta:

The sociologist is allowed to crumb of comfort from the fact that Lakatos is only too pleased to grant that there will always be some irrational events in science that no philosophy will ever be able or willing to rescue. He instances here unsavory episodes of Stalinist intervention in science like the Lysenko affair in biology. (Bloor,1976:7)

Talvez os sociólogos da ciência cujos trabalhos são tributários do “Programa Forte” tenham suas razões para contornar as disciplinas que, embora construídas à imagem da ciência, por certo não consistiam em disciplinas acadêmicas. Avançar sobre esses campos, se por um lado não representava qualquer incoerência com o que previa o “Programa Forte”, por outro lado, significaria continuar ocupando a tarefa que havia sido reservada à disciplina.

Em 1979, Bruno Latour e Steve Woolgar publicariam o livro "A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos" (Latour&Woolgar,1979), obra que ficou conhecida como um dos primeiros estudos de um laboratório científico e que, de certa forma, inauguraria os estudos em antropologia da ciência.

A respeito deste livro interessa-me pensar de que modo o próprio desenho de uma “antropologia da ciência” lança à penumbra e, ao mesmo tempo não autoriza, qualquer empreitada que se dedique ao estudo das ditas “paraciências”. Latour e Woolgar, ao apresentarem os fundamentos da condução do trabalho de campo em laboratório, ainda que por uma via diferente do “Programa Forte”, terminam sepultando qualquer iniciativa de estudo de disciplinas “marginais” em relação à ciência.

Centenas de etnólogos visitaram todas as tribos imagináveis, penetraram florestas profundas, repertoriaram os costumes mais exóticos, fotografaram e documentaram as relações familiares e os cultos mais complexos. E, no entanto, nossa indústria, nossa técnica, nossa ciência, nossa administração permanecem bem pouco estudadas. Expulsos do campo na África, na América Latina ou na Ásia, os etnólogos só se sentem capazes de estudar, em nossas sociedades, o que é mais parecido com os campos que acabavam de deixar: as artes e as tradições populares, a bruxaria, as representações simbólicas, os camponeses, os marginais de todos os tipos, os guetos. *É com temor e escrúpulo que avançam em nossas cidades. Chegando ao cerne delas, estudam as sociabilidade dos habitantes, mas não analisam as coisas feitas pelos urbanistas, pelos engenheiros do metrô ou pela câmara municipal; quando penetram de salto alto em uma fábrica, estudam os operários, que ainda se parecem um pouco com os pobres exóticos e mudos que os etnólogos têm o hábito de sufocar sob seus comentários, mas não os engenheiros e patrões. Têm um pouco mais de coragem quando se trata da medicina, reputada como uma ciência mole. Mesmo neste caso, contudo, eles estudam de preferencia a etnomedicina ou as medicinas paralelas. Os médicos propriamente ditos, as medicinas centrais não são objeto de qualquer estudo metucioso. Nem falemos da biologia, da física,*



*das matemáticas. Ciência da periferia, a antropóloga não sabe voltar-se ao centro*²³.
(Latour&Woolgar, 1997:18)

Devo chamar atenção para o fato de que se Latour e Woolgar desautorizam as pesquisas que dedicam a pensar saberes outros que a Ciência, isto não se dá como aconteceu com Bloor, a partir de um temor em recolocar a sociologia da ciência em seu posto na antiga divisão de funções. Tampouco se trata de enunciar qualquer aspecto proibitivo além daquele contido na crítica aberta a certo afã pelo periférico – que os autores reputam à antropologia, de modo geral.²⁴

De fato, a censura que os autores fazem às pesquisas sobre as etnomedicinas e medicinas paralelas – correlatas, portanto, às ciências paralelas (ou “paralelas à ciência”) –, mais tarde foi reeditada e passou a fazer coro com outros elementos que Bruno Latour, em particular, vê como indispensáveis a uma antropologia do mundo euro-americano. Refiro-me aqui a pelo menos três episódios nos quais o autor defende que o estudo das “ditas paraciências” não se insere no escopo privilegiado de uma antropologia da ciência.

No segundo capítulo do ensaio “Jamais fomos modernos” (Latour,1994) o autor reedita a observação feita no primeiro capítulo do livro “A Vida de Laboratório”, salientando a necessidade de ponderação entre a atitude dos antropólogos que estudam “aspectos” centrais da vida dos “outros”, mas que ao mesmo tempo se acanham perante o trabalho de realizar etnografias do Estado, do Mercado e da Ciência. A partir deste comentário depreende-se que, não sendo as “paraciências” ditas como “centrais”, ao estudá-las a antropologia capitularia ao título de ciência voltada à periferia.

Em *Quand les anges deviennent de bien mauvais messagers* (1990) Latour reprova o que considera ser uma preferência dos estudiosos das ciências humanas pelas “crenças em discos voadores” em detrimento dos “saberes sobre o buraco negro”. Decerto que se trata aí de uma discussão sobre a noção de “crença” – em especial a crítica à distinção entre crença e saber. Entretanto, o simples fato do autor colocar em jogo estas duas instâncias, parece ser uma indicação suficiente da censura ao estudo destes domínios.

²³ Grifos Meus.

²⁴ Devo a Guilherme Sá, em particular, ao artigo intitulado “Antropologia e não modernidade: até que a Ciência as separe” (Sá,2015) a indicação deste ponto. Nas páginas seguintes sumário a natureza do seu comentário.

Há, entretanto, outros momentos em que o autor é ainda mais explícito. No capítulo nove de *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches* (Latour, 2002), depois de discutir a noção de “envoltório ontológico”, Latour, mesmo que de forma indireta, termina desencorajando o estudo de campos como a ufologia.

O único exemplo de crença ingênua que possuímos, viria, portanto, da crença ingênua dos estudiosos no fato de que os ignorantes acreditam ingenuamente? Não completamente, pois existem, de fato, *ignorantes que reproduzem bastante bem a imagem que os estudiosos gostariam que eles fizessem de si próprios*. Os fotógrafos de discos voadores, os arqueólogos de cidades espaciais perdidas, os zoólogos que buscam vestígios dos yeti, aqueles que mantiveram contato com pequenos homens verdes, os criacionistas em luta contra Darwin, todas essas pessoas que Pierre Lagrange estuda com a atenção apaixonada de um colecionador, *procuram efetivamente fixar entidades, que teriam aparentemente, as mesmas propriedades de existência, o mesmo caderno de encargos, que as entidades que, segundo os epistemólogos, saem dos laboratórios. Coisa curiosa, eles são chamados de “irracionais”, quando o seu maior defeito provém antes da confiança apaixonada que manifestam em um método científico que data do século XIX, na exploração do único modo de existência que eles conseguem imaginar: o da coisa lá, presente, esperando ser fixada, conhecida, inflexível. Ninguém é mais positivista que os criacionistas ou os ufólogos, visto que só conseguem imaginar outras maneiras de ser e de falar descrevendo matters of fact*. Nenhum cientista é tão ingênuo, ao menos no laboratório. De modo que, paradoxalmente, o único exemplo de crença ingênua que possuímos parece vir dos irracionais, que pretendem constantemente derrubar a ciência oficial com fatos obstinados, encobertos por um complô. (Latour, 2002:82)²⁵

No trecho acima, dois elementos chamam a atenção: (1) mesmo que se trate de um ensaio, Latour transita de forma licenciosa entre domínios muito distintos, unindo, portanto, a zoologia dos seres ditos fantásticos, o criacionismo e os “fotógrafos de discos voadores”(Latour, 2002). O fato destes saberes terem traços distintos, não o intimida diante da tarefa de classificá-los segundo os moldes de uma “crença ingênua” – a única crença possível em sua economia conceitual. Esta se manifesta, segundo o seu comentário, na forma de uma confiança no *discurso dos cientistas*. Em última análise, os criptozoólogos e ufólogos – e demais habitantes das beiradas da ciência – seriam os únicos a acreditarem nos *accounts* que os próprios cientistas dão sobre suas práticas. E (2) em um certo tipo de emulação forçada – mal feita, porque dá atenção demasiada ao modelo – ,os estudiosos destas áreas empenham suas vidas em busca da tentativa de “fixar entidades”(Latour, 2002) e pretendem seguir piamente o método científico. O desencorajamento aos estudos sobre saberes como a ufologia, por certo, parece responder antes àquilo que o autor entende como “áreas centrais”, do que a qualquer outro motivo.

²⁵Grifos Meus.

Guilherme Sá, no artigo intitulado *Antropologia e não modernidade: até que a Ciência as separe* (Sá, 2015) tematiza com bastante propriedade o último ponto, isto é, a dependência da antropologia da ciência de Latour de uma distinção entre "central e periférico". De acordo com Sá, a obra de Latour, ao fundar a sua antropologia na última distinção, teria deixado passar um pressuposto moderno e incongruente com o terceiro aspecto do seu princípio de simetria. O autor também se pergunta se a oposição entre aspectos "centrais e periféricos" teria valência para a antropologia da ciência feita em outros contextos que não o europeu:

Para isso chama a atenção para os desvios de interesse antropológico que remetem a um vício de "ciência de periferia", onde não se ataca operadores ontológicos centrais, mas sim, reminiscências exóticas de alhures, aquilo que um olhar viciado localiza na periferia de seu próprio mundo. Ora, a crítica, muito bem alicerçada na experiência prévia de antropólogos do hemisfério norte, não parece encontrar um respaldo de equivalência no trabalho realizado no Brasil, ou mesmo em outras regiões do sul global. Outras teorias, outros mundos, outros mundos, outras teorias. Dito de outra forma, a oposição entre centro e periferia da maneira como é vista da Europa não parece repercutir igualmente quando nos posicionamos de forma autoral. Involuntariamente, Latour revela uma percepção impressionista da própria antropologia que buscaria em diferentes contextos preservar seu interesse por sistemas centrais e não por objetos "periféricos" oriundos de processos de tradução cultural assimétricos (Sá, 2015:40)

Ainda no que concerne ao mesmo tema, Sá anota que embora se comprometa com certo aspecto da crítica à modernidade empreendida por Latour - em particular, o que o autor chama de "empreendimento purificador" - "há que se pensar se a maneira como Latour entende a própria antropologia não estaria no próprio veneno moderno" (Sá, 2015, 41) - que se mostraria na tentativa de "...isolar sistemas, instituições ou projetos como centrais ou não." (Sá, 2015, 41)

Diante desta dificuldade encontrada no trabalho de Latour, Guilherme Sá propõe que a antropologia da ciência passe a investir - também - no estudo das paraciências:

Diante disso, sou levado a crer que para entendermos nossa cosmologia científica é necessário aprofundarmos naquilo com o que a ciência antagoniza, e, portanto, que se consagra como uma espécie de "duplo" eficaz. Nessa lógica, os discursos paracientíficos passariam a ser, portanto, igualmente determinantes do projeto de modernidade atuando como "anti-heróis" em uma grande narrativa. Se isso pode de alguma forma fazer certo sentido, estaríamos diante de um dilema. Como fazer antropologia simétrica considerando aspectos não tão centrais assim? Como tornar simétrico o estudo de temas que não encontram equivalências em outras ontologias?" (Sá, 2015:42)

A propósito do tema da recusa das "paraciências", listei até aqui apenas duas fontes concernentes aos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia que, ou bem não avalizam a pesquisa

deste campo, ou desencorajam qualquer empreitada dedicada a ele. A partir de agora desejo balizar a obra de dois autores que, diferentemente dos demais, no final da década de 70 e início da década de 80 não apenas produziram trabalhos sobre o tema, como realizaram um experimento no campo da parapsicologia. Refiro-me aqui aos sociólogos Harry Collins e Trevor Pinch, expoentes da sociologia da ciência de extração relativista, no outrora incipiente campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia.

O livro *Frames of meaning: The social construction of extraordinary science* (Collins & Pinch, 1982) consiste em um dos primeiros estudos no âmbito da sociologia da ciência concernente ao tema das ciências paranormais. Segundo os autores, o tema é pesquisado menos com vistas a pensar as dinâmicas próprias ao campo e mais propriamente para usá-lo como ocasião de discutir questões que lhes parecem caras. Entre os assuntos dos quais esta obra se ocupa estão os problemas da “racionalidade” – isto é, a questão de pensar a diferença ou a continuidade das categorias de pensamento entre culturas – e do “encontro” de paradigmas. (Collins; Pinch, 1982)

De fato, as duas questões terminam se acoplando no trabalho dos autores, uma vez que o propósito do livro foi por eles resumido como uma tentativa de pensar “a questão da racionalidade” dentro de “culturas” distintas na ciência moderna (Collins; Pinch, 1982). Collins e Pinch comentam que:

We do think that we have found a class of cases of rationality difference which yield more easily to empirical analysis. These empirically accessible cases are cases within science. The idea that radical differences in “world view” pertain to ‘epochs’ within the history of science in the same way they may pertain to epochs within history as whole has come to the fore since the mids-1960s, largely as a result of the work of the historian of science T.S Kuhn. If a certain interpretation of this view is correct, it makes possible new and better empirical research on the general problem of rationality through studies of its particular manifestation within science. (Collins & Pinch, 1982:3)

Collins e Pinch, a partir do que chamam de uma leitura “radical” da obra de Thomas Kuhn²⁶, pretendem endereçar o problema das diferenças de *worldview* – problema conhecido na história e na filosofia da ciência como “incomensurabilidade de paradigmas” – , questão que perseguem no afluyente debate relativo à capacidade dos humanos de usarem o poder da mente

²⁶A dita leitura radical que os autores pretendem empreender bebe nas obras de Wittgenstein e Peter Winch, perspectivas que os permitem tratar o paradigma de Kuhn como uma “visão de mundo” indissociável da prática. (Collins&Pinch,1982) “What we suggest, pace Kuhn, is that incommensurability and paradigm are best interpreted as belonging to a vocabulary that refers to social actions, not thought or behavior alone. When thus interpreted they remain outstanding useful.” (Collins&Pinch,1982:13)

para alterar a matéria. As pesquisas concernentes a este tema – parapsicologia e psicocinese – são tratadas como instâncias de uma “ciência revolucionária”, atendendo a duas condições estabelecidas pelos autores: “[f]irstly the group's ideas must be in conflict with those of orthodox science”(Collins;Pinch,1982:18), em segundo lugar porque "the revolutionary group engage themselves with orthodox science, and their ideas are in some sense scientific". (Collins;Pinch,1982:18)

Nos seus termos, portanto, de investigar aqueles grupos que estão em conflito com a ciência, mas que não podem alterá-la. Segundo os autores este seria o caso dos astrólogos de jornal, por exemplo(Collins;Pinch,1982:18)Para Collins e Pinch só podem ser pensadas como “ciências revolucionárias” aquelas capazes de modificar a própria ciência. Este, aparentemente, era o caso da parapsicologia à época em que a estudaram: “It was a milieu of a rejected science modeling its internal structure on orthodox disciplines and struggling continuously for an internal scientific breakthrough and external recognition...” (Collins & Pinch, 1982:30)

O grande mérito do referido trabalho é a sua análise bastante profícua da relação entre a parapsicologia e as outras ciências. Segundo os autores, os céticos quanto à possibilidade de humanos serem capazes de entortar metais com o poder da mente emitiam as suas conclusões com base na suposição de certa unidade da ciência:

A belief in the unity of science (implicit) and the incompatibility of psi phenomena with science or certain of its characteristics leads to the conclusion that psi phenomena are spurious. (Collins & Pinch,1982:48)

Em contrapartida, os partidários da validade das pesquisas sobre o fenômeno psi, estimavam que dada a existência do fenômeno paranormal, a ciência provavelmente se transformaria:

A belief in the existence of psi phenomena and the incompatibility of psi phenomena with some part of science leads to the conclusion that science must be changed or undergo a revolution (led by parapsychology and therefore psi phenomena are important). (Collins & Pinch:1982:48)

Ao analisarem vários argumentos de céticos e cientistas ocupados da parapsicologia,os autores observam que "we have found nothing that would demonstrate definitively that the

content of parapsychological ideas is in conflict with general scientific principles."(Collins & Pinch:1982:53) Trata-se de sugerir que, a princípio, não há incompatibilidade da parapsicologia com a ciência, especialmente porque áreas como a física quântica, também trabalham como a noção de interações não materiais entre elementos.

Mas este trabalho de dissolução de uma fronteira definitiva entre as pesquisas em parapsicologia e psicocinese e aquelas conduzidas na “ciência ortodoxa” não termina na análise dos argumentos quanto à possibilidade dos fenômenos reportados. Harry Collins, em particular, conduziu em conjunto com outro pesquisador da Universidade de Bath um experimento no qual a capacidade de 6 crianças de entornarem metais fora testada em laboratório. Collins sustenta que diferentes relatórios sobre o mesmo experimento são possíveis, ainda que à época tivessem escrito um artigo para a revista *Nature* onde reportavam que as crianças usaram de força muscular ou trapacearam para tentar entortar os metais. O autor argumenta que, embora os resultados do experimento fossem negativos para a capacidade das crianças de usarem o “poder da mente”, qualquer experimento científico que passasse por acompanhamento tão minucioso quanto aqueles pelos quais passam os conduzidos pela parapsicologia, também se mostraria fracassado. Conclui-se pela “[...] inability of experiments in themselves to legislate for the existence of any natural phenomenon.” (Collins & Pinch,1982:125) Ou ainda:

If the analysis has been convincing then it will have shown, through an empirical study, that philosophies of science that depend heavily upon the invocation of experimental evidence to decide between two major differences in theoretical perspective are not tenable. It would seem that evidence is so bound up with the society or social group which gives rise to it that theories held by members of radically different social groups cannot be adequately tested against each other by experiment. It matters not whether the evidence is intended to corroborate, prove or refute the theories in question.” (Collins&Pinch,1982:184)

Não prosseguirei com a análise dos argumentos concernentes à crítica ao “experimento crucial” e, fundamentalmente, à explanação do que em outro lugar chamaram de “experimenter’s regress”. O meu interesse na obra de Collins e Pinch restringe-se à tentativa de apresentar como estes, embora tenham tomado as ditas “paraciências” para estudo, o fizeram como veículo para pensar questões há muito trabalhadas na história e na filosofia da ciência.

Collins e Pinch publicaram outros trabalhos nos quais o tema das ciências paranormais ganhou algum espaço. O mais conhecido entre eles é *The construction of the paranormal: nothing*

unscientific is happening (Collins & Pinch, 1979) que, ainda que opere no mesmo registro do livro acima discutido, avança mais consideravelmente na descrição das relações entre parapsicólogos e cientistas “ortodoxos”. De fato, um dos propósitos enunciados do texto é pensar os processos levados a cabo pelos parapsicólogos para ganhar reconhecimento e as estratégias mobilizadas pelos cientistas para reduzir a disciplina da parapsicologia à condição de pseudociência. (Collins & Pinch, 1979) Para avaliar a natureza da rejeição pelas ciências “ortodoxas” os autores se entregam à criação de categorias para enquadrar os seus modos de ação. Desta forma, distinguem do seguinte modo as operações de rejeição “implícitas” das “explícitas”:

[...] operates when rival knowledge claims are ignored by orthodoxy, whilst explicit rejection is characterized by controversy where the objects of dispute are articulated by individual scientists or opposed groups of scientists. (Collins & Pinch, 1979: 239)

Em suma, a distinção mencionada procura ser um modo de descrever as relações entre os diferentes grupos de cientistas, classificando-as segundo a oposição manifesta e articulada e aquela marcada pelo simples ignorar de qualquer contribuição que a disciplina possa oferecer. Além de sumariar estas referidas estratégias, os autores do artigo elencam as táticas adotadas pelos parapsicólogos para se aproximarem das “ciências ortodoxas”, como o “uso de hardware simbólico e técnico da ciência” (Collins & Pinch, 1979: 42) e a tentativa de metamorfosearem-se em cientistas. Entre os modos manifestos de descrédito, assumidos pelos céticos, também são listados alguns elementos, tais quais a “decisão de antemão por não confiar”, a “camuflagem da rejeição com argumentos filosóficos” (Collins & Pinch, 1979: 45), a acusação de que os parapsicólogos são “crentes” e, sobretudo, o apontamento de certa “aparência” mágica dos processos que pretendem estudar (Collins & Pinch, 1979) Um dos exemplos dados acerca do último ponto pode ser conferido nesta citação que Collins e Pinch tomam de G.R Price:

In short, parapsychology, although well camouflaged with some of the paraphernalia of science, still bears in abundance the markings of magic. (Price *apud*, Collins & Pinch, 1979: 247)

O cerne do artigo, ao analisar tanto os argumentos em defesa da parapsicologia como aqueles dos detratores, consiste na observação de que qualquer uma das críticas dirigidas à disciplina, caso tivessem como alvo as “ciências ortodoxas”, também se aplicariam. Ademais, Collins e Pinch sustentam que, embora tenha-se dispendido tempo suficiente na tentativa de

estabelecer um critério definitivo que fosse capaz de operar a demarcação, “[t]hey have not succeeded in revealing any universally acceptable criteria to distinguish parapsychology from science.” (Collins & Pinch, 1979:250)

No contexto do presente artigo, o que importa é notar que o interesse de Harry Collins e Trevor Pinch pelo tema da paranormalidade - esteja ele manifesto na capacidade de entortar colheres usando o “poder da mente” ou na questão da vida emocional das plantas (ver *Some experiments in the Paranormal: the experimenter’s regress revisited* (Collins, 1985) – é que estes temas são menos áreas sobre as quais se concentram as pesquisas, do que ocasiões para discutir problemas internos à sociologia da ciência. Com efeito, parte de seu trabalho concernente ao tema da paranormalidade serve ao propósito de mostrar como em áreas pouco estabilizadas da ciência parecem vigorar os mesmos elementos presentes na física de alta energia, a saber: problemas com a replicação de experimentos advindos da ausência de conhecimento tácito dos pesquisadores empenhados em refazer o experimento.

Considerações Finais

Ainda que estas três matrizes teóricas nos campos da sociologia e antropologia da ciência não contenham elementos que possam conduzir à produção de um corpo mais ou menos substancial de trabalhos sobre as “paraciências”, desde a década de 70 o campo, ainda que timidamente, floresceu. O conjunto destes trabalhos não constitui um corpo vultuoso, mas, de algum modo, estes abrem caminho para que outros estudos se acumulem. O pequeno número de pesquisas dedicadas a este tema, por outro lado, não condiz com a variedade de abordagens mobilizadas e de tradições teóricas nas quais estas se encerram.

Deste modo, há tanto aquelas que adotam uma visada inspirada na Teoria do Ator Rede (Lagrange, 1990; 2005), como outras que, vindas das fronteiras entre a antropologia e os estudos culturais, se entregam ao trabalho de acompanhar grandes linhas discursivas (Lepselter, 2005). Há outras, entretanto, que se abrigam na tentativa de codificar as relações entre campos como a ufologia e a ciência (Cross, 2000). Sobre as últimas, ainda que disponham de apontamentos valiosos e *insights* inspiradores, muitas vezes terminam não conseguindo definir as paraciências senão partir de um ou mais atributos ausentes em relação à ciência. O mesmo movimento, também sugere uma suposição apressada sobre a unidade da Ciência, em relação a qual as paraciências poderiam ser comparadas.



Recentemente, ao produzir uma etnografia sobre a ufologia no Brasil, argumentei (Almeida,2015) pela necessidade de concentrarmos esforços de pesquisas nas ditas "paraciências", tratando-as em sua singularidade, assim evitando enquadramentos que ou bem as tomassem como uma ciência em degeneração ou como um tipo de mimesis mal feita da Ciência.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Antunes Rafael. *Objetos intangíveis: ufologia, ciência e segredo*.2015.508f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília.
- BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. London: Routledge,1976.
- COLLINS,HarryM.; PINCH, Trevor J. *The construction of the paranormal: Nothing unscientific is happening. The Sociological Review Monograph*, nº 27: On the Margins of Science: The Social Construction of Rejected Knowledge,1979.
- _____. (1982) *Frames of meaning: The social construction of extraordinary science*. London: Routledge & Kegan Paul, (1982).2009.
- COLLINS, HARRY. Some experiments in the Paranormal: the experimenter's regress revisited. In: COLLINS, Harry. *Changing order: Replication and induction in scientific practice*. University of Chicago Press, 1992.
- CROSS, Anne. *A confederacy of faith and fact: UFO Research and the Search for Other Worlds*.2000.237f. Tese (Doutorado em Sociologia) -Yale University,New Haven.
- LAGRANGE, Pierre. Enquêtes sur les soucoupes volantes: La construction d'un fait aux États-Unis (1947), et en France (1951-54).*Terrain: L'incroyable et ses preuves*, n. 14, p.92-112, 1990.
- _____. Diplomats without portfolios: the question of contact with extraterrestrial civilizations. In. LATOUR, Bruno;WEIBEL, Peter (org.) *Making thins public: Atmospheres of Democracy*. The MIT Press, 2005
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve.(1979) *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. Quand les anges deviennent de bien mauvais messagers.*Terrain: Revue d'ethnologie de l'Europe*, n. 14, p. 76-91, 1990.
- _____.*Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Riode Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Bauru: Edusc, 2002.
- LEPSELTTER, Susan Claudia. *The flight of the ordinary: Narrative, Poetics, Power and UFOs in the American Uncanny*.2005.299f. Tese (Doutorado em Antropologia)- University of Texas at Austin, Austin.
- SÁ, Guilherme José da Silva. *Antropologia e não modernidade: até que a ciência as separe*. Revista Ilha, v.17, n.2, ago-dez, 2015. pp-31-47.

O ZEBU INDIANO NO BRASIL CENTRAL: O PEDIGREE E A CONSOLIDAÇÃO DE UM MERCADO DE ELITE

Natasha Simeí Leal²⁷

O presente artigo, a partir da descrição de aspectos da consolidação do mercado de bovinos de elite brasileiro, anseia analisar uma tecnologia fundamental para o melhoramento de rebanhos bovinos: o pedigree. Este artefato, que é tanto um registro das relações entre ascendentes e descendentes que produzem parentesco, quanto um mecanismo que atesta, através da publicação de genealogias, pureza e distinção, desde o século XVIII, a partir das experiências do inglês Robert Bakewell, vem sendo sistematicamente utilizado para o “raceamento” de animais de criação.

Naquela época em que os saberes da economia fisiocrática propunham reformas para aprimorar as atividades do campo - como uso de cercas nas propriedades, formação de pastos para alimentar os rebanhos e o controle da reprodução através de estações de monta e de engorda - Bakewell, um criador de bovinos, cavalos e ovelhas consolidava um método, até hoje utilizado na seleção de animais: o *inbreeding* (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984). Através da realização de acasalamentos direcionados e consecutivos de um mesmo reprodutor com suas descendentes diretas - filhas, netas e bisnetas, Bakewell, concentrava em famílias bovinas um conjunto de atributos direcionados. O selecionador, assim, ao concentrar sangue, organizava linhagens de animais reprodutores.

As reses produzidas pelo método de *inbreeding*, puras, “de elite”, eram utilizadas em acasalamentos dirigidos com espécimes mestiços, desse modo, melhorando e apurando o rebanho. Mas eram os pedigrees publicados em *herd books*, que atestavam não só o fluxo do sangue e o parentesco entre esses animais raceados, mas a pureza e mesmo a nobreza desses espécimes.

O pedigree é um artefato fundamentalmente britânico, utilizado na seleção de animais, mas também pela aristocracia, que desde pelo menos o tempo vitoriano, o cultiva e consagra fervorosamente (Strathern: 1999; Silva: 2010). Mary Bouquet (1993) descreve que o princípio de

²⁷ Doutora e mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É pesquisadora do Hybris - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades - USP/UFSCar e do NuAP - Núcleo de Antropologia da Política - UFRJ/Museu Nacional.



reconhecer descendência a partir das linhas maternas e paternas expressos em pedigrees, implica em muito mais que um critério de pertença a um grupo, uma raça ou a uma família. Muito mais que evidenciar os mecanismos de hereditariedade, parentesco ou fluxo do sangue produz indivíduos, sejam eles homens ou animais, com distinção.

A antropóloga Sarah Franklin (2002) defende que o método de *inbreeding* e a publicação regular de genealogias animais inaugurada por Bakewell, produziu uma alteração substancial na pecuária bovina britânica, e mesmo mundial. As reses puras, com pedigree, que por essa razão passaram a angariar um alto valor de mercado, muito mais que simples reprodutoras, se tornaram verdadeiros repositórios, não só de material genético, como de um ideal racial. Engendrando assim, uma nova indústria consolidada na Inglaterra, mas que atualmente se destaca no Brasil, de “estoque de sangue e pedigree”.

No Brasil a publicação regular de pedigrees bovinos passou a acontecer alguns anos mais tarde que na Inglaterra, mas também produziu efeitos substantivos no estabelecimento de padrões raciais mais precisos e no comércio de bovinos, conforme demonstrarei nas páginas a seguir.

Como se sabe, contemporaneamente, o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. Ademais, comercializa os animais “de elite” mais caros do mundo. Esses espécimes queem razão de seu elevado mérito racial, têm suas células reprodutivas - sêmen ou embriões - comercializadas através de centrais de inseminação artificial e laboratórios para melhorar a qualidade de espécimes comuns, abatidos e, que não raramente, são vendidos por cifras milionárias em suntuosos leilões, são de elite porque têm pedigree.

Atualmente 80% dos bovinos abatidos no país são zebus. O Brasil exporta não só a carne, como a genética desse gado. Esses animais de origem indiana, da subespécie *Bostaurusindicus*²⁸, chegaram ao Brasil, intensamente, a partir da virada do XIX para XX até a década de 60 deste mesmo século. Criadores do Triângulo Mineiro, atentos às demandas da então emergente indústria mundial de carnes congeladas, realizaram sucessivas e longas expedições à Índia a fim de importar esses animais ao Brasil.

²⁸Em *À proposito do boi* (1994), Aline Figueiredo sugere que os primeiros bovinos, mamíferos ruminantes da ordem dos artiodáctilos, teriam aparecido durante o período do Mioceno, no Himalaia, e teriam originado uma grande família Bovídea, o gênero *Bos*. Esta teria se dividido em dois troncos básicos: o de tipo “auroque” ou *Bostaurustaurus* teria se espalhado pela Europa e África Setentrional e o de tipo “zebu”, *Bosbosindicus*, teria se estabelecido no sul da Ásia e na África Meridional.

Ora proibidas, ora permitidas pelo Estado, essas importações combinadas com promoção de feiras e julgamentos de gado, organização de associações de criadores, consolidação de saberes zootécnicos, uso de biotecnologias, comercialização destes espécimes em leilões, mas principalmente com a publicação regular de pedigrees, fizeram zebus de elite. Ademais o êxito do gado zebu no Brasil ajudou a consolidar uma elite de pecuaristas, os zebuzeiros, bastante influente política e economicamente.

Este artigo descreverá parte do processo de constituição do mercado de gado de elite brasileiro, que desde pelo menos a década de 30 se consagra em Uberaba-MG. Ao descrever uma breve história das importações de gado da Índia e do processo de melhoramento de zebus indianos no Brasil, pretende demonstrar como criadores de zebus (os zebuzeiros) elitizaram a si mesmos e ao gado que selecionaram através de uma maneira bastante original de produzir pedigrees.

A Pecuária, o Brasil e o Triângulo Mineiro

Como se sabe pelos trabalhos clássicos de Caio Prado Junior (1941), Capistrano de Abreu (1988), Celso Furtado (1959) e Werneck de Sodré (1941), os bois no Brasil, durante a colônia, foram usados especialmente para ocupar os sertões. Ao contrário da produção de outros bens, como a   ar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café, que sucessivamente foram produzidos para a exportação, a bovinocultura foi durante muito tempo uma atividade voltada ao mercado interno. Apesar de engendrar ciclos econômicos de vulto, como o do couro e das charqueadas, a pecuária bovina brasileira manteve-se “extensiva”, por várias décadas.

Isso não indica, todavia, que seleções dirigidas de animais não acontecessem no país. Nas pecuárias mais rudimentares, alguns espécimes, por suas características raciais eram utilizados e comercializados como reprodutores. Havia algum controle sobre a reprodução. Mas é somente no alvorecer da República que, de fato, uma “ nd stria de estoque de sangue e pedigree” brasileira começa a se consolidar e Uberaba, décadas mais tarde, se torna central na produção de zebus “de elite”.

É na virada do século XIX para o XX, que o Estado, antes monárquico e depois republicano, passou a investir em saberes da ciência aplicada a fim de incrementar a produção do campo²⁹

²⁹ Destes investimentos do Estado em saberes modernos para o fomento da vocação agrícola do país, vale destacar: a realização de congressos agrícolas no Rio de Janeiro e em Recife em 1878; a fundação do Instituto Agronômico de Campinas em 1887, que d  origem a ESALQ em 1892. A inauguração da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), também 1887, que foi fundamental para o estímulo a organização de uma pasta sobre o tema, o Ministério da Agricultura,  nd stria e Comércio, fundado em 1909. A guinada na pecuária brasileira tem também como marcos a

(Medrado: 2013, Leal: 2014). Com vistas a aliar o caráter essencialmente agrícola do país com a industrialização, patrocinava a publicação de manuais zootécnicos, inaugurava fazendas experimentais e escolas agrícolas.

Mas todos esses investimentos, especialmente na pecuária bovina, eram efeitos de uma conjuntura política e econômica maior, capitaneada pelas ações da Inglaterra de Bakewell. Se aqui no Brasil a carne bovina, até então, era um produto comercializado e produzido para abastecer o mercado interno, é precisamente na virada do século XIX para o XX que se torna uma demanda alimentar europeia.

A Inglaterra, apesar de o domínio de técnicas modernas de seleção e manejo de bovinos (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984)– como o *inbreeding*, o pedigree, o uso de cercas, rações e confinamentos – não tinha terras suficientes para desenvolver uma pecuária voltada ao abastecimento de um mercado mundial de carnes. Além disso, a Primeira Guerra provocou uma escassez de alimentos na Europa. Por essas razões, a Inglaterra, volta seus olhos a novos celeiros alimentares como Argentina e Brasil. Não só passa a fomentar a necessidade de consumo de carne entre suas classes trabalhadoras, como instala frigoríficos nesses países.

Diante dessa nova demanda, coube a elite ganadeira nacional modernizar-se. Era necessário não só, como sugeria Eduardo Cotrim (1913) no primeiro manual zootécnico brasileiro, reformar os edifícios das fazendas (a fim de desenvolver cercas, currais e confinamentos), aplicar cuidados veterinários em seus rebanhos, separar a produção em etapas – cria, recria e engorda – para a reversão da pecuária “selvagem” empreendida até então, mas principalmente, avaliar, do ponto de vista zootécnico, quais raças de bovinos eram mais adequadas para abastecer essa emergente indústria de carnes congeladas.

É importante destacar que a população bovina nacional, até meados do século XX, era majoritariamente composta por espécimes da subespécie *Bostaurustaurus*. Os primeiros rebanhos que aqui chegaram pelas mãos dos colonizadores eram miúdos, de raças autóctones da Península Ibérica tais como Andaluza, Barrosã, Mirandesa, Galega, Aroquesa e Brava, portanto, de origem europeia

publicação por Joaquim Travassos, em 1903, de três documentos, de nome “Monografias Agrícolas”, em que o autor não só analisa as diferenças entre bovinos de origem indiana e europeia, como faz uma defesa da necessidade do consumo de proteína animal. Em 1913 é publicado o primeiro manual zootécnico brasileiro, “A Fazenda Moderna”, de Eduardo Cotrim e em 1917 é realizada a Primeira Conferência Nacional de Pecuária.



(Figueiredo: 1994, Santiago: 1983). Ao acasalarem livremente, dando origem aos tipos mestiços nacionais Curraleiro e Pé-Duro, esses rebanhos acompanharam a faixa litorânea, de norte a sul, chegaram ao norte e também ao planalto e centro-oeste brasileiro.

Os poucos bovinos do oriente, da subespécie *Bostaurus indicus*, que chegaram aqui durante a colônia estavam nas mãos da nobreza. Zootecnistas e memorialistas (Domingues: 1966, Santiago: 1983) narram que Dom Pedro I mantinha na Fazenda Real de Santa Cruz um lote de zebus que ele importou no ano de 1826 da região do Rio Nilo. E Dom Pedro II, na metade deste século, teria ganhado de presente de um Marajá indiano um touro zebuino. Outros membros da nobreza, como o Barão do Paraná, que ganha tal título de Dom Pedro II exatamente por suas experiências de seleção e hibridação de animais de criação em sua fazenda de café no Vale do Paraíba, teria importado do Jardim Zoológico de Londres, junto com um casal de zebras, espécimes zebus. Mas a nobreza fluminense não utilizava estes zebus para produzir carne, leite ou mesmo para ocupar territórios. Nas mãos desta elite, como se pode notar, estes animais funcionavam como objetos de distinção.

E como Uberaba emerge no cenário agropecuário nacional? O Triângulo Mineiro, desde o século XVIII era parada de tropeiros que vindo do oeste do país ali paravam para descansar e seguir viagem ao norte do país e ao litoral a fim de comercializar o gado Curraleiro ou Pé-Duro. Era conhecido por suas boas pastagens. Era uma passagem, um entroncamento de caminhos. Ligava a sede da colônia às minas de Mato Grosso. Foi por esse caráter, de passagem, que se tornou nos séculos seguintes, um importante entreposto comercial.

Foram bois que fizeram o Triângulo se tornar mineiro (Lourenço: 2007). Tropeiros, ao pararem na região que na época pertencia à capitania Goiás, reclamavam de ter de pagar tributos para comercializar seu gado em Minas Gerais. Por esse motivo em 1816, o Triângulo é anexado à Minas, e em 1836, sua principal centralidade, o antigo Sertão da Farinha Podre, é elevada à vila, nomeada Uberaba décadas depois. Em meados do século XIX, o antigo Sertão da Farinha Podre recebe uma leva de povoamento. Fazendeiros e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais, com a decadência da mineração, migram para a localidade. Beneficiados com terras passam a investir mais sistematicamente na pecuária bovina.

Mas havia outros estímulos, além da qualidade e quantidade de terra, para desenvolver a pecuária bovina em Uberaba. A cidade era próxima de Barretos, localidade onde se instalaram os primeiros frigoríficos de capital inglês. Ademais, em 1889, a Companhia de Ferro Mogiana estende seus

trilhos até Uberaba, desse modo facilitando o escoamento de produtos, entre eles bois, para o porto de Santos.

O fato é que comerciantes e fazendeiros “triangulinos”, desde a virada do século XIX para o XX passaram a investir na compra de gado indiano, zebu. Primeiramente, na virada do século, trouxeram à Uberaba espécimes zebuínos da província do Rio de Janeiro que eram de propriedade de nobreza fluminense. Depois, através de sucessivas e longas viagens à Índia, passaram a importar zebras ao Brasil.

A primeira dessas expedições foi liderada por um mascate de gado, Theóphilo de Godoy³⁰. Natural de uma cidadezinha do Triângulo Mineiro, Estrela do Sul, viaja para Índia no ano de 1898. Retorna ao Brasil em 1904 com 15 cabeças de gado. Essa expedição é considerada por muitos zebuzeiros como um marco para história da pecuária, já que Godoy não apenas trouxe gado indiano ao Triângulo Mineiro, como sistematizou em seu diário, publicado na coluna “Do Brasil à Índia”, no Jornal O Araguari, os primeiros conhecimentos mais rigorosos sobre o manejo e eficiência das raças zebuínas.

Estimulados pelas informações de Godoy sobre a pecuária indiana e pelo emergente comércio mundial de carnes congeladas, outros criadores do Triângulo Mineiro passam também a patrocinar novas importações. Em 1906, o mascate Ângelo Costa traz de sua expedição à Índia 48 cabeças para o criador uberabense José Caetano Borges. Em 1907, mais 96 animais são importados. No ano de 1908 o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, passa a incentivar e autorizar estas importações. Em 1910 é a vez de Armel de Miranda, em 1914 de João Martins Borges. E assim foram feitas outras expedições e importações nos anos seguintes. Há registro de que entre 1904 - com o retorno de Godoy - até 1921, quarenta e cinco levadas de gado zebu são trazidas ao país, totalizando cerca de 5.500 reses. (Rezende e Borges Lopes: 2001, Santiago: 1983)

A aposta destas importações pioneiras, segundo criadores, zootecnistas e memorialistas (Santiago: 1983, Domingues: 1963, Silva: 1947), era a de que os zebras, mais resistentes às altas temperaturas e às verminoses do que os bovinos de origem europeia que chegaram durante a colonização, se adaptariam bem ao Brasil Central. Mas para tanto, era necessário trazer novos reprodutores para dar início a uma seleção mais rígida capaz de produzir animais “puro-sangue”.

³⁰ O diário, não só traz as impressões de Godoy sobre os animais zebras, mas sobre o “exótico” modo de vida dos indianos.

Joana Medrado (2013), uma historiadora, avalia essa aposta por um outro ponto de vista. Afirmar que se por um lado o investimento nestas importações pioneiras sugere um esforço em desenvolver uma “pecuária tropical” com o desenvolvimento de bovinos capazes de atender as demandas do clima e do ambiente do Brasil Central, as viagens à Índia, um destino “exótico”, eram uma opção de grupos rurais, que no período, eram relativamente *outsiders* política e economicamente.

Foram, exatamente, as intempéries destas expedições (a “audácia” destes primeiros exploradores, as longas viagens, as dificuldades nas compras e na importação destes animais) e, posteriormente, o controle sobre a propriedade de bovinos “raçadores”, o estabelecimento de um conjunto de critérios que definiam o padrão racial e as vantagens zootécnicas dos tipos indianos que fizeram dos fazendeiros “triangulinos”, os zebuzeiros, uma elite nacional. E que, não obstante, tornaram Uberaba, desde pelo menos a década 30 do século XX, a principal fornecedora de zebus puros, “de elite”, utilizados para aprimorar a qualidade dos rebanhos de corte nacionais.

Os zebus e o pedigree

A indústria de “estoque de sangue” de zebus no Brasil, desde o início do século XX, tem algumas especificidades. Um bovino “puro-sangue” brasileiro não é exatamente um bovino “puro-sangue” inglês. A criação destes espécimes se fez, e ainda se faz, ora pelo “refrescamento”, ora pela “concentração” do “sangue” destes “raçadores” ao longo das gerações. Era necessário lidar com as contingências da suspensão ou da permissão das importações de gado da Índia.

Como poucos “pareadores” importados deram origem às principais linhagens bovinas, o rebanho zebuino brasileiro é bastante “consanguíneo”. Se em alguns momentos, com vistas a promover a permanência de certas características hereditárias ao longo das gerações, realizava-se o *inbreeding*, acasalamentos entre indivíduos com elevado índice de parentesco, em outros se fez necessário promover cruzas entre espécimes não-aparentados, tanto para evitar doenças ou anomalias congênitas, quanto para multiplicar os rebanhos.

O fato é que criadores “triangulinos” inventaram uma maneira própria de se selecionar, “racear” e comercializar gado. Isto é muito valorizado no mercado de gado de elite contemporâneo. Porque este mercado no Brasil desenvolve mais que espécimes “raçadores” que aprimorarão a qualidade do gado abatido e encaminhado aos frigoríficos: os bovinos mais caros do mundo são brasileiros e zebus.

Se por um lado, o investimento na seleção destas reses gerou, indubitavelmente, efeitos na pecuária de corte (já que contemporaneamente mais de 80% do rebanho nacional é zebu), por outro desenvolveu um mercado paralelo à ela, fundamentado alguns critérios que não são exclusivamente pautados pelas necessidades de produtividade e eficiência da indústria da carne.

Vale lembrar que nem sempre esses bovinos foram utilizados para abastecer demandas alimentares. Foi precisamente o investimento dos criadores de Uberaba que tornaram esses tipos indianos tanto um produto para a indústria da carne, quanto espécimes “de elite”. Primeiramente, porque na Índia, os bovinos são considerados sagrados. Os hindus ortodoxos se recusam a matá-los e comer sua carne. Como a população é majoritariamente vegetariana, sua seleção não esteve direcionada à produção de carne como no Brasil. Até pouco tempo esses bovinos eram criados à solta e ocupavam suas funções fundamentais: fornecer leite e servir de tração. Inclusive, nos diários publicados pelos mascates e criadores de gado que foram à Índia buscar animais ao longo de toda a primeira metade do século XX, há interessantes passagens mostrando como os brasileiros, ao negociarem a compra de animais com camponeses indianos, garantiam que aqueles animais, ao virem pro Brasil, não virariam bifes³¹.

Ademais, em razão de sua origem, mas especialmente de seus contornos corporais que eram substancialmente diferentes dos contornos dos bovinos europeus (*Bostaurustaurus*) eram considerados “exóticos”. Charles Darwin ([1859] 2002), inclusive, no capítulo primeiro do clássico *Origem das Espécies*, menciona que as diferenças entre bovinos europeus e indianos eram tamanhas, nos hábitos, na voz, mas, principalmente, em virtude dos cupins dos segundos, que o levaram a pensar que descendiam de ancestrais distintos.

Na Europa eram animais de zoológico, que em virtude de seus cupins protuberantes, semelhantes a corcovas, eram exibidos junto com camelos. E quando chegaram ao Brasil, massivamente, nas primeiras duas décadas do século XX, pelas mãos dos criadores “triangulinos”, pecuaristas que trabalhavam com outras raças, especialmente as de origem europeia, disputando o então emergente mercado da carne capitaneado pela Inglaterra, diziam que os zebus eram “selvagens”, que sua carne era “dura” e “fétida” e que estes animais, do oriente, jamais conseguiriam ser domesticados.

³¹ Como de fato aconteceu. Os reprodutores importados não eram abatidos, eram reprodutores utilizados em acasalamentos com rebanhos nacionais.

Tal resistência ao gado indiano gerou efeitos na seleção e mesmo no comércio destes animais. Na década de 20, por exemplo, houve um embargo da Inglaterra na compra de carne brasileira por estar muito “azebuada” (Medrado: 2013). Em virtude disso, neste mesmo período, novas importações de gado da Índia vieram a ser completamente suspensas.

Em meio a essa resistência ao gado indiano, os zebuzeiros tiveram que enobrecer seus animais. Era preciso melhorar os descendentes desses bovinos importados. Era necessário provar que os zebus eram tão ou mais eficientes para a indústria da carne que os animais de origem europeia. E neste processo, criadores “triangulinos” trabalharam de maneira muito original as ideias “pureza” e “adaptação”.

Os zebus eram “prolíferos” e “rústicos”. Reproduziam-se sem perder suas características morfológicas originais. Como na Índia também viviam num clima tropical, tinham alta tolerância ao calor e adaptaram-se bem aos sertões brasileiros, e como já mencionei, teria sido esse o motivo de criadores brasileiros realizarem as importações pioneiras. Por comparação aos bovinos de origem europeia eram mais altos, “pernudos”, locomoviam-se bem nas estradas brasileiras, além de se alimentarem de capins grosseiros. Todos esses fatores, certamente, foram decisivos para que ocupassem as fazendas do Triângulo Mineiro e, posteriormente, do Centro-Oeste, do Sudeste e mesmo do Nordeste do Brasil.

Desde as primeiras importações da virada do século XIX para o XX os rebanhos brasileiros começavam a se “azebruar”. Essa capacidade de adaptação do gado indiano aos sertões brasileiros foi fundamental para que se imprimisse no gado nativo, Curraleiro ou Pé-Duro, através de cruzamentos não direcionados, características zebuínas como cupins acentuados. Mas os criadores de Uberaba, com vistas a melhorar seu gado para a indústria frigorífica, precisavam desenvolver espécimes “puros”, não ansiavam desenvolver “mestiços azebuados”. E a adaptação, isoladamente, não produzia “pureza”.

A pureza era passível de ser feita tanto através do controle do fluxo do “sangue” e, portanto, em tudo aquilo que através de acasalamentos dirigidos é capaz de ser transmitido de geração em geração (como teria ensinado Bakewell), quanto a partir do estabelecimento de um conjunto de critérios raciais, que os próprios zebuzeiros de Uberaba vieram a inventar. E que, não obstante, estavam implícitos nos pedigrees organizados a partir da década de 30.

Naquela década, em que importações de gado da Índia, em virtude de problemas sanitários, ainda permaneciam suspensas, pecuaristas de Uberaba que mantinham espécimes importados ou que

desenvolveram seus rebanhos a partir desses reprodutores, se organizaram em uma associação de classe, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro³². Essa associação passou a emitir, através da instituição de um Serviço de Registro Genealógico, os pedigrees de espécimes zebuínos.

Para que as reses recebessem pedigree não bastava que seus criadores indicassem a família ou a origem de seus animais. Ou seja, o parentesco, isoladamente, expresso em relações de ascendência e descendência, não garantia o registro genealógico. Os animais deveriam ter um conjunto de atributos, avaliados por técnicos vinculados à associação, que atestavam se elas tinham ou não os padrões de pureza racial.

John Walton (1984), ao analisar as técnicas de Bakewell e produzir uma história dos pedigrees na Inglaterra, descreve que o *inbreeding* e a publicação regular de pedigrees popularizada pelo selecionador, não garantia, exatamente, produtividade e funcionalidade nos rebanhos, tanto para a produção de carne, quanto para a de leite. Acima de tudo, segundo o autor, *inbreeding* e pedigree atestavam a transmissão e o estabelecimento de atributos estéticos nos bovinos. E isso parece ter algumas ressonâncias com o caso da seleção de zebus brasileiros.

Criadores uberabenses estabeleceram, entre outros critérios, que os animais de procedência mais fina, portanto, mais “puros” e aptos a receberem pedigree, deveriam ter orelhas protuberantes. E nesse período, passou-se a direcionar a seleção para desenvolvê-las nos rebanhos zebuínos.

Orelhas salientes não tornaram, exatamente, a carne dos zebus mais “macia” ou menos “fétida”, como argumentavam os criadores de gado europeu a respeito desses tipos. Tampouco fizeram com que esses bovinos engordassem ou reproduzissem com mais facilidade, isto já estava garantido pela capacidade de adaptação do gado indiano ao Brasil Central. Ou seja, as orelhas, definidoras da “pureza” do zebu, eram atributos, que não exatamente melhoravam esses animais para a indústria frigorífica. Mas que, paradoxalmente, enobreceram esse gado e seus criadores.

³²Faz-se necessário trazer uma questão que deixo para desenvolver em outro artigo e que foi tratada em minha tese de doutorado (Leal: 2014). Não é coincidência que precisamente a partir da década de 30, que as ações dessa sociedade de classe pecuaristas do Triângulo Mineiro, passem a ser bem-sucedidas. Foi com o governo Vargas que o movimento de integração nacional se consolida e que o Estado passa a incentivar a migração interna, explícita em grandes projetos, entre eles, a Marcha para o Oeste. Vargas é sempre mencionado pelos criadores uberabenses como alguém que teria incentivado a pecuária zebuína, mas esse apoio estatal, que certamente gerou efeitos para o êxito da pecuária zebuína, no entanto, isoladamente não dá conta de explicar a maneira original que esses criadores desenvolveram os pedigrees de seus animais.

Os uberabenses eram não só os donos destas reses, como os proprietários do saber necessário para criá-las, selecioná-las e, mas também admirá-las. E, desde então, passaram a vender zebusreprodutores por eles selecionados, utilizados para melhorar a qualidade de animais encaminhados aos frigoríficos, por um alto valor de mercado.

O zootecnista Octávio Domingues (1966), considerado o “patrono da zootecnia tropical” (ver Leal: 2014) já na década de 60 do século XX, tratou da ascensão dos zebus e também dos zebuzeiros. Ao discutir processos de seleção e melhoramento do gado indiano e suas funcionalidades para o mercado da carne, avaliou o porquê destes espécimes, outrora considerados “exóticos”, a partir da década de 30 do século XX com a publicação de pedigrees, passarem a angariar alto valor de mercado.

“Deu-se primeiro à conformação racial e não ao seu rendimento econômico. Isto tem uma explicação. Nas raças europeias instala-se logo o órgão que fiscaliza a manutenção de sua pureza. No caso das raças indianas, estas foram importadas e só muitos anos depois que se começou o registro genealógico. Fez-se um padrão para cada raça e na busca de animais puros guiava-se pela presença de certos caracteres denunciadores de sua pureza. E os julgadores se esmeravam em descobrir características próprias, sem nenhuma atribuição econômica. Este é o caso das orelhas, cujo desenvolvimento se exige como sinal de pureza. O animal melhor, no caso zebu, era o de externo mais perfeito. Essa era a garantia de sua pureza”.(Domingues: 1966, 260)

Eprossigue:

“[...] as raças indianas, ou na maioria delas, são ricas de características muito particulares, por vezes preciosas(forma da orelha, por exemplo, a orelha do Gir é uma obra de arte) e isto aguçou os peritos, no julgamento, e despertou, nos criadores, o instinto de colecionador, muito próprio do ser humano. Criar zebu passou a ser uma “cachaça”, tal a oportunidade de se poder colecionar boas cabeças, boas orelhas, bons chifres, boas gibas...E como todo colecionador, o zebuista não vacilava (e não vacila) em dar centenas de contos de reis por um belo par de orelhas, inimitáveis, pendentes de uma cabeça ultra convexa....” (Domingues: 1966, 260)

Quando os zebus são enobrecidos, através da seleção de espécimes “de elite” com orelhas acentuadas, os pecuaristas uberabenses enriquecem. Como eram os proprietários dos zebus mais “puros”, os vendiam a novos interessados por verdadeiras fortunas³³. Comerciantes e pecuaristas de

³³ Destes negócios de bovinos zebus por cifras altíssimas, as historiadoras Rezende e Borges Lopes (2001: 98), destacam: A venda do touro Gir, Aragão, no ano de 1941, por quinhentos mil cruzeiros. Em 1944, em uma exposição em Ribeirão Preto, o ministro Francisco Campos, oferece ao criador uberabense Mario Franco, dois milhões e quinhentos mil cruzeiros pelos reprodutores Nero e Mundial. No mesmo ano de 1944, a firma de importação Borges e Irmãos compra todos os bezerros Gir de Rodolfo Machado Borges e em janeiro de 1945, toda a produção de Torres Homem Rodrigues da Cunha por uma pequena fortuna, não especificada pelas autoras. Em 1945 acontece a maior transação concretizada no período: o reprodutor Tigre é adquirido por um milhão e duzentos mil cruzeiros.

todo país, ouvindo falar dos lucros fantásticos com o gado zebu, vinham para Uberaba. O traçado urbano da cidade, inclusive, é todo reformulado.

O Estado, então, volta seus olhos para a potencialidade agropecuária da região, instala fazendas-experimentais ali, inaugura um parque de exposições, além de desenvolver uma linha de crédito para a aquisição de zebus. Neste período, bancos são instalados em Uberaba, “zebuzeiros” erguem palacetes como suas moradas e em suas fazendas, constroem monumentos em homenagem ao gado indiano, abrem cassinos. Assim a cidade, consolida-se enquanto a centralidade inventora da pecuária de elite brasileira.

Nos anos 50 e 60 foram realizadas novas importações de gado da Índia. A orelha saiu de cena dando lugar a outros critérios e sinais de pureza. Mas desde o estabelecimento dos primeiros pedigrees na década de 30, esta estrita classe de pecuaristas, contemporaneamente, bastante endinheirada e influente politicamente, não só concentra em suas mãos os principais reprodutores que fornecem o conjunto de atributos que fazem a “raça” dos rebanhos de corte nacionais abatidos, como as dinâmicas de produção do preço e do valor dos zebus “de elite” vendidos por cifras milionárias em suntuosos leilões.

Considerações finais

Contemporaneamente, os atributos fenotípicos dos zebus como orelhas, mas também cupins e barbelas acentuadas, não são mais os únicos critérios que definem a “pureza” dos animais de elite, mas ainda são admirados nas “pistas” dos julgamentos e leilões onde estes espécimes são apresentados e comercializados. Outras tecnologias, como programas de aprimoramento genético, utilizadas desde a década de 90, são capazes de atestar tanto a maciez da carne destes reprodutores (mesmo sem abatê-los), quanto sua capacidade de gerar sêmen ou embriões “viáveis” que darão origem às reses que serão abatidas e encaminhadas aos frigoríficos. De certo ponto de vista, a produção atual de zebus de elite, valiosíssimos, justifica-se por estar mais afinada com o mercado da carne. Mas mesmo diante de todos os avanços da genética, o pedigree segue sendo uma tecnologia fundamental.

Nos leilões e julgamentos de zebus de elite, os pedigrees desses animais sempre são rememorados por leiloeiros, juízes de gado e criadores. E a Associação Nacional dos Criadores de Zebu (antiga Sociedade Rural do Triângulo Mineiro) possui um banco de dados completamente informatizado,

uma máquina que sistematiza as relações de parentesco dos zebus que recebem registro genealógico no Brasil.

Desde a década de 30, portanto, os pedigrees vêm produzindo as memórias genealógicas entre gerações zebuínas selecionadas por criadores do Triângulo Mineiro, operando como a uma espécie de garantia de transmissão do sangue e de atributos raciais hereditários, mas principalmente de pureza e distinção.

Bibliografia:

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1988.
- BOUQUET, Mary. *Reclaiming English Kinship*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- COTRIM, E. *A Fazenda Moderna*. Bruxellas: Typographa V. Verteneuil & L. Desment, 1913.
- DARWIN, Charles. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- DOMINGUES, Octávio. *O gado indiano no Brasil*. Historiografia, exterior, reprodução, criação, melhoramento. Editado pela Sunab, 1966. (Série Estudo, 1).
- FRANKLIN, Sarah. Dolly's Body: gender, genetics, and the new genetic capital. In: KALOF, L. e FITZGERALD, A (orgs). *The Animals Reader: the essential classic and contemporary writings*. Oxford and New York: Berg, 2002, p. 349-361.
- FURTADO, C. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.
- GODOY, T. *Do Brasil à Índia*. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no Jornal O Araguari, 1889
- LEAL, Natacha Simeí. *Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. Doutorado em Antropologia Social, FFLCH, USP, 2014.
- LOPES, Maria Antonieta Borges, REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *ABCZ: Histórias e histórias*. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.
- LOURENÇO, Luiz Gustavo Bustamante. *Das fronteiras do império ao coração da república*. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo 2007.
- MEDRADO, Joana. *Do pastoreio à Pecuária*. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História) - UFF, Rio de Janeiro, 2013.
- ORLAND, B. Turbo Cows: Producing a Competitive Animal in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries. In: SCHREPFER, S R. e SCRANTON, P. *Industrializing Organisms*. Introducing Evolutionary History. New York/London: Routledge, 2003, p. 167-189.
- PRADO JR. C. P. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SANTIAGO, A. A. *O Nelore*. São Paulo: Editora dos Criadores, 1983.
- SILVA, A. B. *O Zebu da Índia e no Brasil*. S. Ed. Rio de Janeiro, 1947.
- SILVA, M. F. 1871: o ano que não terminou. *Revista Cadernos de Campo*, v. 19, p. 326-336, 2010.
- SODRÉ, N. W. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: Olympo, 1941.
- STRATHERN, M. *After Nature. English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WALTON, J. Pedigree and productivity in the British and North American cattle kingdoms before 1930. *Journal of Historical Geography*, v. 4, outubro de 1999, p. 441-462.

ENTRE ÍNDICES E SENTIMENTOS: NOTAS SOBRE A CIÊNCIA DO BEM-ESTAR ANIMAL

Graciela Froehlich

Resumo: O relatório do Comitê Brambell (1965) é até os dias de hoje reconhecido por definir o bem-estar animal através do respeito às chamadas “cinco liberdades” aos animais: os animais devem estar livres de fome e de sede; livres de desconforto; livres de dor, de maus-tratos e de doenças; livres para expressar seu comportamento natural e livres de medo e de tristeza. Entretanto, deixou como legado também um pedido aos cientistas – veterinários, zootecnistas, biólogos – para que voltassem suas pesquisas ao tema do bem-estar animal a fim de definir o termo com maior precisão e desenvolver índices e parâmetros para que as condições em que vivem os animais, especialmente aqueles criados com fins alimentares, pudessem ser melhor avaliadas e mensuradas (Brambell et al, 1965, p.10). Como demonstrou Kirk (2014), o bem-estar animal foi gradualmente reconfigurado de um conceito político-filosófico para um conjunto de práticas fundamentado nas ciências (Kirk, 2014, p.252). Neste artigo me dedico a pensar em alguns dos desdobramentos na reconfiguração científica do bem-estar animal, que tem como marco o relatório do Comitê Brambell citado acima. A partir de dois relatos sobre pesquisas em bem-estar animal, reflito também sobre os sentidos que adquirem termos como indivíduo, ambiente e interação na ciência do bem-estar animal.

Introdução

As formas com que nos relacionamos com os animais são objeto de reflexão há muitos séculos, como demonstrou o historiador Keith Thomas (2010), ao estudar as diferentes posturas e concepções em relação às plantas e aos animais nos trezentos anos que precederam a industrialização na Inglaterra. O autor argumenta que textos do medievo já apresentavam traços de preocupação moral com a crueldade praticada contra os animais (p.214-15), embora uma característica marcante da maioria dos escritos do período seja a possibilidade de a crueldade contra os animais desencadear a crueldade contra os seres humanos. O autor afirma que as bases intelectuais para a campanha contra a crueldade aos animais podem ser encontradas na “tradição cristã (heterodoxa) segundo a qual o homem devia cuidar da criação divina. Foi reforçada pela dissolução da velha tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade; e finalmente se consolidou graças à ênfase na sensação e no sentimento como os fundamentos autênticos para a consideração moral” (Thomas, 2010, p. 256-57). Para o autor, a industrialização e a urbanização crescente, na qual os animais se tornaram cada vez mais alijados do processo produtivo, foram determinantes no advento de novas sensibilidades e atitudes em relação aos animais, especialmente no século XVIII. Além disso, para Thomas, os primeiros protestos do século XVIII e

as primeiras legislações do XIX caracterizam-se por uma preocupação marcadamente econômica ao proteger exclusivamente os animais de criação. No mesmo período o autor percebe muitas contradições no que tange às sensibilidades aos animais, tais como críticos das práticas de caça que não se opunham à pesca, livretos contra a briga de galos feitos com couro de vacas (idem, p.270), e assim por diante. A preocupação com o bem-estar dos animais não motivou, de modo geral, o abandono da dieta carnívora: “se o animal era comestível, então somente a crueldade “desnecessária” era proibida” (Thomas, 2010, p.270).

As ideias de bem-estar animal, mesmo em seus desenvolvimentos posteriores, não questionam a morte animal inerente à produção de carne, tal como o fazem os movimentos de libertação animal; desnecessário é o sofrimento – em seus variados graus –, e não a morte em si. O debate atual sobre o bem-estar dos animais de produção preservou duas características percebidas por Thomas no contexto inglês dos séculos XVIII e XIX, ao conjugar a evitação do sofrimento considerado desnecessário com a possibilidade de ganhos financeiros a partir da implementação de práticas de bem-estar animal em granjas, fazendas e frigoríficos. A ciência do bem-estar animal aparece num contexto de aprofundamento dos questionamentos em relação à produção animal e dos métodos nela empregados, definindo e redefinindo parâmetros tanto para o sofrimento quanto para o bem-estar dos animais. Como demonstrou Kirk (2014), o bem-estar animal foi gradualmente reconfigurado de um conceito político-filosófico para um conjunto de práticas fundamentados nas ciências (Kirk, 2014, p.252).

Para pensar a abordagem científica do bem-estar animal, dedico o item seguinte ao relatório produzido pelo Comitê Brambell, em 1965 na Inglaterra, que fornece as primeiras indicações para uma ciência voltada ao bem-estar dos animais de produção. Em seguida, a partir de dois relatos de experimentos científicos, reflito sobre os sentidos que adquirem termos como indivíduo, ambiente e interação na ciência do bem-estar animal.

O Comitê Brambell e a definição das “5 Liberdades”

Um dos marcos na trajetória científica do bem-estar animal é o relatório do Comitê Brambell, publicado na Inglaterra, em 1965. O estabelecimento desta comissão, encarregada de avaliar o bem-estar dos animais em sistemas de pecuária intensiva naquele país obedeceu, nos termos do seu relatório final, à inquietude pública em relação às formas com que eram criados os animais sob sistemas crescentemente industriais. De acordo com a publicação, a intensificação dos métodos de produção animal deveu-se a coerções econômicas sobre os pecuaristas, que

sentiram-se pressionados a produzir em maior quantidade ao mesmo tempo em que se impunha a necessidade de economizar terra e força de trabalho. Os métodos empregados na aceleração da produção, como o confinamento dos frangos, porcos e galinhas poedeiras em pequenos cercados, a falta de luz e ventilação desses ambientes, bem como o corte das caudas dos porcos e dos bicos das aves, se tornaram, de acordo com o Relatório, aos poucos inaceitáveis para os consumidores. A obra *Máquinas Animais*, de Ruth Harrison foi particularmente importante nesse contexto de aprofundamento das sensibilidades em relação aos animais, e sua publicação, no ano anterior à publicação do relatório, teria forçado o governo inglês a criar o referido comitê (Fraser, 2012).

O relatório do Comitê Brambell é até os dias de hoje reconhecido por definir o bem-estar animal através do respeito às chamadas “cinco liberdades” aos animais. São elas: os animais devem estar livres de fome e de sede; livres de desconforto; livres de dor, de maus-tratos e de doenças; livres para expressar seu comportamento natural e livres de medo e de tristeza. Um boi que passa sua vida comendo capim em uma pastagem extensa, não necessariamente têm suas liberdades respeitadas, o que poderia ser pressuposto pelo fato de o mesmo boi desfrutar de um maior espaço de locomoção do que aqueles criados em regime de confinamento. Caso ele esteja doente e não receba o tratamento adequado, por exemplo, sua liberdade de “dor e desconforto” não foi respeitada pelos humanos responsáveis, ainda que ele disponha de maior espaço para “expressar seu comportamento natural”, outra liberdade a ser garantida a ele. As necessidades dos animais devem ser satisfeitas independentemente do ambiente em que estes se encontrem, pois elas têm relação direta com determinadas necessidades como comer e beber, mas também não sofrer com o medo e a tristeza.

De acordo com o relatório, bem-estar é um termo amplo, que diz respeito tanto às condições físicas quanto mentais dos animais (Brambell et al, 1965, p.9). À época – e em diferentes contextos, ainda hoje – o bem-estar dos animais estava relacionado somente a índices de produtividade, tais como ganho de peso dos bois e taxa de postura de ovos, para o caso de galinhas poedeiras, por exemplo. Uma leitura positiva ou negativa do bem-estar animal era feita, portanto, somente a partir do rendimento desses animais: se as galinhas estivessem colocando muitos ovos, os bois engordando diariamente e as porcas matrizes fazendo nascer muitos filhotes, esses animais estariam em condições de bem-estar. Mas o relatório apontou que, por vezes, um crescimento acelerado é antes o sintoma de alguma disfunção no organismo do que um sinal de saúde e bem-estar dos animais e deve ser analisado conjuntamente com outras variáveis, como a

qualidade da plumagem, o brilho nos olhos e a satisfação ou alegria dos animais. Entram no cálculo de bem-estar os sentimentos e as emoções dos animais, bem como a sua expressão.

Para os autores do relatório é indubitável que os animais demonstrem sinais de dor, sofrimento, tristeza e frustração. Ainda que eles não sofram exatamente da mesma forma que os humanos – é feita esta ressalva – é igualmente aceito que eles sofram de formas semelhantes. A avaliação destes sentimentos é feita por analogia com os sentimentos humanos a partir da observação das reações, do comportamento, da saúde e da produtividade dos animais, que não deixou de ser um elemento de mensuração.

Para além da definição do bem-estar animal como o respeito às “5 Liberdades”, o Comitê Brambell, deixou como legado também um pedido aos veterinários, zootecnistas, etólogos (os cientistas do comportamento animal), e biólogos, para que voltassem suas pesquisas ao tema do bem-estar animal a fim de definir o termo com maior precisão e desenvolver índices e parâmetros para que as condições em que vivem os animais, especialmente aqueles criados com fins alimentares, pudessem ser melhor avaliadas e mensuradas (Brambell et al, 1965, p.10). Além disso, afirmou que o conhecimento das necessidades comportamentais dos animais de produção poderia ser de grande valor econômico para a indústria (p.10), e que o respeito ao bem-estar dos animais de produção poderia se tornar um aliado dos produtores, e não um empecilho às suas atividades produtivas.

Como demonstrou David Fraser (2012), o relatório do Comitê Brambell forneceu uma agenda para os estudos científicos em bem-estar animal (p.123), que desde então têm se desdobrado em definições e questões cada vez mais pontuais. Como área acadêmica, a ciência do bem-estar animal tem cerca de três décadas de existência (Molento, 2007) e é marcada por um caráter multidisciplinar. As pesquisas recebem diferentes ênfases conforme os campos de pensamento aos quais os cientistas encontram-se associados, sendo os principais, a teoria da evolução, a biologia do estresse, mas também o estado afetivo e de saúde dos animais (Fraser, 2012, p.118). Sordi (2013) assinala como inovação desta “ideologia zootécnica” bem-estarista o reconhecimento de uma certa subjetividade dos animais, pensados anteriormente apenas como máquinas de conversão de capim em carne (ou ovos, ou leite). A tensão existente entre o animal enquanto mercadoria e o animal enquanto um ser vivo não é todavia eliminada, mas antes aprofundada: “em relação ao animal subjetivado, [a ciência do bem-estar] garante o respeito à sua integridade ética; e em relação ao animal objetivado, garante a qualidade e a integridade da sua carcaça” (Sordi, 2013, p.10). Essas novas composições parecem sugerir o advento de um “novo

animal de produção”, que não seria mais uma máquina ou um objeto, mas um ser vivo capaz de sofrer e sentir, que precisa de uma vida melhor para também produzir em melhores qualidade e quantidade.

Os animais de produção como indivíduos sencientes

A ciência do bem-estar animal preocupa-se fundamentalmente com a adaptação dos animais aos sistemas industriais de produção. Se o sistema como um todo não é colocado em questão, as reformas pontuais se multiplicam e motivam um engajamento crescente de pesquisadores no tema. Segundo o Relatório do Encontro de Especialistas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), são três os maiores objetivos da ciência do bem-estar animal: “melhorar a saúde básica e funcional dos animais; evitar o medo, dor e de outros estados negativos; e permitir que os animais vivam de uma maneira para a qual eles estão adaptados” (FAO, 2008). As pesquisas relatadas abaixo ilustram, nos termos do relatório, os objetivos acima transcritos e serão utilizadas aqui para pensar algumas das características da ciência do bem-estar animal.

Na Suécia, uma série de estudos usou os métodos de patologia para identificar o modo como os diferentes modelos de desenho de gaiolas disponíveis no mercado podem gerar lesões em galinhas poedeiras. Os estudos mostraram que as galinhas desenvolveram lesões podais quando o piso estava demasiadamente inclinado, lesões no pescoço se o comedouro fosse muito profundo ou instalado num local muito elevado não permitindo fácil acesso, assim como unhas exageradamente compridas se não houvesse material abrasivo sobre o piso onde a galinha pudesse gastá-las. As pesquisas levaram a um desenho de gaiolas mais eficiente que melhorou a saúde e a produtividade das aves, e também tornaram a base das normas do bem-estar animal na União Europeia (Tauson, 1998 *apud* FAO, 2008).

A artificialidade dos ambientes em que são criados os animais na indústria de ovos, leite e carne levantam algumas das maiores críticas a esse modelo de produção. Tais recintos, quando muito pequenos, pouco arejados e superlotados tendem a provocar nos animais comportamentos estereotípicos, definidos por Temple Grandin como “comportamentos anormais repetitivos, invariáveis (...) e aparentemente sem motivo” (Grandin e Johnson, 2010, p. 10), como lambar as cercas dos currais, mastigar sem haver alimentos na boca e girar em torno do próprio corpo. Tais estereotípias manifestam condições em que o bem-estar desses animais encontra-se prejudicado e tornam-se indexadores utilizados pelos técnicos para detectar estados de estresse e, portanto, de ameaça ao seu bem-estar.



O comportamento dos animais é, para Grandin, um dos indicadores de seu estado emocional (idem, p.19) e, portanto, do seu bem-estar. Na obra “O Bem-Estar dos Animais”, Catherine Johnson e Temple Grandin (2010) defendem a centralidade das emoções na promoção e avaliação das condições de vida dos animais: “minha teoria é que o ambiente em que os animais vivem deve ativar as suas emoções positivas tanto quanto possível, e não as negativas mais do que o necessário” (Grandin e Johnson, 2010, p.9). Devem ser evitadas situações que provoquem raiva, medo e pânico nos animais e estimuladas as emoções relacionadas ao brincar e à busca. Toda a teoria desenvolvida pelas autoras nessa obra parte da premissa de que os animais possuem os mesmos centros de emoções básicas no cérebro que os humanos e que têm, portanto, o mesmo objetivo, qual seja, sentirem-se bem, usufruírem de emoções positivas e não sofrerem com as negativas.

Para Fraser (2012), as condições artificiais dos ambientes causam sim problemas para o bem-estar dos animais, porém, a busca por ambientes naturais, ou o mais próximo possível de um ambiente natural, nem sempre implica uma melhora nas condições de vida dos animais (p.250). Qual seria, por exemplo, o ambiente ideal para as modernas galinhas poedeiras que, através de décadas de seleção e melhoramento genético são hoje capazes de deslocar o cálcio dos próprios ossos para a casca dos ovos que produzem?

Para Temple Grandin, o enriquecimento ambiental é a alternativa para aqueles animais que não vivem no ambiente considerado natural ou próprio da espécie, ou seja, construções humanas para os animais, como chiqueiros, currais e galinheiros. Tais espaços devem ser construídos de modo a manter os animais ocupados (p. 29), o que pode ser alcançado, por exemplo, equipando-se as gaiolas das galinhas poedeiras com ninhos e poleiros (p.236). Na discussão acerca do ambiente ideal para os animais de produção fica patente uma oposição entre natural e artificial que reitera a separação do humano, do construído, daquilo que seria considerado como o ambiente natural, divisão característica da constituição moderna (Latour, 2009).

O ambiente em que vivem não é, entretanto, a única fonte de sofrimento para os animais de produção. O manejo racional, fundado no conhecimento da fisiologia e do comportamento natural dos animais de produção, deve substituir o uso da força física e da violência no trato com os animais:



Estudos na Austrália mostraram como o manejo grosseiro dos animais pode levar a um medo prolongado em relação aos humanos e reduções de produtividade correspondentes. Um estudo envolvendo 66 fazendas leiteiras mostrou que, nas propriedades onde o pessoal manejava o gado com dureza, os animais apresentaram uma resposta persistente de medo às pessoas, tinham níveis mais elevados do hormônio cortisol no leite (relacionados ao estresse) e menor produção leiteira. Os resultados indicaram uma resposta duradoura de estresse causada por medo crônico aos humanos, o que interfere nos processos hormonais necessários para a produção e liberação do leite. Essa pesquisa levou a programas de treinamento que ensinam métodos de manejo com baixo nível de estresse (Hemsworth et al. 2000 *apud* FAO, 2008).

No estudo descrito acima, os animais são dotados de capacidade de resposta aos comportamentos dos humanos. De acordo com esta visão, quando os manejadores agem com violência em relação aos animais, estes últimos tendem a desenvolver medo dos humanos, o que leva a situações de dor, estresse e sofrimento aos animais. A relação entre os animais e os humanos que com eles trabalham é capítulo importante nas discussões de bem-estar animal no meio científico e nas políticas públicas destinadas a sua implantação. Tais políticas se embasam nos argumentos científicos sobre bem-estar animal, e no que respeita às relações entre humanos e animais, defendem que “é necessária a *modificação na forma de perceber os animais*, pelos colaboradores, não apenas como um produto de valor comercial, mas sim como *seres sencientes*, ou seja, com capacidade de sofrer, sentir dor, prazer, satisfação” (Ludtke et al, 2012, p.17 grifos dos autores).

No âmbito do bem-estar animal a interação é o paradigma para se pensar a relação entre humanos e animais, como demonstram também os títulos de alguns dos trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema: “Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras”; “O reflexo da interação amigável entre humanos e bovinos no bem-estar da fazenda”; “Interação humano e bovino de leite”. Os pesquisadores reconhecem que avanços em pesquisa genética, que cria animais mais precoces e provedores de uma carne mais macia, precisam andar lado a lado com um tratamento positivo dos animais: “observa-se que não basta ter a melhor genética, a alta produtividade, a nutrição equilibrada e de boa qualidade, se o manejo com os animais está sendo incorreto” (Oliveira; Bortolli; Barcellos, 2008, p. 292). Interação é, assim, um conceito utilizado tanto por veterinários quanto por zootecnistas nas avaliações de bem-estar animal e diz respeito especificamente às relações que tratadores mantêm com os animais sob os seus cuidados. Interações negativas resultam em declínio no nível de bem-estar, e interações positivas, no seu melhoramento.

De acordo com Porcher (2010), o conceito de interação usado por etólogos na ciência do bem-estar animal se resume a analisar as reações dos animais frente a determinados estímulos humanos, por exemplo, aplicar um choque elétrico no animal e ver como ele reage. Para a autora, um porco em uma situação experimental é muito diferente do porco na fazenda e o estudo das relações entre humanos e animais exigiria uma abordagem que levasse em consideração as relações reais entre ambos no contexto das fazendas (Porcher, 2010, p. 11). O animal para o qual a ciência do bem-estar volta suas análises é o animal percebido como organismo biológico, senciente e capaz de expressar suas vontades através do seu comportamento. Tal abordagem, segundo a autora, não considera termos próprios dos animais, deixando-os presos àquilo que os humanos esperam, ou não, deles (Porcher, 2010).

A consideração dos animais enquanto indivíduos está na base de todas as formulações acima elencadas. Assim como a dor (Luna, 2008), o bem-estar dos animais é qualificado e analisado enquanto uma experiência individual. É o que se percebe na definição de Donald Broom, neurocientista da universidade de Cambridge, para quem o bem-estar animal corresponde ao “estado de um indivíduo no que diz respeito às suas tentativas de se adaptar ao seu ambiente” (Broom, 2005). A teoria da evolução é marcante nos estudos do pesquisador, notável também pelo desenvolvimento de indicadores para o bem-estar dos animais. A capacidade adaptativa dos animais é passível de mensuração, e sua qualidade pode oscilar, segundo o autor, entre um polo “muito bom” e outro “muito ruim” (Broom, 1991). São indicadores de um bem-estar ruim, por exemplo, a redução da expectativa de vida, o crescimento debilitado, os problemas reprodutivos, os comportamentos estereotípicos, as doenças, os ferimentos, a imunossupressão (redução na capacidade de defesa do organismo aos agentes patológicos) e também índices elevados de atividade adrenal. O bem-estar dos animais, no entender de Broom, não deve ser analisado somente com base nos sentimentos subjetivos dos animais (1991, p. 4174), mas depende do conhecimento das suas preferências, e, ao tomá-las como base, pode-se proporcionar melhorias nas condições de adaptação – evitando-se problemas como os acima listados e, conseqüentemente, elevando-se o grau de bem-estar dos animais.

O estresse mencionado no excerto da pesquisa também é uma característica que remete imediatamente ao indivíduo, ainda em vida, mas também quando já transformado em carcaça. No que diz respeito à indústria do gado de corte, o estresse é um dos fatores considerados prejudiciais à qualidade da carcaça e do produto final carne, que, industrialmente, é categorizada em DFD – escura, dura e seca – e PSE – pálida, flácida e exsudativa. Enquanto o estresse no

momento do abate é gerador de uma carne PSE (pela redução de Ph e alta temperatura muscular), os animais que sofrem estresse prolongado antes do abate – desde o transporte e o período de espera nos frigoríficos – geram, por sua vez, carnes DFD (pelo esgotamento das reservas de glicogênio e níveis elevados de Ph) .

Para Porcher (2011) as considerações científicas sobre bem-estar animal falham em não considerar a transmissão de sofrimento entre humanos e animais nos sistemas de criação (p.4). Estresse e ansiedade remetem ao indivíduo e não à situação global que os agentes reciprocamente constituem: “o estresse refere-se à biologia; ele pode ser avaliado, conceitualizado, explicado etc. Estresse é um problema individual, enquanto o sofrimento é um problema coletivo (2010, p. 13 tradução minha). Ao mesmo tempo em que compartilham suas condições de vida, animais e humanos compartilham também as mesmas doenças, estresse e cansaço que a produção em larga escala ocasiona (Porcher, 2011). Avaliações baseadas em indicadores individuais falham, segundo a autora, em resolver o problema que a totalidade das circunstâncias coloca: o compartilhamento do sofrimento. A racionalidade que preside as avaliações de bem-estar interessa-se pelos agentes – tanto humanos quanto animais – em sua individualidade, produtividade e capacidade de geração de renda e lucratividade, ignorando o compartilhamento de vida e de condições de vida, em que o sofrimento apareceria como uma das dimensões possíveis.

Embora o sistema produtivo industrial, que desencadeia os problemas aos quais a ciência do bem-estar animal se debruça, seja o alvo da maior parte das análises e recomendações dos estudos, ele não é colocado em questão nas pesquisas como uma fonte primeira do “mal-estar” que a ciência do bem-estar animal visa solucionar. Assim, são as medidas pontuais para melhorar as condições de vida e de morte dos animais submetidos a esse sistema produtivo que dão substância a essa ciência. Segundo Toschi Maciel (2009), “a proposta de bem-estar por ser de reforma e não de ruptura, teve boa assimilação no processo de reestruturação ecológica do mercado de alimentos, devido às possibilidades de, com novas tecnologias, minimizar o mal-estar animal, concomitantemente, a agregação de valor no produto final que gera aumento na receita” (p.185). Passam a entrar no cálculo da indústria e das avaliações de bem-estar animal o estresse, o sofrimento, as liberdades e as necessidades dos animais, pensados agora como indivíduos. Assim, a ciência do bem-estar animal atualiza as tensões entre o animal como um ser vivo e como um produto, subjetivando-os ao dotá-los de senciência e consciência – além das características acima descritas –, sem perder de vista seu estatuto de animal de produção.

Referências Bibliográficas

- BROOM, Donald M. Animal welfare: concepts and measurement. *Journal of Animal Science*. N. 69, 1991. p. 4167,-4175.
- _____. *Animal welfare: the concept of the issues*. In: DOLLINS, Francine L. Attitudes to Animals. Views in Animal Welfare. New York: Cambridge University Press, 2005.
- FAO. Relatório do Encontro de Especialistas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i0483o.pdf>.
- FRASER, David. *Compreendendo o bem-estar animal: a ciência no seu contexto cultural*. Londrina: Edue, 2012.
- GRANDIN, Temple e JOHNSON, Catherine. *O bem-estar dos animais*. Proposta de uma vida melhor para todos os bichos. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HONORATO, Luciana Aparecida et al. Particularidades relevantes da interação humano-animal para o bem-estar e produtividade de vacas leiteiras. *Cienc. Rural* [online]. V.42, n.2, 2012. p. 332-339.
- KIRK, Robert. "The invention of the 'Stressed Animal' and the Development of a Science of Animal Welfare, 1947-86". In: Cantor D, Ramsden E, (Ed.). *Stress, Shock, and Adaptation in the Twentieth Century*. Rochester (NY): University of Rochester Press, 2014.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- LOPES, K.R.F.; BATISTA, J.S.; DIAS, R.V. da C.; SOTO-BLANCO, B. Influência das competições de vaquejada sobre os parâmetros indicadores de estresse em equinos. *Ciência Animal Brasileira*, v. 10, n. 2, p. 538-543, abr./jun. 2009.
- LUDTKE, C.; CIOCCA, J.R.P; DANDIN, T; BARBALHO, P.C; VILELA, J.A; FERRARRINI, C. 2012. *Abate Humanitário de Bovinos*. Rio de Janeiro: WSPA.
- LUNA, Stelio Paca Loureiro. *Senciência e dor*. Anais do I Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar animal. Recife – PE, 2008. Disponível em: [http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisbioetica\[1\].pdf](http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisbioetica[1].pdf)
- MOLENTO, Carla F. M. Bem-estar animal: qual é a novidade? *Acta Scientiae Veterinariae*. 35(Supl 2): p. 224-226, 2007.
- NOSKE, Barbara. The Animal Question in Anthropology: A Commentary. *Society and Animals Journal*, vol 1, n. 1, 1993. p. 185-190.
- OLIVEIRA, C. B.; BORTOLI, E. C.; BARCELLOS, J. O. J. Diferenciação por qualidade da carne bovina: a ótica do bem-estar animal. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 38, n. 7, 2008. p. 2092-2096.
- PARANHOS DA COSTA, Mateus & ROSA, Marcelo Simão da. Contribuição dos estudo de comportamento de bovinos leiteiros para melhorar o bem-estar nas fazendas. 2009. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2009_3/comportamento/index.htm.
- PETERS, M.D.P.; BARBOSA SILVEIRA, I.D.; RODRIGUES, C.M. Arch. Zootec. 56 (R): 9-23. 2007.
- PORCHER, Jocelyne. The relationship Between Workers and Animals in the Pork Industry: A Shared Suffering. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. 24, nº 1, 2010, p. 3-17.
- _____. *Vivre avec les animaux. Une utopie pour le XXI siècle*. Paris: La Decouverte/M.A.U.S.S, 2011.
- BRAMBELL, W.R. et al. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. Londres, 1965.

SORDI, Caetano. *Os animais de produção, novos corpos-que-sofrem*: morte, sofrimento e a profissionalização do bem estar no contexto da pecuária de corte brasileira. In: V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto, 2013, Vila Real (Portugal). Programa - V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA) - Antropologia em Contraponto, 2013. p. 39-39.

TOSCHI MACIEL, Carolina. *Bem-Estar Animal*: desafios sociais de um termo em construção. 137f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ARTIGOS ● ● ●

IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ACERCA DA EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA BOLIVIANA NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Gabriel Galdino Gomes*³⁴

*Mariana Morena Pereira*³⁵

Resumo: A partir da perspectiva histórica e econômica acerca do fenômeno migratório, o presente artigo busca refletir sobre o processo de inserção dos imigrantes bolivianos no mercado de trabalho brasileiro, enfocando a imigração indocumentada no estado de São Paulo. Assim, busca-se traçar uma análise dos aspectos que levam a situação de superexploração dessa mão-de-obra, bem como os principais fatores que dificultam a legalidade deste grupo no país. Nesse sentido, admite-se que a legislação migratória brasileira vigente possui lacunas em relação as questões trabalhistas, as quais acabam por viabilizar às grandes redes de indústrias localizadas em São Paulo a aproveitarem esta oferta de mão-de-obra boliviana, já depreciada. Mediante esta estratégia essas empresas tendem a atingir resultados positivos em seus níveis produtividade, uma vez que perpetuam as condições precárias de trabalho. A falta de vigilância por parte do governo brasileiro é fator determinante no êxito de lucro e maior produtividade das empresas em questão, as quais utilizam práticas como o *dumping social* para otimizar ainda mais seus ganhos no mercado doméstico e internacional.

Palavras-chave: Imigração boliviana; exploração de trabalho; empresas multinacionais; São Paulo.

Abstract: From the historical and economic perspective on the immigration phenomenon, this article seeks to reflect on the process of integration of Bolivian immigrants in the Brazilian labor market, focusing on undocumented immigration in the state of São Paulo. Thus, it seek to draw an analysis of the aspects that lead to situation of overexploitation of the hand labor, as well as the main factors that hinder the legality of this group in the country. In this sense, it is assumed that the current brazilian immigration laws has gaps regarding labor issues, which ultimately enable the large network industries located in São Paulo to take advantage of this offer of hand labor Bolivia, already depreciated. By doing so these companies tend to achieve positive results in their productivity levels, once they perpetuate the poor working conditions. The lack of monitoring by the Brazilian government, is a determining factor in the profit of success and increased productivity of the companies in question, which use practices such as *social dumping* to further optimize their gains in the domestic and international markets.

³⁴ Acadêmico do sexto semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, endereço eletrônico: gabrielgaldinogomes@gmail.com

³⁵ Acadêmica do sexto semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, endereço eletrônico: mariana_morena30@hotmail.com

Word keys: Bolivian immigration; exploitation of labor; multinational corporations; São Paulo.

INTRODUÇÃO

As imigrações internacionais do século XXI constituem um reflexo das assimetrias das relações sócio-econômicas vigentes no ambiente externo. A imigração boliviana, ligada ao trabalho em condições precárias no setor de confecção da capital do estado de São Paulo obteve visibilidade a partir da década de 1990 e constitui uma das tendências dos “novos fluxos migratórios” do Estado boliviano para o Brasil.

Após um passado histórico de recepção e exportação de mão-de-obra imigrante estrangeira, nota-se no Brasil um novo fluxo migratório ligado a diversas questões sociais e econômicas ligadas a sociedade boliviana. Dessa forma, a Bolívia se constitui em um pólo de emigração de mão-de-obra, devido a baixa expectativa de desenvolvimento do país, que se origina em sua estrutura social e econômica, além disso, a instabilidade política e miséria de determinadas regiões potencializam os motivos para tal emigração. Desta forma, o Brasil é estabelecido como um dos mais importantes pólos receptores dos imigrantes bolivianos, os quais buscam oportunidades de trabalho, ascensão social e melhores condições de vida.

Tendo em vista que as migrações internacionais são tema de suma importância à comunidade internacional, faz-se necessária avaliação de como se inserem os imigrantes bolivianos no Brasil – notadamente na cidade de São Paulo – pautando-se numa análise social e econômica com objetivo de visualizar o papel força de trabalho dos imigrantes bolivianos no estado de São Paulo bem como suas condições de vida no que tange os aspectos sociais e direitos humanos.

Com o intuito de desenvolver esta análise, o artigo é dividido em três partes fundamentadas através de uma metodologia qualitativa, na qual buscou-se a utilização de fontes primárias e secundárias acerca da imigração de bolivianos no território brasileiro. Assim, combina-se a pesquisa com dados estatísticos com o propósito de verificar a real situação desse grupo social no país. Primeiramente, apresenta-se o imaginário do imigrante boliviano no que tange a realidade social brasileira, por conseguinte, são evidenciados os diversos aspectos - históricos, econômicos e sociais - que culminaram na atual crise do Estado da Bolívia. Além dos aspectos

supracitados, aborda-se no presente trabalho o processo de inserção da população boliviana na cidade de São Paulo, denotando o cenário de recrutamento da mão-de-obra barata por parte das empresas de confecções têxteis. Por este último aspecto, se evidencia o conteúdo da lei migratória brasileira e o Estatuto do Estrangeiro, em face do crescente número de bolivianos indocumentados no país e, por fim, se apresenta uma perspectiva econômica em face da utilização de mão-de-obra boliviana pelas multinacionais constituídas nesse trabalho como parte das Redes de Produção Global – argumentando e projetando a hipótese de que o papel dessas empresas é um dos instrumentos que dificultam os avanços de arcabouços jurídicos a fim de efetivar a proteção dos direitos trabalhistas e direitos fundamentais do homem, os quais são de suma importância para mudar o atual cenário e condição desses imigrantes no Brasil.

O BRASIL NO IMAGINÁRIO DOS IMIGRANTES BOLIVIANOS: AS RAZÕES DA FORMAÇÃO DO FLUXO DE IMIGRAÇÃO

Segundo Silva (2006), a principal intenção de quem migra de uma região a outra - seja no âmbito interno de um país ou no contexto internacional - é a busca por uma vida melhor para si e para seus familiares. A decisão de migrar está ligada à ideias positivas acerca do destino, visões por vezes veiculadas pela mídia ou agenciadores de imigrantes.

A temática da imigração boliviana ao Brasil, apesar de relevante, representa uma parte mínima do total da imigração internacional no país, segundo dados do IBGE de 2010, o mais recente a ser realizado no Brasil, o volume de imigrantes internacionais aumentou em aproximadamente 455 mil estrangeiros, sendo que destes somente 10% se originaram da Bolívia. Assim, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto de Pesquisa, esses imigrantes dirigiram-se, majoritariamente, para o estado de São Paulo. Observa-se que o número de bolivianos na capital Paulista³⁶ aumentou em 173%, visto que em 2000 eram 6.568 e, em 2010, são 17.960. Não obstante, de acordo com Souchaud (2011), os dados censitários demonstram uma estimativa que não conduz precisamente com a realidade, pois as estimativas realizadas pelo Ministério Público de São Paulo e por órgãos não oficiais, em 2010, variaram entre 80.000 a 200.00 mil imigrantes bolivianos residentes em São Paulo.

³⁶ Segundo Fernandes (2013) a imigração boliviana não é a mais relevante em âmbito nacional, podendo ser até pouco significativa. Não obstante, em relação à cidade de São Paulo esse fluxo possui um peso diferente, visto que a entrada de bolivianos continua aumentando na capital.

As imagens que mais recorrem ao imaginário dos indivíduos ao buscar o Brasil como país de destino são amplas, sendo a caracterização do país como sinônimo de oportunidades e população hospitaleira, quase sempre destacadas (SILVA, 1995). Além da busca pelo país de destino, as razões pelas quais os bolivianos deixam seu país de origem têm sua propósito principal no contexto econômico e social da Bolívia. Arias e Bendini (2006) destacam três razões que persistem a alta pobreza e desigualdade na Bolívia. A primeira se baseia em consequência dos benefícios ínfimos que os anos de apogeu da década de 1990 propiciaram ao país. As exportações desta época eram essencialmente baseadas em recursos naturais, gerando a demanda de mão-de-obra não qualificada. Além disso, as crises do câmbio e da deterioração dos termos de troca, aliados ao programa de erradicação da produção da coca, limitaram o crescimento econômico boliviano. A segunda premissa dos teóricos acerca da manutenção da pobreza na Bolívia, é a baixa produtividade das empresas de setor informal, a qual acaba freando o crescimento dos empregos e dos salários, como afirmam os autores:

Las complejas y gravosas leyes que regulan la empresa y el mercado laboral impiden la innovación y desincentivan la participación de las pequeñas empresas en la economía formal, su crecimiento y el mejoramiento de su productividad (ARIAS; BENDINI, 2006, p. 02).

O terceiro aspecto ressaltado pelos autores é o social, e trata do acesso à educação básica, bem como às oportunidade das classes mais pobres de ascensão. Devido as baixas condições de trabalho e a falta de atuação do aparelho estatal nos setores sociais, como a saúde e a educação, muitos acabam deixando a escola e ocupando os empregos de baixa remuneração. No que tange a economia do país, pode-se afirmar que a baixa presença de setores empresariais no país geram a falta de investimentos e produtividade, inibindo a criação de novos empregos. Assim afirmam:

Muy pocas pequeñas y medianas empresas (PYME) lograron crecer. Las pequeñas empresas (de 10 empleados o menos) proveen 83% del empleo —en su mayoría no calificado— y 25% de la producción, mientras que unas pocas empresas grandes (de 50 o más empleados) generan dos tercios de la producción y sólo 9% del empleo, en su mayoría calificado. Para las empresas más pequeñas, los factores más restrictivos son el alto costo en tiempo y dinero que implica registrarse y obtener autorización para operar, las severas exigencias en materia de garantías para obtener créditos y la escasez de mano de obra calificada. Para las empresas mayores, los principales impedimentos son los costos de los insumos, incluidos el crédito y el acceso a la tecnología, y el tamaño de los mercados (ARIAS; BENDINI, 2006, p. 03).

Ademais de questões econômicas, as crises políticas, sociais e atualmente ambientais são aspectos que influem na decisão de deixar o país em busca de novas oportunidades. (ARIETA, 2011). Os baixos ingressos econômicos e a falta de perspectiva e de empregos é o fator principal que envolve a decisão de emigrar

Fernandez (2014) aponta a cidade de La Paz como uma das principais localidades emissoras do fluxo laboral transnacional, “[...] com mais força a partir de 1985, a migração laboral transnacional foi aumentando e se tornou uma característica estrutural da sociedade boliviana atual” (p. 1). Segundo dados da CEPAL/CELADE (2012), os principais destinos dos imigrantes bolivianos são, respectivamente, a Argentina com 186.512, o Brasil com 64.340, o Chile com 29.021, o Paraguai com 8,580, o Peru com 3.819 e a Espanha com 116.520 e nos Estados Unidos vivem 20.491. Após a demonstração desses dados torna-se evidente que, apesar do significativo aumento da entrada de bolivianos no Brasil, a Argentina ocupa a primeira posição como país de destino. Isso se deve principalmente ao fato do país ser atrativo por sua grande economia e por oferecer melhores condições de vida a quem reside neste. Segundo Fernandes (2013), o fator linguístico também é um componente que facilita a inserção dos bolivianos na sociedade argentina e, em matéria de institucionalização, as políticas de regularização na Argentina estão em um estágio mais avançado que o Brasil.

Assim, os motivos dessa crescente imigração residem na deterioração do mercado de emprego em território boliviano, na baixa taxa de crescimento das atividades econômicas no país e na crescente atratividade que tem o Brasil para esse grupo, como uma potência econômica regional. Se faz necessário ressaltar que essa atratividade não deve se resumir em fatores apenas econômicos, pois a reunificação familiar também pode ser um fator que estimula o fluxo migratório (FERNANDES, 2013)

A origem indígena de mais de 60% da população boliviana, somada as condições de trabalhador rural com pouca instrução, dificulta a inserção destes no mercado formal urbano boliviano. Sofrendo discriminação e vivendo condições péssimas de vida no ambiente doméstico, estes indivíduos buscam uma solução na imigração para outros países. Além do preconceito racial, os indígenas sofrem com a discriminação salarial, em que 27% do empregos mais vulneráveis e precários são ocupados por estes, já os empregos semi-qualificados possuem 28% de ocupação

dos nativos e, por fim, 4% dos empregos qualificados são ocupados por este grupo na sociedade boliviana (FERNANDEZ, 2014).

Nesse contexto, de acordo com Souchaud (2011), a imigração da mão-de-obra boliviana se caracteriza por uma concentração em poucos lugares, sendo as regiões urbanas os destinos mais cotados por estes. A cidade de São Paulo possui hiperconcentração desses imigrantes conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2000³⁷. Por conseguinte, seguindo os mesmos dados do IBGE de 2000, assim que chegavam na metrópole paulista, 44,1% dos imigrantes se ocupavam do trabalho de confecção de artigos, vestuário e acessórios, enquanto 2,6% destes se ocupavam com serviço de vendedores ambulantes e, apenas 6,2% dos imigrantes, exerciam atividades qualificadas, como médicos e dentistas.

Partindo-se de dados mais recentes disponibilizados pelo Relatório Anual de 2015 realizado pelo Observatório de Migrações Internacionais, percebe-se que em 2014 havia somente 10.440 bolivianos no Brasil com vínculo formal de trabalho, o que pode ser considerado um número relativamente baixo comparado com as estimativas do grande volume de residentes bolivianos que vivem apenas em São Paulo. Apesar dessa constatação, de acordo com o mesmo Relatório, os bolivianos lideram em segunda posição como a nacionalidade que mais solicitou a emissão de carteira de trabalho durante o ano de 2014, sendo 3.100 carteiras de trabalho emitidas.

Outro aspecto relevante, assinalado por Silva (2006), é a questão da regularização daqueles imigrantes que possuem qualificação profissional, os quais são desafiados pela dificuldade de revalidação de seus títulos acadêmicos conquistados no país de origem, fato que contribui com a marginalização destes indivíduos, os quais acabam por ocupar cargos não condizentes a sua formação acadêmica e profissional.

INSERÇÃO DOS IMIGRANTES NA PERIFERIA PAULISTA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO BOLIVIANO EM FACE DA VIGENTE LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA

³⁷ Os dados censitários do IBGE continuam sendo as fontes mais confiáveis para lograr com a análise dos imigrantes internacionais no território brasileiro. No entanto, no caso dos bolivianos é perceptível a ausência de dados investigativos acerca da situação desse grupo em São Paulo no IBGE 2010 e em outros órgãos oficiais mais recentes, o que nos leva, conforme Souchaud (2011), a uma subestimação da realidade atual desses estrangeiros no país.

O debate público acerca do fluxo migratório de bolivianos para São Paulo teve início em 1990 e tinha como foco o espaço urbano da Praça Padre Bento, localizada no bairro do Pari em São Paulo. Nesse contexto, era possível perceber durante períodos noturnos a movimentação de um mercado de trabalho paralelo, de subcontratação, entre donos de oficinas e lojistas da comunidade coreana e os trabalhadores bolivianos (SILVA, 1995). Nesse sentido, os imigrantes coreanos ocupam o papel de cooptadores da mão-de-obra boliviana, como afirma Freitas (2012),

Durante toda a primeira metade da década de 1990, o debate público sobre o assunto se concentrou na relação entre os lojistas e donos de oficinas coreanos e os trabalhadores bolivianos. Vinculação assumida, inclusive, pelos próprios representantes da comunidade coreana em suas tentativas de resposta às inúmeras denúncias em pauta naquele momento (p. 65).

Essa forma de organização de produção dos imigrantes coreanos, a partir da utilização do trabalho informal de imigrantes bolivianos irregulares e sem documentação, em pequenas oficinas ilegais, compreendia a prática generalizada e bem sucedida para a diminuição dos custos de produção em um ambiente recessivo para o setor de confecção do Brasil, em meados da década de 80 e 90 (FREITAS, 2012).

Dessa forma, inicia-se um processo de reunificação familiar ou imigração em cadeia, a medida que vão se estabelecendo na cidade, com vinda de irmãos, parentes, pais e por conseguinte “[...] são incorporados de alguma forma ao processo de produção nas oficinas de costura exercendo atividades suplementares” (SILVA, 2006, p.12).

Nesse contexto, pode-se questionar a efetividade do Estatuto do Estrangeiro³⁸, aprovado em 1980, o qual apenas permitia a entrada de mão-de-obra especializada e de empreendedores no país. Assim, os imigrantes bolivianos que, em sua maioria, não possuem qualificação profissional, acabaram enfrentando o desafio da sobrevivência indocumentada no país..

Vários imigrantes são reconhecidos socialmente por meio de estigmas atribuídos pelos “estabelecidos”. Além disso, não existem enquanto cidadãos para o Estado brasileiro, pois são “indocumentados” ou clandestinos. A partir dessas situações, vividas por muitos imigrantes, estes constroem estratégias de sobrevivência, “organizam-se socialmente, recriando os seus valores culturais em vista de uma nova imagem social de si mesmos” (SANTOS, 1995, p. 14).

³⁸Ver em Lei Federal nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Nota-se que desde meados dos anos 80 a opção dos empregadores coreanos da cidade de São Paulo, em face do alto custo da força de trabalho do trabalhador brasileiro, foi de utilizar a mão de obra barata boliviana. A sua procedência de regiões extremamente pobres, disposição para longas jornadas de trabalho e a sua habilidade na costura e na tecelagem tornaram essa mão-de-obra extremamente atraente. Ademais, sendo clandestino, o trabalhador boliviano imigrante, não pode recorrer à Justiça do Trabalho, nem obter a salvaguarda de outras leis do Estado brasileiro (SILVA, 2006).

Em agosto de 2005, foi assinado um acordo entre Brasil e Bolívia para a regularização dos bolivianos indocumentados em São Paulo e, Segundo Silva (2006), as estimativas do Ministério da Justiça, havia cerca de sessenta mil bolivianos irregulares no estado de São Paulo nesse período. Todavia, o acordo proposto entre as duas nações refletiu na decisão de uma multa que cada imigrante teria de pagar aos cofres públicos para possuírem documentação legal. Em 2006, nota-se que aproximadamente dez mil bolivianos entraram com o pedido de regularização no Brasil. Nesse contexto, conforme afirmam Azevedo e Cacciamali (2005), a regularização no país surge como uma grande oportunidade aos imigrantes na região, visto que só é possível abrir uma firma, conta bancária, entre outros serviços com a documentação legal no país. Entretanto, conforme os autores, para os bolivianos imigrantes o documento não significa necessariamente direitos assegurados, uma vez que seus patrões não os registram após a sua obtenção.

Percebe-se que, ademais da situação de exploração que enfrentam e dos baixos salários, estes imigrantes tem altos gastos com serviços como transporte, aluguel, alimentação, manutenção e depreciação das máquinas utilizadas bem como possuir um fundo monetário para períodos de desemprego (SILVA, 2006). Assim, a baixa remuneração dos trabalhadores é severamente comprimida. Em vista dessa descrição, se torna evidente a condição de intensa exploração de trabalho que sofrem os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Até 2012, as estimativas asseguradas pela Promotoria de Direitos Humanos eram de que haviam mais de 150 mil pessoas nessas condições³⁹. Destarte, Azevedo e Cacciamali (2005), descrevem o cenário em que se submetem os trabalhadores imigrantes bolivianos em situação de precárias condições sociais e de trabalho:

³⁹ Ver em estimativas efetuadas pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, 2012.

Ele vive no mesmo local dormindo sobre um colchonete, que estende atrás de sua máquina de costura, em uma situação abaixo de condições mínimas, sem refeitório e um banheiro coletivo. A intensidade do trabalho, a má alimentação e a promiscuidade constituem o caldo ideal para doenças como a tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, bem como para gravidez precoce entre outros agravos à saúde (p. 8).

Sendo assim, depreende-se que sem qualificação profissional, nenhuma alternativa de sobrevivência e sem o mínimo de conhecimento básico quanto aos seus direitos trabalhistas, os bolivianos se aprisionam nessas oficinas de costura e se conformam de maneira passiva com esta situação de intensa exploração (SOUCHAUD, 2011). Nesse contexto, buscando a proteção dos imigrantes, em 2014 os deputados estaduais paulistas formularam uma lista de medidas a serem adotadas pelos três níveis de governo para dificultar o aliciamento de imigrantes. Deste modo, requisitaram à Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo para executarem uma nova fiscalização nas empresas têxteis do estado e para o Ministério Público Federal investigar o envolvimento de todas as empresas envolvidas em possíveis redes de tráfico de pessoas ou possível aliciamento de trabalhadores:

Autor do projeto que deu origem à lei 14.496/2013, que pune empresas exploradoras do trabalho escravo, Bezerra propôs um pacote de projetos de lei: criação de uma política uniformizada de atendimento a vítimas de trabalho escravo no estado, para impedir a simples deportação das vítimas de exploração; criação de um sistema de fomento de cooperativas de imigrantes direcionado a reunir os trabalhadores da indústria da confecção; criação de microcrédito para cooperativas de imigrantes na cadeia produtiva da confecção em São Paulo e criação de incentivos para empresas da área têxtil que comprovarem a idoneidade de sua cadeia produtiva livre de trabalho escravo nas oficinas terceirizadas e quarteirizadas (G1, 2014, p. 1).

À vista disso, a Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo tem trabalhado na investigação dessas empresas que se aproveitam dos imigrantes bolivianos no estado paulista e os condicionam a uma situação de intensa exploração. Até meados de 2015 se deve destaque por essa investigação, de acordo com a ONG Repórter Brasil (2015), a condenação e implicação de severas multas a empresas Zara, por se associar à redes de produção que se mantinham através do uso da mão-de-obra boliviana em condições de escravidão. Até então, em matéria de legislação e regularização pouco se tem avançado nesse tema, o que leva a perpetuação, de forma secreta, da existência desse regime de exploração dos imigrantes bolivianos (FERNANDES, 2013).

MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA BOLIVIANA E A ATUAÇÃO DAS REDES DE PRODUÇÃO GLOBAIS (RPGs)

A imigração dos bolivianos ao Estado de São Paulo é caracterizada pelos estudos da economia internacional como um fenômeno de mobilidade internacional do trabalho dentro da movimentação de fatores de produção. De acordo com Krugman e Obstfeld (2010), o movimento internacional de fatores de produção é a mobilidade de determinado fator de um país em direção ao outro, sendo este justificado pela diferença de capacidade de produção e distribuição de salários entre os países. Sendo assim, a teoria da mobilidade internacional do trabalho tem íntima conexão à situação da mão-de-obra imigrante boliviana no Brasil. O movimento internacional do trabalho irá depender da oferta de emprego e demanda deste, sendo que o Brasil ocupa o papel de ser o país com maiores oportunidades, logo salários mais altos e oportunidades de vida mais desejáveis aos bolivianos. A Bolívia, por sua vez, é um país com baixa oferta de trabalho, bem como baixas perspectivas de ascensão social de sua população.

Nesse contexto, a indústria têxtil é, na maioria das vezes, o campo receptivo da mão-de-obra dos trabalhadores bolivianos, visto que para atender o mercado nacional e internacional o setor de produção de confecções absorve intensamente essa força de trabalho. Segundo Merçon (2015), o mercado interno brasileiro recruta grande parte das confecções nacionais produzidas, no entanto, há uma grande quantidade que visa a atender o mercado externo. Desse modo, os bolivianos, a cada ano mais numerosos no Brasil, são um exemplo claro e objetivo do papel que o imigrante indocumentado cumpre na lógica capitalista, isto é, deve cumprir jornadas de trabalho extensas e receber ínfimos salários, além disso, os direitos trabalhistas são escassos bem como o acesso a serviços públicos.

Conforme Seabra e Mendonça (2011), as dificuldades na elaboração de políticas que contribuam para a melhora na vida desses imigrantes se tornam extremamente complexas e difíceis de ser realizadas, pois há uma relação de interesses de grupos de empresários, os quais lucram, mantendo os imigrantes nas condições supracitadas. Assim, por não respeitarem os direitos trabalhistas dos imigrantes, estes empresários aumentam sua margem de lucro frente a outras empresas.

Desta forma, a situação em que os trabalhadores bolivianos são submetidos se denomina “superexploração do trabalho”, isto é, uma forma de exploração na qual não se respeita o valor da força de trabalho, aumentando o produto excedente através de mecanismos que possam afetar de maneira direta ou indireta o desgaste mental e físico do trabalhador (SANTANA; BALANCO,

2013). Conforme Silva e Rodrigues (2010), a superexploração da força de trabalho se dá sob diferentes formas: através remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, do prolongamento e aumento da intensidade da jornada de trabalho, dentre outros.

A superexploração da força de trabalho dos imigrantes, está intimamente relacionada a atuação das Redes de Produção Global (RPGs), as quais são, em sua maioria, relacionadas com a indústria têxtil, presentes no estado de São Paulo. Compreende-se por RPGs as firmas multinacionais que se aproveitam da mão-de-obra barata dos imigrantes, a fim de diminuir os preços de sua produção em nível internacional e, com isso, potencializar seus lucros. Desse modo, essas multinacionais desagregam o processo de produção nacional em busca das vantagens oferecidas em âmbitos internacionais.

Segundo Krugman e Obstfeld (2010), uma empresa multinacional de indústria têxtil localizada em um país desenvolvido, irá, por meio dos seus intermediários, instalar-se em nações diferentes, captando os recursos que propiciem a produção de bens e serviços com baixo custo. À vista disso, os imigrantes bolivianos trabalham exaustivamente nas oficinas de costura em São Paulo, produzindo roupas que são, nessa rede de produção subsidiadas por intermediários, vendidas aos consumidores por preços exorbitantes mundo afora. Assim, pode-se perceber uma “força global de trabalho invisível” que, conforme afirma Merçon (2005), tornam os trabalhadores muito mais vulneráveis ao labor forçado e à exploração. Na doutrina econômica, esta ocorrência se conhece por *dumping social*⁴⁰. A prática de dumping social é executada pelas corporações transnacionais, as quais buscam novos mercados produtivos a fim de aumentar suas taxas de lucro e reduzir os custos de produção através da exploração do trabalho imigrante boliviano. Nota-se que a prática mais comum é a redução dos salários e aumento nas jornadas de trabalho, atacando os direitos fundamentais do homem, desmantelando a distribuição de renda e bem estar do grupo social em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁰Segundo Ozório (2007), o dumping social diz respeito a práticas de concorrência desleais no nível internacional em que uma empresa vende o seu produto a um preço baixo num mercado exportador do que no seu mercado interno. Os efeitos surgem quando as empresas praticantes deste dumping social, desprezam os direitos dos trabalhadores reduzindo o custo da mão de obra, deixando assim de cumprir com a legislação trabalhista e lançando um produto de preço baixo no mercado.

A imigração é um tema tratado em diversos âmbitos sejam estes acadêmicos ou sociais, justamente por gerar grande impacto às sociedades em que se aplicam. Tanto o país que recebe o imigrante como o que perde parcela de sua população nacional sofre o choque em mudanças nas suas estruturas sociais e econômicas.

No que tange a imigração da mão-de-obra boliviana ao Brasil, pode-se notar que esta se deve, em muitos casos, devido a condição de pobreza da Bolívia, a qual não oferece condições de ascensão social nem as devidas preocupações à educação, saúde e direitos básicos a sua população. Além disso, analisa-se que a Bolívia enfrenta extrema crise econômica, a qual apenas intensifica emigração dos nacionais. Sendo assim, o Brasil e outros países da América Latina se tornam o destino para esses bolivianos que migram em busca de melhores condições de vida e ascensão social. No caso do Brasil, muitos se deparam com realidades diferentes das expectativas e sofrem com condições de vida e de trabalho inesperadas. Indocumentados e sem muito conhecimento acerca da língua nativa do Brasil, os imigrantes bolivianos se deparam com realidades que envolvem largas jornadas de trabalho e baixa – ou nenhuma - remuneração. Isso se deve, principalmente, à atuação das Redes de Produções Globais que, objetivando a maximização do lucro e minimização dos custos, intensificam o processo de exploração da mão-de-obra imigrante nas indústrias têxteis e de vestuário.

É evidente que a situação de superexploração da mão-de-obra boliviana se deve, em muitos casos, à falta de documentação destes no país. Apesar de algumas iniciativas por parte do governo brasileiro a fim de regularizar esses indivíduos no país, analisa-se que é conveniente a muitos grupos de empresas internacionais que a situação se mantenha. Faz-se necessário a atuação de ambos os governos a fim de lançar ferramentas que facilitem a regularização dessa parcela da população que, como destacado no trabalho, não possuem alta qualificação escolar, tampouco condições financeiras para a regulamentação como estipulada pelo governo do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARIAS, Omar; BENDINI, Magdalena. *EVALUACIÓN DE LA POBREZA EN BOLIVIA: SENTANDO LAS BASES PARA UN CRECIMIENTO A FAVOR DE LOS POBRES*. 2006. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2006/08/25/000160016_20060825160817/Rendered/INDEX/370460SPANISH0161BoliviaPA01PUBLIC1.txt> Acesso em 02 de abr. 2015.



- CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes. *Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo*. 2005. Disponível em: <www.usp.br/prolam/downloads/cacciamali_azevedo.pdf> Acesso em 02 de abr. 2015.
- CELADE, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. *Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe. Información sociodemográfica para políticas y programas*. 2012. Disponível em: <<http://www.eclac.org>> Acesso em 10 de abr. 2015.
- FERNANDEZ, Camila Collpy Gonzalez. *IMIGRAÇÃO BOLIVIANA: O CONTEXTO DO MEDO*. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406758364_ARQUIVO_Anpuh2014.pdf> Acesso em 01 de abr. 2015.
- FREITAS, Patrícia Tavares. *Imigração Boliviana Para São Paulo e Setor de Confecção - Em Busca de Um Paradigma Analítico Alternativo*. 2012. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/6280/4790> Acesso em 05 de abr. 2015.
- G1. *Presidente de CPI diz que oficinas exploram 200 mil bolivianos em SP*. 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/presidente-de-cpi-diz-que-oficinas-exploram-200-mil-imigrantes-em-sp.html>> Acesso em 04 de abr. 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>> Acesso em 10 de abr. 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fee_mig.pdf> Acesso em 20 de set. 2015.
- FERNANDES, Guilherme Antonio de Almeida Lopes. *DIREITO À CIDADANIA, UM ESTUDO SOBRE OS IMIGRANTES BOLIVIANOS EM SÃO PAULO E BUENOS AIRES E AS PRINCIPAIS LEIS MIGRATÓRIAS DO BRASIL E DA ARGENTINA*. 2013. Disponível em <https://books.google.com.co/books?id=W-aiAwwAAQBAJ&pg=PA214&lpg=PA214&dq=Sylvain+Souchad+BOLIVIANOS+EN+BRASIL&source=bl&ots=DXIBG52fiQ&sig=m1BIJlOn4La4_b6JwuQ8A-NSBxc&hl=es419&sa=X&ved=0CC4Q6AEwA2oVChMliMLKpOKdyQIViksmCh3eKQcR#v=onepage&q&f=false> Acesso em 15 de nov. 2015.
- MERÇON, Marineis. *IMIGRANTES BOLIVIANOS NO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: análise do caso Zara a partir das RPGs*. 2015. Acesso em 02 de junho de 2015.
- SANTANA, Pedro Marques; BALANCO, Paulo. *Superexploração do trabalho, dependência e (sub) desenvolvimento capitalista: elementos para um debate quase esquecido*. 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_l/i155823cf6f0ae6e03037d329353cc4a6f.pdf> Acesso em 20 jun. de 2015.
- SILVA, Sidnei. *Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. 1995. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8577320243>> Acesso em 10 jun. 2015.
- SILVA, Sidney Antonio. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200012&lng=en&nrm=iso> Acesso em 07 de abr. 2015.
- SILVA, Priscila Raposo; RODRIGUES, Silvia Gomes. *Capitalismo e superexploração da força de trabalho: análise de um caso particular*. 2010. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT1/capitalismo_superexploracao_forca_trabalho_analise_caso_particular.pdf> Acesso 12 jun. de 2015.



- SOUCHAUD, Sylvain. *A imigração boliviana em São Paulo*. 2011. Disponível em <<https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00553018/document>> Acesso em 15 de nov. 2015.
- TRUZZI, Oswaldo M. S.. *Novos olhares sobre a imigração boliviana*. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982012000200018&lng=en&nr=m=iso> Acesso em 07 de abr. 2015.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional*. 2010. Ed. PEARSON EDUCATION - BR.
- OBMIGRA - RELATÓRIO ANUAL 2015. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Disponível em <<http://mte.gov.br/obmigra>> Acesso em 29 de out. 2015.
- ONG REPÓRTER BRASIL. *Zara corta oficinas de imigrantes e será multada por discriminação*. 2015. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2015/05/zara-corta-oficinas-de-imigrantes-e-sera-multada-por-discriminacao/>> Acesso em 20 de jun. 2015.
- OZÓRIO, Claudia. 2007. *Dumping social e o dano moral na relação de trabalho*. Disponível em: <<http://www.reajdd.com.br/artigos/ed5-6.pdf>> Acesso em 10 de jun. 2015.
- _____. Lei Federal nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. *Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm> Acesso em 02 de jun. 2015.
- _____. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS. *MP apura assistência pública aos imigrantes bolivianos em São Paulo*. 2012. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/>> Acesso em 10 de abr. 2015.

FAVELAS COMO OPORTUNIDADE: MERCADO, ESTADO E ASSOCIATIVISMO EM FAVELAS COM UPP NO RIO DE JANEIRO

*Jonathan Willian Bazoni da Motta*⁴¹

*Amanda Nachard*⁴²

Resumo: O presente artigo busca demonstrar como os grupos associativos das favelas cariocas têm se organizado em novos espaços de reivindicação (limitado), possibilitados pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP); como o espaço da favela se torna o foco do interesse de empresários e empresas; e qual é a forma de participação que os moradores de favelas passam a ter nesse contexto. O campo desta investigação é o Fórum Nacional, associação que se apresenta como espaço de diálogo dos setores público e privado. Foram realizadas etnografias do XXVI Fórum Nacional, que ocorreu em maio de 2014 e contou com um painel chamado “Favela é Cidade”, no qual gestores públicos prestaram contas e representantes das localidades apresentaram seus projetos de desenvolvimento local, visando obter financiamento, especialmente do BNDES.

Palavras-chaves: Favela; UPP; Mercado; Associativismo; Fórum Nacional

Introdução

As favelas da cidade do Rio de Janeiro foram representadas como territórios da imoralidade, da pobreza e da violência desde que ganharam visibilidade, no início do século XX, a partir de relatos das elites que as identificaram como o problema social a ser sanado. A partir de seu mito de origem, a favela é representada por características da experiência de Canudos, na Bahia – características estas que expunham o perigo iminente na região nordeste do Brasil. O lugar de moradia como uma vontade individual; a suposta escolha do lugar da favela também como escolha pelas próprias regras, em oposição às leis nacionais; entre essas regras próprias, a coletividade do território, que geraria a noção de comunidade. Assim, esse novo mundo descoberto estaria mais próximo ao sertão, um lugar marcado pelo “atraso”, reduto das classes perigosas, marginais e vadios, mal adaptados à cidade moderna, uma espécie de “mundo rural nas cidades” (VALLADARES, 2005, p.22).

⁴¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista de extensão do Núcleo de Pesquisa Urbana – CIDADES (UERJ/PPCIS). Email: Jonathan.jntn@gmail.com

⁴²Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: amandanachard@gmail.com



A favela é, então, alvo de intervenções públicas que buscam solucionar este problema e que sofre alterações de sentido de acordo com o contexto histórico e político: a favela é problema sanitário, habitacional, de ordem pública, de segurança, moral (VALLADARES, 2005) – tais identificações não se excluem, mas convivem, se sobrepondo em diferentes momentos. Todas são permeadas pela questão central da integração entre a cidade e os moradores da favela, a quem Machado da Silva vai denominar “classe subalterna”, indicando as formas pelas quais os favelados conseguem sua participação na cidade (MACHADO DA SILVA, 1967).

Recentemente, a dimensão violenta da favela tem ganhado destaque, de forma que o problema da favela vem sendo interpretado pela ótica da segurança pública. Se tomarmos, por exemplo, a cobertura midiática nos dias atuais, é possível notar como a percepção social dominante estigmatiza os moradores. Ao noticiar quase exclusivamente eventos violentos relacionados aos territórios de favela, esses veículos produzem e também reproduzem uma imagem da favela como o lócus central da violência e, em consequência de um processo de *essencialização*, acaba por estigmatizar também as pessoas que residem nesses locais como criminosos em potencial ou, quando menos, como cúmplice do tráfico devido à proximidade territorial, tal qual a descrição que Lícia Valladares empreende sobre o processo de construção da representação social da favela e de seus moradores (VALLADARES, 2005).

Este é um processo de transferência do campo da segurança pública para o campo da moral, por exemplo. Após territorializar a violência, coloca em questão a moralidade dos favelados, baseando-se na convivência destes com o tráfico (e consequente submissão) para fundamentar a prova de sua “moralidade duvidosa”. Desta maneira, o morador passa a ser visto pela sociedade como bárbaro, não civilizado, imoral, violento e, em última instância, menos cidadão do que a população não favelada – Machado (1967) classifica esse processo como: *“cidadania de geometria variável”*. Assim, é facultado ao Estado – com o respaldo da população não favelada, que legitima as ações do poder público – abrir mão da lógica da cidadania e do direito nestes territórios, operando por meio da força e da coerção em um combate violento à ameaça representada pela favela e pelo favelado. Esta seria a metáfora da guerra (LEITE, 2012).

Neste artigo, consideraremos esta metáfora como um dos dispositivos que fornece subsídios aos discursos e práticas no campo da segurança pública atual. Procuraremos demonstrar a relevância da gramática da violência territorializada e da essencialização das favelas para o

desenvolvimento tanto da política de segurança pública quanto de políticas sociais específicas voltadas para as “margens” do Estado – no caso do Rio de Janeiro, a favela e suas populações.

No campo do associativismo, como sugere Lia Rocha (2013), a situação de estigmatização pela violência exacerbada nos territórios favelados afeta especialmente as lideranças comunitárias. Estas têm sua atuação limitada pela condição ambígua em que se encontram. A comprovação do distanciamento do tráfico aparece como pré-requisito para possibilidade de participação política legítima. As organizações não governamentais (ONG's) e as associações de moradores precisam demonstrar que estão “limpas”; que não defendem os interesses do tráfico a varejo de drogas. Contudo, em alguns momentos são requisitadas para diálogo com os criminosos em lugar do poder público – algumas vezes, a limitação ocorre por parte dos criminosos, por meio de ameaças.

As práticas de identificação que promovem representações acerca da favela não são, portanto, unilaterais. As lideranças e os moradores de favelas também produzem representações de si mesmos. Tais identificações são positivas e geralmente se relacionam a ideias valorizadas socialmente como a cultura própria da favela, a religiosidade, os modos de vida típicos da favela ou mesmo a caracterização como classe trabalhadora (BIRMAN, 2008), sendo entendidas como uma tentativa de “limpeza moral” que busca negociar suas identidades e assim legitimar sua participação (LEITE, 2012).

Com a entrada do Rio de Janeiro no cenário internacional dos megaeventos⁴³, a segurança pública encabeça a pauta da agenda política do Estado. A necessidade de se adequar as novas regras internacionais faz com que alguns paradigmas sejam quebrados. Os métodos utilizados pelas polícias, civil e militar, do Rio: operações e incursões em favelas; é sabidamente falho. A repressão ao tráfico de drogas, nesse modelo de “metáfora da guerra”, contribui para a sensação de insegurança e para o aumento de crimes violentos, causando mortes de traficantes, polícias e moradores de favela.

A unidade de polícia pacificadora no contexto dos megaeventos

43 Entende-se por megaeventos, principalmente, a Copa do Mundo de futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Nesse contexto, é iniciada uma tentativa de policiamento comunitário – posteriormente chamado de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) - na favela Santa Marta, no bairro de Botafogo, no final de 2008. A continuidade desta nova modalidade de policiamento estabelece outra maneira de atuação do Estado em alguns territórios de favelas cariocas. Caracterizada pela ocupação militar armada e constante, com implantação de sedes nas localidades e correspondendo a um discurso de “retomada” dos territórios pelo poder público, há no programa da UPP uma “tentativa de incutir [...] disposições de uma relação civilizada com a população moradora do local” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 2).

As UPPs se colocam como solução possível para o problema da violência urbana, reafirmando a dualização do Rio de Janeiro em uma “cidade partida” (MACHADO DA SILVA, 2010), tendo como objetivo primordialmente o desarmamento do tráfico e o controle do território pelo Estado, que seria consolidado por meio do combate à presença de traficantes ostensivamente armados, substituindo a guerra e a atividade de tráfico de drogas em si (BURGOS et al, 2011).

Até o presente momento de escrita deste artigo foram instaladas 38 Unidades de Polícia Pacificadora, das quais 31 estão localizadas nas zonas Sul (8) e Norte (23), enquanto o restante das Unidades se distribuem pelo Centro da cidade (3), na zona Oeste (3) e na Baixada Fluminense (1)⁴⁴. As primeiras UPPs, inauguradas entre 2008 e 2010, se concentraram, sobretudo nas favelas situadas nos bairros mais valorizados na cidade, configurando então uma espécie de “cinturão” de proteção que envolve os pontos turísticos e os locais de realização das atividades nos quais ocorrerão os eventos esportivos internacionais (MACHADO DA SILVA, 2010).

O programa foi concebido pelo poder público como uma “possibilidade de integração das favelas à cidade, ao proporcionar segurança e cidadania aos seus moradores (e, desta forma, também ao conjunto de moradores do Rio de Janeiro)” (LEITE, 2012). É parte de um processo de transformação da cidade em palco de grandes eventos, necessitando para isso de uma adequação aos padrões internacionais, inclusive na questão da segurança pública. Dessa forma, o projeto passa a figurar como uma “oportunidade para aumentar o controle sobre territórios da cidade até então entregues à lei do mais forte”, como afirma Burgos et al (2011, p. 55).

O amplo apoio e cobertura midiática que as Unidades de Polícia Pacificadora vêm recebendo, como na ocupação do Alemão em 2010, têm garantido grande visibilidade e aceitação do programa, influenciando também grupos empresariais, “que participam diretamente no

⁴⁴ Informações obtidas no site: www.upprj.com

planejamento e execução desta política com diferentes ações, desde a formulação até o seu financiamento direto” (OST e FLEURY, 2013, p. 638). Para as autoras, essa articulação entre governo e empresariado pode “romper o padrão de processo decisório transparente e Participativo [...] e que deveria resultar em um Plano Diretor da Cidade democraticamente negociado” (OST e FLEURY, 2013, p. 638).

Novas maneiras de gestão da cidade do Rio de Janeiro buscam explorar suas potencialidades, e passam a tratá-la como uma mercadoria – que, para ser vendida, necessita atrair o capital (VAINER, 2011). A manutenção da representação da cidade do Rio de Janeiro como cidade “maravilhosa” – para sua entrada no ranking das cidades turísticas internacionais – perpassa, portanto, a solução da questão urbana que vinha sendo intensificada nas últimas décadas: a violência urbana, protagonizada pelas favelas cariocas. Atuando diretamente no problema da violência urbana, as Unidades de Polícia Pacificadora contribuem para atração de investimentos, promovendo uma mudança no interesse mercadológico direcionado às favelas “pacificadas” ao ajudar na construção de uma imagem menos conflituosa do Rio de Janeiro.

Ao utilizar “convênios e parcerias firmados entre segmentos do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor”⁴⁵, o programa das UPPs caminham para operar no modelo do parceria público-privada. Entre os parceiros do projeto, estão Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a ONG VivaRio, a empreiteira Odebrecht, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o grupo EBX e a Coca-cola Brasil⁴⁶.

Desta perspectiva, Carlos Vainer (2011) vai mostrar como, atualmente, o planejamento moderno, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado, vem sendo suplantado por um planejamento competitivo, que se pretende flexível em termos de adaptação das leis e normas, amigável ao mercado (*market friendly*), orientado pelo e para o mercado (*market oriented*). A “cidade-empresa” é, então, gerida por uma lógica mercantil, delegando a gestão pública e a resolução de conflitos à negociação entre uma “multiplicidade de interesses”, e não mais ao “interesse comum”. O Rio de Janeiro passa a contar com parcerias público-privadas (entre Estado e mercado) para resolução da questão urbana de maneira mais “eficaz”, aproveitando as

⁴⁵ Informações obtidas no site: www.upprj.com

⁴⁶ Informações obtidas no site: www.upprj.com

oportunidades da “melhor maneira” por meio do uso em larga escala de medidas excepcionais (VAINER, 2011).

A instalação das UPPs tem sido vista e representada como uma possibilidade de integrar a favela à cidade formal por meio da ocupação permanente dos “territórios da violência”. O aumento da sensação de segurança tanto para as favelas quanto para o “asfalto” tem propiciado uma nova configuração entre Estado, mercado e comunidade. Com políticas sociais de recuperação do salário mínimo, transferências condicionadas de renda e políticas assistenciais de saúde da família e de assistência social, o poder aquisitivo de populações mais pobres aumentou, transformando a favela num espaço de grande potencial mercantil (OST e FLEURY, 2013). As Unidades de Polícia Pacificadora possibilitam que as favelas cariocas se tornem lugares lucrativos para o mercado ao coincidir com a criação desse novo mercado consumidor.

No entanto, se a política de segurança pública criou novas possibilidades para a vida nas favelas, não apenas ignoram-se os efeitos perversos causados pela exploração econômica das favelas “pacificadas” como os mesmos são incentivados por serem vistos como inerentes ao processo. Ost e Fleury (2013) observam que “o que se verifica com a implantação das UPPs é o predomínio da lógica de mercado” (2013, p. 652), no qual “o Estado de tendência neoliberal se torna muito mais um agente do mercado do que um regulador deste, deixando de atuar no sentido da reprodução social e priorizando o capital produtivo” (2013, p. 662).

A relação entre mercado e Estado nas comunidades ocupadas gera em sua população um sentimento ambíguo. Se, por um lado, há o orgulho da formalização que propicia novos tipos de participação (melhoria nos serviços contratados, oferta de cursos de capacitação, a ampliação dos potenciais turísticos e a expansão do comércio interno), por outro, é possível observar as inseguranças dos moradores em relação à sustentabilidade da política (considerada por muitos uma política que deverá ser descontinuada após os megaeventos), o medo da remoção (por interesses mercantis ou devido à valorização imobiliária) e o efeito da formalização, que é o aumento do custo de vida. “Corre-se, pois, o risco de que esta política tenha como *trade-off* o empobrecimento da população, enquanto o governo tem como meta a redução da pobreza.” (OST & FLEURY, 2013 p. 663)

Assim, o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora seria resultado de uma “história política contraditória na qual as conquistas populares vieram acompanhadas de constrangimentos que abalaram em muito a confiança da população no Estado” (BURGOS, 2011, p. 58) em um contexto no qual as favelas foram (e ainda são) expostas as arbitrariedades e práticas violentas

tanto por ações do tráfico quanto da polícia, dificultando a tentativa de construir uma forma de policiamento comunitário nesse ambiente de desconfiança mútua (BURGOS, 2011), bem como a aceitação das populações faveladas como participantes legítimos no debate público (MACHADO DA SILVA, 2010).

O Fórum Nacional

Como parte da investigação, ainda em fase inicial, sobre as questões levantadas acima decidimos acompanhar as atividades do Fórum Nacional. Ao participarmos do XXVI Fórum Nacional, pudemos compreender melhor algumas novas possibilidades de participação que vêm sendo elaboradas para moradores de favelas a partir da implantação das UPPs. O caso do Fórum evidencia uma oportunidade externa ao território, mas que não deixa de se colocar enquanto espaço possível para apresentação de demandas – ainda com maiores expectativas devido à participação de outros agentes que não somente os próprios moradores. Apresentaremos agora um curto relato etnográfico, produzido a quatro mãos, sobre o evento em questão.

O Fórum foi criado em 1988 “com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira”⁴⁷, e a partir de 1991 encontra-se vinculado ao Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), sua pessoa jurídica, uma associação civil sem fins lucrativos. É financiado por meio de patrocínio de grandes empresas (públicas e privadas), empreiteiras e bancos, em sua maioria – pelo menos no que diz respeito ao volume de recursos doados, já que os maiores parceiros recebem um título específico que se refere às “contribuições relevantes tanto para a entidade quanto para a modernização e o desenvolvimento do Brasil”⁴⁸: os Grandes Beneméritos. Entre os patrocinadores estão: Oi, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Indústria(CNI), Bradesco, Natura, Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Andrade Gutierrez, BBM, Klabin, Itaú, Renova Energia, Grupo ULTRA, Embraer, Gerdau, Bm&fbovespa, Safra, Icatu, Eletrobras, Light, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de cultura, FIRJAN, SEBRAE, CAIXA, Correios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Governo Federal. Sob direção do ex-Ministro do Planejamento entre os anos

⁴⁷<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=240&i=pt>

⁴⁸<http://forumnacional.org.br/sec.php?s=200&i=pt>

1969 e 1979, durante os governos militares de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, o Fórum conta ainda com um Conselho Diretor – do qual o presidente Velloso é também superintendente-geral e secretário executivo.

Nosso contato inicial com o Fórum se deu por meio da análise de seu material documental, encontrado on-line. O acervo é dividido em duas categorias: a) Publicações; b) Estudos e Pesquisas. Neste acervo, é possível encontrar alguns trabalhos produzidos a partir dos encontros realizados pelo Fórum Nacional. Era de se esperar um forte caráter desenvolvimentista, já que é essa a proposta do Fórum como dito em sua descrição, e esse caráter ficou evidente por meio de títulos como o do próprio livro lançado no dia 14 de maio de 2014, “Favela é Cidade – Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua inclusão socioeconômica”. A partir da observação dos títulos conferidos às publicações, é possível notar que os anos de 1993 e 1994 contam com publicações como “Pobreza e Mobilidade Social” (1993); “Governabilidade, Sistema Político e Violência urbana” (1994) e “Modernidade e Pobreza” (1994) que estão indissociáveis do seu contexto histórico, político, econômico e social. Da mesma maneira, é a partir do ano de 2007 que a palavra “Favela” passa a aparecer em títulos do Fórum Nacional, com a publicação “A Hora e a Vez do Rio de Janeiro e o Novo Governo – Desenvolvimento, Segurança e Favelas”, que tem Sergio Cabral como um de seus autores, tendo sido este o ano em que o político foi eleito para o governo do Rio de Janeiro e também o ano que precedeu a atual política de segurança pública, baseada nas Unidades de Polícia Pacificadora.

O XXVI Fórum Nacional, que ocorreu em maio de 2014, informou ao público que existe uma rota para o desenvolvimento, e o Brasil ainda não está nela, pois “para desacorrentá-lo e superar a armadilha [do Baixo Crescimento], passando a crescer rapidamente e aproveitar Grandes Oportunidades, é preciso ter Visão Estratégica, novos caminhos para as Políticas Macroeconômicas, Salto na Competitividade Internacional, principalmente na Área Industrial, e outros impulsos: Economia do Conhecimento, Tecnologia e Inovação, Terceira Revolução Industrial.”⁴⁹ Assim é grafada e apresentada a ideia que norteia o evento: com letras maiúsculas para as iniciais de cada um de seus valores fundamentais e, ainda, sem deixar de apresentar a tão falada “Visão Estratégica” como a solução para o discurso recorrente de dependência e atraso brasileiro.

⁴⁹Em <http://forumnacional.org.br/sec.php?s=110&i=pt>

Visão Estratégica essa que é compreendida, nos termos do programa obtido⁵⁰, como “posicionar, guiar e coordenar a livre, espontânea Criatividade das Instituições e indivíduos, abrindo espaço para suas qualidades, diferenças, experiência, tradições, esperanças e, mesmo (quando não desprovidos de espírito cooperativo), preconceitos”. Ou seja, este ideal é resgatado para fundamentar uma ideia de planejamento específico, que deixaria de planejar e coordenar e passaria a facilitar a livre iniciativa das Instituições e dos indivíduos, deixando as questões sociais serem solucionadas por meio da espontaneidade dos atores, como numa lógica de mercado.

Acompanhamos a Mesa “Favela é Cidade”, no qual o Fórum Nacional propunha certo tipo de diálogo entre representantes de órgãos oficiais, lideranças comunitárias e moradores das favelas da Rocinha, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Borel, Manguinhos, Complexo do Jacarezinho, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Turano, Salgueiro e Formiga sobre os projetos para suas favelas – todas com UPP. Entre os representantes oficiais estavam Ruth Juberg, da Empresa de Obras Públicas (EMOP) do governo do Estado do Rio de Janeiro; Eduarda LaRoque, do Instituto Pereira Passos (IPP), prefeitura do Rio de Janeiro; Guilherme Lacerda, do BNDES; Marília Pastuk e João Velloso, do Fórum Nacional. O público, bem diversificado, contava com veículos de comunicação, acadêmicos, moradores de favelas e integrantes do terceiro setor.

As falas que deram início ao Fórum foram divididas e classificadas por nós da seguinte maneira: a) as instituições participantes que inauguraram o evento; b) as lideranças comunitárias que participaram do livro *favela é cidade*, cujas falas tomaram lugar após os representantes institucionais; e por fim, c) os moradores selecionados entre as favelas convidadas.

As falas institucionais tiveram início com o presidente do Fórum Nacional, João Paulo dos Reis Velloso, que, em um pronunciamento curto, reforçou que o trabalho de inclusão realizado pelo Fórum “transforma a cidade e com isso a favela passa a ser cidade e não mais um *gueto medieval*”. Na segunda fala, a socióloga Marília Pastuk adotou a ótica do planejamento para melhor integração da favela à cidade, ao defender a luta,

“contra a cidade como mercadoria e preconceitos que estigmatizaram certos grupos sociais relacionando-se a determinadas áreas, como as favelas e as periferias. [...] acabar com a favela como espaço de carência, como espaço da não-cidade. E pensar na favela como espaço de potência, como espaço que cria identidade pra a própria cidade”(DIÁRIO DE CAMPO).

⁵⁰ Em <http://forumnacional.org.br/sec.php?s=110&i=pt>

Os demais participantes – Ruth Juberg, Eduarda LaRoque, Guilherme Lacerda - optaram por um discurso mais técnico e burocrático, enfatizando dificuldades inerentes à elaboração e financiamento dos projetos (pleiteados pelas lideranças e moradores de favelas presentes), aclamando uma capacidade de trabalho conjunto e uma necessidade de participação dos moradores.

Em seguida, as lideranças comunitárias deram início as suas falas, muitas das quais podem ser complementadas pela leitura de sua participação no livro anteriormente citado. Há uma congruência entre as falas das lideranças. Em geral, as lideranças reconheceram a importância da participação e da união para a realização de propostas e projetos sociais. Relataram também suas experiências na participação do livro *favela é cidade*. Também puderam ser percebidas tímidas reclamações sobre as dinâmicas de participação no dia-a-dia das comunidades, quando estas se relacionam com as instituições de fomento, mas nada que pudesse qualificar um caráter reivindicatório incisivo por partes destas lideranças.

Por fim, os moradores foram chamados a participar por meio da apresentação de projetos elaborados visando obter financiamento. Isso ocorreu em algumas falas; outras declararam apoio às instituições presentes e empreenderam uma crítica aos favelados mesmos, reproduzindo o discurso do desinteresse; e outras produziram um ambiente de críticas (veladas ou diretas) às condições de sua participação, bem como aos resultados ineficazes desta dinâmica. O que nos chamou atenção, mais que o conteúdo em si, foi às formas como efetivamente os sujeitos favelados resolveram participar do evento. As divergências entre os “discursos oficiais” (assim chamamos àqueles referentes à organização ou às Instituições, que claramente representam a parte que detém a fala legitimada neste evento) e os discursos das populações já eram esperadas, mas uma participação tão diversa por parte dos moradores de favelas evidenciou que este é, também, um campo de disputa interna.

A parte do evento que mais nos chamou atenção foi a fala da liderança comunitária do Borel. Sara Graziela, representante local, utilizou seu tempo para proferir uma crítica direta à burocratização, à ineficiência do BNDES e à mercantilização da favela e dos direitos dos seus moradores. Nas palavras da Sara Graziela:

[...] eu penso no processo que temos passado aqui no Fórum, cinco anos de discussões sobre o plano de desenvolvimento das favelas, a inclusão social, econômica e cultural das favelas. E aí? A gente fica pensando: será que vale realmente a pena continuar toda essa

discussão? Porque nós ouvimos sempre “existem avanços”, mas pra quem tem fome, esses avanços estão demorando demais. (...) E aí quando o governo entra exigem da gente projetos estruturantes sustentáveis, quando o governo entra com seus projetos dentro da comunidade são projetos que são falidos, que nunca chegam até o final, que só servem pra lavar dinheiro público.

Essa fala demonstra uma ruptura do “protocolo” tacitamente acordado para a realização do evento. A posterior tentativa da organização de contornar o problema e desencorajar outras lideranças a realizar sua fala com um caráter reivindicatório ao invés de apresentar os projetos, pôde ser percebida nas palavras de Reis Velloso:

(...) nós não estamos aqui para apoiar as lideranças de favelas numa *tentativa de suicídio*. O que nós queremos é apresentar projetos e apoiar projetos que possam ser financiados pelo BNDES, pela Caixa Econômica, por instituições privadas, por fundações. Porque realmente o que nós queremos é que a favela tenha tanta oportunidade como os outros bairros da cidade.

Após essa declaração, o presidente do Fórum foi aplaudido por uma parte do público presente. No entanto, a situação de confronto nos fornece evidências de que as contradições do evento, enquanto espaço de participação na cidade, não passam despercebidas pelos sujeitos. O enfraquecimento interno e externo das associações de moradores promoveu uma ligação de seus membros com projetos sociais que passaram a atuar em tais áreas (MACHADO DA SILVA, 2010), oferecendo, majoritariamente, cursos de capacitação dos moradores, em um discurso de “salvação” destes frente ao risco do ambiente em que vivem.

Muitos dos projetos submetidos à avaliação dos órgãos financiadores presentes no Fórum estão ainda relacionados à questão da capacitação para o mercado de trabalho. Embora tais projetos sejam produzidos por lideranças e moradores das favelas convidadas, é importante ressaltar – como os mesmos fizeram muitas vezes no decorrer do evento – que eles não são representativos de todos os moradores das favelas. É, portanto, possível supor que os projetos que são apresentados no Fórum não reflitam a totalidade de interesses, podendo haver divergências internas em cada comunidade. Ainda, a adequação dos projetos aos interesses das empresas privadas – e não às demandas reais das comunidades – é requisito essencial para obtenção de financiamento. Para exemplificar, Ost e Fleury (2013), ao estudarem os impactos da pacificação na favela Santa Marta, observaram o reconhecimento da importância aos projetos sociais de capacitação, mas também encontraram críticas a esse tipo de projeto, que não contribuiria para minimizar o estigma de favelado e, além disso, serviria mais como uma limitação

aos subempregos, sendo reconhecido como estratégia para manter tais trabalhadores nos lugares que o mercado lhes oferece, não atendendo às reais demandas sociais da população favelada.

Dessa forma, podemos concluir que o Fórum Nacional foi crucial para observarmos a estrita relação que o mercado guarda, atualmente, com a obtenção de cidadania. Isto é, no contexto de gestão empresarial da cidade, há uma lógica mercantil que rege o atendimento às demandas das populações mais pobres, dentre essas demandas o acesso a bens e serviços e, em alguns casos, até mesmo direitos. A dinâmica proposta pelo Fórum, ao possibilitar uma competição interna pelo financiamento, além de fragmentar ainda mais a mobilização e a participação de tais populações, evidencia a aplicação dessa lógica mercantil no que se refere ao campo social. Algumas propostas, por exemplo, de constituição de cooperativas voltadas à capacitação para o mercado de trabalho, corroboram as tentativas de inserção a partir do mercado de trabalho, já que esta é uma inserção que parece ser usada para legitimar o favelado enquanto cidadão, adquirindo um caráter de “limpeza moral” que os qualifica perante o restante da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BIRMAN, Patricia. “Favela é comunidade ?” In : MACHADO DA SILVA, L.A (org.) Vida sob cerco : violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira, 2008. pp. 99-114.
- BURGOS, M. B.; PEREIRA, L.F.A.; CAVALCANTI, M.; BRUM, M.; AMOROSO, M. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.
- LEITE, Márcia Pereira . Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação : favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374, 2012.
- MACHADO DA SILVA, L, A. A política na favela. Cadernos brasileiros, ano IX, n. 41, mai-jun. de 1967, p. 35-47.
- _____. Afinal, qual é a das UPPs?. Observatório das Metrópoles, 2010.
- OST, Sabrina.; FLEUTY, Sonia. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº3, 2013, pp. 635 a 671.
- ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet, 2013.
- VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011.
- VALLADARES, L. P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

QUEM QUER IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEF?

Bruna dos Santos Bolda⁵¹

RESUMO: As manifestações ocorridas no Brasil em prol do Impeachment da Presidenta Dilma Roussef nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 agosto de 2015 constituem o recorte temporal desse estudo. Esses protestos organizaram-se através das redes sociais, todavia, apesar da massificação de informações e rebeldia populacional transcrita nas publicações e nas ruas, não se esclareceu quem, de fato, queria o impeachment. Nesse sentido, objetiva-se compreender o imaginário social existente entre os manifestantes, para, então delinear os perfis das pessoas insatisfeitas com o governo Dilma. Para tanto, recorreu-se a uma pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso das manifestações e protestos de 2015. Os resultados obtidos foram que, comparado à população total do país, a média de brasileiros manifestantes chegou 0,64%, e, dentre esses, maioria mantém o imaginário social construído durante o período militar. Com isso, conclui-se que as manifestações movimentaram parte pequena e conservadora da população nacional.

Palavras-Chave: Impeachment; Redes Sociais; Imaginário Social; Manifestações; Governo Dilma

INTRODUÇÃO

Os ciclos de manifestações em prol do impeachment da presidenta Dilma Roussef ocorridas em 15 de março, 12 de abril e 16 agosto em diversas cidades do Brasil tomou espaço nos grandes veículos de comunicação nacionais e internacionais. O jornal britânico The Guardian, jornal Financial Times, empresa britânica de notícias BBC, jornal alemão Der Spiegel, jornal espanhol El País, jornal argentino Clarín, entre outros, por exemplo, publicaram notícias sobre a crise do poder executivo nacional. Entretanto, as edições dos protestos mobilizaram poucos brasileiros. A saber, a partir de dados disponibilizados pela Polícia Militar (2015), infere-se que a manifestação de maior repercussão atingiu 1,17% da população e aglomerou manifestantes com características socioeconômicas próximas.

Portanto, há ideais e interesses comuns a esses poucos manifestantes, que se delineiam e explicitam historicamente, especialmente sob influência da ditadura militar. Nesse sentido, a pesquisa propõe compreender o imaginário social que prepondera entre os manifestantes a partir da análise de suas características econômicas, políticas e culturais e das ideologias e idealismos disseminados através das redes sociais – especialmente das Fanpages⁵² de Facebook responsáveis pela organização dos protestos.

⁵¹FURB, bruna.bolda@hotmail.com.

⁵²Interfaces existentes na rede social Facebook específicas para divulgação de empresas e afins.



IMAGINÁRIO SOCIAL NO BRASIL: O OTIMISMO PUBLICITÁRIO DA DITADURA MILITAR

Carlos Fico (1997) interpreta as produções publicitárias dos anos 1969 a 1977 – Governo Médici e Geisel – numa perspectiva diferente das obras produzidas até então. Seu objetivo não foi encontrar as ideologias presentes nas propagandas ou compreendê-las como instrumento ideológico de dominação política da autocracia burguesa. Pelo contrário, produziu a história das mentalidades desse período, ou seja, procurou compreender como se configurou o imaginário social no Brasil a partir da produção massificada das propagandas pela elite ditatorial.

Por imaginário social, vale ressaltar, compreende-se a tessitura da identidade social. Ou seja, a auto-percepção e construção da sociedade pelos seus próprios indivíduos. “É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns” (BACZKO, 1982, p. 409).

Para compreender o imaginário social existente no período de repressão no Brasil Carlos Fico (1997) analisou as ideias, impressões e imagens do período, mesmo dada a dificuldade de distanciamento temporal do objeto de estudo (cerca de 30 anos). A partir desses estratos de pesquisa compreendeu que “os militares brasileiros não utilizaram de técnicas e modelos clássicos de propaganda como a nazista ou a facista, pois sabiam da repulsa que elas causavam. Precisaram, portanto, optar por um tipo de propaganda diferenciada, amparada em temáticas não doutrinárias e com poucas colorações oficiais” (MOTA, 1997).

Nesse sentido, Fico (1997) observa que as propagandas elucidavam os aspectos alegres, desenvolvimentistas e de democracia racial a fim de desenvolver um imaginário social otimista acerca da ditadura. Essa publicidade estava para além da dominação social e da disseminação do comportamento idealizado pelos governantes pois significou o auto-reconhecimento do povo brasileiro. Para tanto, resignificou-se a realidade através dos valores de ordem moral: dignificação, nacionalismo, patriarcalismo e patriotismo. Esse projeto ficou conhecido como “missão civilizadora”.

Por isso, o povo brasileiro viveu numa dualidade: a disparidade da exaltação nacional para com a realidade - que faz crer numa imagem pessimista do Brasil – e patriotismo em períodos curtos que cernem à grandes conquistas no campo esportivo. Nesse sentido, o interesse intrínseco para com a valorização da nacionalidade estava à mercê de uma minoria, que ocultava determinadas realidades. “Ocultação, e não visibilidade, era característica do regime militar. Da mesma forma, nenhuma sensação de familiaridade se poderia estabelecer entre as imagens

propostas pelos militares e a sociedade; ao contrário, estranheza e excludência era o que causavam” (FICO, 1997, p. 59).

O mote das reflexões está em compreender que, conforme reitera Durand (2002), o imaginário social de Brasil grandioso e exuberante por suas belezas naturais é alimentado pela literatura. Desde as produções literárias nativistas, até o barroco, arcadismo, romantismo, realismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo, pré-modernismo e modernismo percebe-se a alusão à natureza e territorialidade brasileira, vezes como personagem principal, vezes como plano de fundo. Essa perspectiva, com o governo ditatorial, assumiu o imaginário de “Brasil potência” e “Brasil gigante pela própria natureza”.

A criação de agências de propaganda durante o período militar, principalmente a ARP e Aerp, foi fundamental para dissimular o caráter ditatorial do governo. Ainda, a importância dessa fundação se estendeu à aceitabilidade do povo para com a atual conjuntura política, tendo em vista que o Brasil ainda não havia passado por um governo militar consolidado. Para tanto, a estratégia consistiu em negar os objetivos do governo – que eram claros, mas difíceis de aceitar.

A ARP e a Aerp utilizaram de produções baseadas em música, cena marcante e frase de efeito voltada ao público-alvo do horário, propiciando a memorização e introspecção da mensagem. Ainda, criaram um sistema de produção nacional integrado aos estatais, a fim de regionalizar mensagens. Dessa maneira e obtendo a concessão de 10 minutos diários de propaganda gratuita em todas as rádios e TV’s, centralizaram a produção midiática do período militar (SOTERO, 1989).

Segundo Fico (1997), as propagandas, na maioria, retratavam a juventude – a fim de incutir a ideia de “novo” – construindo algo ou convivendo amorosamente com sua família. Dessa maneira, a publicidade foi despolitizada, e, no lugar da política, incluiu-se ideais “tradicionais” e “honrosos”. Octávio Costa, o produtor da maior parte da publicidade, espiritualizou o período militar, desfocando a discussão política.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO OTIMISMO DURANTE AS MANIFESTAÇÕES EM PROL DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA

Diferentemente do período militar, 2015 possui diversos meios de comunicação de massa, ou seja, que atinge grande quantidade de receptores simultaneamente: rádio, TV, jornal, internet, entre outras tecnologias de mídia. Com isso, manter o monopólio da construção do imaginário

social, como se configurou a ARP e Aerp durante a ditadura, é dificultoso. Ou seja, veículos oficiais e não oficiais do governo, atualmente, possuem espaço para produzir a opinião pública.

No que tange às manifestações em prol do impeachment⁵³ da presidenta Dilma, tendo em vista que se organizaram através de eventos no Facebook, os objetos motivadores foram as redes sociais. Especialmente as Fanpages Movimento Brasil Livre, Revoltados Online e Vem pra Rua. Contudo, percebe-se que os idealismos presentes em tal movimentação populacional convergem mais para a figura pessoal da presidenta, do que para a conjuntura política e econômica atual do país.

Oliveira Viana (1939), nesse sentido, aponta que a formação intelectual política brasileira está alicerçada em conhecimentos extranacionais e midiáticos, favorecendo o desenvolvimento do idealismo utópico, ao orgânico. Ou seja, a formação opinativa brasileira a partir das redes sociais possibilitou o intercâmbio de informações em massa e a disseminação de ideologias e idealismos.

Acresce que há distanciamento entre os conceitos de idealismo e ideologias. Ideologia, numa vertente marxista, pode ser compreendida como inversão entre as ideias e o real. Ou seja, são ideias ou representações que “tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia.” (CHAUÍ, 2008, p. 21). Já idealismo, define-se como um princípio ideal de vida e sociedade.

As imagens produzidas pelas duas Fanpages de oposição mais conhecidas – Revoltados Online e Movimento Brasil Livre – apontam para perspectivas conservadoras, ou de ataque à figura pessoal da presidenta Dilma Rousseff, ou de idealização dos mesmos princípios “tradicionais” e “honrosos” disseminados pela propaganda militar. A imagem a seguir foi publicada 6 dias antes da 3ª manifestação em prol de Impeachment da Presidenta Dilma em 2015 e traça uma releitura de concepções tradicionalistas.

⁵³No Brasil, regulamentado pelo artigo 52 da constituição federal, o impeachment consiste na perda do cargo político e na inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

Imagem 1 – Impeachment é amor (?)



Fonte: MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Fotos. 10 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/pb.204223673035117.2207520000.1440596181./309883039135846/?type=3&src=https%3A%2F%2Fscontent-gru1-1.xx.fbcdn.net%2Fhphotos-xpt1%2Fv%2Ft1.09%2F11863433_309883039135846_5119934185588922348_n.jpg%3Foh%3D31a9baf7f0443543708085284843a140%26oe%3D56704576&size=960%2C720&fbid=309883039135846>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

A legenda da imagem faz apologia ao amor pela família, pátria, emprego, estabilidade financeira e segurança expressos no ato de aderir ao movimento pró-impeachment.

Sair às ruas de forma ordeira, preocupado não só com seu futuro, mas pelos seus amigos e familiares, é amor. Saia às ruas pelo seus familiares que perderam seus empregos. Pelo seu amigo que tem menos comida na mesa por causa da inflação, e por aquele que está se atolando em dívidas por conta dos juros. Pelo seu primo que foi assaltado 2 vezes só esse ano e é tratado como opressor, ou por sua prima que vai encontrar um estuprador de 17 anos na próxima esquina. E também por aqueles que você não conhece mas se solidariza em saber que todos estamos juntos naufragando nesse mesmo barco. Grite pelo impeachment por cada brasileiro que vai seu suor e seu sangue para tentar ter uma vida digna, mas vai deixar quase metade de sua força com impostos. Grite por cada brasileiro que deixou de sonhar para pagar as contas da corrupção. Não deixe a vergonha tomar as ruas do seu país. Ame a liberdade, ame a democracia, ame você mesmo. Impeachment é amor. (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015).

Outros exemplos são os idealismos de mulher, que, teoricamente, se opunham à figura da presidenta e apelam ao sexismo. Em contraposição, os sistemas de ideias territorialistas (em que o

sul é visto como superior às demais regiões brasileiras), de povo brasileiro (como oposto aos nordestinos e imigrantes), de intervenção imediatista sob a política (evidenciada na tomada do poder pelos militares e na luta armada, se necessário), de governo (como comunista) e de educação (oposta às propostas freiriana e marxista), se configuram como ideologias, visto que são conceitos, já cunhados em específicos contextos históricos, que continuam a guiar ações e pensamentos de grupos na atual conjuntura social (BOLDA; RODRIGUES; KROLL, 2015).

Todavia, as redes sociais como objeto motivador das manifestações não possuem credibilidade e acessibilidade frente à população brasileira. Por exemplo, o primeiro ciclo de manifestações - ocorridas em 15 de março de 2015 -, segundo a Polícia Federal (2015), abrangeu em todo o país cerca de 2,4 milhões de manifestantes. Ou seja, se comparado à população total do país no período – pouco mais de 204.718.000 milhões – somente 1,17% dos brasileiros foram às ruas. Já em relação ao segundo ciclo de manifestações em abril e terceiro em maio o resultado é ainda mais alarmante: respectivamente, 0,34% e 0,42% do total população.

Aliado à pouca credibilidade atribuída a uma movimentação que surgiu das redes sociais e não de um ambiente oficial está o acesso a esse meio virtual. Segundo o PNAD de 2013 produzido pelo IBGE, 49,4% da população brasileira possui acesso à internet. Portanto, as redes sociais não atingem a maioria da população, pois dependem, entre outros, de fatores econômicos para seu acesso. Ainda, sob resquícios da ditadura militar e influência do imaginário social produzido pela Arp e Aerp, TV e rádio são consideradas as mídias de credibilidade.

Sob essa perspectiva é possível compreender o perfil socioeconômico dos manifestantes, que possibilita o acesso às redes sociais. Segundo pesquisa desenvolvida na USP (2015) com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre a confiança no sistema político e fontes de informação, os dados de maior incidências foram: homens (52,7%), de 46 a 55 anos (21%), renda de R\$ 7.880 a R\$ 15.760 (28,5%), ensino superior completo (68,5), cor branca (77,4%), a maior confiança na imprensa é Veja (51,8%), a maior confiança nos movimentos sociais é no Vem pra Rua (70,8%), maiores fontes de informação política são TV e jornal (56,2%).

Ou seja, o perfil socioeconômico e cultural preponderante são de pessoas que viveram infância e adolescência durante o regime de repressão, e, portanto, vivenciaram o sistema educacional da época e tiveram seu imaginário social modelado às propagandas produzidas pelas elites ditatoriais. Com isso, a perspectiva otimista acreca do Brasil idealizada em suas juventudes se transpõe no seu ato de reivindicação, que objetiva “acordar o gigante” e alcançar o “Brasil

potência” e “gigante pela própria natureza”. Entretanto, o cenário real brasileiro contrapõe esses idealismos.

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Atualmente, é considerado como 6ª potência mundial. Contraditoriamente, está entre os países mais injustos: temos o 3º pior índice de Gini do planeta, uma minoria extremamamente rica vive ao lado da maioria caracterizada por inaceitáveis índices de pobreza, miséria, fome, analfabetismo, déficit habitacional, violência, acesso a serviços de saúde, educação, assistência social. Por isso, a ONU classificou o Brasil em 84º lugar no ranking de atendimento a direitos humanos, segundo o índice de Desenvolvimento Humano (FATTORELLI, 2012, p. 59-60).

A fim de amenizar essas disparidades o governo PT promoveu o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836/2004, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Essa categorização em “pobre” ou “extremamente pobre” é obtida a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, realizado com famílias com renda per capita de até R\$ 77,00. O mote consiste na transferência de renda a fim de amenizar os impactos da pobreza e acessibilizar educação e saúde (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, [s.d.]).

Todavia, as políticas públicas brasileiras, ao passo que atendem à camada pobre e extremamente pobre da população com o propósito de diminuir os impactos da desigualdade social, também disponibilizam sistemas de manutenção da riqueza dos extremamente ricos. Um exemplo é a dívida pública brasileira que, em 2011, suprimiu 45,05% do Orçamento Geral da União. Os detentores dos títulos dessa dívida “interna” são estrangeiros ou brasileiros que vivem no exterior, beneficiados com a ilícita “Bolsa Rico” (FATTORELLI, 2012).

Em suma, o grupo social que invadiu as ruas para lutar em prol de um “Brasil melhor”, levando em conta a renda de maior incidência de R\$ 7.880 a R\$ 15.760, é impossibilitado de receber tanto a “Bolsa Família” quanto a “Bolsa Rico”. Ainda, grande parte são micros ou pequenos empreendedores não isentos dos impostos e não beneficiados com política pública assistencialista específica. Isso justifica os 60,4% de entrevistados que, segundo a pesquisa da USP (2015), concordam com a frase que “O bolsa família só financia preguiçoso”.

Ainda segundo a pesquisa da USP, a maior parte dos manifestantes ingressaram e completaram o Ensino Superior (60,8%) nas décadas de 1980 e 1990 – final da ditadura militar e início do processo de redemocratização. Período em que organismos internacionais, movimentados principalmente por interesses econômico-financeiros, em escala crescente,

procuravam responder à necessidade de urgente reestruturação do cenário educacional brasileiro. As discussões acerca das Políticas Públicas Educacionais, dadas as pressões da sociedade, passaram a ser traçadas com crescente participação popular desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 e LDB 9394/96 (SAMPAIO, 2000).

Ou seja, o contato dos protestantes entrevistados com o Ensino Superior deu-se num período em que as políticas públicas de acesso e permanência nesse nível de ensino não haviam sido postas em práticas, mas somente delineadas na elaboração da Constituição Federal e LDB. Nesse sentido, as únicas maneiras obter a formação acadêmica era ou ingressar numa instituição pública gratuita ou pagar no ensino privado. Infere-se, com isso, que parte da grande concordância dos entrevistados (70,9,4%) com a frase “Cotas nas universidades geram mais racismo” advém do ingresso e permanência no Ensino Superior meritocratas a que foram submetidos.

Vale ressaltar que o apego meritocrata e consequente rejeição de políticas igualitárias é o ideal liberal que “permitiu ao capitalismo alcançar os resultados correspondentes à sua verdadeira natureza” (CATTANI; OLIVEIRA, 2012, p. 171). A ditadura militar foi fundamental na consolidação do idealismo capitalista com o Brasil na medida em que, para depor João Goulart na Operação Brother Sam, teve de disseminar o perigo de ter mais uma Cuba no Brasil (FICO, 2008). Esse “perigo do ataque comunista” no Brasil, atualmente, agravou-se no imaginário social, por exemplo, com o programa Mais Médicos – que trouxe médicos cubanos para o Brasil.

Por conseguinte, as ideologias de intervenção imediatista sob a política - evidenciada na tomada do poder pelos militares e na luta armada, se necessário – e do governo Dilma como comunista insurgidas com as manifestações em 2015, fazem sentido quando contextualizadas com o imaginário social produzido durante o período de repressão, que ainda é reproduzido. Isso repercute no imaginário social atual, por exemplo, com os 64,1% de entrevistados pela USP (2015) concordantes com a frase “O PT quer implantar um regime comunista no Brasil”. Atrelado à reprodução de discursividades conservadoras durante o período militar está a Revista Veja – a mídia de maior confiança de 51,8% dos entrevistados pela USP (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário social propagado durante a Ditadura Militar no Brasil - que enfatiza ideais “honrosos”, tradicionais e anticomunistas – e pela literatura brasileira – que preconiza um país de

riquezas geográficas -, entre outros idealismos, exercem influência sobre os manifestantes em prol do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Isso porque a maioria dos manifestantes viveram sua infância e adolescência nesse período e formaram seu intelecto sob a perspectiva otimista de possibilidade de crescimento brasileiro.

As manifestações, dessa maneira, se comportaram como a expressão da crença num “Brasil gigante” e passível de melhoria. Todavia, concomitantemente, esse foi um espaço de disseminação de idealismos retrógrados e ideologias conservadoras já delimitadas no período de repressão. Para a concretização desse espaço reivindicatório foi necessário a interlocução de um objeto comum à classe. Dessa maneira, as redes sociais se tornaram os objetos motivadores das manifestações e possibilitaram o intercâmbio de informações dos movimentos sociais para com a população.

Entretanto, esse espaço interativo é acessível a uma parte da população brasileira, que exclui pobres e extremamente pobres. Ou seja, os manifestantes não eram pessoas da linha da pobreza, mas uma parcela da população não beneficiada por políticas públicas assistencialistas do governo PT – como Bolsa Família, por exemplo. Apesar o movimento não ser unânime no país e ter mobilizado somente cerca de 0,64% da população, há um perfil preponderante e justificável de manifestantes: classe média, nascidos no período de Ditadura Militar, brancos e de alto grau de instrução intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOLDA, Bruna dos Santos; RODRIGUES, Jaide Pereira; KROLL, Artur Luaciano. *Entre o ideal e o ideológico: uma leitura das manifestações de 2015, no Brasil*. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA REGIÃO SUL, 27, 2015, Florianópolis.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. IN: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*, Vol.5, ANTROPOS, 1982.
- CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs). *A sociedade justa e seus inimigos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. 184 p.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FATORELLI, Maria Lucia. Bolsa Rico. In: CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs). *A sociedade justa e seus inimigos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. 184 p.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo - o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 334 p.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 188 p.



IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios*. 2015. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/sintese_default.xls.shtm>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. *Bolsa Família*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 27 de agosto de 2015.

MOTA, Carlos Guilherme. *Uma certa ideia de Brasil*. In: FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 188 p.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Fotos*. 10 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/pb.204223673035117.-2207520000.1440596181./309883039135846/?type=3&src=https%3A%2F%2Fscontent-gru1-1.xx.fbcdn.net%2Fphotos-xpt1%2Fv%2Ft1.0-9%2F11863433_309883039135846_5119934185588922348_n.jpg%3Foh%3D31a9baf7f0443543708085284843a140%26oe%3D56704576&size=960%2C720&fbid=309883039135846>. Acesso em:

26 de agosto de 2015.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

SOTERO, Paulo. *Credibilidade do Brasil cai a cada dia*. O Estado de S. Paulo, 1989.

USP. *Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação*. 2015. Disponível em: <<http://www.lage.ib.usp.br/manif/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campanha Editora Nacional, 1939.



O INTELLECTUAL DIANTE DA MODERNIDADE: MÁRIO DE ANDRADE⁵⁴

Juan de Lima⁵⁵

RESUMO: De modo mais geral, o presente trabalho procura reconstituir, minimamente, o quadro intelectual e artístico brasileiro entre os anos de 1922 a 1945 a partir da figura de Mário de Andrade. A delimitação temporal visa cobrir o período de produção de Mário desde a sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922, até a sua morte, em 1945. Nesse processo, seu livro *Macunaíma* ganha certa predominância em nosso trabalho. Procuraremos responder, mormente, a seguinte questão: como o intelectual Mário de Andrade teve seu posicionamento afetado pelas circunstâncias históricas? O trabalho ganha sustentação em autores do pensamento político e social brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mário de Andrade; intelectualidade; modernismo; literatura.

PREÂMBULO

A produção cultural brasileira, até fins do século XIX, esteve intimamente relacionada com o plano maior de nossa monarquia². Desde que o Império Português fora transposto nos trópicos, passou a ser um anseio cada vez maior, sobretudo por conta de D. Pedro II, a criação de uma imagem do Brasil, e as artes foram um dos principais elementos que auxiliariam nesse processo. E será a partir dos anos 1850 que isso se dará de forma mais significativa. Segundo Schwarcz, esse empreendimento tinha como objetivo “(...) assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura.” (SCHWARCZ, 1998, p.126). Entretanto, se é a partir dos anos 1850 que isso se dá de forma mais contundente, temos o início desse processo já em 1838. É criado, nesse ano, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Quase que totalmente financiado por D. Pedro II, o IHGB, já em 1940, será o abrigo dos românticos brasileiros. Entretanto, é a partir dos anos 1850 que o IHGB se firmará enquanto um importante centro de estudos, fomentando a pesquisa literária e estimulando, em larga medida, a vida intelectual da época, ao estabelecer nexos entre os artistas/intelectuais e o governo.

⁵⁴ Sobre esse período, gostaríamos de destacar o trabalho de Lília Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, enquanto uma referência importante para se entender o segundo Império. No nosso estudo, cabe destacar mais especificamente o capítulo 7.

⁵⁵ Juan de Lima é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – Campus Araraquara. E-mail: juan.de.lima@hotmail.com

Por intelectuais, aqui entendemos como sendo um grupo definido “(...) por um certo número de atributos, entre os quais o principal refere-se à natureza particular de suas relações com a política.” (MARTINS, 1987, p.1). De certa forma, essa noção perpassa as figuras intelectuais que elencamos em nosso trabalho, sobretudo Mário de Andrade, mais adiante. Também encontramos apoio no que diz respeito à definição de “intelectual” na análise gramsciana (GRAMSCI, 1999). Ao dizer de uma diferença fundamental entre o dito intelectual tradicional como sendo aquela figura que se destaca como um agente eminentemente intelectual em sua *essência*, e o orgânico como sendo aquele que se orienta na vida artística e pública tomando por base as circunstâncias históricas e culturais específicas ao qual esse sujeito está localizado. Assim, podemos aqui ter uma referência mais precisa de definição de intelectual, de modo que poderemos compreender de que maneira as circunstâncias sociais e políticas em torno desses sujeitos acabam por orientar ou não suas atividades intelectuais.

Além da literatura, expressão artística amplamente analisada por nós neste trabalho, há ainda no período do Segundo Reinado uma intensa produção de gravuras e pinturas, sempre com o objetivo de exaltar a brasilidade – ainda no seu processo de construção – bem como enaltecer a imagem de D. Pedro II. No caso da literatura, os nomes mais expressivos serão Gonçalves Dias e José de Alencar. Sobre a produção literária, apesar das pesquisas que foram realizadas no IHGB durante esse período, pouco se sabia dos indígenas, “(...) mas na literatura ferviam os romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem.” (SCHWARCZ, 1998, p.131).

De acordo com alguns autores como Candido (2007) e Schwarz (2000), nossa literatura só vai se firmar nesse período, fato este que coincide com o auge do Romantismo Brasileiro. De acordo com Candido (2007, p.327), será no Romantismo que nossa literatura se adequará ao presente. O mesmo se dará nas análises de Schwarz (2000). O autor nos indica que será com José de Alencar, e mais tarde, com Machado de Assis - de forma brilhante, aliás - que a literatura brasileira atinge o seu auge, em que alguns modismos estrangeiros têm condições de serem superados, chegando, desse modo, à sua maturidade.

Se com o mecenato de D. Pedro II a produção literária brasileira possuiu, de certa forma, uma agenda, com o fim da monarquia brasileira nossos literatos estarão mais livres, e suas ambições serão outras:

“A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras.” (SEVCENKO, 2003, p.97).

A própria sociedade brasileira se modernizava. Se finalmente havíamos superado a monarquia, a hereditariedade e suas hierarquias, as preocupações dos intelectuais certamente se alterariam ou se transformariam também. No início do século XIX, “Todos os alicerces da sensibilidade romântica tradicional são rapidamente corroídos até a completa dissolução.” (SEVCENKO, 2003, p.120). Nomes como João do Rio, Lima Barreto, José Veríssimo, Euclides da Cunha, entre outros se destacam na produção literária da época. São homens de letras que emitirão suas opiniões, em maior grau, em jornais e revistas, mas também em forma de romances.

Os Sertões, de Euclides da Cunha, auge da produção nesse período, inaugurará um novo patamar na nossa produção literária. Entretanto, isso só poderá ser dito se tomarmos a forma pela qual os temas inseridos no texto são abordados, na tentativa de mostrar um Brasil desconhecido. Esteticamente o texto carregará, ainda, os formalismos acadêmicos. Será a partir dos modernistas que haverá uma produção artística que se propõe a não somente abordar os temas daqueles que teriam sido “esquecidos” (isto é, os indígenas, caboclos, culturas nordestinas, caipiras etc.); ou seja, expressões artísticas que colocavam em pauta inovações estéticas, como por exemplo, o rompimento com o formalismo acadêmico e a transposição da oralidade ao texto literário.

MÁRIO DE ANDRADE, MODERNISMO E MODERNIDADE

O Brasil como um todo, principalmente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, estava passando por um intenso processo de modificação das bases de produção e também havia um fervilhante caldo cultural e social se configurando nesse momento. Se a literatura de outrora estava relacionada com a preocupação de formar uma imagem do Brasil, de exaltar o governo ou mesmo do seu estabelecimento enquanto campo artístico específico e autônomo, agora ela se encontraria desvinculada dessas preocupações. A produção literária a partir dos anos 1920 estará mais preocupada com as rupturas das formas literárias, demasiadamente acadêmicas e ainda ligada à aristocracia. O modernismo surgirá como um preparador para a modernidade.

Entendemos, pois, que o movimento modernista será o resultado de vários fatores. Os intelectuais que organizaram a Semana de Arte Moderna de 1922 de São Paulo, sobretudo,

estavam em contato com o aquilo que de mais “moderno” estava sendo produzido pelas artes no mundo: as vanguardas europeias, principalmente o surrealismo e o impressionismo, assim como o impacto do surgimento do cinematógrafo. Financiada por Paulo Prado e outros aristocratas paulistas, a Semana tinha por objetivo principal a renovação das linguagens artísticas. Surge da própria aristocracia, portanto, a ânsia em sintonizar o pensamento com o espírito da modernidade.

Mário de Andrade, um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 é uma das figuras-chave para entendermos o Modernismo. O texto *O movimento modernista*, espécie de balanço realizado por Mário de Andrade se figura como um importante eixo norteador para refletirmos sobre a cultura dos anos 1920 até os anos 1940. Mário de Andrade entende que, apesar de a Semana estabelecer uma data, um ponto de partida, desde pelo menos seis anos antes um espírito novo vinha se definindo no “Sentimento de um grupinho de intelectuais paulistas. (...) De primeiro, foi um fenômeno estritamente sentimental, uma intuição divinatória... um estado de poesia.” (1978, p.232). Mário diz que os quadros de Anita Malfatti foram uma espécie de “revelação”. Tendo como referência a vanguarda estética europeia à época, Malfatti introduz um ponto de inflexão nas artes brasileiras, com pinturas que fugiriam do lugar-comum, que abre espaço, portanto, para que o movimento Modernista possa surgir e criando um cenário favorável para a renovação das estéticas artísticas.

O movimento modernista, lido tanto pelo lado artístico quanto pelos costumes sociais e políticos, foi o prenunciador, o preparador, e – para muitos estudiosos - o criador de um estado de espírito nacional. As transformações ocorridas no mundo moderno, como quedas de impérios, novas tecnologias e novas consciências impunham a criação de um espírito novo, exigindo assim, a reverificação e mesmo a remodelação da inteligência nacional. Esse foi o movimento Modernista e a Semana de 22 foi o seu brado coletivo principal. Mário dirá: “Porque tudo isso que se faria, mesmo sem o movimento modernista, seria pura e simplesmente... o movimento modernista.” (ANDRADE, 1978, p.231).

A primeira manifestação literária dessa seara será o livro *Paulicéia desvairada*, com publicação ainda em 1922, no calor do momento da Semana. Mário produz uma série de inovações estéticas em seu texto. Entretanto, a mudança brusca de fato na literatura se dará em 1928, com a publicação de *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Nesse período, Mário tem

significativa produção literária, com a publicação de *A escrava que não é Isaura* (1925), *Losango cáqui* (1926), *Primeiro andar* (1926), *O clã do jabuti* (1927), *Amar, verbo intransitivo* (1927) e *Ensaio sobre a música brasileira* (1927).

Além da publicação de *Paulicéia desvairada*, outro ponto importante de sustentação do modernismo a fim de se garantir uma organicidade no movimento é a publicação em 1924 do *Manifesto Pau-Brasil* e, em 1926, do *Manifesto Antropofágico*, de Oswald de Andrade. Em ambos os textos há uma preocupação em se colocar em perspectiva a confluência e vivência entre o novo e o antigo, o natural e o científico, assim como uma tentativa em se buscar e alcançar o brasileiro. Sobre a utilização da língua, “A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.” (ANDRADE, 1976). Antropofagia, o antigo ritual indígena, popularizado pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil nos séculos XVI e XVII, sobretudo, era um ritual com o qual os indígenas literalmente comiam os seus inimigos e, dessa forma, poderiam subtrair aquilo que de melhor havia neles. Era um ato simbólico de deglutição. O mesmo se daria com a antropofagia modernista, em que a especificidade da cultura brasileira seria a de “digerir” os componentes culturais de fora, estrangeiros, para daí se tirar um substrato *nosso*, a nossa cultura.

É em *Macunaíma* que encontramos essas manifestações de forma mais contundente, sobretudo por ser obra do próprio Mário, um intelectual que além de transpor sua versatilidade artística em poemas e romances, ainda era músico, professor, crítico e pesquisador do folclore e da cultura popular brasileira. Soube colocar no seu romance de maior prestígio todo o seu empenho intelectual. Schwarcz e Starling dizem, sobre Mário de Andrade e seu *Macunaíma* que:

Mário de Andrade e seu livro restaram como ícones desse novo momento em que o Brasil começava a se entender e autofotografar. Não só se negava o argumento racial e seu derrotismo, como a mestiçagem e a presença de negros aqui viravam características fundamentais: uma verdadeira fortuna. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 339-40).

Macunaíma é um texto que comporta vários tipos de linguagens. Obra de um verdadeiro *bricoleur*, Mário se utiliza de mitos indígenas brasileiros e lendas de todos os lugares do mundo. Coloca na fala de seus personagens e em sua escrita a oralidade popular, seja ela a caipira, a indígena, do nordeste e do norte brasileiro. Insere na paisagem de seu romance lugares pouco conhecidos pela grande maioria da população até então, na busca de um Brasil unificado, fruto do

projeto nacionalista à época. Só que a busca por esse Brasil não se dá de maneira lógica e nem temporal.

Macunaíma, o personagem caracterizado por ser um “herói sem nenhum caráter”, é negro e vira branco. Malandro, que tenta tirar vantagem de tudo e de todos, é ainda preguiçoso, fala muitos palavrões e conta muitas mentiras. A trama é relativamente simples: gira em torno da tentativa de Macunaíma recuperar o “muiraquitã”, amuleto que sua antiga esposa, a índia Ci, lhe dera de presente. Entretanto, a história se torna um pouco complexa na medida em que não há tempo definido e os lugares se alteram durante toda a narrativa. Ora Macunaíma está no Norte do Brasil, ora está no Nordeste, no Sul, ou então no Brasil Central. Mas é quando Macunaíma sabe da verdadeira localização de seu amuleto que há uma mudança brusca na história. O amuleto estaria na cidade de São Paulo, nas mãos de um gigante comedor de gentes (um Piaimã, personagem recorrente em mitos indígenas), o Venceslau Pietro Pietra. São Paulo se mostra um ambiente diferente para Macunaíma. Demais acelerado em comparação com aquele que ele vivenciava no mato, Macunaíma deve se adaptar ao ambiente para poder recuperar o seu amuleto. Se estranha com as máquinas, o telefone, o carro, os faróis. É um mundo novo, e essa realidade é expressa no romance, e o cenário descrito na obra é senão o retrato da São Paulo à época.

De modo mais geral, entre os anos 1920 e 1930 o papel da intelectualidade brasileira como um todo se altera paulatinamente:

Sobretudo a intelectualidade nacional passaria a questionar concepções mais tradicionais na área da cultura, assim como enfrentaria as instituições republicanas, elevando o tom da ruptura. Aí estavam novos atores que passariam a lutar por direitos e participação. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 337-338).

Após a primeira safra da produção literária modernista, se abre caminhos para um novo tipo de literatura brasileira e o modernismo colherá seus primeiros resultados artísticos. Há a assimilação das rupturas literárias que o modernismo causou durante toda a década de 1920, dando condições para que um novo tipo de estética literária pudesse então emergir. A produção literária se desloca do centro para os estados que até então não tinham participação significativa na produção de obras relevantes:

À semelhança do ocorrido na Europa, quando as novidades atingiram a sua radicalidade nos contextos mais resistentes ao estilo moderno de vida, no Brasil aconteceu coisa parecida e, descontada a Semana de Arte Moderna e suas consequências, foi de fora da metrópole Rio-São Paulo que chegou o novo. (ARRUDA, 2011, p.191).



Autores mineiros, gaúchos e principalmente do Nordeste serão os responsáveis pela renovação da estética literária dos anos 1930. Esses autores não possuem mais nenhum problema quanto à utilização da linguagem regionalista para a produção dos seus escritos, já que isso já havia sido superado pelo modernismo durante os anos 1920. Daí o intenso uso: 1) da transposição da linguagem oral para a escrita dos textos; 2) da ambientação regionalista para que o conhecimento do Brasil *profundo* pudesse continuar a ser descoberto; 3) das imagens do nosso país; 4) e das aparições circunscritas às possibilidades futuras das características constitutivas do povo brasileiro. Emergirão dessa safra autores como José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz e Jorge Amado (ARRUDA, 2011, p.193). Esses escritores puderam alcançar notável sucesso entre o público brasileiro. De acordo com Mário de Andrade, o movimento de inteligência do modernismo não foi o fator de mudanças político-sociais. Fora o seu preparador. Os anos 30 foram mais “calmos”, de uma literatura “(...) mais modesta e quotidiana, mais proletária, por assim dizer, de construção. À espera que um dia as outras formas sociais a imitem.” (ANDRADE, 1978, p.242). Apesar disso, gostaríamos de ressaltar que essa característica da literatura nesse momento esteve intimamente relacionada com os ideais de Getúlio Vargas daquele período. De acordo com Candido, os anos 30 seriam um eixo catalisador de elementos dispersos a uma configuração maior. Projeta na escala da Nação o que antes estava circunscrito no âmbito das regiões (CANDIDO, 1984).

Será ainda nos anos 30 que surgirão trabalhos empenhados em se entender o Brasil em sua complexidade e profundidade. Com o caminho aberto pelo regionalismo, tratando do Brasil não enquanto um todo coerente, mas com nuances; sendo assim, emergem pensadores que passam a ir ao encontro dessas particularidades para se interpretar o país. Arruda (2011, p.199), por exemplo, destaca obras como *Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil*, *Evolução Política no Brasil*, que surgiriam nesse período como importantes contribuições para se interpretar o Brasil.

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, Getúlio Vargas conseguirá, com sucesso, angariar bases de apoio popular e intelectual, ao recrutar para o seu governo simpatias políticas. *Hora do Brasil*, por exemplo, um programa radiofônico criado pelo DIP em 1938 – e presente até hoje – foi uma das formas encontradas por Vargas para que sua voz pudesse ecoar para todos aqueles que tivessem um rádio em sua casa. Sem intermédios, Vargas agora poderia falar diretamente ao povo brasileiro, com discursos curtos e simples (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.376).

Há ainda, nesse mesmo período, por meio do Ministério da Educação e Saúde, uma aproximação dos intelectuais na vida política (e pública). Alguns nomes dos intelectuais que fizeram parte desse cenário são Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Rosário Fusco, Menotti Del Picchia, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Nelson Werneck Sodré e Graciliano Ramos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.378). Podemos ver, portanto, que Mário se insere nesse quadro de aproximação de intelectuais e o governo e que, de certa forma, Vargas consegue realizar parte de sua agenda à época.

A atuação de Mário de Andrade dentro do Ministério da Cultura foi breve, com a catalogação de músicas populares e histórias orais no Norte e Nordeste do Brasil. Em um verdadeiro trabalho de um antropólogo, Mário foi incumbido de ir a lugares distantes, desconhecidos e despovoados, a fim de que as partes do Brasil pudessem ser descobertas e, deste modo, unificadas sob a forma de nação. Os trabalhos de Mário, apesar de terem sido breves, servem de exemplo para que entendamos de que forma, novamente, há a aproximação entre intelectuais e a vida pública. Não houve, desde o tempo do Império de D. Pedro II, uma aproximação tão latente entre essas duas instâncias.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar dos avanços realizados pelo Modernismo no que tange à renovação estética das artes e dos modos de se pensar o mundo, Mário de Andrade em 1942 vai escrever um discurso que, em seus momentos finais, fará um balanço crítico dele próprio e do movimento Modernista que tem seu início em 1922. Dentre outras coisas, Mário fala da falta de compromisso com a vida pública que os modernistas tiveram na década de 1920:

Atuais, atualíssimos, universais, originais mesmo por vezes em nossas pesquisas e criações, nós, os participantes do período milhormente chamado “modernista”, fomos, com algumas exceções nada convincentes, vítimas do nosso prazer da vida e da festança em que nos desvirilizamos. Si tudo mudávamos em nós, uma coisa nos esquecemos de mudar: a atitude interessada diante da vida contemporânea. (ANDRADE, 1978, p.252).

De todo modo, Mário entende que apesar de tudo o que o Modernismo deixou para as gerações posteriores, como o direito à pesquisa estética, muito realizada pelos regionalistas da década de 1930, e avanços no que diz respeito ao reconhecimento de outros povos e grupos dentro do Brasil *profundo*, o movimento não passou de uma obra coletiva, porém permeada de interesses particulares, individuais, que apenas diziam respeito às aspirações destes enquanto

meros artistas. O movimento não soube melhorar a vida do homem e nem conseguiu prover a ele uma melhor condição de vida. Para Mário de Andrade:

Si de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões. (ANDRADE, 1978, p.255).

Segundo Lahuerta (2014), em 1945, ano de realização do I Congresso Brasileiro de Escritores, os intelectuais passaram a se polarizar e a se politizar cada vez mais, já que estes estariam mais autônomos frente ao regime do Estado Novo. Nesse momento: “É a conjuntura, cada vez mais polarizada, que faz com que se exaspere a discussão sobre as condições nas quais o trabalho intelectual vinha sendo realizado.” (LAHUERTA, 2014, p.251).

Posição semelhante acontece com Mário de Andrade, que também participa do I Congresso Brasileiro de Escritores. Em carta enviada ao poeta Carlos Drummond de Andrade em 11/02/1945, menos de um mês após o fim do Congresso, Mário expõe uma opinião muito diferente da qual ele havia feito em 1942 – exposta anteriormente. Para ele, o intelectual não deve se intrometer na vida política e pública de modo geral. O intelectual, se uma vez sair de sua torre de marfim, perderá a sua própria condição de intelectual. Mário dirá sobre as transformações artísticas e intelectuais desde os idos dos anos 1920:

(...) o intelectual, o artista, pela natureza, pela sua definição mesma de não-conformista, não pode perder a sua profissão, se duplicando na profissão de político. (...) É da sua torre-de-marfim que ele deve combater, jogar desde o guspe até o raio de Júpiter incendiando cidades. Mas da sua torre. Ele pode sair da torre e ir botar uma bomba no Vaticano, na Casa Branca, no Catete, em Meca. Mas sua torre não poderá ter nunca pontes nem subterrâneos. (ANDRADE, 1988, ps. 224-5).

Mário de Andrade morre onze dias após a escrita dessa carta. Certamente fora sua reflexão final sobre a sua própria condição de artista e de intelectual. Concluindo, tivemos a possibilidade de minimamente analisar em nosso trabalho as seguintes questões: 1) a forma como Mário se plasmou e plasmou a cultura brasileira; 2) a própria condição de intelectual e as variações da participação política e pública deste agente/ator político-social entre as décadas de 20 e 40 do século passado. Também pudemos compreender as transformações acerca do entendimento do que é um intelectual considerando as diferentes circunstâncias políticas e sociais dos momentos históricos aqui investigados. Mais do que isso, gostaríamos de ratificar a inegável contribuição de Mário de Andrade para a vida artística do Brasil. Em 2015, setenta anos após a sua morte, Mário

continua a contribuir para as artes brasileiras. A última edição da Festa Literária Internacional de Paraty comemorou a vida e a obra de Mário de Andrade. Das ressonâncias de sua obra, será o livro *Macunaíma*, sobretudo, aquilo que mais rendeu frutos para a produção artística brasileira, inclusive nos dias atuais. Transposto para o cinema nas lentes de Pedro Joaquim de Andrade, adaptado para o teatro pelo diretor Antunes Filho e trabalhado na academia à exaustão, *Macunaíma* – assim como seu criador Mário de Andrade – ainda parecem estar longe de se esgotarem, confirmando o seu lugar na cultura brasileira; seja ao levarmos em conta seu valor artístico e cultural, ou então como um meio para pensarmos o período de modernização da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Mário de. A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- ANDRADE, Mário. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: Martins, 1978.
- ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Martins, 1979.
- ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. Petrópolis: Vozes; 1976.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. Tempo Social, São Paulo, v. 23, n. 2, 2011.
- CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a cultura. Novos Estudos Cebrap, São Paulo v. 2, n. 4, 1984.
- CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LAHUERTA, Milton. Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.
- MARTINS, Luciano. A Gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1945. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2, n. 4, 1987.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



FLORESTAN FERNANDES: CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

JULIANE DA COSTA FURNO⁵⁶

BEATRIZ PASSARELLI GOMES⁵⁷

Resumo: O presente artigo busca construir um debate conceitual a partir da construção teórica do significado de Capitalismo Dependente e Revolução Burguesa, do sociólogo Florestan Fernandes, no desafio de identificar como tais marcas da formação nacional brasileira incidem sobre a formação de organização e composição do sistema político brasileiro. O Estado – no capitalismo dependente – se torna um sustentáculo para a dominação burguesa, que necessita de seu controle para manter seus privilégios e interesses de classes. A Revolução Burguesa sem rupturas manteve o sistema político com resquícios antidemocráticos e avessos à participação política, o que se confirma com os dados de representação política atual ao evidenciar uma relação inversa da correlação de forças existente na sociedade e dominada pelos interesses do poder econômico.

Palavras-Chave: Capitalismo Dependente, Subdesenvolvimento, Sistema Político, Revolução Burguesa.

Introdução

No ano de 2015 completou-se 20 anos da morte de um dos principais – senão o principal – sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes. Em que pese o autor ser protagonista de uma vasta e diversificada literatura, deter-nos-emos nesse artigo na considerada “última fase” de Florestan Fernandes, no período posterior ao Golpe Militar de 1964. É nesse período que o autor passa a problematizar, de forma mais profunda, as raízes da formação nacional do Brasil, ao atentar para aspectos da vida social, econômica e política do país. A compreensão das especificidades do capitalismo brasileiro, todavia, não poderão ser apreendida por meio de uma investigação circunscrita ao espectro da formação nacional. Faz-se misterir além e perscrutar a dinâmica do capitalismo mundial à luz dos conceitos de dependência e subdesenvolvimento.

Reviver o pensamento de Florestan Fernandes em meio a este momento histórico em que as Ciências Sociais aparentam buscar, amiúde, uma suposta neutralidade frente à problemas e

⁵⁶ Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia do Trabalho. jujufurno@gmail.com

⁵⁷ Graduada em Economia na Universidade Estadual de Maringá e mestranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social. Beatrizp.gomes@gmail.com



questões sociais e, ademais, a Ciências Econômicas parecem focar demasiadamente no mercado e no Homo Economicus, nos parece resultar em frutíferos estudos, consoante a visão crítica do autor em relação às tendências atuais sobreditas.

Florestan Fernandes teve a ousadia, atributo que poucos intelectuais brasileiros tiveram, de colocar-se em uma posição social de unir o que, aparentemente, era impensável, a saber: a ação militante perante os desafios da nação brasileira, aliada com a objetividade e exposto rigor científico em suas análises enquanto pensador social e respeitado acadêmico que ele era. Nesse sentido, conceitos como classes sociais, questão racial, imperialismo, dependência e a concentração do poder e a riqueza, permearam as distintas fases do pensamento do autor, demonstrando sua autêntica preocupação em compreender a nação brasileira e propor alternativas para a busca de uma sociedade justa.

Além de uma homenagem ao autor, o artigo em questão busca os desafios de captar – a partir da nossa inserção dependente e da especificidade da nossa revolução burguesa – características do nosso sistema político atual, calcado nos ditames do poder econômico e na esparsa participação democrática e popular.

A inserção subordinada do Brasil e o capitalismo dependente

Para Florestan Fernandes, “o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR, 1999, p.131).

A dependência se constitui, como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141). Florestan Fernandes denomina essa fase da dependência brasileira de “primeiro tipo” de dominação externa, que vigeo na era colonial e nos primeiros momentos da dominação imperial. O segundo tipo de dominação externa surge da desagregação desse regime e das pressões imperiais da Inglaterra pela emergência de um mercado de trabalho assalariado e livre, possibilitando que esses trabalhadores ingressassem no mercado de consumo dos produtos industrializados.

Para Florestan Fernandes



“O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e cara que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial.” (FERNANDES, 2009, 11).

O prisma negativo desse padrão de dominação imperialista evidencia-se em dois níveis diferentes. Primeiro, no condicionamento e reforço externo das estruturas econômicas arcaicas - necessárias à preservação do esquema de exportação-importação - baseado na produção de matérias-primas de bens primários. Segundo, no malogro do modelo de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias hegemônicas.

Nesse sentido, para Florestan Fernandes (1968), embora o Brasil tenha transitado de ciclo econômico, passando de uma economia colonial para um Estado Nacional independente, isso aconteceu sem que se processassem alterações substanciais na dinâmica de organização da produção e nas relações sociais, “portanto, ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofresse qualquer crise, pois ele constituiu a base econômica e social da transformação dos senhores rurais. ” (FERNANDES, 1968, p. 22). Essa forma tímida com que se desenvolveu a transição do capitalismo no Brasil terá impactos profundos na forma de organização e na tradição do sistema político atual, como veremos mais adiante. As estruturas políticas e econômicas da sociedade colonial permaneceram intactas, operando somente a passagem do poder político e econômico das mãos dos senhores das metrópoles para a burguesia agrária local. Para o autor, o centro dinâmico da acumulação capitalista centrava-se na exportação, e não na construção de um mercado interno, segundo ele “a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora” (FERNANDES, 2005, p. 111).

Para o autor

“trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente como uma entidade especializada, ao nível da integração ao mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1968, p. 36).

Florestan tratou de forma muito crítica e combativa uma série de teorias modernizadoras, as quais identificam o desenvolvimento do capitalismo dependente como uma fase histórica, que estaria condicionada a uma evolução tal qual a ocorrida nos países de capitalismo avançado. É nesse sentido que o autor compreende que a situação de manutenção dos laços de dependência

internacional foram uma opção política das burguesias nacionais, e que os resquícios de atraso social cumprem um papel histórico para a cumulação de capital. O autor enfatiza que

“sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo capitalista do agente econômico privilegiado”. (FERNANDES, 1968, p. 86).

O Brasil faz parte do conjunto de países que absorve de forma débil e dependente o progresso técnico desenvolvido no âmago dos países de capitalismo central e de industrialização avançada. Nesse sentido, as economias periféricas não têm condições produtivas e econômicas de absorver a modernização tecnológica advinda do centro, contudo, por força dos interesses cosmopolitas das elites nacionais, o país incorpora uma estrutura produtiva dual, na qual convivem – em conflitos permanentes, porém coexistindo mutuamente – estruturas arcaicas e pré-capitalistas, relacionadas com a baixa produtividade e a subsistência, com outras estruturas modernas, vindas do exterior. Essa relação contribui para a eclosão de uma heterogeneidade estrutural, contrastando com o desenvolvimento com homogeneidade dos países centrais.

“A premissa subjacente é que a articulação de estruturas modernas e atrasadas é um expediente que permite as burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de interdeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem.” (FERNANDES, 1968, p. 86).

Nessa relação de junção articulada da heterogeneidade e do anacronismo, o emprego dos fatores econômico obedece a uma lógica de rendimentos maximizados, sendo necessário superexplorar a força de trabalho e os recursos naturais. Dessa relação não poderia nascer outra coisa “senão um capitalismo débil, heterogêneo e controlado de fora” (FERNANDES, 1968, p. 47).

A Revolução Burguesa no Brasil

Florestan Fernandes (2005) toma o conceito de Revolução Burguesa como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realiza, quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax da sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 425). Nessa acepção, existiu um conjunto de países – especialmente a França e a

Inglaterra – que concretizaram uma revolução burguesa de caráter progressista⁵⁸ e revolucionário. Dessa forma, os comerciantes organizaram-se contra a tirania na busca de uma sociedade juridicamente livre e igual. Do processo em questão emerge uma genuína dominação burguesa, assentada sob o lucro do capitalista, a exploração do trabalho e a liberdade formal.

O autor debruça-se sobre o processo de revolução burguesa no Brasil, a fim de compreender os condicionantes do desenvolvimento do nosso capitalismo e suas debilidades, uma vez que – ao contrário dos países de economia central – as transformações aqui operadas guardam demasiada similitude com o passado colonial, não constituindo uma revolução na sua significação clássica. Para o autor,

“[...] esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso significa que ele jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global” (FERNANDES, 2004, p. 126).

Para Sampaio Jr (1999) citando Florestan Fernandes, nos países de capitalismo periférico a revolução burguesa deveria significar a criação das condições materiais, socioculturais e morais, as quais contituem os requisitos necessários para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismos econômicos de seu contexto civilizatório.

A Revolução Burguesa no Brasil não concretizou-se mediante uma ação revolucionária, nem pode ser datada de forma precisa. Ao contrário, a revolução burguesa é um processo que tem início na Revolução de 1930 e tem seu ponto de maturidade no golpe militar de 1964. Segundo o autor, um dos primeiros elementos a ser analisado é que a burguesia industrial brasileira não diferenciava-se – muito menos se opunha de forma radical – à oligarquia agrária. O senhor rural tradicional, com a paulatina perda do seu poder político e econômico é, aos poucos, coagido pelo mercado externo a assumir a posição de agente econômico industrial. Operam-se, sobretudo, duas transformações: a primeira delas é que ele é incentivado a acumular riqueza fora da propriedade rural, e segundo é forçá-lo a renunciar o status senhorial e adaptando-se as prerrogativas de grande proprietário urbanos, segundo determinações puramente econômicas. (FERNANDES, 2004).

“No começo do processo, ele renegava o “elemento burguês” do seu status para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional

⁵⁸ O próprio Florestan Fernandes credita a essas revoluções, e acrescenta também as revoluções burguesas Alemã, Japonesa e Estadunidense, um caráter progressista e revolucionário, cretizando a elas “uma revolução econômica sob o controle social e político interno” (2014, p. 73).

independente. No fim do mesmo processo ele se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial para salvar-se, através do elemento burguês, de sua situação” (FERNANDES, 2004, p. 130).

O autor aponta que o processo da revolução burguesa no Brasil foi de um “tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascida do dinheiro.” (FERNANDES, 2005, p. 426). A burguesia brasileira abriu mão de construir um processo verdadeiramente revolucionário, ou como diz o autor, de ser a

“paladina da revolução ou de instrumento de modernidade”, imprimindo verdadeiras e profundas rupturas com o nosso passado colonial, senhorial e antidemocrático. Ao contrário, visando unicamente a lógica de maximização dos seus lucros e rechaçando a presença do conflito e da luta política, a burguesia optou pelo caminho mais fácil e aparentemente com poucos “traumas”, “preferindo a mudança gradual à composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, 2005, p. 427).

É nesse sentido que avaliamos a debilidade da Revolução Burguesa no Brasil, uma vez que ela não logrou cumprir as tarefas necessárias para consolidar uma dominação burguesa propriamente dita. Com isso, não universalizou-se uma ordem competitiva nacional, não internalizou-se as forças produtivas, consolidando o mesmo papel primário-exporador dentro da divisão internacional do trabalho. Além disso, a revolução burguesa não caminhou no sentido de solucionar os impasses históricos do subdesenvolvimento, tampouco contribuindo para superar a existência de relações pré capitalistas que bloqueiam a plena generalização das relações de produção tipicamente capitalistas, assim como manteve uma série de anacronismos sociais, principalmente os que reforçam os nexos de dependência externa e os que mantêm uma estrutura política antidemocrática e não participativa, tema que abordaremos mais adiante.

Portanto, o Brasil teve de encarar uma realidade áspera, de um lado a revolução burguesa possibilitou a emergência e a consolidação de um capitalismo brasileiro, no entanto – por outro lado – inibiu a integração nacional. De outra perspectiva, a revolução burguesa, tendo como seu agente burguesias dependentes e perfeitamente integradas ao imperialismo, possibilitou significativos avanços na modernização, em que pese optar pelo abortamento de uma revolução nacional. Para Sampaio Jr (1999) “a limitada capacidade para impulsionar a revolução democrática e nacional inviabiliza a constituição das estruturas e dinamismos capitalistas necessários para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR, 1999, p. 159).



O sistema político brasileiro

Na análise e problematização do capitalismo dependente, do subdesenvolvimento e da revolução burguesa, um elemento aparece de forma transversal, a saber, a construção da história e da formação social-econômica do povo brasileiro é perpassada por um amplo processo de exclusão política. Os ciclos econômicos, o centro dinâmico de acumulação e a mudança nos distintos sistemas políticos, lograram uma série de transformações – em alguns momentos até estruturais- no entanto, o que permaneceu como condição de atuação das burguesias foi à prerrogativa da exclusão antidemocrática da sociedade brasileira do acesso à participação política, constitui-se como um padrão de “democracia restritiva – a dos donos do poder.”⁵⁹ “O desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação especial de padrões democráticos e de padrões autoritários ou autocráticos de comportamento político.” (FERNANDES, 2005 p.102). Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente democráticos, autoritários e autocráticos. Para Florestan Fernandes, temos “Um congresso que foi, de ponta a ponta em nossa história, tolhido pela vontade imperial, sofreu todos os ataques que se poderiam imaginar. A República trouxe a bota militar, que pisoteou o congresso várias vezes”⁶⁰.

O elemento precípua que desejamos ressaltar desse processo foi a associação do padrão burguês de dominação com a permanência dos resquícios autocráticos e conservadores mais latentes das elites brasileiras. Para manter-se como classe dominante sem realizar as tarefas nacionais e democráticas típicas das Revoluções Burguesas clássicas, as elites brasileiras necessitaram manter o controle sob o Estado, como entidade capaz de assegurar seus privilégios e seus interesses de classe. Havia um acordo entre as burguesias para alijar o povo brasileiro dos mecanismos de acesso ao Estado, bem como manter uma dominação baseada no autoritarismo e nas formas paternalistas de relação com a política, como se explicita na passagem de Fernandes “a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos.” (FERNANDES, 2005, p 443). Nesse sentido, destaca-se a sempre presente procura do uso da força, buscando oprimir, coibir, bem

⁵⁹ Fragmento extraído do texto “A prática da representação Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 10 de março de 1987 (FERNANDES, 2014, p. 55).

⁶⁰ Fragmento extraído do texto “A crise Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 13 de julho de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 20).

como condicionar o povo brasileiro dentro da ordem antidemocrática e autoritária vigentes na sociedade. A violência – em todos os seus aspectos – marca profundamente a política brasileira e o seu obstáculo aos mecanismos legais de participação popular. Segundo Florestan Fernandes, “para evitar as explosões sociais ficamos com a ordem ilegal montada pela ditadura militar (...) Até o pessoal é o mesmo, os procedimentos tecnocráticos são os mesmos, o desprezo pelo povo é o mesmo.”⁶¹ Isso porque o imperialismo não comporta a aceitação da reforma democrática nos países dependentes, “isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentidos políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 438) Para Nelson Werneck Sodré, “mantê-los dependentes exige, como premissa básica, mantê-los privados de regime democrático e de estrutura nacional.” (SODRÉ, 1978. P, 233).

Segundo Moroni (2015), os problemas centrais hoje do Sistema Político repousam em três ordens: A) A primeira – e a meu ver principal – reside na demasiada influência do poder econômico nos processos decisórios. Para Florestan, “os interesses econômicos particulares predominaram de ponta a ponta, anulando os partidos ou convertendo-os em instrumentos para atingir fins por vezes antinacionais e antisociais”⁶² Ou seja, as eleições são definidas pelo montante de recurso injetado em candidaturas, as quais gozam de financiamento para contratar cabos eleitorais e acessar a população. Para Florestan Fernandes seguimos “submetendo o Parlamento ao despostismo da iniciativa privada dos grandes proprietários e dos mais ricos.”⁶³ B) A subrepresentação. Embora a sociedade seja composta por uma maioria de mulheres e auto declarados negros, elas ocupam apenas 9% dos mandatos da Câmara dos Deputados, e 12% no Senado (embora já exista a cota de 30% para mulheres candidatas nas legendas partidárias). Quanto à população negra, ela contabiliza apenas 8,5% (43) do total dos parlamentares, e menos da metade das 27 unidades federativas tem representação negra nas suas câmaras. Ainda para o autor “o político profissional viu-se com frequência reduzido à condição de porta voz dos financiadores das suas campanhas ou dos ‘donos’ invisíveis de seus mandatos”⁶⁴. Além disso, no

⁶¹ Fragmento extraído do texto “A questão dos Partidos”, publicado na Folha de São Paulo no dia 02 de novembro de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 27).

⁶² Fragmento extraído do texto “A nova conciliação”, proferido na Assembléia Nacional Constituinte na sessão de 2 de setembro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 125).

⁶³ Fragmento extraído do texto “A crise Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 13 de julho de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 20).

⁶⁴ Fragmento extraído do texto “Crise de poder na Assembléia Nacional Constituinte”, publicado na Folha de São Paulo no dia 7 de julho de 1987 (FERNANDES, 2014, p. 92).



que tange à composição economico-social, dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) apontam que dos 594 parlamentares (513 da Câmara e 81 do Senado) eleitos em 2010, 273 são empresários; 160 compõem a bancada ruralista; 66 são da banca evangélica e apenas 91 se definem como representantes dos trabalhadores. Florestan Fernandes já denunciava essa relação na Constituinte de 88, do qual foi deputado pelo Partido dos Trabalhadores. Para o autor “ Na Assembléia Nacional Constituinte a sociedade civil aparece de cabeça para baixo, invertida. A maioria dominante, graças aos artifícios da democracia burguesa e dos mecanismos eleitorais, torna-se maioria parlamentar”⁶⁵ C) Derradeiramente, o terceiro elemento é a ausência de processos decisórios além das eleições: o povo é apenas chamado a exercer sua cidadania e democracia mediante o voto apenas nos momentos já consagrados no calendário eleitoral. Outras questões de demasiada importância para a construção social, e que exigiriam a participação popular, passam ao largo da sociedade, sendo pouco recorrente a utilização de plebiscitos e referendos, nos quais a sociedade é conclamada a decidir sobre outras questões nacionais. Para o autor “a iniciativa popular desmistifica a representação em sentido liberal e força o parlamento a sair da sua pele”.⁶⁶ E ainda reitera com o seguinte fragmento extraído de um discurso: “Somente através de novas modalidades de relação da massa dos eleitores com o Estado será possível introduzir uma revolução democrática na organização do Estado.”⁶⁷

Considerações Finais

Procuramos nesse trabalho relacionar a construção do capitalismo dependente e o padrão de Revolução Burguesa com o sistema político brasileiro. Ou seja, a não construção de uma cultura democrática, de participação popular, bem como a não edificação de uma nação independente e autônoma, somada a necessidade de continuidade de um padrão de dominação burguesa assentado no controle do Estado, manteve as Instituições políticas blindadas à luta de classes, à iniciativa popular e aberta a dominação burguesa via relações com o grande capital. Identificamos que a teoria construída por Florestan Fernandes atesta para a construção dessa sociedade

⁶⁵ Fragmento extraído do texto “Controle Burguês do processo Constituinte”, publicado no Boletim Nacional da CUT de jul-ago. de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 107).

⁶⁶ Fragmento extraído do texto “O uso da iniciativa popular”, publicado no Jornal Folha de São Paulo de 03 de março de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 64).

⁶⁷ Fragmento extraído do discurso com o título “Política e Democracia”, proferido na Assembléia Nacional Constituinte no dia 19 de fevereiro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 53).

antidemocrática a avessa à participação política que temos hoje, assim como de uma negação do conflito e da luta política.

Dessa forma, a crise do sistema político atual tem lastro nessa trajetória antidemocrática brasileira, e a solução para esse impasse, nos parece, parte de uma necessária reforma do sistema político, que crie condições igualitárias de pleito entre os candidados, impedindo o financiamento privado de campanhas, a fim de inviabilizar a dominação da cena política por interesses de grupos econômicos. Nessa mesma linha, é necessário a garantia de representação política para os segmentos historicamente apartados dela, como as mulheres, os negros e os indígenas. No entanto, uma reforma que democratize a política não prescinde – necessariamente – da participação popular, uma vez que “um parlamento incapaz de fazer um diagnóstico de suas próprias falhas não pode ser portador de sua transformação democrática e servir como a via institucional da revolução democrática da sociedade civil e do Estado.”⁶⁸

Por derradeiro, uma Reforma Política capaz de ir à contramão da história de dominaçãobruguesa brasileira, precisa assegurar mecanismos de participação popular, incentivando e construindo uma cultura política de intervenção da sociedade na vida pública, construindo espaços de conselhos populares deliberativos, maior autonomia e autogestão das comunidades, bem como exercitar os mecanismos legais de acesso as grandes decisões nacionais, mediante plebiscitos e referendos. Caso contrário – e em permanecendo essa instabilidade política – Florestan afirma: “no entanto, o que é hoje um processo econômico controlado do exterior e do interior pelos interesses privados, pode transformar-se rapidamente num processo político incontrolável [...] e para a emergência de uma consciência social crítica, do radicalismo político e da revolução social dentro da ordem ou contra ela.” (FERNANDES, 2009, p. 38). Ainda segundo o autor “O Brasil está dobrando uma esquina da história e não pode preservar, sob o capitalismo monopolista, partidos de caciques, de notáveis e de arranjos improvisados e imediatistas”⁶⁹

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In: Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. Florestan Fernandes. Global editora. São Paulo, 2009.
FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e Subdesenvolvimento. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1968.

⁶⁸ Fragmento extraído do texto “Uma questão de grandeza”, publicado no Jornal do Brasil de 25 de setembro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 107).

⁶⁹ Fragmento de um texto cujo título é “O desafio dos Partidos”, publicado no Jornal do Brasil no dia 5 de outubro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 150).

_____. A concretização da revolução burguesa. In: Florestan Fernandes sociologia crítica e militante. IANNI, Octavio (org.). Expressão Popular, São Paulo 2004.

_____. A revolução burguesa no Brasil, ensaios de interpretação sociológica. Editora Globo. São Paulo, 2005

_____. Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. Global editora. São Paulo, 2009.

_____. Florestan Fernandes na Constituinte: Leituras para Reforma Política. Editora Perseu Abramo e Expressão Popular. São Paulo, 2014.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Companhia das Letras, São Paulo 2011.

_____. A Revolução brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo 1966.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie. Vozes, Petrópolis, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini vida e obra. Transpadini, Roberta e STEDILE, João Pedro (org.). Expressão Popular, São Paulo, 2005.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. Editora Insular, Florianópolis, 2013.

MORONI, Jose Antonio. Reforma do Sistema Político: onde estamos? <http://listasbrasilpopular.org.br/lists/lt.php?id=cR1VVgcPTFEJVx5TDV4IAAA> acessado em 22 de setembro de 2015.

SODRÉ, Neson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. Livraria editora ciências humanas LTDA, São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. Boitempo Editorial, São Paulo.



A ESCOLA ENQUANTO MECANISMO DE CONTROLE DO LOCAL SOCIAL DOS SUJEITOS: UMA LEITURA A PARTIR DE FRANTZ FANON

Leonardo H. B. Monteiro

RESUMO: O objetivo deste artigo é trazer elementos para uma reflexão sobre a maneira pela qual a instituição escolar opera em uma sociedade ocidentalizada com bases sociais que foram e são racializadas assimetricamente. Neste artigo tento através da construção de três momentos ilustrativos, que servem como representação à problemática a ser abordada, construir uma imagem sobre o objeto de discussão proposto. Como recorte analítico será utilizada a forma de tratamentos diferentes com base na tez da pele, produzidas entre professor e aluno. Este trabalho pretende apontar como a prática institucional de uma escola, além de não ser neutra, funciona como aparato de poder para tentar delimitar o papel social a ser desempenhado por atores sociais negros e atores sociais brancos no futuro. O grande norte teórico deste paper é Frantz Fanon.

Palavras-chave: Sociologia das Relações Raciais; Processos de Racialização; Instituição Escolar

Introdução

Uma forte afirmação de Fanon sugere o caráter da temática que será abordada: “Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.” (FANON 2008, p. 28). Desde criança, o negro é ensinado a docilizar seu corpo para tentar se positivar na frente do branco⁷⁰. A partir deste constructo, pretendo argumentar como a docilização do corpo e uma submissão à disciplina escolar não fará o negro ser considerado como um concorrente igual de um branco. Mesmo um corpo docilizado⁷¹, ao ser negro, será considerado hierarquicamente inferior a um corpo branco. Ao serem, mesmo de maneira irrefletida, calculadas e projetadas quais funções profissionais deverão ser realizadas e se haverá um acesso a um novo patamar dos estudos⁷². Deste modo encaro esta problemática como

⁷⁰ Como exemplo, utilizo um trecho da canção A Vida É Desafio “Desde cedo a mãe da gente fala assim: / ‘Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.’” A passagem destaca um eu-lírico que fora ensinado por sua mãe que sua epiderme fará com que ele tenha que sempre se provar ‘duas vezes melhor’, o objeto deste se provar será sempre o outro, o branco. Como será trabalhado de modo breve a partir de Fanon (2008) e sua discussão com as teorias do reconhecimento neste artigo. Ver: Racionais MC’s. Nada Como Um Dia Após o Outro Dia (2002).

⁷¹ Cito a definição de Foucault sobre o que seria um corpo dócil: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (FOUCAULT 1987, p. 126)

⁷² Por continuação com os estudos me refiro ao acesso ao ensino superior e o “status” auferido pelos seus integrantes, principalmente quando estes saem de escolas públicas. Veremos, na continuação deste trabalho, que professores irrefletidamente, talvez, filtram as maiores possibilidades de acesso ao ensino superior conforme mais clara for a tez do aluno.



engrenagem de uma estrutura socialraciada de maneira assimétrica que constrói e reproduz distinções a partir de fenótipos e de estereótipos vinculados a estes.

Para deixar claro o que pretendo dizer quando me refiro a uma estrutura racializada assimetricamente, discutirei brevemente ideias de Aníbal Quijano. Para o começo da discussão, o cito:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. (QUIJANO, 2005 p. 231)

Esta formulação de uma ideia de raça que definiria o papel social dos seres humanos se amalgamará à estrutura social e ao imaginário do Ocidente, sendo uma das marcas da ocidentalização e possuindo presença inegável em todas as localidades que passaram por este processo. Portanto, a estrutura colonial, em um primeiro momento, racializará os sujeitos e, desta racialização, irá os hierarquizar, de forma a alocar todos os não-brancos em representações subalternas, ao passo que os sujeitos brancos relacionados aos conquistadores europeus, até os dias de hoje, possuem uma representação que sempre é remetida ao status quo. Este processo colonial criou uma intersubjetividade no sistema-mundo centralizado no molde europeu, o que cria uma articulação entre uma identidade branca e um status positivado, ao passo que uma identidade não-branca possui uma identidade sempre negatizada. (QUIJANO, 2005 p. 235).

A Literatura: Conceitos fanonianos e o estereótipo de Bhabha

Para Fanon (2008) um processo criador de uma sociedade racista se apoia em dois pilares - o que o autor apresenta como um duplo processo que leva a um complexo de inferioridade - sendo estes pilares, a criação de uma inferiorização econômica, em seguida de uma epidermização dessa inferioridade (FANON, 2008 p. 28). Este duplo processo, onde repousa a diferença racial para Fanon, será visto nos que serão trabalhados abaixo. Deste modo, a necessidade da criação de uma nova ontologia que possa subverter esta hierarquização, que a rápida lapidada pelas ideias de Quijano (2005) acima nos mostrou, é uma questão das mais importantes para o autor natural da Martinica. Mas, enquanto uma sociedade se ampara nos pilares citados acima, a criação desta nova ontologia seria impossível. Cito o autor:

Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há, na *Weltanschauung* de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar, argumentando que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas, na verdade, está se mascarando um problema fundamental. A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devem nos lembrar que a situação tem um duplo sentido. Respondemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. (FANON, 2008 p.103-104)

Deste modo, o reconhecimento do negro enquanto um igual para o Fanon se faz impossível enquanto este estiver preso em uma ontologia forjada, pelos pilares da civilização ocidental, onde os locais sociais são pré-concebidos através da epiderme dos sujeitos. Este local é fixado através do que Homi Bhabha (2005) tratou através da nomenclatura de estereótipo, e dissertou no capítulo terceiro de seu livro *O Local da Cultura*.

Para Bhabha (2005), o discurso do colonialismo, aquele que cria as bases materiais para o racismo mesmo em locais onde não há uma relação colonial – ao menos, explícita e nos moldes de outrora – se baseia no estereótipo, na construção e na reafirmação deste enquanto prática discursiva, que fixa o local social do sujeito. Ao mesmo tempo, o estereótipo é dotado de uma ambivalência. Esta ambivalência inerente ao estereótipo produz a sua força, pois tenta produzir um efeito de verdade probabilística. O autor indiano crê que o que define o discurso colonial⁷³ serão os processos de subjetivação que este efetiva e não simplesmente o que é positivado ou negativado no âmbito tanto discursivo como material. As diferenças – sexuais e raciais – serão apropriadas pelo discurso colonial para implementar uma prática de controle dos corpos. Estas especificações do discurso colonial, que reconhecem estas diferenças, mas tendem a mantê-las em locais sociais específicos, são um aparato de poder. Sobre este aparato de poder o autor:

Pouvoir/Savoir coloca sujeitos em uma relação de poder e reconhecimento que não é parte de uma relação dialética – eu/outro, senhor/escravo – que pode então ser subvertida pela inversão. Os sujeitos são sempre colocados de forma desproporcional em oposição ou dominação através do descentramento simbólico de múltiplas relações de poder que representam o papel de apoio, assim como o alvo adversário. Torna-se difícil, então, conceber as enunciações históricas do discurso colonial sem que elas estejam

⁷³ Para efeitos deste trabalho podemos entender discurso colonial como sinônimo de discurso racista dentro de sociedades que são ex-colônias.

funcionalmente sobredeterminadas, estrategicamente elaboradas ou deslocadas pela cena inconsciente (Grifos do autor) (BHABHA, 2005 p.113)

Pretendo com isto argumentar como o não-reconhecimento e a fixação/ambivalência que o estereótipo traz consigo, funcionam como uma forma de aparato de poder e controle dos sujeitos não-brancos. Na problemática trazida neste trabalho, este mecanismo de poder tende a querer direcionar certos sujeitos a funções de status subalternos a aquelas que devem ser ocupadas por sujeitos brancos. Estas formulações, oriundos tanto de um discurso colonial como de um processo de paulatina não reconicidade do ser, funcionam através da fixação de sua identidade através de estereótipos fundamentados na tez de sua pele. Ou seja, este trabalho pretende dar elementos para se refletir como a prática institucional de uma escola funciona como aparato de poder para delimitar o papel social a ser desempenhado por alunos negros e alunos brancos no futuro e como esta delimitação influi numa reprodução da estrutura racial assimétrica.

Para explanar as implicações do que disse acima, cito uma passagem do livro de Frantz Fanon onde este percebe que o mundo onde está inserido, por mais que não seja de sua vontade, se faz um campo de batalha.

No momento em que eu esquecia, perdoava e desejava apenas amar, devolviam-me, como uma bofetada em pleno rosto, minha mensagem! O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que me encolhesse. (FANON, 2008 p. 107)

O ambiente escolar acaba se tornando um território parecido ao campo de batalha encarado por Fanon na primeira metade do século XX na França. Nota-se isto principalmente na territorialidade na qual tenho contato direto, um ambiente escolar de escolas estaduais do estado de São Paulo. Seja como aluno destas escolas da rede estadual de ensino, nas quais cursei a partir da quinta série até o fim do ensino médio no município de Piracaia, seja como professor eventual/substituto de instituições estaduais de ensino na cidade de São Carlos.

Cenas Ilustrativas: A reflexão em forma de imagem

Este trabalho pretende se debruçar acerca de questões pertinentes a relação escolar entre discentes e docentes, baseando-se em três momentos “ilustrativos” que servem de imagens para

o vislumbre da reflexão proposta em uma discussão direta com conceitos utilizados por Frantz Fanon na obra *Pele Negra Mascaras Brancas* apresentados acima.

Malcolm X (1925 – 1965), em sua autobiografia desenvolvida com a colaboração de Alex Haley, nos conta sua trajetória, desde a infância até praticamente o final de sua vida. Separei deste livro um momento que ilustra a reflexão sobre a qual este trabalho se propõe. Um dia, Malcolm, ao estar sozinho na sala com um professor, o Sr. Ostrowski, considerado por muitos como uma espécie de “conselheiro” nato, pois este ajudava os jovens estudantes da escola a escolher sua futura carreira. Malcolm, é surpreendido pela pergunta do professor sobre qual carreira almejava, este responde que desejava ser um advogado. A resposta do professor foi a seguinte:

- Malcolm, umas das primeiras necessidades na vida para cada pessoa é ser realista. Por isso, peço que não me leve a mal. Sabe perfeitamente que todos aqui gostamos de você. Mas tem que ser realista e encarar de frente os problemas de ser um nigger. Ser advogado... isso não é um objetivo realista para um negro. Deve pensar em algo que realmente possa ser. É muito hábil com as mãos, sabe fazer as coisas. [...] Por que não planeja tornar-se um carpinteiro? Todo mundo gosta de você e tenho certeza que teria sempre muitas encomendas. (Grifado no original.) (X; HALEY, 1992. p. 45-46)

Depois deste dia, Malcolm nunca mais foi o mesmo: a sua cor de pele passou a ser determinante na sua vida e, apesar de não conseguir refletir de maneira satisfatória sobre o fato, como conta em sua autobiografia. Ao se descobrir não reconhecido em sua humanidade, Malcolm passa a sentir um grande desconforto no ambiente escolar e um menino que era considerado pelos adultos brancos como meigo de outrora passa a ser distante e visto com desconfiança por estes mesmos brancos.

A segunda cena que gostaria de expor é de uma série de TV estadunidense que fez sucesso no Brasil no final da década passada, *Todo Mundo Odeia o Chris* (Everybody Hates Chris, 2005 - 2009), a série é narrada e livremente baseada na vida do comediante americano Chris Rock. A imagem que gostaria de fazer presente na cabeça do leitor é a história de Malvo, um ex-presidiário que volta às ruas e pede a ajuda do protagonista, Chris, para voltar a estudar e entrar no segundo grau. Malvo gostaria de não voltar mais à vida do crime e põe, como metas para si, ser um enfermeiro e, quem sabe, um astronauta. Mas, contudo, quando os dois vão ao encontro da Srta. Morello, professora de Chris, esta diz as seguintes palavras a Malvo: “Malvo, com educação adequada você poderia fazer tantas coisas, você poderia ser lixeiro, motorista do carro do lixo,

recolher o lixo do carro do lixo a lista é infinita. ”⁷⁴ Neste momento, se faz necessário falar que Malvo é um homem negro. Durante toda a série, a personagem Srta. Morello, uma mulher branca, tem atitudes que poderiam ser comparadas a de certos atores políticos que se solidarizam das situações de desigualdade enfrentadas pelos negros, mas sem assumir o seu próprio racismo, nem o racismo da instituição para a qual estão a serviço.

A terceira imagem que gostaria de trazer para a discussão é algo que testemunhei quando estudava. No último ano do ensino médio, há uma certa pressão que paira no ar pela continuação dos estudos e, pelo menos em escolas públicas, os professores sabem quais são os alunos que têm chances reais de entrar em alguma universidade, pois conhecem o desempenho destes. Entretanto, seria assim que professores pautam suas ações? Em uma escola que deveria ser para todos a configuração se baseia no desempenho escolar? Passei o ensino médio praticamente com a mesma turma, alguns saíram, alguns entraram para a sala, mas esta possuía um núcleo duro bem consistente de pessoas que estudavam juntas desde o primeiro ano. As melhores alunas da sala eram a Júlia, a Tainá e a Leticia⁷⁵, todas negras. Elas realizavam todas as atividades, tiravam as melhores notas, enfim, possuíam um desempenho escolar excelente. Contudo quando os professores traziam informações sobre universidades ou focavam algum aluno para conversar tête-à-tête sobre ensino superior, o foco nunca eram estas três alunas. O foco repousava em duas alunas de desempenho escolar bem mediano e que, na maioria das vezes não prestavam atenção às aulas e estavam preocupadas com outras coisas, a Amanda e a Lidiane⁷⁶. Um detalhe importante é que ambas eram brancas, provavelmente as que possuíam a tez mais clara da sala. Os professores, enquanto outros alunos realizavam atividades, entabulavam conversas com estas alunas sobre ensino superior, algo nunca feito com as três alunas que possuíam o maior desempenho da sala. Hoje, as duas alunas brancas estão no ensino superior em uma faculdade privada em uma cidade vizinha, enquanto as outras três, não deram prosseguimento aos estudos.

Cenas Ilustrativas: O que dizem?

Estas três imagens que trouxe para a discussão pretendem evidenciar como o sistema de ensino tenta filtrar e impor a todo momento, quais serão os alunos que terão a possibilidade de

⁷⁴ Esta cena tem início a 10 minutos e 25 segundos do episódio número 17 da terceira temporada da série *Todo Mundo Odeia o Chris*. Uma versão dublada pode ser conferida em: <https://www.youtube.com/watch?v=YHpoQts9rTg>

⁷⁵ Os nomes são fictícios.

⁷⁶ Estes nomes também são fictícios.

ascender ao ensino superior. O principal argumento deste trabalho é tentar explicar através das reflexões de Frantz Fanon, como um aluno por mais que discipline seu corpo ao máximo sendo o fetiche ou sonho, como se queira nomear, de professores, não possui o apoio que a lógica nos diz que este deveria receber pelo simples fato de não ser branco e de não ser reconhecido plenamente em sua humanidade. Fanon, em sua discussão com as teses hegelianas sobre o reconhecimento, afirma: “O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece tema de sua ação.” (FANON, 2008 p. 180).

As meninas que citei acima que, mesmo docilizando os seus corpos e sendo exemplos de disciplina para os professores, não eram reconhecidas plenamente em sua humanidade. Não era por não docilizarem os seus corpos e/ou resistirem ao quantum⁷⁷ de violência positiva existente numa relação institucional. Mas irrefletidamente⁷⁸ os professores que ministravam aulas a elas julgavam que uma origem não-branca e, além do mais, a origem em uma classe social não privilegiada apenas as possibilitaria de serem ótimas alunas do ensino médio sem conseguirem acesso a instituições de ensino superior. Mesmo as melhores universidades do país sendo gratuitas e oferecendo auxílios que fazem a sobrevivência possível para aqueles de origem não abastada que ingressem no mundo universitário. O comportamento destes professores mostra o desenho de um sistema de ensino que fora moldado pelo colonialismo e o racismo. Onde, um discurso institucional de redução das desigualdades sociais anda de mãos dadas com práticas sutis de reprodução destas mesmas relações de desigualdade.

À guisa de conclusão

As três cenas apresentadas se diferenciam em seu contexto e na forma que se desenrolam, mas possuem algo em comum. Todas elas se passam no ambiente escolar, onde o professor, refletidamente ou não, intenta garantir a manutenção dos atores sociais negros envolvidos em determinado espaço da estrutura social. Seja de forma direta como fez o professor de Malcolm X,

⁷⁷ Cito uma passagem de um artigo de Júlio G. Aquino, onde este afirma que é impossível a existência de um sistema pedagógico sem a execução de uma certa violência epistemológica. “Grosso modo, poder-se-ia concluir que, de um ponto de vista institucional, não há exercício de autoridade sem o emprego de violência, e, em certa medida, não há o emprego de violência sem exercício de autoridade. Portanto e em suma, a violência como vetor constituinte das práticas institucionais teria, como um de seus dispositivos nucleares, a própria noção de autoridade, outorgada aos agentes pela clientela/público e avalizada pelos supostos “saberes” daqueles. Por essa razão, reafirmamos a convicção de que há, no contexto escolar, um quantum de violência “produtiva” embutido na relação professor-aluno, condição *sine qua non* para o funcionamento e a efetivação da instituição escolar.” (AQUINO, 1998 p. 15)

⁷⁸ Digo irrefletidamente, pois eu espero que fosse desta maneira.

seja de forma a minar as expectativas de Malvo como tentou a professora do Chris no seriado, ou mesmo de modo a optar por certos alunos para receberem estímulos e informações acerca de universidades não pelo seu desempenho escolar, mas por outros fatores como cor de pele ou classe social, assim como fizeram meus professores.

Reitero que a estrutura social de sociedades que sofreram o processo colonial são racializadas assimetricamente. A constituição de um estereótipo ou de uma imago⁷⁹ do sujeito negro, remete a um mito solidamente enraizado no imaginário inconsciente dos grupos sociais. (FANON 2008, p.133 e p. 146). O martinicano encontra no inconsciente coletivo, que é o conjunto dos preconceitos, mitos e atitudes coletivas de um grupo determinado (Ibid. p. 159), o terreno onde o estereótipo construído nos moldes coloniais apontado por Bhabha (2005) será construído e reconstruído constantemente.

As concepções fanonianas de inconsciente coletivo são caras para o argumento deste artigo assim como a construção de um estereótipo fixo, ambivalente e contraditório no imaginário social presente na obra de Bhabha (2005). Pois, ambos desvelam as estruturas que são acionadas pelos atores sociais, de forma consciente ou não, como tentativa de manter, através de formas explícitas ou sutis de segregação, uma hierarquização social baseada no fenótipo. Estas estruturas, são operacionalizadas através de um estereótipo ou de uma imago. Condições que dão o pano de fundo para que este estereótipo, ligado de forma direta a estrutura que visa estruturar a racialização assimétrica das sociedades discutidas, funcione como mecanismo de poder para delimitar, ou intentar delimitar, qual o papel social que um estudante negro deverá ter na sociedade após terminado seus estudos. Deste modo, a epiderme acabará sendo um fator de cálculo, seja este refletido ou não que professores farão sobre o futuro de seus alunos. Este cálculo baseado na tez funciona como uma engrenagem de um sistema, composto de diversas engrenagens, que tenciona por uma reprodução das mesmas condições e hierarquizações sociais constantes em sociedades racistas.

BIBLIOGRAFIA:

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Caderno Cedes, nº 47 Dezembro 1998. p. 7 - 19.

⁷⁹ Termo oriundo da psicanálise que Fanon (2008) utiliza em sua discussão com Jung acerca da constituição do inconsciente coletivo.

BHABHA, H. K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____ O Local da Cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Cap. 3, p. 105-128.

FANON, F. Pele Negra Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. Terceira Parte: Disciplina. In: _____ Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p. 117-188.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

X, Malcolm; HALEY, A.. Autobiografia de Malcolm X. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

SOBRE A DESNATURALIZAÇÃO DA NATUREZA NORMATIVO SOCIAL⁸⁰

Gustavo Mota⁸¹

RESUMO: Trata-se de discutir o livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, de Judith Butler, como ela trabalha a questão dos gêneros inteligíveis, que são socialmente mantidos e instituídos nas nossas normas sociais e como os gêneros inteligíveis restringiriam a categoria da identidade, pois seria um termo fixo e que, portanto, subordinaria toda a distinção de sexo e gênero em uma relação binária (masculino/feminino) – a autora se afasta, portanto, da velha distinção de natureza e cultura, mostrando, desta maneira, como atualmente lê-se o discurso sobre gênero e identidade de uma forma tal que restringe e limita – bem como práticas subversivas que fossem capazes de criar novas formas que reorganizariam novas normas sociais.

Palavras-chave: Identidade; Sexo; Gênero; Natureza; Norma.

I

Os embates feministas das últimas décadas, sobretudo após 1980, fizeram insurgir paulatinamente um outro lado na luta pelo reconhecimento, só que desta vez não mais centrado na ideia de identidades particulares, ou seja, na ideia de que existe uma identidade essencializada, como se fosse o caso de, por exemplo, afirmar – diante de uma opressão que é real – uma identidade contra a outra, além da afirmação da existência de uma essência masculina ou feminina onde somente seríamos capazes de portar uma ou outra.

Por esse motivo, quando o termo *Queer* surge dentro deste conjunto teórico – e aqui acho importante salientar o papel de uma teórica feminista chamada Teresa De Lauretis que foi uma das primeiras teóricas a ter a sensibilidade de tratar do tema nesse outro viés – ele entra justamente como termo que não se enquadra em nenhuma categoria, termo não identitário por excelência.

⁸⁰ Este artigo foi escrito de acordo com as aulas ministradas no Primeiro Semestre de 2014, disciplina FLF0115 – Introdução à Filosofia I, pelo Professor Doutor Vladimir P. Safatle. Portanto, utilizei como referência em sua elaboração as próprias aulas e textos disponibilizados pelo professor. Sendo esta publicação, no entanto, uma revisão do trabalho já entregue.

⁸¹ Aluno da Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: gustavo.s.mota91@gmail.com



É capitando este ambiente que Judith Butler escreve *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* e é deste debate teórico, sobre considerações, deste livro e demais questões relevantes de sua obra, que pretendo tratar aqui. Para tanto, procurei desenvolvê-lo, basicamente, em quatro partes.

Na primeira parte, mostro como é sintomático, na obra de Butler, o tema sobre o reconhecimento, porém, pautado na discussão sobre a desconstrução do natural e de novos modos de reconhecimento que não se baseie na noção de identidades particulares, pois, essas identidades produziram um espaço comum a certas identidades e, conseqüentemente, a exclusão daqueles que não se enquadram e/ou não aceitam tais identidades. Sendo assim, vemos como gênero não é, para a autora, atributo de produção de identidades sociais ou culturais, mas sim um atributo *relacional*, ou seja, que me abre para construir uma relação com o desejo do outro.

Por isso, em um segundo momento, mostro como Judith Butler não propõe a velha distinção entre natural e cultural ou social, pois, existe, segundo ela, uma hipótese pré-discursiva do natural, como se o cultural aparecesse somente depois desse natural já produzido anteriormente. E é essa desconfiança com a produção de um pré-discursivo e também porque em última instância, é no campo da natureza que nós fazemos política – ou seja, a natureza é quem garante o modo como nós vamos organizar a nossa vida em sociedade – que Butler irá recusar tal distinção, afirmando que existe uma mimese entre sexo e gênero, entre o natural e a norma social, já que esse sistema binário (masculino/feminino) do sexo, tido como “natural”, restringiria outras possibilidades de gênero, tido como o “cultural”.

Se tal mimese existe e, se é através da natureza que nós fazemos política, então, a tarefa política da obra de Butler é responder como os sujeitos lidam e subvertem as normas produzindo novas formas e, por esse motivo, em um terceiro momento, procurei fazer um pequeno diálogo com Michel Foucault sobre o seu conceito de poder, já que para o filósofo, o poder não é somente coercitivo, ele é, antes de tudo, produtivo e, se o poder tem essa característica múltipla, então, além de o poder não instaurar de uma só vez uma identidade, ele também seria capaz de produzir efeitos aos quais ele mesmo não esperaria. Se as identidades são construídas e existe uma constante repetição para que ela se sustente, então – e aí teríamos o quarto momento – um tipo de repetição que não fosse apenas mimética poderia desarticular a continuidade ilusória da noção de identidade e representação.

Práticas parodísticas de gênero teriam essa função de fazer um tipo de repetição que não fosse simplesmente mimética, denunciando, desta maneira, um tipo de normatividade natural

que, no entanto, é contranatural, já que provem de uma produção de um certo tipo de relação social do poder, fazendo com que as identidades sejam sempre presumidas, delimitadas, demarcadas. A noção de paródia também não é a afirmação de um original contra uma cópia – assim como não se trata de afirmar uma identidade contra a outra – pois, na verdade, não existiria um original a ser parodiado, a paródia é a da própria noção de um original que, simplesmente, não existe.

II

Em 1968, Robert Stoller lança um livro intitulado *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity* (Sexo e Gênero: Sobre o Desenvolvimento da Masculinidade e Feminilidade). Nele o psiquiatra fala sobre intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital – considerada como “sexo” por ele – com a *identidade* sexual escolhida – considerada como “gênero”. Portanto, temos a primeira distinção entre sexo e gênero no campo clínico. Por um lado, temos o sexo como natural e, por outro lado, o gênero culturalmente construído.

Nas últimas décadas, por meio do contexto feminista, aparecem de maneira mais intensa vários discursos sobre “gênero” e sua distinção do “sexo”. Nesse cenário desponta Judith Butler e seu mais conhecido trabalho, o livro *Problemas de Gênero*, bem como toda a sua obra dedicada ao feminismo, à desconstrução do natural e da identidade, mas acima de tudo, tratando de temas que falam do reconhecimento – importante ressaltar que, não se trata, no caso de Butler, de centralizar o debate sobre reconhecimento na afirmação de identidades particulares, portadoras de certo tipo de essencialidade, como até então circulava em debates entre as teóricas feministas – e, portanto, de quem é reconhecidamente humano e quem não é.

Segundo Butler, serão reconhecidamente humanos aqueles que se enquadrarem naquilo que ela chama de *gêneros inteligíveis*, que seriam aquelas pessoas que “mantêm relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). A partir do momento em que há uma definição de quem é considerado reconhecidamente humano e quem não é, vemos como o poder – dispositivo estudado por Foucault e adotado pela autora – age de duas maneiras diferentes, mas não antagônicas, constituindo a norma (a regra, a lei) e o espaço da abjeção, da exclusão daqueles que não se enquadram e/ou não aceitam a categoria de gêneros “inteligíveis”.

Por meio de uma genealogia crítica – fortemente influenciada por Foucault, e esse último por Nietzsche – das categorias de gênero instituídas como uma relação binária (masculino/feminino), Butler demonstrará como esse binarismo é um produto reificado de práticas

discursivas que funciona como dispositivo de poder. Essa genealogia crítica do binarismo do gênero conduzirá a autora a uma crítica da “distinção” entre sexo e gênero, a qual Stoller escreve em seu livro, ou seja, a ideia de que o sexo é determinado biologicamente, é natural e o gênero é construído culturalmente.

Devemos notar que, apesar de Judith Butler utilizar-se de alguns conceitos trabalhados por Foucault, ambos possuem análises diferentes sobre o tema, haja vista que a noção de “sexualidade” em Foucault discutida na *História da sexualidade: Volume I* é um conceito extremamente crítico, ou seja, tem a função de expor e de descrever o processo segundo o qual as normas foram, de certo modo, engendradas e nos constituíram socialmente. Porém, o conceito de gênero que Butler trabalha não se trata apenas de saber como os sujeitos são sujeitados às normas. Para além disso, é um projeto político que procura entender a maneira como os sujeitos lidam e subvertem as normas, criando espaço para produzir novas formas.

III

Para Judith Butler é essencial fazer uma crítica ao gênero de modo que não se baseie em uma teoria que produza novas identidades sexuais subjetivas, ou seja, para a autora é fundamental liberar a nossa reflexão política da ideia de defesa da identidade. Porém, é importante ressaltar que, ao propor essa liberação de uma ideia de defesa das identidades, Butler não quer extingui-la, muito pelo contrário, ela acredita que, em várias situações estratégicas, a afirmação tática de uma identidade contra uma outra pode sim ter um efeito político importante, ou seja, é necessário que em certas situações o sujeito se coloque como homossexual, como mulher, como negro e etc., mostrando, assim, como certos grupos são mais vulneráveis que outros. Segundo a autora, uma coisa é usar provisoriamente e taticamente a noção de identidade, outra coisa, muito diferente, é compreender a identidade como uma determinação essencial dos sujeitos que a portam.

Judith Butler propõe um discurso no qual a identidade não seja algo ontologicamente assegurada, ou seja, a identidade vista do modo que é hoje transformou uma experiência histórica – que é a identidade de gênero – em uma determinação ontológica. Essa determinação ontológica que cria a identidade como uma essência de certos grupos, faz com que se crie, conseqüentemente, um procedimento de exclusão, pois ao criarmos uma base comum a certos grupos, criamos, em contrapartida, um espaço da exclusão daqueles que não se enquadram nesses grupos, portanto, a análise da identidade deve ser feita de maneira que se analise o

contexto social, utilizando a identidade como algo provisório e não de maneira ontológica. Trata-se de organizar taticamente ações políticas, tendo em vista a situação contextual da sociedade.

Não é por outra razão que Butler propõe primeiro uma análise da identidade de gênero – que seria a “verdadeira identidade”, pois a identidade de gênero seria uma experiência histórica e atributo relacional⁸² e, portanto, levaria em conta o contexto social que, em última instância, não iria reprimir qualquer grupo social, porque teria como característica repensar a todo momento quais grupos sociais estão mais vulneráveis e, assim, aplicar medidas que fizessem uma “correção” para que esses grupos não fiquem em estado de vulnerabilidade – ao invés da atual análise da identidade sexual, uma estruturação psicológica, atributo identitário e que carrega uma reação individual à diferença sexual e que, portanto, não se coloca no lugar do outro, levando junto a si ideias estabilizantes, sem mudança histórica. Segundo a autora:

Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão de identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2003, p. 37).

E por termos um mecanismo de poder que cria uma norma social e, conseqüentemente, o espaço da abjeção, teríamos que a norma social dos gêneros inteligíveis – socialmente instituídos e mantidos – por constituírem o espaço da “coerência” e da “continuidade” das “pessoas”, excluem os seres ao qual o gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, ou seja, pessoas que não se conformam ou não se enquadram às normas de inteligibilidade culturalmente definidas. A identidade é assegurada, em última instância, por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade.

Judith Butler parte, então, para uma discussão sobre a “distinção” entre sexo e gênero, ao qual ela diz que “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tão pouco aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2003, p. 24). Sendo assim, dado um sexo não seria possível definir o gênero e, nem tão menos, teríamos que, apesar de parecer que o sexo em sua morfologia e constituição seja binário – e aqui é importante ressaltar que o sexo parece ser binário, mas pode não ser também, já que mesmo no caso do sexo, essa lógica estaria, de certa

⁸² Dizer que o gênero é um atributo relacional significa dizer que gênero não deveria ser atributo identitário (de produção de identidades), ou seja, gênero como atributo relacional nos abriria para construirmos uma relação com o desejo do outro e que o gênero como atributo identitário estabeleceria uma relação individual, já que particular.

forma, excluindo os intersexos –, não há motivo para supor que o gênero tenha que ser binário também.

No entanto, não é bem assim que acontece, pois existe uma hipótese de um sistema binário de sexualidade, que cria uma relação mimética entre sexo e gênero, entre natural e norma social, em que o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Sobre isso, Butler diz que “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma” (2003, p. 25). Isso ocorre porque o interior da nossa vida social parece fundamentar-se na normatividade que é fornecida pela natureza como algo pré-discursivo, como anterior à cultura, ou seja, a natureza é que garante a maneira como nós organizamos a nossa vida social e, sendo assim, o sexo limita as possibilidades de uma identidade sexual que não seja binária (masculino/feminino).

Segundo a autora, a distinção sexo/gênero atualmente engendrada parece pressupor de antemão uma generalização também do corpo, que é anterior ao seu significado sexual. O corpo seria um meio passivo pelo qual são inscritos significados, a partir de uma fonte cultural, ou seja, um *a priori* epistemológico da cultura estabelece a naturalidade do sexo, sendo o corpo uma inscrição cultural. Portanto, para Butler, não se trata de criar uma nova noção da distinção clássica de natureza (sexo) e cultura (gênero), mas de acabar com a noção de identidade atual.

Nesse ponto, penso ser importante ressaltar que, para Robert Stoller, o gênero é a sua *identidade sexual* escolhida e, portanto, vemos a limitação do discurso de gênero, a partir desta prática discursiva, pois o gênero como uma interpretação cultural do sexo que já é previamente dada ficaria subordinado à determinação biológica do sexo binário. Porém, como Butler ressalta: “já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (2003, p. 25). É partindo dessa desconfiança profunda com relação ao pré-discursivo – que acaba, em última instância, criando uma identidade subjetiva – que Butler irá negar a distinção entre sexo e gênero, bem como a ideia de uma identidade essencialmente preestabelecida ou ontologicamente assegurada, e partirá para uma discussão mais aprofundada de maneiras como os sujeitos lidam e subvertem as normas, criando espaço para novas formas.

Ainda sobre isso, Judith Butler diz:

Se o sexo ou o gênero são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou

salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero. O *locus* de intratabilidade, tanto na noção de “sexo” como na de “gênero”, bem como no próprio significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. (...) Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (2003, p. 27-28).

Não é por outra razão que essas reflexões sobre o gênero apareceram como uma forma de “despatologizar” aquilo que até então era visto como inumano, despatologizar todas as categorias estigmatizadas, no contexto clínico, como acidentes *contranatura* ameaçadores da ordem natural ou como *não-sujeitos*, na medida em que para ser reconhecido como *sujeito* no interior da matriz heteronormativa é necessário cumprir com os critérios de inteligibilidade de gênero impostos. Logo, todas as categorias de transgêneros e intersexos são contestadas como “pessoa”, pois não se pode pensar em um ou em outro gênero, mas sim uma fluidez entre vários gêneros, o que causaria uma recomposição das figuras binárias ligadas à nossa concepção tradicional de gêneros masculino e feminino. No entanto, vale ressaltar que faz parte do processo de produção de novas formas a procura por aquilo que, até certo tempo, era visto como anormal, assim como faz parte da produção de novas normas, abrir espaço no interior da vida social para aquilo que aparece, até certo momento histórico, como desprovido de forma definida.

Porém, antes de entrar na discussão mais aprofundada sobre os mecanismos que poderiam subverter essa ordem compulsória que existe entre sexo, gênero e desejo, ou seja, existe uma hipótese que cria uma continuidade entre o seu sexo, que consequentemente, determinará o seu gênero e o tipo de desejo e/ou prática sexual permitida ou não – nesse caso, vejam como em tal conjuntura, não é possível falar de sexualidade (tanto para M. Foucault como para J. Butler) pensando em uma hipótese repressiva, na qual as normas sociais estariam reprimindo uma naturalidade que, no entanto, não pode se afirmar – penso ser importante salientar alguns aspectos da teoria do poder de Foucault – até porque é ela que vai acabar introduzindo mecanismos de subversão – mostrando como Butler se apropria dessa teoria, isto é, como essa teoria acaba criando a possibilidade de pensarmos não só a noção dos gêneros inteligíveis, que faz com que se institua e mantenha socialmente o espaço da “coerência” e da

“continuidade” das “pessoas”, constituindo, em última instância, o modelo daqueles que são considerados reconhecidamente humanos e quem não são, mas como também abre espaço para práticas subversivas, já que o poder é múltiplo e, como tal, produziria efeitos que ele não esperava.

IV

No primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault diz que “as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução, possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (1988, p. 90). Vemos, portanto, que o poder não é somente coercitivo e opressivo, é inicialmente produtivo. Produz os sujeitos pelos quais age. Porém, ao pensarmos em poder apenas nos lembramos de seus aspectos negativos e regulatórios e, por isso, a teoria de poder do Foucault é interessante para Judith Butler, pois o poder como uma correlação múltipla de forças poderia produzir uma experiência transformadora:

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. (...). Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; (...) é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sobre sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1988, p. 88-89).

Por conta do fato de o poder possuir essa característica múltipla – já que para Foucault a concepção de um sistema soberano, em que o poder estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa, não serviria mais nos nossos dias atuais – por provir de todas as partes, o poder cria, a todo momento, efeitos que não esperava produzir. Logo, o poder não instaura de uma vez por todas uma identidade, um lugar ou uma função e, não é por outro motivo, que há uma constante reiteração do significado de gênero, pois o processo de significação exige uma constante repetição

– trata-se de uma constante reprodução da identidade de gênero, de gestos, de discursos e comportamentos – isso porque ele é instável, como se estivesse a ponto de colocar em questão sua validade, sua verdade, mostrando desta maneira a sua arbitrariedade.

Para entender como se criou a norma na qual os gêneros se enquadraram em uma inteligibilidade, Foucault nos mostrará como é a partir dos séculos XVI e XVII que temos o início da repressão na forma de falar sobre o sexo. Repressão essa que fez com que *um* discurso se proliferasse em vários outros discursos que, no entanto, se repetiria continuamente em várias instâncias da sociedade, como por exemplo, o discurso médico, psiquiátrico e jurídico. É somente a partir do século XIX que aparece de maneira reiterada, uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo, segundo o filósofo, o homem ocidental havia alimentado durante mais ou menos três séculos discursos para falar tudo sobre sexo – *ofalar franco* –, porém, através de um discurso puramente analítico. Sobre isso Foucault diz:

É preciso ficar claro. Talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da ilusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, em quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e descrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, padrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva (1988, p. 21-22).

Essa repressão na forma de falar, aliada a proliferação cada vez maior do discurso normatizante do sexo, cria a possibilidade para que no século XVIII surja, de maneira mais efetiva, todo um aparato técnico legal para que se possa incitar a falar ainda mais de sexo (cuidando, claro, para enquadrá-lo sempre na normatividade), mas não como uma forma de condená-lo ou ter que tolerá-lo, mas sim como uma forma de geri-lo, inseri-lo em um sistema de utilidade, regulá-lo para o bem de todos. Vemos, nesse momento, como cria-se todo um sistema que faz com que não haja um julgamento, mas sim uma administração do sexo e tudo que se relaciona a ele.

É a partir da proliferação e reiterada repetição de *um* discurso, que acaba se proliferando em uma multiplicidade de discursos em várias instâncias da sociedade e sobre campos do saber diverso, que temos, entre os séculos XVIII e XIX, o advento da clínica das perversões. Essa clínica,

por sua vez, criaria uma especificação dos sujeitos (sujeitos passariam a ser portadores de identidades específicas) e é desse quadro, que surge, por exemplo, os homossexuais como identidade, já que até o século XIX não existia o *homossexual*, existia, claro, como sempre houve, práticas homossexuais, agora a homossexualidade como uma categoria clínica que identificava e especificava um indivíduo, isso foi uma criação do século XIX. E é sobretudo, nesse mesmo tempo, que surge um certo conceito de inteligibilidade dos gêneros, já que é a partir desse acúmulo discursivo de mais ou menos três séculos, que visou sempre a normatização do sexo, que temos também a ideia de um discurso sobre a continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, além de ser o início de todo um discurso clínico que criaria a base daqueles que são reconhecidamente humanos e quem não são.

Porém, como é necessária uma constante repetição da identidade, para que ela se sustente, já que o poder teria essa característica múltipla e, portanto, o poder não seria apenas repressivo, ele seria, antes de tudo, produtivo, vemos como certas práticas de repetição poderiam subverter a ordem dos gêneros pré-concebidos na ordem do binário, para um poder que, para além de repressor, seria produtivo e que causaria um deslocamento dessa estrutura.

No entanto, é necessário observar que não seriam todas as práticas de repetição que poderiam causar um deslocamento do poder. A repetição que poderia surtir efeito seria aquela que não fosse apenas mimética, ou seja, que não fosse apenas uma reconsolidação das identidades naturalizadas, que cria, por sua vez, uma imposição das superfícies corporais como também sendo naturais. Butler utiliza, portanto, as práticas *performáticas*, que seriam por essência desnaturalizantes, com essa função porque, ao pensar em práticas *performáticas* de gênero, pensaríamos, por exemplo, em *drag queens*, *crossdressing*, transexuais e travestis como uma dupla inversão que consiste em embaralhar a distinção essência/aparência para afirmar, ao mesmo tempo, que a aparência exterior é feminina, mas a essência interior (o corpo) é masculina, assim como também podem afirmar que a aparência exterior é masculina (o corpo), mas a essência interior é feminina.⁸³ A aparência é elevada ao grau de simulacro que desorienta a noção de identidade e representação. Sobre isso:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos

⁸³ Para desenvolver o conceito de paródia e performance foi essencial, para mim, fazer a leitura do artigo do Professor Vladimir Safatle: Sexo, simulacro e políticas de paródia.

e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito em função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2003, p. 194-195).

Práticas de paródia levada a cabo pelas *drag queens*, por exemplo, ou ainda práticas como a das “*queers* (mulheres masculinizadas que escolhem homens homossexuais, realizando com isso escolhas heterossexuais de objeto que não se organizam mais como escolhas heterossexuais)” (SAFATLE, 2006) ou ainda “práticas como *strapon* (casais heterossexuais que invertem seus papéis sexuais)” (SAFATLE, 2006), fariam uma crítica da reiteração de gênero tida como binária, inaugurando também um deslocamento da identidade, criando um espaço de abertura para a produção de ressignificações capazes de se espalharem pela malha social.

Sobre a questão da paródia, Judith Butler trabalha a discussão sobre a *imitação* que seriam as *cópias* como as *drag queens* e o “original”, que seriam os “verdadeiros” possuidores do sexo – como anatomia. Porém, para a autora essa relação é muito mais complexa do que essa análise procura fazer porque, segundo Butler, a noção de paródia empregada por ela não presumiria a existência de um original e que essas identidades parodiadas imitem esse tal “original”. A paródia é a da própria ideia de um original. Práticas parodísticas teriam a força de causar um deslocamento que já é próprio da fluidez das identidades, mostrando, desta forma, que não existe identidade de gênero naturalizada ou essencializada. Trata-se de uma produção que se coloca como imitação. Sobre isso:

A performancedo drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. (...). Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência (BUTLER, 2003, p. 196).



Teríamos também como outro tipo de prática possível a incorporação por certos grupos sociais que, até então, eram constrangidos por um termo, assumirem esses termos para si, fazendo um processo de resignificação do termo, pois não se trata de criar novas identidades – e por isso Judith Butler ressalta que não tem como objetivo cunhar novas identidades, mas sim acabar com a noção de identidade atual – trata-se de tirar do poder seus instrumentos, ou seja, não se trata de criar novos termos, mas sim de tirar a força excludente de certas estratégias e dispositivos do poder, mostrando como esse discurso lê de uma forma tal que limita as possibilidades de um discurso mais aprofundado sobre o gênero.

Como exemplo do dito acima podemos citar o termo inglês *Queer*, que era utilizado no século XVI para designar o que é “estranho”, “excêntrico”, “peculiar”, mas que sofreu mudança, a partir do século XIX, e passou a ser um xingamento para homossexuais e pessoas com comportamentos sexuais aparentemente desviantes. Porém, a partir da década de oitenta temos a apropriação do termo por certos grupos específicos do movimento LGBT, fazendo um processo de resignificação no qual o termo anteriormente pejorativo é desativado por meio da afirmação daqueles ao qual eram endereçados tais termos.

É importante ressaltar que a incorporação do termo *Queer* – utilizado pela primeira vez por Teresa De Lauretis – tinha como objetivo tático descrever um outro lado da luta pelo reconhecimento, não mais centrado na ideia de identidades particulares e, por esse motivo o termo aparece, por não ser um termo *identitário* por excelência, pois, não se enquadra em nenhuma categoria, diferente de termos como o gay, o bissexual e transexual, por exemplo. Não por outra razão, o termo só foi aceito e incorporado por certos grupos LGBT, permitindo também uma mudança do pensamento e da sigla, ainda não muito utilizada pelo próprio movimento, para LGBTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos e Assexuais), mostrando, dessa maneira, como há uma descontinuidade entre os estudos Gays e Lésbicos em relação a esse novo modelo proposto centrado não mais na defesa das identidades.

V

Como vimos, existe uma produção disciplinar do gênero que cria uma espécie de proibição que produz a identidade de gênero “nas grades culturalmente inteligíveis de uma heterossexualidade idealizada e compulsória” (BUTLER, 2003, p. 194) que leva, em última instância, a uma falsa ideia de estabilização do gênero, por conta de todo um aparato que cria uma coerência do gênero. Sobre isso Butler diz:

A construção da coerência oculta as descontinuidades do gênero, que grassam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero (...). Quando a desorganização e desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo perde sua força descritiva. O ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever (2003, p. 194).

Tudo ocorre, portanto, como se a verdade interna do gênero fosse fabricada e, logo, teríamos que o gênero verdadeiro seria uma fantasia instituída e mantida. A partir disto, Butler diz que “os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (2003, p. 195).

A proposta de Judith Butler de sairmos do universo da identidade, ou seja, de utilizarmos a noção de identidade provisoriamente, já que a identidade de gênero não deveria ser uma determinação essencial dos sujeitos, mas sim um artifício provisório – vemos, assim como gênero é para Butler um atributo relacional e não de produção de identidades – e que teria a característica, portanto, de pensar a todo momento quem são os grupos sociais mais vulneráveis, para assim aplicar medidas que mudassem esse quadro de exclusão, já que faz parte da plasticidade da vida social constituir, a todo momento, a norma e o espaço da exclusão por meio de uma multiplicidade de poder que gera efeitos que esse mesmo poder não esperava produzir.

Portanto, vemos como o significado de gênero é totalmente instável, pois somente se sustenta por intermédio de uma série de repetições de gestos, de discursos e de comportamentos, mostrando como essa essencialização do sexo binário nada mais é do que falsa, bem como sua noção de identidade.

Não é à toa que Butler propõe como um dos aspectos subversivos dessa lei natural do sexo as práticas parodísticas, pois segundo a autora:

As práticas parodísticas podem servir para reconvocar e reconsolidar a própria distinção entre uma configuração de gênero privilegiada e outra que parece derivada, fantasística e mimética – uma cópia mal feita, por assim dizer. E é certo que a paródia tem sido usada para promover uma política de desesperança que afirma a exclusão aparentemente inevitável dos gêneros marginais do território do natural e do real. Todavia, essa impossibilidade de tornar-se real” e de encarar “o natural” é, diria eu, uma falha constitutiva de todas as imposições do gênero, pela razão mesma de

que esses lugares ontológicos são fundamentalmente inabitáveis. Consequentemente, há um riso subversivo no efeito de pastiche das práticas parodísticas em que o original, o autêntico e o real são eles próprios constituídos como efeitos. A perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades subversivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os “homens” e “mulheres” (BUTLER, 2003, p. 210-211).

Vemos como a repetição parodística ou performática do gênero denuncia, desta forma, a ilusão da identidade de gênero atualmente produzida como sendo uma normatividade natural e não como aquilo que é provido de uma relação social de poder onde as categorias de identidade são frequentemente presumidas, fazendo com que trabalhem sempre no sentido de limitar e de restringir de antemão as possibilidades culturais de gênero que podem e não podem existir.

Tentei mostrar que no discurso moderno das categorias de identidade lê-se o discurso de tal maneira que restringe a àquilo que é tido como o “original”. Existe uma ordem compulsória do sexo, gênero, prática sexual e desejo. Essa ordem existe mesmo em discursos que pretendem fazer uma distinção entre o sexo e gênero, pois a identidade tomada do jeito que é hoje seria um termo fixo, estabilizante. Mostra-se, desta maneira, como o discurso assim engendrado limitaria as possibilidades de uma discussão do gênero que não fosse a binária e isso ocorreria porque existe uma mimese entre natureza e norma social que, em última instância, é por meio da natureza que nós organizamos a nossas normas sociais. Trata-se, em suma, de desnaturalizar a natureza que rege a nossa vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: volume I*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque/J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- SAFATLE, V. Disciplina FLF0115. *Introdução à Filosofia I: Erotismo, sexualidade e gênero*. Ministrada no Primeiro Semestre de 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8674660/Curso_Integral_Erotismo_sexualidade_e_g%C3%AAnero_sobre_Bataille_Foucault_e_Judith_Butler_-_2014

_____. *Sexo, simulacro e políticas da paródia*. In: Rev. Dep. Psicol. UFF, Niterói, v. 18, n. 1, jan. /jun. 2006. Não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100004

STOLLER, R. *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. New York: Science House; 1968.

A PRERROGATIVA ESPETACULAR DO HÔXWA KRAHÔ⁸⁴

Maurício Caetano da Silva⁸⁵

Resumo: Os indígenas da etnia krahô dizem possuir uma prerrogativa ritual correspondente ao palhaço ocidental. Muitas formas de provocar o riso são encontradas em muitas sociedades e em contextos distintos. A brincadeira realizada pelos *hôxwa*⁸⁶ krahô durante o ritual do *Jatyopi*, conhecido como Festa da Batata, é uma prática de manipulação de signos e referências compartilhadas entre os krahô que, com o contato interétnico, expande nossa compreensão sobre suas crenças e regimes morais. A seguir, propomos um apontamento da dimensão espetacular da brincadeira do *hôxwa* e da possibilidade de sua realização em contextos distintos do momento ritual. Para tanto, além do material levantado junto aos krahô, em trabalho de campo, utilizaremos a bibliografia antropológica e o filme *Hotxuá* como base para as observações levantadas neste artigo.

Entre prerrogativa e espetáculo

Krahô é um povo indígena que vive na região do cerrado brasileiro, próximo ao rio Tocantins, entre os municípios de Itacajá e Goiatins. Hoje eles vivem distribuídos em 24 aldeias com uma população de, aproximadamente, 3000 pessoas. Os Krahô são falantes da língua Timbira e fazem parte do tronco linguístico Jê, da família Macro-Jê. Dentro dos sistemas de organização social Krahô há um conjunto de prerrogativas rituais que possibilita que esta etnia mantenha a sua cultura e perpetuem seus conhecimentos tradicionais. Uma destas prerrogativas é o *hôxwa*, assimilado à figura do palhaço, que em meio ao ritual da Festa da Batata (*Yetyopi*) realiza uma performance jocosa baseada em mimeses e alteridades, respaldado pelo sistema cosmológico e pela busca e manutenção do contato interétnico.

A prerrogativa ritual krahô do *Hôxwa* é transmitida pela circulação de nomes entre o nominador (*keti/tyj*) e seus nominados (*bantu*) (LADEIRA, 1982; LEA, 2012; LIMA, 2010; MELATTI, 1970et. al.). Ser *hôxwa* significa possuir um nome que lhe garanta o direito de brincar com os limites da alteridade e moral krahô (LIMA, 2010; ABREU, 2015) em determinados momentos rituais. A relevância desta prerrogativa cômica é justificada pela cosmologia krahô, que apresenta mitos onde o *hôxwa* aparece como aquele que teve contato com pessoas outras, seres vegetais que o ensinaram o ritual do *Jatyopi*, ou a mitos com personagens *trickster* que garantem a

⁸⁴ Este artigo é fruto da iniciação científica orientada pela profa. dra. Clarice Cohn.

⁸⁵ Graduando em Ciências Sociais pela UFSCar. Bolsista CAPES 2014/2015. E-mail: mauricio-c-s@hotmail.com

⁸⁶ A grafia dos substantivos em língua krahô segue o modelo de LIMA (2010).

harmonia entre a ordem e o descontrole (CARNEIRO DA CUNHA, 1979; LIMA, 2012; MELATTI, 1970 e 2001 et. al.).

A brincadeira realizada pelo *hôxwa* é uma ação baseada na comunicação a partir da mimese corporal do ethos (ABRAU, 2015; BATESON, 2006; LIMA, 2010; FERRACCINI, 1998; REIS, 2010) de mulheres, homossexuais, animais e plantas, que expõe os limites do sistema moral krahô, suas sexualidades, suas práticas alimentares, os limites entre humano e não humano e a inversão das hierarquias, em um tom transgressor e, ao mesmo tempo, conservador – principal característica da linguagem humorística (ALBERTI, 1999; CLASTRES, 1990; MONOIS, 2003).

A prerrogativa do *hôxwa* mostra-se fascinante por sua riqueza de detalhes nas condições de sua prática por conta de sua transversalidade na cultura em que se faz presente, sendo sedutora tanto aos krahô quanto aos kupen⁸⁷. Há alguns anos a brincadeira do *hôxwa* vem inserindo a produção ritual krahô em novos contextos de realização graças às forças de interesses dos kupen, desde aqueles que buscam formas exóticas de representações até agentes da política institucional. Estes novos contextos são de natureza heterogênea mas possuem em comum o caráter de espetacularização da prática do *hôxwa*, que ultrapassa, mas não constrange, os limites da cultura krahô (LIMA, 2010). Um exemplo disto é o filme-documentário *Hotxuá* (SABATELLA, 2009), que o apresentaremos em uma brevíssima análise filmicatenho como objetivo o seu enquadramento e a flexibilidade que ele apresenta para a compreensão do que é a prerrogativa do *hôxwa*.

O objetivo central deste documentário é apresentar ao grande público o fazer cômico do *hôxwa* e a sua relevância para o povo krahô. Isto pode ser observado logo na introdução do filme, quando depois de cenas da brincadeira de quatro *hôxwa*, intercaladas por cenas de crianças e mulheres rindo enquanto veem algo engraçado, aparece um letreiro com a seguinte mensagem:

“Existe no Tocantins, preservando a maior área contínua de cerrado do Brasil, um povo conhecido por rir muito: os krahô. O responsável por esta alegria é o sacerdote do riso” (Sabatella, 2012; 26 seg)

A cena seguinte é Ismael *Ahprac*, um krahô, brincando com a câmera, dentro de um palheiro. E logo vem, em um outro letreiro, o nome do filme: *Hotxuá*. Em seguida, volta para

⁸⁷ Os krahô se denominam mehin e se referem às pessoas não indígenas como kupen. Outros indígenas também podem ser chamados de mehin.

Ismael *Ahprac* fazendo compras de tecidos na cidade de Itacajá, que fica à 7km de sua aldeia, Manuel Alves. As próximas cenas são do retorno de *Ahprac* à aldeia em cima da caçamba de um caminhão, como é a principal forma de mobilidade dos krahô, depois de barco e, já chegando perto da aldeia, *Ahprac* segue a pé. Tudo isto com cortes para paisagens do cerrado.

A sequência de cenas descrita acima é acompanhada de uma cantoria, uma voz masculina dizendo as qualidades do *hôxwa*, e outra feminina, dizendo sua capacidade de alegrar e espantar o mal humor, em *off*. Deste discurso em *off* concluímos que nos próximos minutos saberemos mais sobre quem acumula as qualidades de aliviar estresses, ter os melhores conhecimentos de plantio, ser livre do sentimento de inveja e não ser invejado, sempre se sobressair e ser “dono da alegria do povo”.

O filme segue mostrando a interação dos *hôxwa* com a sua comunidade em momentos variados, como a chegada de um *prikàk*(carne de gado), durante o banho no rio, o momento de empenação de uma menina *witti*⁸⁸, na brincadeira com crianças no palheiro, na brincadeira entre *hôxwa* em volta da fogueira (com e sem o cantor) e um momento de brincadeira entre Ismael e Teotônio⁸⁹. Todas estas cenas não foram contextualizadas de maneira a deixar claro para o espectador do que se tratam, criando um caleidoscópio simplista da cultura krahô. Algumas narrativas de mitos e explicações sobre a divisão política em metades, a situação socioambiental nacional e a demarcação de terras indígenas são apresentadas por sujeitos não identificados e de maneira superficial. Se há alguém que se destaca dentre tantas imagens exuberantes do cerrado, de narrativas míticas, ritos, corridas e risos, é Ismael *Ahprac*. Este está presente em quase todas as cenas em que aparece *hôxwa* brincando, estando de fora apenas em duas destas.

É importante dizer que não é o caso de Ismael ser o único que recebe uma tarja com o seu nome. Durante todo este documentário ninguém recebe tarjas de identificação. Porém, nos créditos finais os personagens principais do filme são apresentados de acordo com a seguinte classificação: “mestre de hotxuá”, “mestre de cerimônias”, “hotxuákrahô – palhaços sagrados”, “krokokinrer – cantores krahô” e “hokrepoj – cantoras krahô”.

Com isto, podemos concluir que o enquadramento do filme (Azevedo, 2004; Vanoye, 1994) não visa apenas o bom humor dos krahô e sua forma de vida, mas aponta aquele que é o responsável pela sustentação da alegria e do riso, Ismael *Ahprac*, o **mestre** dos “palhaços

⁸⁸ A grafia dos substantivos em língua krahô segue o modelo de LIMA (2010) Para maiores esclarecimento ver Melatti (1970).

⁸⁹ Nome do palhaço do ator Ricardo Pucetti, convidado pela produção do filme para fazer parte de algumas cenas.

sagrados” krahô. Contudo, este não pode ser considerado um filme antropológico, porém, Hotxuá mostra-se como uma forma de observar a “performance” do *hôxwa*, sua técnica corporal e a sua estética.

Sem a pretensão de apontar acertos e escorregões conceituais apresentados na obra de Sabatella (2009), sugerimos observar a manipulação do contexto ritual, que muda a partir da produção do filme.

O momento de gravação do filme foi presenciado e registrado por Lima (2010; 124): em 2004 houve uma grande festa de *hôxwa* na aldeia Manuel Alves por causa da gravação do filme e todas as aldeias foram convidadas. A prática de convidar outras aldeias para festas internas já conhecida, mas este convite foi direcionado, principalmente, aos *hôxwa*, que teriam seus fretes e alimentações pagos pela equipe produtora do filme. A estreia do filme, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, teve a presença garantida de alguns *hôxwa*, que brincaram em palcos de teatro e praças públicas experimentando outras formas de realização de seus fazeres cômicos e tendo contato com palhaços cariocas.

“Os ritos trazem à cena uma dimensão artística irredutível, fundamentada na sinestesia sensorial que deixa os corpos em ‘estado de euforia’ (LIMA, 2010; 122)

O que Lima (idem) considera “dimensão artística” pode ser o motivo de o *hôxwa* ser a prerrogativa ritual krahô escolhida, pela produção do filme de Sabatella (2009), para servir de vitrine da riqueza das práticas cerimoniais desta etnia. Porém o caráter artístico da brincadeira do *hôxwa*, aqui, não é apenas para exaltar a criatividade daqueles que possuem esta prerrogativa ou porque foi tema principal de um documentário. É preciso considerar tal brincadeira a partir de uma abordagem que propõe identificar a agencia dos sujeitos envolvidos como projeções de interações humanas e da sociabilidade em que elas estão envolvidas (GELL, 2008; LAGROU, 2007;). Seria uma ferramenta para encontrar na brincadeira do *hôxwa* um processo de materialização de uma forma krahô de viver e enxergar o mundo (GEERTZ, 1997) de acordo com a produção de uma “realidade-ficção” (BATESON, 2006) que se utiliza de linguagens identificadas na cultura ocidental como dança, música, drama, ornamentação etc. Considerando a mitologia e os sistemas rituais krahô, esta brincadeira enquanto “performance” (DAWSEY, 2011; MÜLLER, 2005; SHECHNER, 2011 et al) torna-se ferramenta para a análise das significações da ação humanakrahô.



Deslocando um pouco o debate sobre o conceito de corpo dentro da antropologia ameríndia (DAMATTA, VIVEIROS DE CASTRO E SEEGER, 1979), o corpo em ação performática não pode ser pensado apenas como receptáculo de prerrogativas e vias de circulação de substâncias, é necessário pensar o corpo como ferramenta de expressão das pessoas (LÉVI-STRAUSS, 1974) que se constituem a partir de suas prerrogativas e substâncias (LEA, 2012). O *hôxwa* nos serve, neste caso, de exemplo de como a análise da técnica corporal pode contribuir não apenas para a nossa compreensão sobre a transmissão de conhecimentos e seus princípios de eficácia (MAUSS, 1974), mas também sobre a capacidade dos corpos brincantes dos *hôxwa* estarem em uma “relação unidirecional” entre aquele que brinca e seus espectadores (LAGROU, 2007), que esperam dele uma ação cômica.

Sem entrarmos no mérito da “performance” do *hôxwa* ser ou não arte, podemos fazer alguns apontamentos sobre como o fazer ritual desta prerrogativa pode ser transposto para outros espaços e contextos, sem deixar de ter suas particularidades, como é o caso do documentário de Sabatella.

O fazer cômico do *hôxwa*, independente de seu contexto, depende da relação entre ele, o cantador e daqueles que o observam (LIMA, 2010; MELATTI, 1970; HOWARD, 1993 etc). O riso destes últimos é o que garante a repetição e perpetuação desta prática, pois quanto mais risos o *hôxwa* causar, maior é a sua legitimidade perante o seu povo e mais sucesso terá o *Jatyopi* (LIMA, 2010). Tem que ser um “*hôxwa* que brinca mesmo, que não tem vergonha”⁹⁰.

A brincadeira do *hôxwa* dentro ou fora do *Jatyopi*, nas telas de cinema, nos teatros ou nas praças cariocas, realiza-se com sucesso graças ao seu caráter espetacular. Adjetivar algo como espetacular é garantir que a prática é realizada com o intuito de ser contemplada. Antes de ser sinônimo de algo grandioso ou um entretenimento, para os gregos, espetacular era aquilo que falava aos olhos, passível de admiração (DUMAS, 2010). O corpo põe-se em estado de espetáculo numa relação de jogo estético que acontece entre ele o observador durante a sua exposição (BIÃO, 2009). Isto ajuda-nos a considerar que o fazer espetacular do *hôxwa* não depende apenas de suas prerrogativas e de suas obrigações perante a comunidade, mas da relação que ele cria com os seus observadores a partir do que o seu corpo faz (LAGROU, 2007). Se este fazer for interessante aos observadores a relação será garantida, caso contrário, não haverá mais

⁹⁰ As sentenças entre aspas e sem referência são falas retiradas de entrevistas realizadas em campo, na aldeia Pedra Branca, em outubro de 2015.

brincadeira. Isto permite que os *hôxw* brinquem em contextos distintos mesmo fora do sistema ritual de seu povo, pois, de sua prática espera-se que cause o riso e a alegria.

A identificação de uma técnica corporal pode ser realizada de muitas formas. A descrição dos processos rituais, como sugere Turner (1974), e os estudos da performance de Schechner (2012) nos servem de ferramentas para a análise das técnicas corporais, porém, não focando no corpo e sim nas tensões existentes nos momentos de restauração dos comportamentos. Resumidamente, a ação corporal para os estudos da performance se faz presente como uma ferramenta inerte a serviço da cultura em que está submergida. Sem desconsiderar a relevância das contribuições da teoria da performance, pensar antropologicamente sobre “dramaturgia corporal” (REIS, 2010) torna-se mais eficaz para a análise das regularidades e variedades de ações das pessoas em seus contextos culturais. Tomando de empréstimo o conceito de dramaturgia dos estudos cenológicos⁹¹, o entendemos como a “construção de ações” (IDEM, ibidem; 22), ou seja, a técnica corporal, a sequência de ações que um corpo realiza para a comunicação, o corpo enquanto agente propositor no processo ritual que pode ser observado analiticamente a partir da dramaturgia dos seus movimentos e seus resíduos, a sua regência que muda a cada movimento pela sua relação direta com o tempo, o espaço e o observador em que ele entra em contato. É a análise do conhecimento produzido pela ação sem a suspensão causada por um discurso (CAMARGO, 2006).

Assim, com o auxílio da etnocenologia, podemos nos debruçar sobre o compartilhamento da experiência e da expressão sensoriais junto dos padrões estéticos em qualquer contexto. A análise dos “comportamentos humanos espetaculares organizados” (BIÃO, 2009), objeto de estudo da etnocenologia, além de buscar os discursos dos diversos grupos sobre suas vidas coletivas e suas técnicas corporais, os classificam em (a) espetáculos substantivos, aqueles que foram pensados, criados e produzidos para o entretenimento de um público, como o ballet e o teatro; (b) espetáculos adjetivos, que seriam as formas sociais de representação com padrões ritmados e compartilhados, como é o *Jatyopie*; (c) espetáculos adverbiais, eventos de rotina que dependem do observador para se tornar espetacular, como quando observamos a maestria de alguém fazendo a baliza de um carro (IDEM, ibidem).

⁹¹ Os estudos cenológicos são aqueles preocupados em situar, estrutural e coordenadamente, os treinamentos, os modos de apresentação, a fricção e a recepção dos fenômenos, a discussão de valores estéticos, éticos e políticos e a intencionalidade da variação dos estados de consciência que dizem respeito à cena (BIÃO, 2009).

Em uma leitura transdisciplinar do fazer cômico do *hôxwa*, poderemos classifica-lo como uma prática espetacular ora adjetiva, quando inserida em seu contexto, e ora, substantiva, quando seus praticantes a realizam com a intenção de saciar a curiosidade e levar seus observadores ao gozo. Isto faz da análise desta prerrogativa uma investigação difícil de ser levada à exaustão, pois analisar o *hôxwa* dentro do ritual já requer uma observação de outros sistemas krahô, como as suas mitologias, suas divisões políticas e sua cosmologia. Pensar a brincadeira do *hôxwa* como um espetáculo substantivo mostra-se uma análise que deve levar em consideração a relação que os krahô tem com os kupen e a apropriação de conhecimentos/técnicas que estão no fluxo do contato interétnico (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Considerando etnocêntrica a tendência dos estudos da performance de denominar todas as práticas corporais em que se debruça de “performances”, a etnocologia garante aos agentes destas práticas a autonominação das mesmas. No caso, os *hôxwakrahô*, como dizem, brincam ou fazem *hôxwa*. Isto serve de explicação para não considerarmos que Lima (2010), Reis (2010), Abreu(2015) e outros mais pesquisadores do *hôxwa* tenham usado o termo brincadeira de forma arbitrária apenas para aproximar a prerrogativa krahô à ideia de peraltice e ao palhaço. Também é importante frisar que entre os krahô, além dos *hôxwa*, outras figuras cômicas fazem parte da cosmologia e cotidiano da aldeia, como é o caso dos *mehken*, que são pessoas divertidas e brincalhonas que adoram enganar, tirar sarro e bulinar com os outros. Porém, estes não são detentores de uma prerrogativa específica que garanta a sua prática humorística, são apenas pessoas espirituosas e que se aproveitam das relações jocosas em que estão inseridas (CARNEIRO DA CUNHA, 1979). Todo *hôxwa* é um *mehken*, mas nem todo *mehken* é um *hôxwa* (LIMA, 2009).

A prerrogativa daquele que brinca no ritual *Jatyopipode* ser simplificada da seguinte maneira: “*Hôxwa* é um *mehken*, igual ao palhaço de vocês [brancos], que têm no circo”, como apontado por seu Oscar Ponhùkrat, krahô mestre de maracá. O contato com a comunidade brasileira e as formas de entretenimento encontradas na cidade já fazem parte da diversão dentro das aldeias krahô. Só no mês de agosto de 2015, os moradores de Pedra Branca foram a três forrós realizados em aldeias vizinhas. Os mais velhos, que tiveram a oportunidade de viajar pelo país e as pessoas que foram ao Rio de Janeiro na pré-estreia do filme de Sabatella (2009), tiveram contato com palhaços, circos e carnavais. Estas experiências serviram de referências à prática cômica em suas brincadeiras, assim como cenas de filmes de ação e séries televisivas, como Chaves, também compõe a dramaturgia do *hôxwa*. É comum que, parabrincar, alguns *hôxwa*

produzam máscaras de papelão com olhos, boca e nariz, chamadas de caretas. Quando questionados sobre as caretas, diziam: “é igual a de vocês quando tem carnaval”. E quando perguntados da possibilidade de fazerem uma: “porque você não nos traz da cidade? Porque, aí, a gente brinca com coisas diferentes. A gente gosta de aprender como vocês brincam do mesmo jeito que você gosta de saber da nossa cultura” – me disse ManducaHämpã, um *hôxwa*.

O povo krahô, por seu histórico de contato com os kupen e o constante fluxo de trocas que mantêm com órgãos públicos, ONG's, comerciantes, curiosos, antropólogos e cineastas, absorvem uma multiplicidade de referências e as transformam em possibilidades heterogêneas de aplicabilidade dentro e fora dos rituais, sabendo, também, aproveita-las para cativar a atenção dos *kupene* aumentar o fluxo de dádivas (miçangas, panos, gados, panelas, máscaras, músicas e brincadeiras) para a aldeia (CARNEIRO DA CUNHA, 2007; GORDON, 2006).

Por fim, os krahô encontram na figura do palhaço um correspondente direto da prática do *hôxwagraças* ao contato interétnico. Resta-nos a questão: o adjetivo “sagrado” muitas vezes associado ao palhaço krahô aparece em um contexto de exotização da brincadeira *hôxwa*, como uma estratégia de marketing para agregar a ele uma marca diferenciadora? Diante da busca de uma “estética primitiva” os fluxos de referências tornam-se um empecilho para a objetificação da cultura ameríndia e impossibilita que a prática nativa tenha um caráter exótico e se limite à retórica da perda de identidade, do conflito entre o tradicional *vesuso* moderno (COHN, 2006; GORDON, 2006; LIMA, 2010). A mudança de contexto da brincadeira indígena do *hôxwao* coloca em condições de realização e exposição distintas do momento ritual, tornando-o, aos olhos dos novos espectadores, mais uma demonstração artística e o que lhe garante singularidade é a sua origem ritual krahô.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, A. C. F. *Hotxuá à luz da etnocenologia: a prática cômica krahô*. 2015. 158f. Dissertação (Mestrado). Escola de Teatro – UFBA. Salvador. <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17916>>. Acesso em: setembro de 2015
- ALBERTI, V. *O Riso e o Risível na História do Pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BATESON, G. *Naven : um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006
- BIÃO, A. *Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos*. Salvador: P&A, 2009.



- _____. *A vida ainda breve da etnocenologia: uma nova perspectiva transdisciplinar para as artes do espetáculo*. Cátedra de Artes. N° 10, 2011.
- BIÃO, A.; GREINER, C. (org.). *Etnocenologia: textos selecionados*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Os mortos e os outros. Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó*. São Paulo:Hucitec, 1978.
- _____. *De amigos formais e pessoa; de companheiros, espelhos e identidades*. Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, n. 32, p. 31-39. 1979.
- _____. *“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- COHN, CLARICE. *Relações de Diferença no Brasil Central. Os Mebengokré e seus Outros*. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. São Paulo. 2006.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac &Naify. 2003 [1974].
- DAWSEY, John C. *Schechner, teatro e antropologia*. Rev. Cadernos de Campo. São Paulo, n. 20, p. 207-211, 2011.
- DUMAS, A. G. *Etnocenologia e comportamentos espetaculares: desejo, necessidade e vontade*. Anais VI Congresso de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. 2010.
- _____. *Corpo em Cena: oralidade e etnocenologia*. Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 148-162, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/presenca>>
- FERRACINI, R. *A Arte de Não-Interpretar como Poesia Corpórea do Ator*. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP. Campinas, São Paulo. 1998.
- GEERTZ, C. *A Arte como Sistema Cultural*. In: O Saber Local: novos ensaios em Antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GELL, A. *A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas*. In: Arte e Ensaios - Revista do Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes. UFRJ. ano VIII - número 8. 2001. 174-191.
- _____. *A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia*. Concinnitas, ano 6, v. 8 (1), p. 41-63, 2005
- GOLDMAN, M. *A construção ritual da pessoa: a possessão no Candomblé*. Revista Religião e Sociedade, 12 (1): 22-55, 1985.
- _____. *Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa*. Revista de Antropologia, São Paulo: Departamento de Antropologia/ USP, vol. 39, n. 1, p. 83-110, 1996.
- GORDON, C. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índioXikrin-Mebêngôkre*. São Paulo. Ed. Unesp, Rio de Janeiro, 2006.
- HOWARD, C. *Pawana: a farsa dos visitantes entre os Waiwai da Amazônia*. In: : Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo - USP/FAPESP, p. 229-264. 1993.
- LADEIRA, M. E. *A troca de Nomes e a Troca de Cônjugues, uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1982.
- LADEIRA, M. E. *A troca de Nomes e a Troca de Cônjugues, uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1982.
- LAGROU, E. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro, TopBooks, 2007.



- _____. *Antropologia e arte: uma relação de amor e ódio*. Revista ILHA - Florianópolis, v.5, n.2, dezembro de 2003, p. 93-113.
- LEA, Vanessa R. *Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central*. São Paulo: Edusp e Fapesp. 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Introdução à obra de Marcel Mauss*. In: Mauss, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.
- LIMA, Ana Gabriela Morim. *Hoxwa: Imagens do Corpo, do Riso e do Outro. Uma abordagem etnográfica dos palhaços cerimoniais Krahô*. Dissertação (Mestrado). 196f. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *O poder do riso: Reflexões sobre o humor em uma etnografia Krahô*. Revista R@u. v. 1, n. 1, p 187-197. 2009.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.
- MELATTI, J. C. *Diálogos Jê: A pesquisa Krahô e o Projeto Harvard-Museu Nacional*. Mana vol.8 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2002.
- _____. *O Sistema Social Craô*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 1970.
- MINOIS, G. *História do riso e do escárnio*. São Paulo, Unesp, 2003
- REIS, Demian Moreira. *Caçadores de risos: o mundo maravilhoso da palhaçaria*. Tese (Doutorado). 312 f. Escola de Teatro – UFBA. 2010.
- SABATELLA, L, CARDIA, G; Pedra Corrida Produções. *Hotxuá*. [Filme-vídeo]. Tocantins, Petrobrás, 2009. 1 DVD HDCAM, 70 min. color. som.
- SCHECHNER, R. *A rua é o palco. Performance e antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2012, p. 155-198.
- SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*. In: Boletim do Museu Nacional. Número 32. Rio de Janeiro: 1979.
- SEEGER, A. *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro. Campos. 1980.
- TURNER, V. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974 [1969].
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Indivíduo e Sociedade no Alto Xingu: os Yawalapití*. Dissertação de Mestrado, Ppgas/Museu Nacional – Ufrj, 1977.
- _____. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Ed. Cosac Naify. Pp. 347-399. 1996 [2002].

RESENHAS



DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES LACRANDO PERSPECTIVAS E RESISTÊNCIAS

Ronielys Souza

GREEN, J.; QUINALHA, R. (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

A obra aqui resenhada, *Ditadura e homossexualidades*, é fruto de um intenso trabalho por parte dos organizadores, e de diversos pesquisadores que contribuíram com capítulos substanciais do livro, não apenas para dar visibilidade à população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT) ou para aprofundar o conhecimento historiográfico sobre a ditadura militar no Brasil. O trabalho organizado por James Green e Renan Quinalha representa uma verdadeira função exponencial no que tange às possibilidades de pesquisa visando as denúncias das repressões exercidas contra homossexuais, que ainda hoje são sentidas, ao mesmo tempo em que se propõe a reparação às pessoas LGBTs que foram perseguidas no período ditatorial brasileiro. Isso sem citar a lacuna existente, na historiografia que se refere à ditadura, pois faltam trabalhos sistêmicos que articulem recortes específicos de gênero e sexualidade na conjuntura do regime.

A ideia de produzir um livro sobre ditadura e homossexualidades surgiu na 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, que contou com a presença de militantes notadamente reconhecidos da movimentação LGBT no Brasil, além de diversos pesquisadores, quando se viu a necessidade de firmar uma parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para dizibilidade a esse tema tão silenciado.

O livro se estrutura em dez capítulos e contém diferentes pesquisas cujas abordagens, fontes, temáticas e denúncias compõem uma pequena parte de um horizonte investigativo que induz ao questionamento da repressão a LGBTs tanto durante quanto após a ditadura militar.

No capítulo I, *Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar*, Benjamim Cowan apresenta parte de sua pesquisa sobre o discurso homofóbico da ditadura, analisando fontes como: textos de revistas militares, documentos e discursos de época dos oficiais das Forças Armadas. Esse autor parte da problemática “porque a homossexualidade chamou a atenção dos censores – e, como veremos, dos ideólogos e forças de segurança do regime?” (p. 28) a princípio

dialogando com pesquisas sobre a censura cinematográfica no Brasil⁹² e posteriormente arrolando suas fontes no sentido de interpelá-las. A partir deste questionamento Cowan desenvolve a ideia sobre como autoridades e censores do regime militar estabeleceram uma ligação entre a homossexualidade, em especial a masculina, e a subversão comunista, como se fosse uma trama intentada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI). É deste modo que Cowan evidencia que nas forças de segurança havia “a inclinação em ver o comunismo e os inimigos da *segurança nacional* atrás do comportamento, e ultimamente, o movimento homossexual” (p. 49), situação gerada por dois problemas, segundo ele: em parte por conta da publicidade do ativismo e sua visibilidade, e por outro lado devido à emergência de figuras gays na grande mídia, que seriam vistas como um incentivo à prática homossexual.

Após o capítulo I sobre a forma como o regime militar encarava a homossexualidade, quase como uma “semente” para a subversão comunista, o capítulo II, *Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)*, de Luiz Morando, põe os leitores num clima marcado pela repressão através de diferentes dispositivos para o fechamento de diversos pontos de sociabilidade entre gays e travestis. O texto de Morando está fundamentado na análise de reportagens de jornais e revistas de Belo Horizonte, bem como nos autos judiciais de determinados delitos e em algumas entrevistas. Sua abordagem das fontes, diferentemente do capítulo I, não parte de um questionamento, mas sim da análise de um material coletado que remete a um processo que antecede ao período da ditadura. É importante salientar as evidências que Morando aponta sobre a relação entre ideologia conservadora de vigilância e a repressão aos costumes, que projetam efetivos monitoramento e plano de moralização da cidade de Belo Horizonte, e nesse contexto algumas travestis⁹³, na mira da imprensa, buscam expor outra visibilidade para além daquela pejorativa relacionada à prostituição mesmo com as ações da polícia na capital mineira convergindo “para um campo ideológico cuja base era a repressão ao ‘desviante’ como forma de sanear o espaço urbano e a convivência social” (p. 79).

⁹²Neste sentido Benjamin Cowan dialoga, em especial, com dois trabalhos que abordam o tema da censura e indústria cinematográfica no Brasil: MARTINS: W. S. N. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. E mais especificamente, sobre minorias, Cowan referencia o seguinte artigo: SIMÕES, I. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

⁹³Luiz Morando utiliza o termo travesti no gênero feminino com a intenção de acentuar a identidade de gênero do segmento já naquele período, embora essa opção possa parecer anacrônico pois na imprensa da época o termo era comumente utilizado apenas no gênero masculino.

O capítulo terceiro, *Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura*, por Jorge Caê Rodrigues, é uma parte da obra deste autor, *Impressões de identidade* (2010) a qual é fruto de sua tese de doutorado concluída em 2007. O texto de Rodrigues lança um rápido olhar sobre a emergência e desenvolvimento do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), tido como primeiro veículo que defendia assumidamente os direitos homossexuais.⁹⁴ É interessante notar que a abordagem de Rodrigues, a partir de área de comunicação, não realiza apenas uma análise centrada nos aspectos estéticos do jornal e sua história. A análise do jornal conta ainda com a entrevista de duas pessoas que trabalharam na redação do jornal e evidencia os embates que lá houveram, além de mostrar as repressões que o jornal sofreu em sua curta existência, bem como aspectos relevantes para compreensão das identificações homossexuais no referido período.

O capítulo IV, *Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade*, por Marisa Fernandes, ganha uma tonalidade especial porque a autora participou dos acontecimentos aos quais se reporta, sendo que estes fatos vão da década de 1970 a meados de 1985. Ela aborda a emergência da facção lésbico-feminista no interior do Grupo Somos e aponta a dupla dificuldade da movimentação homossexual: a visibilidade frente a repressão de um estado político-militar de direita, e o enfrentamento contra a esquerda ortodoxa, a qual não compreendia o empreendimento de lutas para além da luta de classes – nessa segunda dificuldade a autora aponta ainda os embates da inserção lésbica dentro do movimento feminista em São Paulo. Fernandes conta que a escritora Cassandra Rios teve várias obras censuradas, por ser pioneira em literatura de ficção sobre lesbiandade no Brasil; cita em detalhes o “nosso pequeno Stonewall”, uma manifestação ocorrida no Ferro’s Bar em 1983. As fontes da autora são cartas, informativos, comunicados, panfletos, boletins publicados por lésbicas organizadas e artigos publicados na grande imprensa e no *Lampião da Esquina*. A princípio esse capítulo parece ser apenas um relato memorialista, mas devido à escassez de fontes sobre a homossexualidade feminina no Brasil tal capítulo torna-se uma narrativa que permite o conhecimento sobre possíveis fontes que possibilitam a análise da homossexualidade feminina e sua movimentação durante a ditadura militar.

⁹⁴ Alguns autores apontam *Lampião da Esquina* como prelúdio efetivo da movimentação homossexual, dentre eles se destacam as obras: *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000), de James Naylor Green, e a obra *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2007), por João Silvério Trevisan.

Partindo de um breve histórico das rondas policiais e sobre a vadiagem anteriores a 1976, Rafael Freitas Ocanha no capítulo V, *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*, aborda duas ideias centrais em seu texto. Primeiramente ele analisa a pesquisa do delegado Guido Fonseca de 1976 sobre a prostituição de travestis, na qual tal oficial trata de vários aspectos. A partir dessa análise Ocanha estabelece uma relação entre esse estudo, a vadiagem enquanto contravenção penal, e as rondas policiais empreendidas por outro delegado, José Wilson Richetti, a partir de 1980 com o objetivo de limpar a cidade, em especial a repressão ao *trottoir* de travestis. Por um lado, o resultado desse trabalho expõe de forma clara a subjetividade do uso da lei de vadiagem e mostra a repressão a LGBT paulistas silenciada na grande imprensa do período; por outro lado, Ocanha evidencia o apoio de diversos setores da sociedade para a repressão a homossexuais, vistos como à margem da sociedade e ligados à criminalidade.

Extremamente instigante é o capítulo VI escrito por James Naylor Green, *O grupo somos, a esquerda e a resistência à ditadura*, no qual ele aborda o processo de formação do Grupo Somos concomitantemente à emergência da incipiente visibilidade da movimentação homossexual no Brasil entremeado ao processo de abertura política. É preciso notar que, assim como Marisa Fernandes, Green também vivenciou parte da história que narra em seu artigo, mas aponta aspectos substanciais em sua revisão do passado como: as contiguidades e as refutações entre o Grupo Somos e o jornal Lampião da Esquina; a contraposição entre a luta específica e a luta maior, a luta de classes; as dificuldades em sustentar a organização; os problemas de gerenciamento devido ao aumento substancial de participantes; e, as transformações culturais, exemplificadas nas performances dos Dzi Croquettes. De modo coeso e entrelaçado aos aspectos citados Green dá um panorama sobre o Grupo Somos antes e durante o que ele chama de “primeira etapa do movimento LGBT brasileiro”.

O capítulo VII, *De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura*, por Rita de Cassia Colaço Rodrigues, basicamente aborda alguns aspectos relativos ao sistema de justiça e as operações de censura, explorando a forma como o Estado se valeu de instrumentos legais para controlar as liberdades e expressões artísticas. A autora usa de revistas, jornais, periódicos, portarias, ofícios e outros documentos oficiais para realizar suas análises a respeito do aparelho policial, sobre os usos seletivos da Lei de Imprensa, a criminalização de abordagens fora da lógica da moral pública e dos bons costumes.

Renan Quinalha, formado em direito e ciências sociais e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, escreveu o oitavo capítulo, *A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira*, particularmente um dos capítulos mais substanciais no que tange às denúncias de violação dos direitos humanos de pessoas LGBTs. Quinalha delinea com propriedade as implicações do conceito de justiça de transição explorando suas limitações e possibilidades, tão caro a sua análise que vai além dos anos da ditadura militar. Ele estabelece os *links* que se devem ter em mente ao visar a justiça de transição LGBT e ao revisar a memória da justiça no Brasil sobre a invisibilidade da questão LGBT.

O penúltimo capítulo, *Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia*, por José Reinaldo de Lima Lopes, parte do questionamento sobre: que relação de implicação necessária pode haver entre defesa de direitos para homossexuais e defesa da democracia? O enredo de seu texto discute a questão da democracia em relação às diferenças e dissidências tendo em mente o direito dos homossexuais, é nesse sentido que a luta específica emerge para além do limite imposto pela esquerda ortodoxa. Em resumo o autor aborda uma linha de raciocínio vinculando a movimentação homossexual na segunda metade do século XX entrelaçando-a ao processo de busca por direitos homoafetivos, denunciando a discriminação maquiada na esfera social que segue sendo a grande luta, depois de conquistado o direito à igualdade perante o Estado. Mas, pensando essa “igualdade perante o Estado” é necessário lançar a seguinte pergunta ao trabalho de Lopes: o que existe de fato é o “direito” à igualdade ou a igualdade efetiva? E nesse sentido ele aborda tal questionamento de forma implícita mas não o responde satisfatoriamente seja mundial ou mesmo no caso específico do Estado brasileiro.

O último capítulo, *Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parcerias*, escrito pelos organizadores James Naylor Green e Renan Quinalha, representa o fechamento do livro e sua compreensão efetiva contra a repressão a LGBTs durante e após a ditadura.

Em vias de considerações finais, a obra resenhada inicia uma visibilização de LGBTs no trabalho de memória, verdade e justiça na consolidação dos direitos humanos incididos nos relatórios da CNV. Contudo, esse assunto não se esgota numa única obra, visto que permanecem alguns interstícios não preenchidos como: o que tange a posição de entidades religiosas, o que diz respeito às torturas ocorridas dentro de prisões, ou mesmo a pouca ênfase à homossexualidade

feminina, pois se se falasse de homossexualidades e não mencionassem pautas feministas seria uma profunda contradição de quem propõe denunciar a repressão a LGBTs. Enfim, tais pontos citados não constituem falhas, mas possibilidades de pesquisas à luz de novos questionamentos, como aquele que levanto ao fim do texto de José Reinaldo de Lima Lopes “o que existe de fato é o ‘direito’ à igualdade ou a igualdade efetiva?”, e que permanecem abertos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MARTINS, W. S. N. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964-1988)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SIMÕES, I. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, M. L. T. (Org.) *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DOSSIÊ ● ● ● INSTITUIÇÕES

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Ivan Ervolino

Este dossiê teve origem no curso de Teoria das Instituições Políticas ministrado no primeiro semestre de 2015. Ele foi pensado visando fornecer aos alunos e alunas uma visão mais ampla sobre o debate que se tem feito sobre o tema das instituições e teve como objetivo oferecer ferramentas que permitissem pensar os problemas colocados à área da Ciência Política partindo de pressupostos institucionais. Este exercício teve muito êxito e a partir de conversas em sala de aula concluímos que seria importante partilhar o debate feito na disciplina, com o intuito de compartilhar e instigar opiniões sobre o tema do curso.

Cabe destacar que a finalidade foi realizar um debate mais amplo sobre instituições e, por este motivo, ficará evidente aos leitores que as instituições utilizadas nos artigos são diversas e, alguns deles, fogem do padrão, no sentido de abranger outras além de instituições pertencentes a tríade executivo, legislativo e judiciário.

De modo geral, os artigos tratam sobre o que são instituições, seus desenhos e as correntes propostas pelo neo-institucionalismo (trazendo inclusive críticas às correntes). Discutem também os mecanismos de funcionamento de uma instituição e a relação de cooperação entre atores e instituições.

Enfim, o exercício foi muito válido, pois permitiu que pensássemos problemas e questões partindo de pressupostos institucionais. Importante mencionar que não se objetiva qualquer tipo de doutrinação teórica, mas demonstrar que, como toda teoria, ela ajuda a explicar algumas questões, mas em outras é falha e acaba por deixar partes importantes de fora. É essencial que os alunos e alunas da graduação entendam que fazer ciência é também optar por modelos explicativos e estes não dão conta de explicar toda a realidade a nossa volta. Por este motivo é importante que saibamos os limites e estejamos conscientes que nossos estudos, projetos e pesquisas sempre devem estar abertos a contribuições e críticas.



PREFERÊNCIAS SIMPLIFICADAS: UMA CRÍTICA AO MODELO DA ESCOLHA RACIONAL

*André Matheus Almeida de Silva*⁹⁵

*Bruno Luiz Guillard*⁹⁶

RESUMO: Um dos maiores problemas de modelos analíticos tidos como “limpos” são as suas simplificações da realidade, e a Teoria da Escolha Racional, contida no Neo-Institucionalismo, não foge a essa regra. Desta forma, nesse breve artigo procuraremos, através de uma metodologia qualitativa de discussão teórica, problematizar a hipótese de que tal labor teórico ainda carrega uma imagem simplista de maximização das motivações humanas, dado que a noção de racionalidade não se pode limitar somente à maximização dos ganhos materiais e/ou visíveis, mas deve incluir fatores como desejos, crenças, moralidades e outras preferências. A partir disso, buscamos mostrar que existe uma transposição da “maximização das preferências” para a “satisfação das preferências”, porém essa mudança não minimiza a dificuldade de mensuração desta última categoria. Com a introdução das noções de racionalidade e de ideologia, concluímos que ambas em conluio obscurecem “situações ótimas” – considerando a complexidade da realidade – e fazem com que não apenas os indivíduos deixem de racionalizar suas escolhas, mas também as instituições que, no limite, modulam e são moduladas pelo embate com as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: preferências; maximização; satisfação; racionalidade ideologia.

INTRODUÇÃO

A Teoria da Escolha Racional é, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições para os estudos das ciências sociais, especialmente no que tange a economia e a política. Sendo herdeira de alguns dos ensinamentos do utilitarismo benthaniano⁹⁷, tal doutrina vê na racionalidade das ações, no comportamento maximizador e no individualismo metodológico algumas das chaves para a compreensão das decisões dos atores e das dinâmicas sociais em maior ou menor escala.

É fato que, por seus pressupostos relativamente simples, a Teoria da Escolha Racional sempre teve melhor aceitação entre os círculos econômicos mais afeitos às teorias que possibilitem previsões e cálculos, diferentemente da sociologia de cunho mais compreensivo. Ainda assim, o alcance da Escolha Racional não se limitou à economia pura, mas encontrou guarida também entre alguns teóricos políticos como Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson (FEREJOHN & PASQUINO, 2001). Outra associação entre Teoria da

⁹⁵ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: andre_matheus91@hotmail.com

⁹⁶ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: bl.guillard@bol.com.br

⁹⁷ Jeremy Bentham, juntamente com John Stuart Mill e James Mill, é considerado uns dos principais difusores do utilitarismo. Teoria que, grosso modo, diz que toda ação humana visa à máxima utilidade – maximização do prazer e a minimização do sofrimento.



Escolha Racional foi com os estudos institucionais que levou à emergência de uma das linhas do Neo-Institucionalismo, o da Escolha Racional. Tais fatos nos permitem enunciar esta doutrina como uma das perspectivas teóricas mais importantes da segunda metade do século XX.

Em suma, a Teoria da Escolha Racional se baseia na ideia de que o comportamento dos atores é guiado por uma racionalidade acionada nos momentos em que diferentes oportunidades lhe são oferecidas, possibilitando-o a tomar as decisões estratégicas que maximizem os resultados buscados por eles – quer sejam votos, lucros ou outros recursos de seus interesses. Apesar das diferenças nas definições de racionalidade, é possível assumir que todas elas derivam mais ou menos da ideia de que: “A racionalidade [...] nada mais é que uma correspondência ótima entre fins e meios” (TSEBELIS, 1998, p. 33). Portanto, segundo esta teoria, a “ação racional” é aquela que opta pelo caminho cujos custos são os menores em relação ao fim objetivado.

Todavia, o maior atrativo de tal teoria, sua elegância e simplicidade, é também seu maior problema, já que é sabido que a realidade social – e mais, a própria composição mental do indivíduo – opera a partir de um grande número de variáveis que influenciam nas decisões e escolhas. Por isso mesmo, a visão atomizadora que enxerga o indivíduo como uma “máquina de fazer cálculos buscando resultados ótimos” – linha mais ortodoxa da teoria da escolha racional – tem sido substituída por versões mais complexas e completas. Meireles (2012) coloca assim:

O desafio que as várias adaptações da RCT (*rational choice theory*, em inglês) enfrentam é, desse modo, o de combinar a simplicidade e a versatilidade do cálculo racional com as condições que o tornam possível. Boudon (2003: 8-9) classifica essas dificuldades em três: (1) o problema da incompatibilidade de crenças entre os indivíduos; (2) o problema da ação motivada por prescrições normativas; e (3) o problema das ações motivadas por outros fatores que não os puramente egoísticos, como a beneficência. Generalizando a questão, o problema da RCT pode ser resumido desta forma: como conciliar o contexto de ação e outros fatores exteriores, ou as *condições exteriores à ação*, com o procedimento racional. [...] (p.55, grifo do autor).

Assim, o que vários autores têm buscado é o desenvolvimento de adaptações e melhorias na Teoria da Escolha Racional. O próprio Meireles, se utilizando das categorias das “teorias da racionalidade perfeita” e das “teorias da racionalidade imperfeita” de Orenstein (1998), elenca teóricos dessas novas versões da Escolha Racional, com Anthony Downs, Mancur Olson, Adam Przeworski e George Tsebelis entrando na primeira categoria – mais relacionada aos modelos econômicos e políticos – e Jon Elster e Raymond Boudon na segunda – entendida como mais maleável e sociológica. Ambas as categorias apresentam diferentes respostas e soluções às limitações da Teoria da Escolha Racional tradicional, e para isso se

utilizam de redefinições, ênfases e novos pressupostos que tornam essa perspectiva teórica mais legítima e condizente com a realidade da vida social.

Isto posto, buscaremos nesse artigo problematizar alguns dos aspectos mais centrais da Teoria da Escolha Racional contida no Neo-Institucionalismo da Escolha Racional. Alinhando-nos especialmente as variações da “racionalidade imperfeita” da teoria e trazendo elementos mais sociológicos ao debate, nossa hipótese é que tal teoria – embora com as mais diferentes complementações – ainda elenca uma imagem simplista de maximização das motivações humanas, pois a noção de racionalidade não pode se limitar somente à maximização dos ganhos materiais e/ou visíveis, mas deve incluir também fatores como desejos, crenças, moralidades e outras preferências.

RACIONALIDADE E IDEOLOGIA

Há muito tempo vêm se discutindo as limitações de teorias explicativas simplistas, e a Teoria da Escolha Racional não está fora desse debate. Entretanto, as atratividades dessas teorias, em especial a da Escolha Racional, não emergem de suas simplicidades, mas por serem robustas – seguem uma linha argumentativa passo a passo – e por apresentarem uma abordagem holística. Assim, a fascinação pela *Racional Choice Teory* vem de seu labor argumentativo: rigor metodológico, clareza do argumento, variáveis bem demonstradas, etc. É um modelo considerado “limpo”, onde a dedução e o axioma são fatores importantes dessa formulação argumentativa. E tem mais, a capacidade de prever é o critério de validade de tal teoria.

Contudo, quando se leva em consideração “fatores sociais”⁹⁸ alguns pressupostos têm que ser levados em consideração na análise, em especial aqueles que tangem a natureza humana e que podem afetar diretamente na capacidade de previsão. Desse modo, a sociologia, em contraposição ao modelo de base economicista da *Racional Choice*, contribui para melhorar o modelo. Paul Hirsh, Stuart Michaels e Ray Fridman tratando de alguns pressupostos da sociologia em relação à economia elencam:

[...] os sociólogos dedicam-se ao estudo das várias motivações socialmente aprendidas e transformáveis que não resultam de escolhas permanentes e atomizadas por parte dos indivíduos. As preferências e as ações são influenciadas pela forma como as pessoas entendem e valorizam – através da socialização e da aculturação – os diferentes aspectos do mundo que os rodeia. Consequentemente, a ação é compreendida através da observação de valores culturais, estruturas institucionais e normas sociais, que determinam as preferências. (2003, p. 109).

Assim, o fator fundamental, quando se busca compreender o que levou o indivíduo a sua preferência, é apreender a interpelação da cultura e das instituições no processo de escolha. Porém, para

⁹⁸Entenderemos por “fatores sociais” determinantes externos, nos quais podem ser sociais, econômicos, políticos e culturais que interferem diretamente nas ações e escolhas dos indivíduos.

tal apreensão, uma mudança de método tem que ser orquestrada ao nível indutivo e com caráter mais explicativo, tendo em vista que a complexidade da vida social requisita considerar o caráter imponderável de certos fatores que fogem a capacidade de previsão.

Não obstante, quando a Teoria da Escolha Racional é introduzida à Teoria Institucionalista algumas características de ordens comportamentais do individualismo são incorporadas às instituições: 1) o comportamento racional; 2) o viés maximizador de preferências objetivas e/ou subjetivas; 3) a ação intencional com efeitos não intencionais; 4) escolhas estratégicas e interdependentes; e, por fim, 5) incertezas e riscos no processo de decisão (BAERT, 1997). Assim, as influências no processo de interação estratégica e no método de organização das instituições provêm da interação de tais características, que moldaram algumas concepções presentes no Neo-Institucionalismo da Escolha Racional. Cabe citar, seguindo Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003):

- As conjecturas comportamentais na busca de preferências e gostos;
- A intenção individual de sempre maximizar escolhas com a possibilidade de resultar um fim “sub-ótimo” para o coletivo;
- O papel da interação estratégica que se apresenta sob aferição de “ganhos de troca” em conjunto com o “cálculo estratégico” por parte dos agentes;
- O acordo coletivo na criação das instituições com a finalidade de se diminuir as incertezas e riscos por parte dos agentes.

Deste modo, quando se analisa as vantagens em avaliar as escolhas dentro das instituições, há de se observar um caminho fundamental que esta última proporciona: a previsibilidade. As normas ou as regras institucionais permitem aos indivíduos fazerem seus “cálculos estratégicos” levando em consideração uma noção futurística de seus ganhos.

Todavia, mesmo com as instituições proporcionando certa previsibilidade, um alto grau de maximização e o melhor norteamiento racional possível nas escolhas dos indivíduos, tanto a vida social quanto a psique individual apresentaram, em algum momento, elementos imensuráveis para qualquer tipo de teoria. De tal forma que, mesmo a ação racional dos atores visando à concretização de “objetivos pessoais”, estes últimos são bastante subjetivos e, de certo modo, apenas poderiam ser compreendidos a partir do próprio indivíduo. No entanto, há de se observar que, muitas vezes, nem pela análise individual tal compreensão seja possível, se considerarmos a questão do “inconsciente” proposto por Sigmund Freud⁹⁹.

⁹⁹ Freud demonstrou que o inconsciente é um fenômeno psicossomático que possui uma relação muito próxima com o consciente, que em atividade possuem uma interconexão *sui generis*, condicionando o indivíduo em seu modo de agir e diferenciando-o sua maneira típica de pensar. Em outras palavras, o inconsciente é uma fase regular e necessária da mente humana, que pode desenvolver-se de modo a transformar-se em consciente

Isto posto, pode-se afirmar com isso que existe um desdobramento da “objetividade individual” para uma noção de “eficácia”, que deixa de ter um viés apenas maximizador – pressupondo ganhos materiais e certa unidade de medida de ganho – e passa para algo mais “satisfacionista” – critério de maior abrangência e de complexidade do sucesso.

Contudo, esta nossa apreensão descrita acima, nada mais é do que alguns teóricos da Escolha Racional vinham descrevendo sobre a mesma já algum tempo: os indivíduos são levados a certas situações (momentâneas ou não) a maximizarem suas escolhas que, no limite, busca cotejar àquela preferência que seja de maior ganho satisfacional. (MORO, 2009).

Deste modo, cabe-nos problematizar a satisfação das preferências para adentrarmos na discussão com as instituições. Assim sendo, qual a diferença entre satisfação e otimização das preferências?

Bem, a otimização das preferências nada mais é do que o sinônimo de maximização destas últimas, ou melhor, é um termo egoísta individual (ou mesmo coletivo) paliativo de análise, que tem como intuito medir a utilidade¹⁰⁰. Em contraposição, a satisfação das preferências não é algo possível de se medir porque não provêm apenas do indivíduo, mas de um rol de interpelações sociais que fazem com que a valoração desta acabe se tornando imponderável. Além do mais, é de se salientar que inúmeras das preferências dos atores muitas vezes se mostram contraditórias, e isto por serem criadas em contextos sociais conflitantes de diferentes nichos de influência: educacional, religioso, político, etc.

Ora, quando se vai relatar a satisfação por preferências duas noções são importantíssimas para tentar compreender os caminhos das escolhas: a ideologia que levou a preferência; e a racionalidade por detrás da escolha.

A racionalidade tem um viés bastante particularista, porém ela é pensada no ato da ação. Uma ação é racional quando, através da oportunidade de escolha, se escolhe a melhor opção – ou a mais “satisfacionista” – entre muitas, dentro de determinada crença. John Ferejohn e Pasquale Pasquino, descrevendo sobre a racionalidade, corroboram dizendo:

A interpretação psicológica tradicional dessa definição é que os agentes têm estados mentais — crenças e desejos — e escolhem as melhores ações que estejam de acordo com eles. Os desejos são considerados de alguma forma como dados ou definidos previamente às ações e também às crenças. Os desejos podem ser, dependendo da teoria, ancorados em necessidades humanas mais profundas (comida, sexo, segurança), ou podem ser ligados à posição social, ou a atitudes morais, ou podem simplesmente ser arbitrários. O ponto é que eles são de alguma forma fixos ou definidos antes da escolha da ação. São os desejos ou as preferências que serão satisfeitos na escolha. (2001, p. 7 e 8).

conforme a resistência (ou não) do indivíduo onde, muitas vezes, acaba se manifestando nas formas mentais e físicas do indivíduo.

¹⁰⁰ Através do arcabouço teórico econômico é possível medir a utilidade através de uma “curva de indiferença”, que representa combinações de consumo e busca medir determinado nível de satisfação dentro de uma cesta de bens.

Ora, desejos e crenças são, de algum modo, criados e moldados pelas instituições que, na definição de Douglass North (1991), são “humanamente inventadas” (ideologicamente construídas) com o intuito de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais. Elas podem ser, segundo o mesmo autor, formais ou informais e têm como máxima acomodar interesses organizando as relações de poder.

Contudo, em se tratando de instituições, a mais influente sem dúvida é o Estado Nacional Moderno, pois ele abarca inúmeras outras pequenas instituições que interpelam a vida dos indivíduos de forma avassaladora. E isto, se deve a sua finalidade última que é de constituir cidadãos, assim sendo, será de suma importância ter sob sua égide instituições que proporcionem essa “criação”, em especial aquelas de cunho pedagógico.

Com efeito, muitos autores de cunho marxista descrevem o Estado como um aparelho exclusivo de repressão, Louis Althusser não foge a regra. Entretanto, o autor vai além ao propor os “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE), estes que não podem ser confundidos com os aparelhos de repressão estatais, pois eles não funcionam pela força tais como estes últimos, mas pela ideologia. Porém, segundo Althusser, não existe apenas um Aparelho Ideológico, mas vários: escolar, religioso, político, etc.; onde na vida cotidiana misturam-se sutilmente. O autor complementa:

Esta observação abre-nos a via da compreensão do que constitui a unidade do corpo aparentemente dispar dos AIE. Se os AIE “funcionam” de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na, ideologia dominante que é a da “classe dominante”... Se quisermos considerar que em princípio a “classe dominante” detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de alianças de classe ou de frações de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é activa nos Aparelhos Ideológicos de Estado. É claro, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) de Estado e “agir” por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado são duas coisas diferentes. Será preciso entrar no pormenor desta diferença, - mas ela não poderá esconder a realidade de uma profunda identidade. A partir do que sabemos, *nenhuma, classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.* [...] (ALTHUSSER, 1970, p. 48 e 49, grifo do autor).

Ora, o que hoje sabemos sobre as instituições é que elas são um processo, e não um modelo estanque como outrora eram vistas. Além do mais, favorecem determinados atores que contribuem para o seu funcionamento e existência. Bem, com o Estado Moderno – suprasumo das instituições – não é diferente. Ele tende a favorecer certos grupos dominantes que vivem influenciando-o com seus modelos de concepção da realidade. Assim, as vontades, desejos e escolhas, da maneira como imaginamos, não advém

de uma criação individual, mas são frutos de concepções de outrem, impostas em determinadas instituições ao longo de um processo histórico.

Com isso, vemos que a satisfação das preferências carrega consigo fatores ideológicos que não são preferências *em si*, mas *para si*. Isto porque, afetadas ideologicamente, as preferências não *são* do sujeito, mas *para* o sujeito. Portanto, vemos que a ideologia apreendida institucionalmente afeta diretamente na forma “satisfacionista” da preferência obtida pelo indivíduo. E tem mais, a ideologia não é algo imposto como um ente cosmológico, ela é formulada através de disputas de concepções de vida por aqueles que detêm o poder.

Dai surge à questão sobre a racionalidade: onde ela adentra em nosso debate? Ora, se a ideologia demarca a preferência, a racionalidade vai moldar a satisfação. E para buscarmos entender esse último conceito, teremos que recorrer a Max Weber.

Weber, ao discutir as formas racionais de conduta, descreve a ação social como aquela orientada pela conduta de outrem, através disso, sem a perspectiva da ação por parte de outro indivíduo, a ação não é vista como social. (WEBER, 2009). Ao tipificá-la em tipos ideais Weber vai elencar quatro tipos de ações sociais: a tradicional; a efetiva; a racional referente a valores; e, finalmente, a racional referente a fins.

As duas primeiras apresentam noções valorativas de ação social, onde o fator “calculista” está ausente. O sentido de ambas as ações está relacionado a hábitos costumeiros e a situações emocionais que, no limite, escapam a uma análise racional. Diferentemente, as duas últimas são ações sociais que têm como base admitir as intenções racionais na ação, porém elas se diferenciam quando se considera as consequências dos atos. A ação social referente a valores tende a considerar preferências com fortes motivações (convicções e deveres), sem levar em consideração o fim último das escolhas. Já a ação social referente a fins não somente considera as consequências das escolhas, como também os meios de se chegar a uma preferência de maior nível satisfacional.

Assim, no sentido que Weber apresenta, o que determina uma ação social ser vista como racional é a consideração de um fim último, ou seja, é ter em mente que um cálculo ruim pode ter uma consequência indesejada para indivíduo. Não obstante, o próprio Weber reconhece que essas tipologias ideais têm apenas o intuito de facilitar a análise, elas não existem na realidade. Isto pode ser um complicador, mas do ponto de vista analítico é um facilitador primoroso, de modo que a crítica não pode seguir nessa direção.

Ora, uma preferência orientada pela racionalidade, seguindo o nosso raciocínio, será aquela norteadada pela consequência última do ato de escolha e que abarcará um alto grau de satisfação, contudo desejos e certos “impulsos subjetivos” serão os combustíveis perfeitos para embaralhar as preferências de modo que o sujeito fique satisfeito e, com isso, relativizar a determinação de um fim desejável ou indesejável. Desta forma, as escolhas “racionais” pelas “melhores” preferências variam: em número e grau; no tempo e no espaço. Elas aparentam ter menos relação com a lógica e mais com aspirações fundadas de

diferentes perspectivas nas quais, em última instância, são geradas por diversos mecanismos sociais contraditórios.

Por fim, cabe frisar que as instituições apresentam uma racionalidade de outra ordem. Elas buscam espaço de influência e, para isso, inclinam-se a agir estrategicamente. Contudo, quando visões personalistas adentram nas instituições a “satisfação das preferências institucionais” fica ameaçada pela imposição ideológica não proveniente da instituição e pela “racionalidade falha” ocasionada pelas disputas de interesses. E isso tudo, tende afetar as “regras do jogo” que, num certo sentido, alteram os projetos individuais em construção. Portanto, há de se salientar que as diferentes preferências, ou melhor, os interesses, não alteram somente a noção de previsibilidade, mas deixam à mostra incontáveis conflitos que, no fim, são o alicerce de algo bem maior que é a sociedade.

CONCLUSÃO

Neste breve artigo, nossa intenção foi problematizar a simplicidade da Teoria da Escolha Racional incorporada pelo Neo-Institucionalismo.

Como apresentado, os modelos “limpos” de análise social possuem grande rigor metodológico, contudo tendem a se encapsularem em postulados que não são passíveis de demonstração; quando o são, muitos esclarecimentos deixam a desejar porque não colocam sobre o crivo da análise os dados de maior dificuldade analítica, ou seja, eles continuam ainda circunscrevendo em seus modelos “fechados”. E o que é pior, fazendo divagações muitas vezes com dados imensuráveis. Todavia, isso tudo não nos leva a descartar a importância analítica do modelo Racional, mas questioná-lo em alguns pontos cruciais.

Deste modo, a partir de um debate teórico, buscamos mostrar que nas novas vertentes da Escolha Racional existe uma transposição da “maximização das preferências” para a “satisfação das preferências”, porém essa mudança não minimiza a dificuldade de mensuração desta última categoria.

Duas noções são fundamentais para a compreensão dessa dificuldade: a racionalidade e a ideologia. A primeira tende afetar com mais ênfase a questão da satisfação. Enquanto que a segunda influência na preferência. Todavia, ambas em conluio obscurecem “situações ótimas” – considerando a complexidade da realidade – e fazem com que não apenas os indivíduos deixem de racionalizar suas escolhas, mas também as instituições que, no limite, modulam e são moduladas pelo embate com as pessoas.

Assim, como visto, a incorporação de fatores sociológicos na análise Racional contribuiu para o aperfeiçoamento do modelo; e não só, alguns elementos psicológicos também podem ser admitidos de bom grado. O que nos leva a admitir que, em diversas correntes teóricas – em especial os modelos “fechados” – nas quais se observa no objeto a preponderância de “fatores sociais”, a introdução de novas fontes analíticas não será apenas importante para uma melhor apreensão da realidade, mas basilar para a fundamentação do próprio argumento de análise.

BIBLIOGRAFIA:

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Editorial Presença, Lisboa. Ano: 1970.
- BAERT, Patrick. *Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 12. n. 35. São Paulo, 1997.
- FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. *A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2001, vol.16, n.45, p. 05-24. ISSN 1806-9053. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000100001>.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*. Lua Nova [online]. 2003, n.58, p. 193-223. ISSN 1807-0175. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.
- HIRSCH, P.; STUART, M.; FRIEDMAN, R. "Mãos sujas" versus "modelos limpos": *estará a Sociologia em risco de ser seduzida pela Economia?* In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). *A nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Editora Celta, p. 125-165, 2003.
- MEIRELES, Fernando. *Teoria da Escolha Racional: limites e alcances explicativos*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, Número 22: 52-61, Dezembro, 2012.
- MORO, E. J. *A Teoria da Escolha Racional e a Explicação do Voto*. Revista Intratextos. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p. 6-21. Ano: 2009. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/212/225. Acesso: 29 de junho de 2015.
- NORTH, Douglass C. *Institutions*. Journal of Economic Perspectives – Volume 5, N. 1, Ano: 1991.
- ORENSTEIN, Luiz. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Revan (UCAM, IUPERJ), 1998.
- PERES, Paulo Sergio. *Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política*. RBCS. Vol. 23. N. 68. Outubro/2008.
- SIGMUND, Freud. *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise (1912)*. In: _____. Sigmund Freud Obras Completas: Observações Psicanalíticas sobre um Caso de Paranóia Relatado em Autobiografia ("O Caso Schreber"), Artigos sobre Técnica e Outros Textos (1911-1913). Volume: 10. Companhia das Letras. Editora Schwarcz Ltda., 2010. p. 194-203.
- TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: Escolha racional no campo da Política Comparada*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume: 1. Editora: EDU – UNB. Ano: 2009.

UM OLHAR PARA DENTRO DOS PARTIDOS NACIONALISTAS: PTB E UDN EM PERSPECTIVA COMPARADA

Barbara Caroline Botassio

Guilherme de Carli Pavão de Godoy

Introdução

O desmantelamento do Estado Novo e a democratização do Brasil em 1945 não acarretou, ainda que iniciasse uma nova vida partidária no país, na ruptura definitiva com o antigo regime. Entendemos que para se romper com um regime governamental não basta mudar a configuração do sistema político de uma nação, mas também garantir que as velhas principais lideranças, seus ideais e movimentos não sejam incorporados de modo significativo na emergente conjuntura. Ao contrário, o Brasil assistiu à permanência ideológica e pragmática de Getúlio Vargas, tanto nos setores de apoio a volta do ex-ditador ao poder quanto da oposição.

O fato é que, em meio a um modelo democrático, tais grupos se viram obrigados a se organizar e institucionalizar em partidos políticos para, através da competição e da cooperação nas arenas eleitorais e parlamentares, defender seus interesses, seus nacionalismos e versões de Estado interventor. É importante ressaltar que entre os anos de 1945 a 1964, configura-se no Brasil um conjunto de ideologias nacionais-desenvolvimentistas que caracteriza um período de debate acerca dos meios pelos quais a nação deixaria a condição de subdesenvolvida. Os partidos evoluíram, portanto, dentre brigas internas e disputas decisórias, conforme as mudanças político-econômicas, as quais influenciavam e eram influenciados durante os jogos de poder.

Dentre os partidos surgidos nesse enquadramento, destacam-se dois pela importância histórica: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), forte defensor da candidatura varguista, e a União Democrática Nacional (UDN), ferrenha opositora de Getúlio Vargas. Igualmente relevante foi o Partido Social Democrático (PSD), mas como sua origem é interna ao Estado seu processo de institucionalização parte de atores vinculados à máquina administrativa burocrática, não sendo interessante para esse ensaio que, como veremos mais detalhadamente adiante, pretende comparar a trajetória e a formação de dentro do partido, acompanhando as lideranças, os cargos, os processos e regras, as intrigas etc.

De meados dos anos quarenta até os anos sessenta, o Brasil vive um novo paradigma industrialista, não focado na solução de problemas com o mercado internacional, mas no próprio desenvolvimento industrial do país. A urbanização se acelera, as relações de produção se complexificam meio a inúmeras classes e frações sociais com diferentes interesses e a política se adequa à situação tentando atrair o eleitorado e firmando discursos que casavam as demandas públicas aos partidos ou ao líder, como o caso do getulismo. Getúlio Vargas, através de manobras carismáticas sempre apelando a sua personalidade e ao seu histórico na instituição de direitos trabalhistas, procurava alcançar o proletariado urbano transformando o trabalhismo no próprio getulismo. A UDN, por outro lado, vinha na contra-mão, aproveitando-se do conservadorismo de classe média, dos meios de comunicação e das forças latifundiárias do país para não só impedir a volta de Getúlio ao poder, mas de tomar os rumos do desenvolvimento brasileiro. O que há de comum nos dois partidos é, contudo, as diferentes (e muitas vezes divergentes) linhas que abrigavam dentro de sua estrutura.

Institucionalismo Histórico

Para alcançar os objetivos elucidados no artigo utilizaremos do arcabouço teórico-metodológico do institucionalismo histórico, para melhor compreender os processos de construção, manutenção e adaptação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da União Democrática Nacional (UDN). Nesse sentido, o institucionalismo histórico elegerá como objeto de estudo um coletivo de agentes em interação contínua, seja como agentes que se adaptam ou como agentes que pressionam mudanças institucionais.

Por isso, o resultado das trajetórias e das escolhas sociais não seria imprevisível, uma vez que as interações se dão entre agentes cujas ações detêm finalidades e entre agentes dentro e fora das instituições. Assim, para a abordagem histórica, as instituições emergiram como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não.

As relações indivíduos-instituições são apreendidas na abordagem histórica a partir de uma perspectiva cultural. Neste caso, os comportamentos não são apenas racionais e otimizadores. Ao contrário, os agentes respondem às interpretações que fazem do mundo, ou da comunidade política em que estão inseridos. As instituições ganham uma dimensão moral na medida em que se constituem como símbolos que orientam a interpretação e a escolha da ação dos indivíduos, a qual não será unicamente relacionada a fins, mas também à identidade e às preferências: “*não*

somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam as ações” (HALL e TAYLOR, 2003, p.198).

Essa vertente do neoinstitucionalismo tende a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas. Enfim, elas buscam combinar explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de fatores, como as idéias, a esses mesmos processos.

Outro ponto fundamental da análise proposta é deparar através do institucionalismo histórico como esses dois partidos políticos, através do contexto político, histórico e da conjuntura econômica entraram em conflito nesse período, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros na competição eleitoral e governamental.

O Partido Trabalhista Brasileiro

Para melhor entender o surgimento do PTB, é preciso analisar as interações e interdições entre agentes e grupos durante as transformações políticas ocorridas na década de 40. Como se sabe, o Estado Novo chefiado por Vargas era declaradamente anticomunista, o que significou a anulação da experiência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em termos legais. Com grande parte da membresia presa, o partido só começou a se reorganizar em 1941, mas apenas em 1945 foi possível sua legalização no cenário agora democrático. Sabendo da persistente força de Getúlio Vargas mesmo após sua derrota no antigo regime, o PCB buscou aliar-se estrategicamente ao ex-ditador, temendo um futuro retorno de sua repressão.

Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, o PTB *“teve suas origens ligadas a uma conjuntura na qual os comunistas ensaiaram uma tentativa de aproximação a Vargas”* (DELGADO, 1989, p. 30). Em resumo, podemos dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro foi um dispositivo institucional criado para conquistar a massa de trabalhadores urbanos, alvo principal dos comunistas. Seria essa uma definição da escolha racional que, como veremos, torna-se insuficiente para explicar as futuras divergências do partido. Ainda que se tenha a intenção de chegar ao poder por parte dos agentes, pesará muito a ideologia e o posicionamento em relação a figura do líder varguista.

Ainda para Delgado, apesar do PTB ter se vinculado aos trabalhadores e aos sindicatos, o partido é dirigido quase que exclusivamente por uma elite. Se observarmos a estrutura interna, levando em conta seus vários estatutos (modificados ao longo dos anos) e os eventos oficiais, como as Convenções Nacionais que aconteciam a cada triênio a fim de garantir a transparência das transações e a realização de eleições para cargos do Diretório Nacional, notaremos que existe um aparato decisório, já prescrito nas cláusulas, restrito a pouquíssimos atores. O controle dos procedimentos e dos diretórios era centralizada e qualquer ameaça era levada à Justiça, pois nada poderia escapar dos dirigentes:

“Grande parte dos estatutos cuidava exatamente de regulamentar e detalhar possíveis situações de litígio e formas de resolução. Mais de um terço dos quase 100 artigos dos estatutos do PTB - os da UDN tinham pouco mais de 40 - eram dedicados a pormenores relativos à renúncia ou à deposição de diretórios municipais e regionais e à nomeação de comissões executivas provisórias. A ossatura legal do PTB revela, desde o início, um partido preparado para a aniquilação de facções internas. Não por acaso, foi, durante o período de 1945 a 1964, o partido que mais recorreu à Justiça Eleitoral.” (D’Araujo, Maria Celina, 1996: 87)

Entretanto, havia uma cisão interna à elite no que se refere ao propósito do partido. Deveria ele servir às bandeiras populares ou ao candidato Getúlio Vargas? A questão torna-se relevante na medida em que a figura do “pai dos trabalhadores” se confundia com a própria garantia de direitos e melhora na qualidade de vida dos proletariados. Apoiar Vargas seria apoiar o trabalhismo. Um importante ideólogo do PTB, Alberto Pasqualini, posicionava-se contra esse segmento defendendo a despersonalização do partido, que levava a um conservadorismo prejudicial à massa trabalhadora. Pasqualini era um reformista. Lutava pela organização autônoma daqueles que vendiam a força de trabalho, mas ainda pensando num projeto nacional policlassista.

A história já nos diz quem venceu, primeiramente, essa disputa dentro do PTB. Foi só após a morte de Getúlio Vargas que o partido, embora ainda sustentando o personalismo de outros atores, conseguiu se firmar de uma maneira mais ideologicamente à esquerda. Tal quadro é interessante para entender como uma instituição não consegue impor um complexo comportamental unívoco mesmo quando criada para um propósito em comum. É possível questionar então até esse suposto propósito de criação, que mesmo existente de uma forma consensual no início, está sujeito a se modificar conforme os interesses individuais e os acontecimentos sociopolíticos. No caso do PTB, o partido surge em função da demanda de eleitores aspirantes por representação junto a um grupo de agentes que buscam posições de

poder para realizar um determinado projeto, seja pessoal ou coletivo. Com o tempo, as divergências aparecem entre os membros e se inicia uma luta de interesses e visões de mundo dentro da própria instituição, descaracterizando-a por um lado (quando se era contra ao getulismo) e reforçando-a por outro (como no elitismo dirigente e personalista).

UDN e udenismo

O marco histórico, mais usual apontado como início do processo de formação do partido, é o manifesto dos mineiros, redigido em 1943 com a presença de diversos fundadores da União Democrática Nacional. A fundação do partido ocorre em 1945 e os signatários eram mineiros de classes mais proeminentes no estado. As divergências internas desde o começo já eram intensas, devido à agregação de grupos sociais distintos, só entre os fundadores, Benavides (1981) distingue cinco categorias: Oligarquias destronadas na revolução de 30; Os antigos aliados de Vargas que foram marginalizados; Os que participaram do Estado Novo; Os grupos liberais; As esquerdas.

A análise do discurso udenista é relevante nesse debate no que concerne uma gama de produção intelectual de seus membros, sempre preocupados de produzir e revelar justificativas para suas atitudes partidárias, essa característica seria um indicativo a composição intelectualizada do partido. Essa auto representação dos agentes institucionais e dos documentos no qual a ideologia do partido é proclamada como programas e manifestos, são insuficientes para demonstrar a complexidade do partido como um todo, porém significativa para compreender seu significado.

O mais relevante a ser destacado, porém, é que o udenismo não se confunde a UDN. Ela ultrapassa a dimensão institucional do partido e consegue se fazer presente em outras legendas.

“O udenismo é entendido com um conjunto de ideologias e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político), mas com ela se identificavam no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação” (Benavides, 1981: 147).

Não obstante a inspiração nas tradições liberais brasileiras, o udenismo agrega também novas questões e afasta outras clássicas, produzindo uma ideologia diferente das clivagens que se tinha no pensamento social brasileiro. O udenismo, no entanto, não se coloca como ideologia

dominante, o governo continua fora do seu alcance e a fama de partido desprendido de poder se prolonga.

Se algumas correntes do udenismo falavam sobre a importância de ser oposição ao passar do tempo a defesa de vias não democráticas progressivamente começaram a imperar no partido. Apesar da ampla maioria udenista no partido da ditadura não seria correto pensar a Arena como uma continuação da UDN.

Em termos de estrutura, a UDN se organizou de forma extensiva no território nacional desde sua fundação. Em 1945, junto ao PSD, o partido conseguiu 82% de deputados federais eleitos graças a sua presença nos níveis subnacionais. Como a UDN abrigava interiormente uma diversidade ideológica, composta por atores de diferentes trajetórias e grupos, a instituição udenista teve que permitir uma maior liberdade de seus diretórios distribuídos no território brasileiro. Aqui cabe bem a definição de Maurice Duverger sobre partidos:

“Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidade, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (secção, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras.” (Duverger, 1990: 20)

Os diretórios estaduais eram autônomos em relação a várias cláusulas do regimento interno; eles poderiam decidir sobre a forma como administrariam suas finanças, a escolha de candidatos, o modo como conduziram as campanhas eleitorais etc. As operações e interações em nível presidencial e parlamentar eram responsabilidade do Diretório Nacional.

A respeito dessa autonomia, Benevides (1981) levantou algumas hipóteses que poderiam explicá-la, perpassando por resquícios coronelistas, a ausência de partidos consolidados e o poder extralegal. Seja qual for a melhor das hipóteses, tal qual o cerne da ideologia da UDN, marcada fortemente por um viés classista- embora fracionado por questões agrárias ou urbanas-, a estrutura interna do partido era coerente a lógica regionalista de competição entre as elites locais. Isso, somado à pauta retrógrada, colocava definitivamente a UDN à direita no quadro partidário brasileiro e caracterizava-a como uma instituição híbrida, devido a aglomeração de diferentes agentes, porém lógica pelos interesses que haviam em comum.

Conclusão

O período populista da história brasileira, que é simultaneamente plano de fundo e produto das trajetórias petebistas e udenistas, oferece um cenário interessante para o

desenvolvimento de instituições partidárias que tentam (ou não) adaptar seus elitismos ao modelo democrático. Enquanto o PTB, defensor do trabalhismo (getulista ou não) e de um projeto mais progressista, preferiu construir-se de maneira centralizada e fechada, a UDN, igualmente dominada por “oligarquias”, constituiu-se em vários diretórios autônomos em níveis regionais. A diferença está primeiramente no número, já que no caso petebista a elite era uma só, ainda que com suas divergências internas, ao passo que a UDN possuía muitos grupos dirigentes e relativamente independentes ao redor do país.

Segundo Carlos Ranulfo Melo e Rafael, um sistema partidário consolidado normalmente tem um desempenho melhor e *“o jogo político torna-se mais estável, menos permeável ao surgimento de outsiders”* (MELO e CÂMARA, 2012: 75). No caso dos sistema partidário estabelecido em 1945, a estabilidade das instituições representativas já estavam comprometidas porque desde o início os partidos foram afetados por “outsiders” graças a um suposto propósito comum que as uniam, seja para reeleger ou barrar Getúlio Vargas, que deixou de lado questões importantes de governabilidade interna e externa, agravantes de alianças duvidosas e da política interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional. EDUNICAMP, Campinas, 1993.
- BENEVIDES, Maria Victoria. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981
- D'ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DELGADO, Lucília Mendes de Almeida Neves. O PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, São Paulo, n.58, 2003.
- MELO, Carlos Ranulfo F. e CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. Dados, vol. 55, n. 1 2012.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

LEONARDO ELIAS LUZ DA SILVA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados iniciais de minhas pesquisas a respeito das novas formas organizacionais assumidas por parte do movimento de Povos Tradicionais de Matriz Africana no cenário político. Almeja-se, ainda que de forma provisória, fazer algumas considerações acerca do processo de institucionalização arquitetado por tais grupos. Processo este que reflete-se igualmente em novas categorias discursivas e novas formas de encarar a relação Sociedade-Estado. Da mesma forma, apontarei algumas das conquistas que este novo arranjo institucional proporcionou para os Povos Tradicionais de Matriz Africana em um dos estudos de caso na cidade de Embu das Artes.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Tradicionais de Matriz Africana; Movimentos Sociais; Instituições políticas.

INTRODUÇÃO - AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS ATUALMENTE

Ainda hoje, a visão que grande parte da população brasileira possui a respeito das religiões afro-brasileiras é atravessada por preconceitos e estereótipos que datam do período colonial da história do Brasil (SOUZA, 1986). A sua associação com cultos demoníacos e a deslegitimação de seus rituais e elementos permanecem como práticas constantes no nosso cotidiano, com o diferencial de que atualmente a liderança na cruzada contra tais religiões se encontra nas mãos dos neopentecostais e não mais da Igreja Católica. Por outro lado, essa violência que é germinada no campo simbólico não se restringe a este. Ocasionalmente, esta tensão se traduz em ataques contra terreiros e agressões físicas contra adeptos. São numerosos os casos de invasões de grupos evangélicos a terreiros e de sacerdotes e adeptos atacados em sua integridade física.¹⁰¹

Também na esfera jurídica ainda resistem alguns dos preconceitos e posicionamentos característicos das épocas de repressão aos cultos afro-brasileiros. Em maio do ano passado, uma

¹⁰¹ Neste mês, uma garota de 11 anos foi atingida por uma pedra após sair de um culto de candomblé. Também podemos citar caso de um garoto de 12 anos que foi impedido de entrar em uma escola municipal no Rio de Janeiro por usar guias (colares) de candomblé. E também o caso onde uma imagem de Iansã (Orixá dos ventos) doada para a Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco em homenagem ao Dia da Consciência Negra foi quebrada por ter sido colocada ao lado de uma santa católica. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1642819-apos-sair-de-culto-de-candomble-menina-de-11-anos-leva-pedrada-no-rio.shtml>, <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/03/rj-aluno-e-impedido-de-frequentar-escola-com-guias-de-candomble.htm> e <http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/11/0341.html>. <acesso em 29 de junho de 2015>

notícia teve grande repercussão nos veículos de comunicação, especialmente nas redes sociais. Tratava-se da decisão de um juiz federal que desconsiderava as religiões afro-brasileiras como religiões de fato¹⁰². De acordo com o juiz, tais cultos não poderiam ser considerados religiões, afinal, careciam de um texto base (como a Bíblia e o Corão), de uma estrutura hierárquica e da veneração de um deus único. Após uma forte pressão dos Movimentos de Povos Tradicionais de Matriz Africana, articulados como o Movimento Negro e diversas outras organizações de defesa dos direitos humanos, o juiz em questão recuou em sua decisão¹⁰³. Também poderíamos citar os conflitos no Rio Grande do Sul em torno da proibição do uso de animais em rituais religiosos que já duram mais de uma década e, atualmente, foram reacendidas. (POSSEBON, 2007)

Eventos como os citados acima não são casos isolado e ilustram o ambiente de hostilidade que os adeptos das religiões tradicionais de matriz africana¹⁰⁴ ainda enfrentam em nosso país. Mas, diante de tal cenário, qual são as reações dos membros destas religiões? Muitas vezes, a falta de atenção da mídia e, em grande medida da academia, no que diz respeito às novas formas de organização política e de resistência dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (de agora em diante, PTMA) pode nos levar a concepção errônea de que estes adotam uma postura passiva diante de tais problemas. No decorrer deste artigo tentarei mostrar uma alternativa a este ponto de vista e, ainda que sem o aprofundamento necessário, discorrer sobre algumas das novas formas de institucionalização adotadas por estes atores no cenário político, seja na esfera pública, através da criação de canais de diálogo e participação (conselhos municipais por exemplo), como na arena eleitoral por meio da formulação de um partido político.

O MOVIMENTO DE POVOS DE TERREIRO.

A trajetória das religiões de matriz africana no Brasil, desde sua origem, sempre foi marcada por lutas e resistências. Desde os tempos coloniais, passando pelos diversos períodos políticos do nosso país, o sincretismo e o disfarce de seus elementos foi uma das principais formas que seus adeptos encontraram para a manutenção de suas crenças em um ambiente fortemente hostil. Uma vez que os mecanismos de poder e de expressão eram restritos para uma minúscula parcela

¹⁰² <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1455758-umbanda-e-candomble-nao-sao-religioes-diz-juiz-federal.shtml> <acesso em 29 de junho de 2015>

¹⁰³ <http://www.brasildefato.com.br/node/28580> <acesso em 29 de junho de 2015>

¹⁰⁴ De agora em diante, utilizaremos do termo “religiões tradicionais de matriz africana” ou “comunidades tradicionais de matriz africana” uma vez que tais nomenclaturas possuem respaldo jurídico e transpassam o discurso dos movimentos organizados.

da população – homens, brancos e de classe alta – a luta “política” pela sobrevivência se dava em outras esferas, no cotidiano, longe da vida pública:

Historicamente, uma das características da comunidade negra tem sido sua capacidade subterrânea de resistência [...] Raras foram às vezes em que o grupo entrou em confronto direto com o poder, preferindo, ao invés, aproveitar os interstícios e brechas para fazer valer sua influência. Distante do Estado, a comunidade teve que recorrer a seus próprios meios para impor-se (POSSEBON, 2007 apud VELLOSO, 1990, p.207-228).

Mesmo períodos de nossa história considerados mais democráticos, no qual a liberdade religiosa constava na Constituição, eram caracterizados por uma perseguição, embora velada, as religiões afro-brasileiras. Na constituição de 1946 era considerado crime o curandeirismo e charlatanismo, práticas nas quais eram enquadradas as religiões afro-brasileiras. Somente com a Constituição de 1988, as religiões de matriz africana se viram efetivamente protegidas no âmbito jurídico¹⁰⁵. Contudo, na prática, a mesmo não acontecia e, em grande medida, ainda não acontece. Diante desta imutabilidade do ambiente, alguns grupos do movimento organizado de PTMAse encontram na necessidade de uma mudança de postura, abandonando o seu lugar “distante do Estado” como diz Veloso, para se posicionar de forma mais ativa e questionadora diante deste.

Cumprir pensar então como se dá essa mudança, quais processos estão envolvidos e quais discursos são mobilizados.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Para as correntes institucionalistas, uma instituição bem assimilada teria a capacidade de determinar os rumos de um grupo social específico. De acordo com Douglas North (1991), o sucesso das economias do Ocidente estaria relacionado às instituições desenvolvidas por estas. Instituições que incentivavam o acúmulo, tanto de capital quanto de novas tecnologias e informações, colaborariam para o surgimento de economias fortes, ao passo que países cujas instituições não possuem tais características seriam marcados por um subdesenvolvimento econômico. Isso se daria uma vez que as instituições possuem o papel de diminuir os riscos de transação, ou seja, considerando que a expansão dos mercados proporciona trocas cada vez mais impessoais, as instituições econômicas proveriam os indivíduos com informações sobre os diversos atores e diminuiriam os benefícios de uma possível deflação.

¹⁰⁵Ver artigo 5º, incisos VI, VIII, e XLI

Para Axelrod (1996), instituições teriam o papel de promover a cooperação entre diferentes atores/atores. A promoção da cooperação se daria através de três níveis: (i) aumento da importância do futuro em comparação com o presente, (ii) modificação dos pagamentos atribuídos a cada um dos jogadores (iii) e o ensino aos jogadores de valores, ações e habilidades que valorizem a cooperação.

No que diz respeito ao papel das instituições enquanto ferramentas de luta política, mostra-se de suma importância citar a contribuição de George Tsebelis ao debate institucionalista. Para este autor, além de formas de coerção, as instituições podem ser um meio através do qual os atores conquistam certos resultados políticos:

Dessa forma, o argumento sobre o papel das instituições recebe um impulso adicional. [...] pelo fato de as instituições produzirem, sistematicamente, certos tipos de resultados, podem ser modificadas de modo a alterar resultados políticos. O conhecimento dos resultados obtidos por instituições diferentes podem transformar preferências políticas em preferências institucionais. Então, atores diferentes procurarão escolher instituições diferentes, e nesse jogo de escolha institucional haverá novos equilíbrios. (TSEBELIS, 1998, p. 102)

Na literatura brasileira, o artigo de Euzeneia Carlos (2011) faz grandes considerações acerca dos efeitos que a inserção institucional de movimentos sociais produz sobre a dimensão organizacional, relacional e discursiva da ação coletiva. Contrariando grande parte dos estudos anteriores neste tema, a autora defende que a institucionalização não causa necessariamente a burocratização e a desmotivação dos movimentos sociais. A análise da “ação coletiva a partir de estruturas dicotômicas: contenção-institucionalização, outsider-insider, autonomia-cooptação”, seria um método de análise pouco eficiente e que deixa de lado diversos fatores:

[...] o pressuposto desses teóricos de correlação entre complexificação organizacional e desmobilização do movimento, desconsidera os incentivos gerados à participação pelo desenho inovativo das instituições participativas. E, por outro lado, a compreensão dos efeitos do engajamento institucional sobre os movimentos, restrita ao seu núcleo organizacional, desprivilegia outras dimensões da ação coletiva – como a relacional e a cultural – imprescindíveis à compreensão dos PACs (padrões de ação coletiva) em contextos de interação com a institucionalidade política. (CARLOS, 2011, p 316-317)

Embora existam muitos outros autores que se dedicam ao papel das instituições e do seu surgimento, estes serão suficientes para a análise inicial e embrionária a que se propõe este artigo.

DOIS BREVES ESTUDOS DE CASO



A cidade de Embu das Artes

Na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, os membros das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em diálogo com o governo municipal criaram, no ano passado, o Conselho dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Este conselho tem por finalidade o diálogo e a participação civil na construção de políticas que garantam o a segurança, o bem estar e o desenvolvimento destes grupos.

Neste sentido, vale salientar a amplitude das demandas dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Os já citados ataques são um dos vários obstáculos que são impostos a estas religiões, porém a estes não são os únicos. Questões como segurança alimentar, garantia de propriedade de terrenos nos quais estão instalados locais de culto e o reconhecimento de certos ambientes naturais enquanto locais sagrados e simbólicos são outras das várias pautas que estão presentes na agenda dos PTMA. De acordo com as informações contidas no site da Prefeitura de Embu das Artes:

O Conselho dos Povos Tradicionais de Matriz Africana de Embu das Artes é composto integralmente pelos povos de matriz africana e foi constituído em agosto de 2014, com o objetivo de estabelecer um canal de diálogo aberto com o governo municipal e outros segmentos.

Esse conselho terá como um dos desafios colaborar na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O conselho é tem atuação autônoma e se reuni, no mínimo, uma vez por mês com a comunidade dos povos tradicionais para a troca de informações e pautas a serem tratadas junto à Prefeitura de Embu das Artes. Essas reuniões periódicas serve de prestação de contas do que está sendo discutido com a municipalidade e ter da sociedade a indicação das pautas a serem tratadas como: legislação vigente, temas relacionados a soberania alimentar e nutricional, educação, saúde, entre outros.

O Conselho dos Povos Tradicionais de Matriz Africana de Embu das Artes é composto por 03 representantes de cada povo (Yoruba, Bantu, Umbanda e Gege), 02 membros da AFUCEA e 02 membros do FONSANPOTMA.¹⁰⁶

Com menos de um ano de existência, através deste conselho, os PTMA de Embu das Artes conquistaram algumas sensíveis vitórias: Neste ano foi assinado um termo de colaboração entre a Prefeitura de Embu das Artes e o Conselho dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no qual uma cachoeira e seu entorno é reconhecida como Território Sagrado dos PTMA. Da mesma forma, tem se dialogado no sentido da garantia de um terreno dentro do qual os PTMA poderão criar os animais utilizados em seus rituais.

¹⁰⁶Disponível em: <http://embudasartes.sp.gov.br/pagina/ver/2475> <Acesso em 29 de junho de 2015>

O PPLE

Seria errôneo pensar que os PTMA, nesta nova busca por visibilidade política, restringem-se a instituições civis e exteriores a administração pública. Prova contrária disto é a organização de um partido político que busca a garantia de direitos para esta parcela da população. O PPLE – Partido Popular da Liberdade de Expressão, se configura como um dos primeiros, senão o primeiro, movimento na direção da construção de uma unidade político partidária dos PTMA. De acordo com as informações extraídas do site do partido:

A ideia de criação de um partido que atendesse as demandas de descendentes de tradições afro brasileiras era antiga, chegou a culminar, em 20 de novembro de 2000, num ato público de fundação em frente ao monumento Zumbi dos Palmares do Rio de Janeiro. Contudo, somente a 10 de fevereiro de 2013, durante a homenagem ao 119º de Mãe Menininha do Gantois, lideranças religiosas e representantes de movimentos sociais decidiram retomar o projeto e recriaram o PPLE – Partido Popular de Liberdade de Expressão.¹⁰⁷

Uma vez que o partido ainda se encontra em fase de coleta de assinaturas para a conquista do o registro definitivo junto ao TSE, e o meu trabalho junto de pesquisa junto aos seus membros ainda está no início, fica difícil apontar os ganhos que este novo arranjo institucional já tenha proporcionado. Porém, o simples ato de criação de um partido político neste sentido ilustra uma profunda mudança pelo qual tem passado os PTMA e que não pode ser ignorada pela academia.

O CAMPO DISCURSIVO

Como aponta sabiamente Euzeneia de Carlos (2011), a inserção dos movimentos em um arranjo institucional tem efeitos não apenas nos padrões organizativos dos mesmos, mas também, nos seus padrões discursivos. Com os PTMA isto não seria diferente. Entre os meses de abril e maio ocorreu na cidade de Embu das Artes o I Encontro de Juventude dos Povos Tradicionais de Matriz Africana de Embu das Artes e Região, organizado pelo Conselho Consultivo dos Povos de Matriz Africana de Embu das Artes¹⁰⁸, no qual me fiz presente. Tal evento teve como objetivo principal, além da discussão de políticas públicas, a instrução, o fortalecimento e articulação da juventude de terreiro de Embu das Artes. Em diversos momentos era reforçada a necessidade da mobilização e do engajamento em questões sociais pertinentes aos PTMA. Da mesma forma, nota-

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.pple.com.br/index.html> <Acesso em 29 de junho de 2015>

¹⁰⁸ Disponível em: <http://embudasartes.sp.gov.br/noticia/ver/7695> <Acesso em 29 de junho de 2015>

se um incentivo da participação política e do esclarecimento quanto aos processos burocráticos que esta envolve.

Assim sendo, em vez de ser algo que desanima e até mesmo limita o movimento, a inserção institucional se apresenta, antes de mais nada, como uma forma de potencialização e expansão das áreas de atuação tanto do próprio movimento quanto de seus membros.

CONCLUSÃO

A inserção em arranjos institucionais por parte dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, se levado em conta a arcabouço teórico construído pelas escolas institucionalistas, pode ser interpretado como um movimento na direção da diminuição das incertezas no jogo político, mas também, como uma tentativa de mudança das próprias regras do jogo.

Se considerarmos o ponto de vista de seus membros, uma vez que o ambiente hostil se torna também incerto, as instituições indicariam quais os melhores cursos de ações a serem tomados em caso de ataques ou caso se busque a garantia de algum direito. Relacionado a este último aspecto – a busca por direitos- a criação de instituições ou a adoção de outros modelos institucionais já existentes tem como critério a capacidade destas de causarem uma mudança efetiva no ambiente. É dessa forma que alguns membros dos Povos Tradicionais de Matriz Africana encontram nos conselhos municipais as ferramentas necessárias para as transformações imediatas e locais, ao passo que outros compreendem que a organização partidária enquanto um instrumento de mudanças mais amplas e abrangentes.

Embora este seja um artigo simples, de pouco aprofundamento teórico, espero que o mesmo tenha conseguido demonstrar a importância e a amplitude da luta de uma parcela da população que sempre foi alvo dos mais variados tipos de ataques e que se manteve de pé graças a uma enorme capacidade de adaptação e auto reestruturação. Reestruturação esta que está ocorrendo, mais uma vez, neste exato momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AXELROD, Robert. La evolución de la cooperación. El dilema del prisionero y la teoría de juegos. Madrid: Alianza, 1986
- CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo, 84: 315-348, 2011
- NORTH, Douglass. Institutions. Journal of Economic Perspectives—V. 10, n. 1, 1991.

- POSSEBON, Roberta. A reação das religiões de matriz africana no rio grande do sul: conflitos com neopentecostais e defensores dos animais [dissertação de mestrado]. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007
- SOUZA, Laura de Mello E. O diabo e a terra de Santa Cruz: feiticaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- TSEBELIS, George. Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



MODIFICAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS ANALISADO PELO VIÉS INSTITUCIONAL: LEI DE COTAS E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Thalles Vichiato Breda

Laura Arantes Gobbi

RESUMO: Apresenta-se um estudo relativo à institucionalização das práticas sociais, sua capacidade de modificação ou preservação. Como estudo de caso, a Lei de Cotas de 1997, que institui participação mínima de 30 % de mulheres nas candidaturas para cargos de voto proporcional. No caso analisado, recortam-se os cargos para deputadas federais e estaduais, pelo Estado de São Paulo, no período de 1994 a 2014. O objetivo deste estudo é verificar se a Lei de Cotas conseguiu seu objetivo, de aumentar a participação da mulher na vida política. Os dados analisados do TSE, partem do número de candidatas e números de eleitas, buscando compreender a natureza e o efeito desta relação. Os dados obtidos mostram que o processo de institucionalização com motivação externa da sociedade tendem a ser mais lento no seu papel de modificação. A porcentagem mínima ainda não foi atingido, beirando a média de 28%. Para além da problemática das cotas, há de se destacar que o papel naturalizado da mulher se identifica com o espaço privado e doméstico, sendo este, além do arcabouço institucional partidário, que reflete as práticas sociais também, mais um obstáculo para a superação da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulher, Lei de Cotas nº 9.504/97, institucionalismo, práticas sociais, gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o efeito das cotas nas candidaturas das mulheres para cargos da Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, amparada na Lei nº 9.504, de 1997, que prevê mínimo de 30% e máxima de 70% de inscrições na candidatura das mulheres por partidos para concorrer cargos de disputa que têm voto proporcional, portanto, excluindo das cotas os cargos pleiteados ao Senado e aos Executivos.

A importância do estudo se revela ao compreendermos se está sendo cumprida a lei, e se tal institucionalização, que parte de uma demanda por igualdade de gênero, está sendo cumprida e surtindo efeito no número de candidatas eleitas.

O viés analítico é a teoria institucional, buscando refletir como surgem e se modificam as instituições a partir da *intervenção intencional* (PERES, 2008), e quão eficiente pode ser tais institucionalizações. O período analisado é desde 1994 a 2014. As eleições de 1986 (primeira eleição para a Câmara dos Deputados e para o Senado na 5ª República) e de 1990 não constam nos dados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), portanto a análise só pode se cumprir nas 6 eleições das 8 já ocorridas para cargos de Deputadas Federais e Deputadas Estaduais.



Portanto, a hipótese que permeia o artigo é se é possível alterar uma prática social, no caso o baixo nível de candidatura da mulher para cargos de voto proporcional, através de uma institucionalização, Lei das Cotas de 1997. Qual a eficácia e qual os limites? Logo o objetivo geral é verificar, a partir de dados recolhido no site do TSE, se houve uma modificação na prática de candidatura eleitoral em questão, após a lei referida. Em segundo plano, observar os impactos sobre a efetividade (candidatas e eleitas) e compreender também os limites desta política e os obstáculos, observando paralelamente o caso da Argentina.

A estrutura do artigo começa pela discussão da linha teórica das Instituições, passando pela discussão da Lei das Cotas no Brasil e na Argentina e posteriormente pela análise dos dados das eleições de 1994 até 2014, a respeito das deputadas federais e estaduais (candidata e eleita) dentro do estado de São Paulo, finalizando o artigo com as considerações finais.

INSTITUIÇÕES

Uma linha de pensamento que busca compreender como se dá as relações sociais nos diversos campos, é a linha teórica das Instituições. Dentre várias definições e subdivisões da Teoria do Institucionalismo, apresentamos aqui a definição de North (1991), que conceitua as instituições como restrições humanamente inventadas que visam estruturar as interações sociais, econômicas e políticas. Elas são criadas para regular a ordem e reduzir a instabilidade nos processos de intercâmbios que permeiam essas interações. Visam resolver problemas relativos à cooperação humana e suas relações de interação. Goodin (2002) acrescenta que os dispositivos institucionais também tem o papel de assegurar o equilíbrio induzido pela estrutura.

Para o North (1991), as instituições se dividem em duas categorias, as instituições informais e as formais. A primeira se manifesta pelas sanções, costumes, tabus, tradições e códigos de conduta; a segunda se manifesta pela constituição, leis, direitos de propriedade. O autor se utiliza do conceito de *Path Dependence* (dependência de trajetória) para explicar como diferentes processos de desenvolvimento e de estabilização criam diferentes formas de instituições e atividades econômicas. O conceito pode ser entendido pela perspectiva de um desenvolvimento histórico que defende a casualidade social. Este conceito é importante para rejeitar a ideia de que forças operativas gerarão os mesmos resultados em qualquer lugar. É preciso ter em mente que o legado do passado condiciona o futuro, fazendo assim uma análise integrada a partir de uma perspectiva histórica. A sequência temporal do desenvolvimento é extremamente relevante para compreender as instituições.

Na mesma linha do Institucionalismo, Peres (2008) coloca que atualmente existe o Neo – Institucionalismo, dividido em três vertentes: Neo – Institucionalismo Histórico; Neo – Institucionalismo da Escolha Racional e o Neo – institucionalismo Sociológico. De maneira geral, pois não é a intenção do artigo discutir profundamente as formas de institucionalismo, o Neo – Institucionalismo surge da síntese do *Antigo Institucionalismo*, que tinha características mais normativas, descritivas, com ênfase apenas nas instituições, e entendia que a réplica das mesmas em diferentes contextos levaria ao mesmo resultado, tal perspectiva vigorou até aproximadamente 1940; e da corrente *Comportamentalista*, que criticava o antigo institucionalismo e propunha maneiras mais pluralistas com abordagens metodológicas mais refinadas, buscando maior cientificidade nas análises. Procurava um olhar mais sobre os atores (comportamento, valores, objetivos) com menos foco nas instituições, entretanto acabou sendo criticado pelo seu excesso de variáveis nas análises e pelas poucas conclusões propostas.

Dentro desta vertente do Neo – Institucionalismo, como já citado, há o Neo Institucionalismo Histórico, que volta a dar importância nas instituições oficiais, mesclando características do *homo economicus* com a perspectiva culturalista. Na outra vertente, do Neo – Institucionalismo da Escolha Racional compreende-se o indivíduo como *homo economicus*, maximizador de seus ganhos. E na última vertente, o Neo – Institucionalismo Sociológico tem-se uma visão mais culturalista, ligando cultura e instituições em suas análises, privilegiando esquemas cognitivos e modelos morais para explicar os padrões sociais.

Importante ressaltar que estas linhas teóricas são destacadas de forma genérica com finalidade de dar um panorama geral. Partindo disto, o artigo busca então expor como as instituições surgem e se modificam. Uma vez que o objetivo é discutir a participação da mulher na política, compreender como se institucionaliza uma prática ou demanda social é fundamental.

Goodin (2002) define que a institucionalização se dá no processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor, estabilidade e previsibilidade. No caso estudado tais procedimentos passam pelo âmbito jurídico. Mas como que acontece a institucionalização? Goodin (2002), ao discutir as formas e os desenhos institucionais aponta que há três maneiras pela qual as instituições podem surgir: (1) quando a mudança social acontece por acidente, seja uma necessidade natural ou social – os agentes tentam direcionar a mudança originalmente acidental; (2) por uma questão de evolução institucional, quando passa por mecanismos de seleção de competitividade; (3) produto da intervenção intencional, partindo de agentes (indivíduo ou grupo) dotados de intenção em busca de um objetivo.

A partir do *produto de intervenção intencional*, que é o que interessa ao tema tratado, algumas considerações são pertinentes para o entendimento. Os fatores que movem tal intencionalidade estão sujeitos ao mundo social e as pressões evolutivas, a intenção da modificação está pautada também na ideia de recompensa e inovação. O desenho institucional desejado ou atual leva em conta todas as forças e interações do jogo e a avaliação dos impactos dos mesmos para os resultados sociais. Os desenhos institucionais partem das motivações internas (subjetivas) e externas (estruturais), e seus modelos devem ter a capacidade de flexibilidade e revisão, uma vez que as demandas e recompensas sociais se modificam ao longo do tempo.

AS COTAS PARA MULHERES NA POLÍTICA - A *Ley de CupoFemenino* na Argentina e a Lei de Cotas no Brasil

Segundo Miguel (2000), o argumento mais interessante a favor das cotas femininas, é o de que as mulheres têm interesses muito próprios ligados ao gênero que necessitam de representação feminina para serem discutidos. O autor, ao fazer uma revisão sobre o Liberalismo e ao se deparar com o utilitarismo, encontrou o principal argumento contra o voto feminino: as mulheres já tinham seus interesses representados pelos maridos. Porém, após a conquista do voto feminino e seguindo este mesmo raciocínio, as mulheres deveriam votar em mulheres também para representar seus verdadeiros interesses, o que não acontece sendo o número de mulheres dentro da política ainda ser baixo. Assim, o uso de cotas rompe com a visão ligada ao liberalismo e se foca nas decisões vindas de deliberação pública se apoiando em todos os grupos da sociedade.

Na Argentina, a lei responsável pelas cotas femininas data de 29 de novembro de 1991. A chamada "*Ley de CupoFemenino*" foi pioneira no mundo na legalização do sistema de cotas para mulheres dentro da política e foi regulamentada por meio do Decreto 379/93 no Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 1993. Ela estabeleceu que as listas apresentadas devem ter no mínimo 30% de candidatas aos cargos disputados e com possibilidade de serem eleitas. Outro ponto é o de que depois do primeiro lugar na lista, deve-se colocar uma mulher a cada dois homens até chegar à porcentagem exigida pela lei, além do estabelecimento de um número mínimo de candidatas em cargos que devem ser renovados. Na primeira eleição em que a lei foi aplicada, em 1993, o número de mulheres na Câmara Baixa foi de 5,8% a 14,4%. Atualmente esse número chega a 36,5% (AQUINO DE SOUZA, 2014).



Segundo Aquino de Souza (2014), entre os fatores que fizeram esse modelo ser reconhecido mundialmente pelo seu sucesso, estão: o sistema proporcional de lista fechada, as sanções legais para quem não cumprir a Lei e a possibilidade de que as mulheres políticas devam exigir a aplicação dela juntamente do Conselho Nacional da Mulher.

Para Coelho & Baptista (2009), o problema da sub-representação da mulher não são casos isolados. Tal tema foi discutido pela ONU, quando em 1995 realizou a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Este evento recomendou a adoção de cotas mínimas de mulheres nos cargos públicos, sendo eles eletivos ou não, incluindo também o Judiciário.

No Brasil, o reflexo disto veio com a campanha “Mulheres sem Medo do Poder”. No mesmo ano, 1995, foi aprovada a Lei n. 9.100/95, onde estabelecia-se uma cota de 20% nas candidaturas de mulheres para os cargos legislativos, nas eleições municipais de 1996 (Coelho & Baptista, 2009).

A nível federal, a primeira proposta ocorreu em 1996, com um projeto de Lei apresentada por Marta Suplicy onde exigia uma cota de no mínimo 30% para as eleições proporcionais (AQUINO DE SOUZA, 2014). Em 1997 então, cria-se a Lei 9504, que substitui a lei municipal de cotas do Código Eleitoral Brasileiro, estabelecendo um mínimo de 25% para a candidatura das mulheres nas eleições de 1998 e elevando o percentual para 30 % a partir das eleições municipais de 2000. O sistema de cotas são válidos para disputas de cargos relativos as Câmaras Municipais, Câmara Legislativa, Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados. (COELHO & BAPTISTA, 2009). Aquino de Souza (p 09, 2014), conclui sobre o sistema de cotas:

A legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, tímida. Em primeiro lugar, não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo. A porcentagem fixada (20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que prevê 30% para as próximas eleições está bem abaixo da desejada paridade entre os sexos. E os partidos não são sequer obrigados a preencher efetivamente as vagas, podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas.

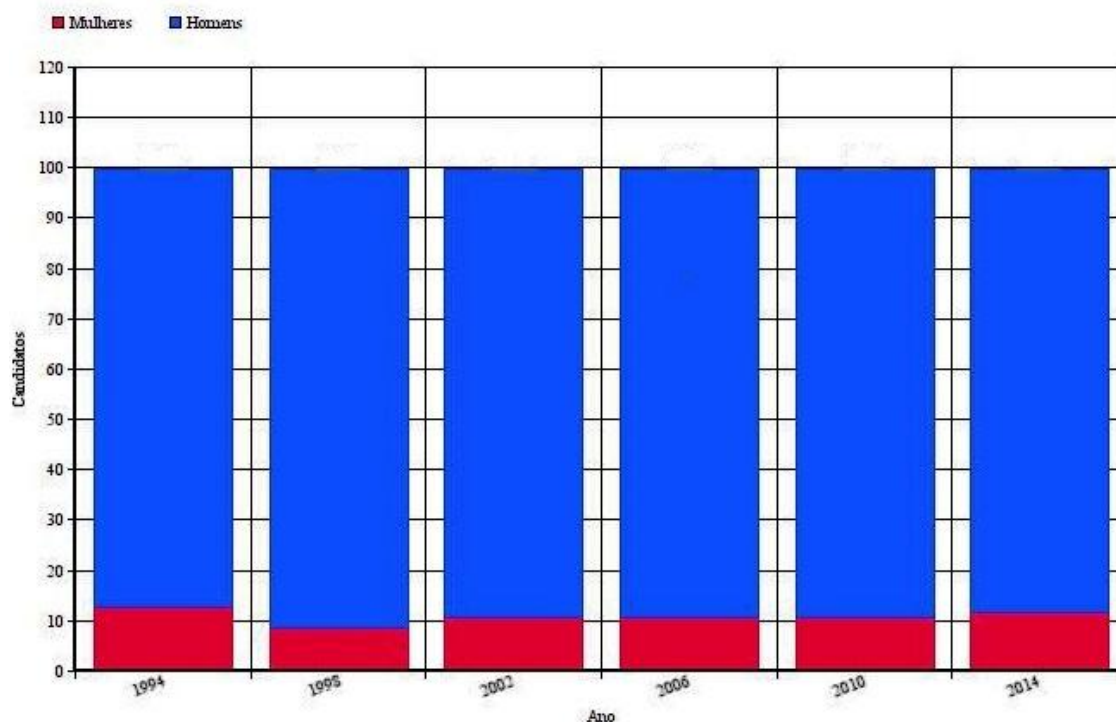
DADOS E APONTAMENTOS

Após a obtenção dos dados referentes à candidatura de mulheres, pelo site do TSE (www.tse.jus.br), e seu respectivo tratamento, produziu-se gráficos para a comparação da participação da mulher dentro das eleições para os cargos de deputado federal e estadual (pelo Estado de São Paulo) a partir de 1994, antes da Lei de Cotas, até a última corrida eleitoral em

2014. Buscou-se também estatísticas das candidatas eleitas para análise comparada da efetividade entre a maior participação feminina por meio das cotas e a eleição de candidatas.

Como mostra o Gráfico 01, na disputa para deputado estadual do estado de São Paulo, em 1994, apenas 7,5% dos candidatos eram mulheres, contra 92,5% de homens. Pode-se observar que houve aumento nas candidaturas com o passar do tempo. Em 1994, essa quantidade já foi para 13,9% e a de homens caiu para 86%. Na eleição seguinte, de 2002, houve outro aumento, chegando a 15% e se estabilizando no pleito de 2006 com leve queda: 14,7%. Em 2006, houve nova subida (16,9%), mas o aumento mais significativo foi na eleição de 2014: 28,1%. Foi nesse mesmo ano que a porcentagem de candidatos do sexo masculino foi a menor: 71,8%. Nos anos anteriores as porcentagens sempre estavam acima dos 80%.

Gráfico 01. Candidato/sexo deputado estadual pelo Estado de SP – 1994 a 2014



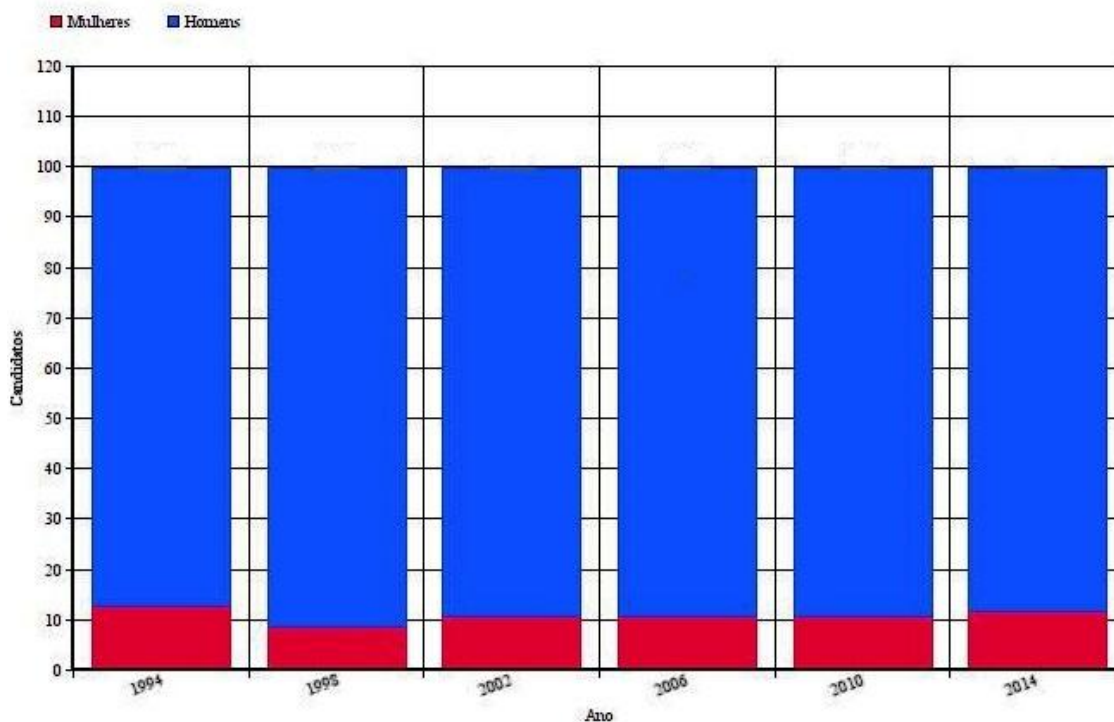
Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2015.

Organização dos dados: Breda e Gobbi, 2015.

Quanto aos candidatos eleitos (Gráfico 02), a situação é um pouco diferente. Enquanto em 1994, foram eleitas 12,7% das candidatas contra 87,2% de homens, em 1998 o número caiu para 8,5%. Em 2002, houve um leve aumento resultando em 10,6% de candidatas eleitas e esse número se manteve constante em 2006 (10,5%) e 2010 (10,6%). Apenas em 2014 que aconteceu mais um

ligeiro aumento, resultando em 11,7%, mesma porcentagem de 1994. Em todos os anos, a quantidade de homens foi acima de 88%.

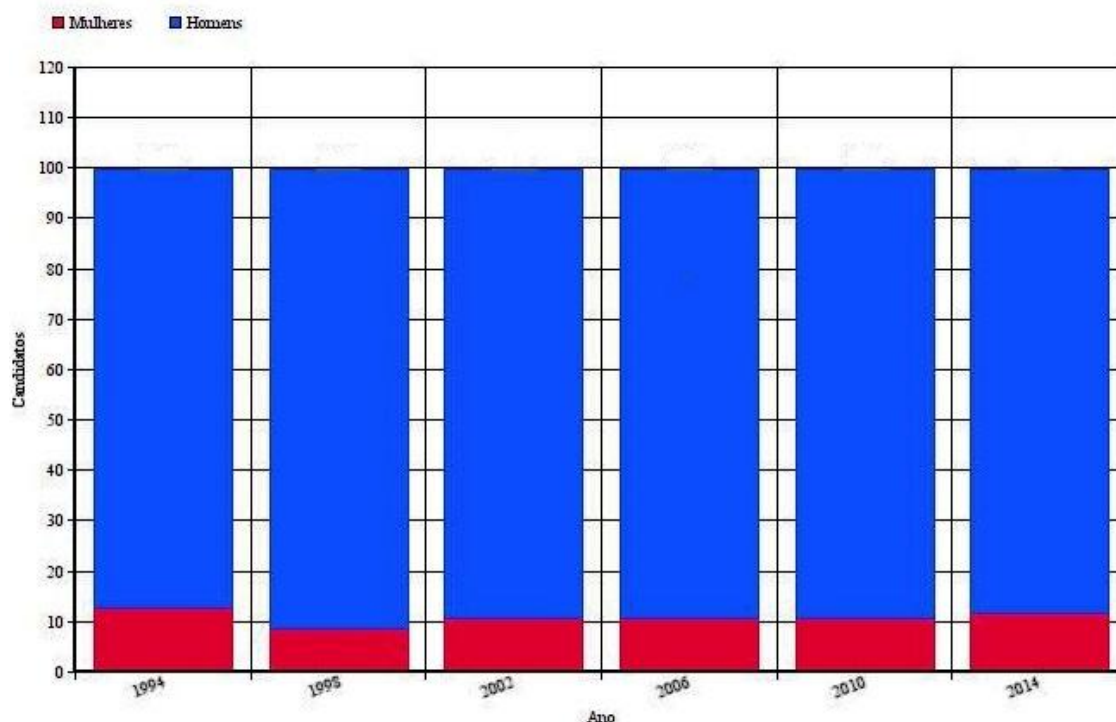
Gráfico 02. Candidatos eleitos/sexo deputado estadual pelo Estado de SP – 1994 a 2014



Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2015.

Organização dos dados: Breda e Gobbi, 2015.

Quanto aos candidatos à Deputado Federal (Gráfico 03), o aumento de mulheres já é mais significativo. Em 1994, apenas 4,95% das mulheres foram eleitas, contra 95,05% de homens. Já em 1998, o número aumentou chegando a 10,2% e teve uma pequena queda em 2002, totalizando 9,6%. A partir de 2006, que foi dado início a um aumento maior. No mesmo ano, foram alcançadas 14,4% de candidaturas femininas. Em 2010, o número chegou a 18,7% e o ápice foi em 2014, com 28,2%.

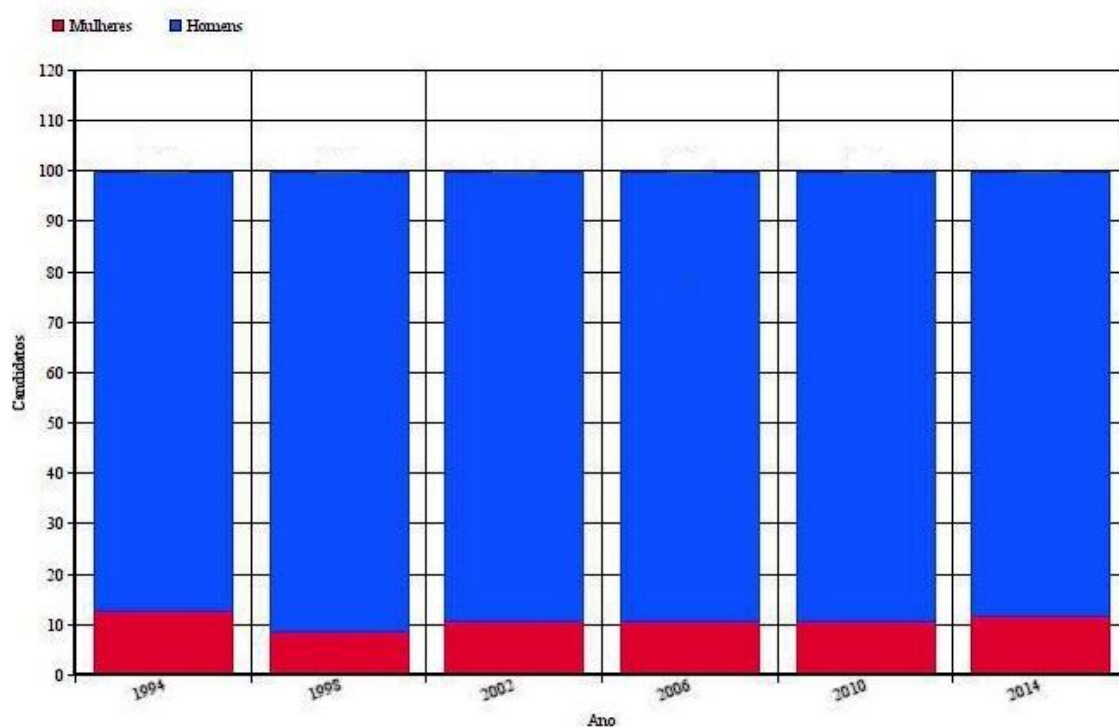
Gráfico 03. Candidato/sexo deputado federal pelo Estado de SP– 1994 a 2014

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2015.

Organização dos dados: Breda e Gobbi, 2015.

No Gráfico 04, relativo a candidatas eleitas, em 1994, foram eleitas apenas 4,2% das candidatas, número parecido com o de candidatas. Na eleição de 1998, houve leve melhora com a eleição de 5,7%, sendo que apenas em 2002 que houve aumento mais significativo: 8,5%. Mas, houve uma queda novamente em 2006 e foram eleitas apenas 4,7% das candidatas. Em 2010 houve um aumento mais uma vez, porém tal percentual se manteve em 2014: 8,5%.

Gráfico 04. Candidatos eleitos/sexo deputado federal pelo Estado de SP– 1994 a

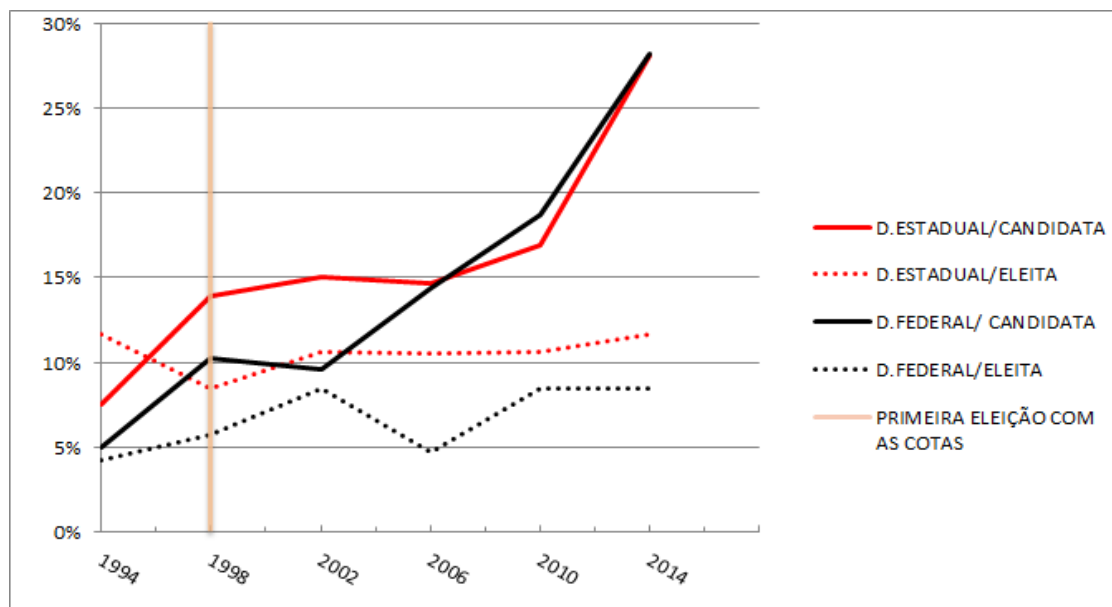


2014

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2015.

Organização dos dados: Breda e Gobbi, 2015.

Gráfico 05: Relação de candidatas e eleitas para deputadas estaduais e federais pelo Estado de SP - 1994 a 2014



Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) 2015.

Organização dos dados: Breda e Gobbi, 2015.

Portanto, pode-se observar que houve aumento nas candidaturas para ambos os casos desde 1994, mas esse aumento não refletiu na quantidade de mulheres eleitas. Em determinados momentos a quantidade de eleitas aumentou, em outros, diminuiu, mas se manteve constante a maior parte do tempo sem grandes aumentos significativos. No caso das candidatas eleitas para deputadas estaduais, o número variou, mas finalizou o período analisado exatamente como começou (11,7%). No caso das eleitas para o cargo de deputada federal, também houve variação, entretanto terminou com um ligeiro crescimento de 4,3 % em relação ao início do período analisado.

Importante destacar que as curvas de eleitas, para ambos os cargos, seguem um padrão de comportamento, e as linhas de candidatas, também para ambos os cargos, seguem outro padrão, levando a apontar que no momento atual, a candidatura mínima obrigatória não tem influenciado diretamente a proporção de mulheres eleitas.

E, embora houvesse um crescimento expressivo de candidaturas, elas não correspondem aos momentos de efetivação da lei. Em 1998, onde exigiu-se 25% de candidaturas mínimas, para

deputados estaduais cumpriram-se 13,9%, e para deputadas federais, 10,2 %. A média dos dois cargos com 12, 5%, praticamente 13% a baixo das expectativas. No que se refere ao momento de 2002, onde se pressupunha 30% de candidatura, o resultado é mais negativo, o cargo estadual foi pleitado apenas por 15% de mulheres, e o federal, por 9,6%, produzindo uma média de 12,3%, com um déficit de quase 23% perante a lei. Na análise das últimas eleições (2014), a participação de candidatas foi a que mais se aproximou da exigência da lei, com uma média dos cargos de 28 %.

Pressupondo que a curva de candidatas continue a crescer, como indica o Gráfico 05, as chances de a Lei das Cotas se efetivar nas Eleições de 2018, em relação ao número de candidaturas, são grandes, entretanto há de se pontuar um atraso de duas décadas em relação ao cumprimento da Lei que procurou institucionalizar a luta pela igualdade de gênero, pelo menos neste campo específico da política. Mas como vimos o número de candidatas não reflete diretamente no número de eleitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema eleitoral brasileiro não é igual ao argentino e esse pode ser uma das razões pelo sistema de cotas de mulheres ter funcionado em um país e não ter tido o mesmo efeito no outro. O Brasil possui um sistema de lista aberta, diferentemente da Argentina, cujo sistema de lista fechada, possibilita a previsão da ordem dos candidatos e assim é mais fácil garantir a eleição de mulheres. Além disso, na lista aberta há a briga por tempo na televisão e financiamento para a campanha. Somente candidatas de grande visibilidade, conseguem financiamento de campanha privado e realizam campanhas de maior destaque. Para as outras candidatas, sobra depender apenas do fundo partidário como financiador da campanha. Com menos dinheiro, não é possível investir de forma massiva na campanha e a eleição se torna mais complicada.

Atualmente há um Projeto de Lei (6.216), em trâmite, que visa direcionar 30% do fundo partidário de cada partido para a promoção da política para as mulheres, além da destinação de parte do tempo da propaganda partidária gratuita. O objetivo desta lei é fortalecer a competição da mulher na política (COELHO & BAPTISTA, 2009).

Importante destacar que, parte das candidatas são alvos de uma prática comum entre os partidos que é o uso de “candidatas laranjas”. Elas não fazem campanha e muito menos almejam vencer o pleito, estão lá apenas para preencher as cotas do partido. Como não existem sanções para punir os partidos que não obedecem a Lei de Cotas, ela acaba se mostrando uma lei frágil.

Além disso, Coelho & Baptista (2009), destacam que a criação da Lei de Cotas brasileira não passou por uma demanda propriamente dita de movimentos sociais específicos, e sim foi uma lei que veio do estado ou mesmo de uma pressão de um mecanismo extra-estado (ONU). Este fato pode nos ajudar a compor a análise e explicar o motivo da dificuldade para se alcançar a porcentagem mínima exigida e o não reflexo nas candidatas eleitas.

Portanto, a institucionalização de uma prática social que vem buscando modificar os costumes, e não acomodá-los, nas estruturas legais, demonstra maior demora na sua efetividade, principalmente quando ele aparentemente não apresenta benefícios ou coerção para que seja executado. Neste caso podemos estimar praticamente duas décadas para que se cumpra a lei. No tocante da institucionalização, talvez, precisa de mecanismo que fortaleça o seu propósito, seja na linha teórica que acredita na punição e coerção para manutenção do funcionamento, ou seja, pela vertente que demonstre os benefícios de tais mudanças. De fato, devemos cobrar resultados mais eficientes e ir além das cotas para candidatas, mas não podemos desconsiderar que foi mais um dispositivo que veio somar contra a luta da desigualdade de gênero.

A luta pela participação da mulher na política vai além simplesmente do voto, da representatividade e da eleição, é uma questão que permeia uma prática social que coloca a mulher no espaço privado doméstico e o homem na vida pública, através de estereótipos sexuais. Se só o voto garantisse a participação e representatividade política, as mulheres já teriam se emancipado em 1946, com a obrigatoriedade do voto da mulher, entretanto é preciso superar os obstáculos colocados pela estrutura socioeconômica (estereótipos, dupla jornada, menores salários, ambiente doméstico/privado, preconceito, etc), e pela estrutura partidária, que apresenta poucos mecanismos de inserção da mulher na vida política.

BIBLIOGRAFIA:

A. LIVROS, ARTIGOS, TESES

AQUINO DE SOUZA, C. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil. In: *Direitos Fundamentais e Democracia IV*, Florianópolis, 2014, p. 367-384.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 9, n. 17, jun. 2009

CONGRESSO NACIONAL. *Estabelece normas para as eleições municipais de 03 de outubro de 1996, e dá outras providências*. Lei nº 9.100. Brasília, Brasil. 1995.

_____. *Estabelece normas para as eleições*. Código eleitoral. Lei nº 9504. Brasília, Brasil. 1997.

GOODIN, Robert.. Las instituciones y su diseño. *En Teoría del diseño institucional*. Barcelona, Gedisa. 2003

MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação*. In: Rev. bras. Ci. Soc., v.15, n. 44, 2000, p. 91-102.

NORTH, Douglass Cecil. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5(1), pp. 97–112. 1991

PERES, Paulo Sérgio. *Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71. 2008

B. SITES

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas de candidatos – São Paulo*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/estatistica-de-candidatos-por-estado/estatistica-de-candidatos-sao-paulo> >. Acesso em: junho 2015. 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das Eleições 1994 - São Paulo - deputado estadual*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/sao-paulo/resultados-das-eleicoes-1994-sao-paulo-deputado-federal> >. Acesso em: junho 2015. 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das Eleições 1994 - São Paulo - Deputado Federal*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/sao-paulo/resultados-das-eleicoes-1994-sao-paulo-deputado-estadual> >. Acesso em: junho 2015. 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Cargo e Sexo*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/cargo-e-sexo> >. Acesso em: junho 2015. 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado da eleição de 1998*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998> >. Acesso em: junho 2015. 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Cargo e Sexo*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/cargo-e-sexo> >. Acesso em: junho 2015. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado da Eleição*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002> >. Acesso em: junho 2015. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado da Eleição*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002> >. Acesso em: junho 2015. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Divulgação de Candidaturas*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/divulgacao-de-candidaturas> >. Acesso em: junho 2015. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultado da Eleição 2006*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006> >. Acesso em: junho 2015. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas de Candidaturas – Cargo/Sexo*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-candidaturas> >. Acesso em: junho 2015. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas de Resultados – Quadro Cargo/Sexo*. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas> >. Acesso em: junho 2015. 2015.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas Eleitorais 2014*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>>. Acesso em: junho 2015. 2015.CARTA

Inércia Institucional E Acúmulo De Capital Político No Supremo Tribunal Federal

Sarah Pereira da Silva

Resumo: Este artigo discute a existência de um ciclo de renovação e inércia institucional dentro do Supremo Tribunal Federal. A estruturação constitucional do Supremo Tribunal Federal é a de uma instituição autônoma e inerte, ainda que opere em um sistema de interdependência com os demais poderes do Estado. Apesar de jovem, a Constituição de 1988 criou instituições capazes de se renovarem sem perder estabilidade ou legitimidade independentemente dos movimentos internos e externos às instituições porém, devido ao regime de nomeação, este mecanismo funciona de maneira diferente no Supremo Tribunal Federal. A recuperação do STF depende de mecanismos internos, ou seja, aqueles disponíveis para serem usados por seus atores principais, os ministros. O objetivo central deste artigo é comprovar que um destes mecanismos internos, o mecanismo de saída, fornece um meio de recuperação institucional que não entra em conflito com a inércia estrutural em vigor no institucionalismo do Estado brasileiro com base em uma revisão bibliográfica da área de instituições políticas, sociologia política e uma breve revisão da Constituição de 1988 voltada para a estrutura do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: STF; inércia institucional; ex-ministros.

Introdução

O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário no Brasil e a ele compete a guarda da Constituição. Esta instituição é composta por 11 ministros que devem ser nomeados através de indicação presidencial e são submetidos à uma sabatina pelo Senado Federal, estes ministros devem ser brasileiros natos, de 35 a 65 anos, de reputação ilibada e notável saber jurídico (CF88/Art. 101).

Apesar de o STF ser uma instituição com irrefutáveis poderes e responsabilidades dentro da máquina pública, os trabalhos acadêmicos que discutem sua construção institucional e os recursos de poder existentes em seu âmbito são escassos no Brasil e tendem a não abordar a aposentadoria como um mecanismo crucial de conversão de capital simbólico. Para isso, o objetivo central deste artigo é comprovar que existem mecanismos internos capazes de fornecer um meio de recuperação institucional que não entra em conflito com a inércia estrutural em vigor no Estado brasileiro.

Neste ponto, levamos em conta a seguinte hipótese de pesquisa, a inercia institucional presente - não somente - no Supremo Tribunal Federal confere estabilidade à instituição. Esta estabilidade favorece o acúmulo de capital político pelos atores através de mecanismos de poder,



como o mecanismo de voz. Por outro lado o mecanismo de saída, representado pela voluntariedade da aposentadoria antecipada, por ser constitucionalizado não fornece perigo de deslegitimar a instituição pois o ator político-jurídico pode escolher sair da instituição, não apenas quando esta não satisfaz mais seus anseios individuais como também quando este indivíduo tem outras motivações externas à Corte, de modo que perpetua a inércia institucional ao invés de prejudica-la. Estruturalmente estável, a saída antecipada ainda promove um meio de renovar a instituição via indicação de outro profissional para a vaga ministerial. Esta hipótese nos leva a crer na existência de um ciclo que ligue a inércia institucional, mecanismo de voz como vetor para o acúmulo de capital político, mecanismo de saída que promove uma válvula e escape e por fim, a renovação institucional que promovida pelo mecanismo de saída, pode dar novos contornos à instituição bem como às suas relações com os demais poderes através da nomeação de outro ministro para a vaga em aberto, sendo assim, este último promove novamente a inércia institucional, tão característica das instituições nacionais.

Com base em uma revisão bibliográfica da área de instituições políticas, sociologia política e uma breve revisão da Constituição de 1988 voltada para a estrutura do Supremo Tribunal Federal, neste artigo serão apresentadas algumas visões sobre o institucionalismo e a ideia geral da construção do Poder Judiciário Brasileiro de Marcus Melo e Carlos Pereira, utilizaremos também do conceito de politização da justiça por Tate e Vallinder bem como a concepção de Taylor, de Andrei Koerner e Werneck Vianna sobre a atuação política e social do Supremo Tribunal Federal. Por fim, há o conceito de capital político de Pierre Bourdieu e autores como Andrew Abbot o conceito de jurisdição profissional.

Institucionalismo e Inércia Institucional

"Existe político partidário e político que não é partidário. Fazer política é saber se relacionar. E isso eu acho que sei fazer" Geraldo Quintão - Ex- Ministro Da Defesa

Para iniciar a fundamentação deste artigo, uma definição contundente do que são instituições se faz necessária. Instituições são restrições humanamente inventadas que estruturam interações políticas, econômicas e sociais criadas para regular a ordem e reduzir a instabilidade (NORTH, 1991).

Dentro do processo do institucionalismo nosso escopo de análise é limitado às instituições que formam o jogo político e mais precisamente às instituições que compõe o Estado, este tipo de

instituição interage com preferências já dadas e desta forma, determinam os custos de transação e consequentemente o curso e a estrutura das atividades.

A determinação dos custos de transação é algo essencial para a legitimação da instituição. É sabido que o que deslegitima uma instituição é a desobediência de suas normas ou sua retirada dela, neste ponto, os custos de transação estipulam em certa medida o custo da desobediência às normas da instituição. Um exemplo palpável dos custos de transação e que nos é útil aqui é no que diz respeito à intervenção Judicial em entes federativos: o Art. 36 da Constituição Federal dispõe que qualquer ente federativo, em caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral, pode sofrer intervenção. Esta determinação constitucional pressupõe um custo específico aos entes federativos que descumpram - e consequentemente, corroborem para a deslegitimação das instituições judiciais - as decisões tomadas no âmbito do poder Judiciário.

O processo de institucionalização pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor, estabilidade e previsibilidade é composto por padrões organizados de normas e papéis socialmente construídos que são criados e recriados ao longo do tempo. Nos é interessante aqui evidenciar como as instituições, e mais precisamente o Supremo Tribunal Federal, mantêm-se e recriam seus padrões ao longo do tempo fazendo com que permaneçam estáveis e relativamente inertes.

Parte da literatura existente tende a abordar a inércia institucional como um elemento negativo na conjuntura das instituições, um elemento que representa a incapacidade de determinadas instituições em adaptar-se à novas realidades sociais e fazendo com que deteriorem seus métodos e consequentemente sua efetividade em restringir e controlar as interações humanas ao longo do tempo.

Neste artigo venho propor uma interpretação avessa à apresentada do conceito em questão. Tomo, aqui, por inércia institucional uma espécie de equilíbrio estrutural que nos é útil para explicar as instituições políticas constitucionalmente estabelecidas no Brasil:

(...)The path dependent trajectory is also characterized by relatively deterministic causal patterns or what may be called "inertia": once the process that will determine a certain political result begins, this process tends to remain constant until the result is achieved. The nature of this inertial process varies: in a self-reinforcing sequence, the inertia is characterized by mechanisms that reproduce certain institutional patterns over time; in a reactive sequence, the inertia is characterized by mechanisms of action and reaction that confer upon the chain of historical events an "inherent logic" according to which an event leads naturally to another. (Preference Formation and Institutional Change; PRAÇA, Sérgio; 2009, Pg. 109)



Com base nesta caracterização, as instituições - bem como os indivíduos - possuem uma espécie de "memória institucional" (GODIN, 2003) cujas escolhas realizadas no momento da sua formação bem como as decisões políticas tomadas interna e externamente a elas exercem um efeito coercitivo sobre o seu desenvolvimento. É possível afirmar que as instituições modernas possuem uma tendência à inércia institucional que bloquearia ou dificultaria subseqüentes mudanças em sua estrutura, desta forma, o STF por exemplo, possui mecanismos internos que promovem a recuperação institucional dentro de uma estrutura relativamente inerte.

O Presidencialismo e a construção de instituições autônomas

A formação do desenho institucional do Estado Brasileiro tem peculiaridades essenciais à compreensão do ciclo de recuperação das instituições. Sobre este ponto, Marcus A. Melo e Carlos Pereira em seu livro *Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System*, afirmam que a estabilidade democrática dentro do presidencialismo multipartidário - principal modelo de democracia presidencial na América Latina - é criada por um sistema constitucionalmente forte de checks and balances porém este modelo é um híbrido institucional que necessita de elementos específicos para se manter estável.

Um modelo de presidencialismo multipartidário de sucesso e efetividade deve possuir três elementos, segundo Melo e Pereira: o presidente deve ser constitucionalmente forte e que opere como um coordenador do processo legislativo. Deve possuir uma moeda política (nomeações, orçamentos, concessões, etc.) que os presidentes possam trocar por apoio na formação de coalizões ideologicamente heterogêneas, dado que, em um ambiente institucionalmente fragmentado, fidelidade partidária, ideologia e poder de definir agenda não são suficientes para garantir apoio, e deve incluir o uso estratégico de alterações orçamentais, afim de proteger áreas específicas, como por exemplo, as políticas de bem estar social. Por fim, deve possuir uma rede de instituições de checks and balances (STF, MP, TCU, CGU, etc.) que garantam a fiscalização do executivo em um ambiente competitivo e diversificado politicamente.

Melo e Pereira defendem que aumentar os poderes do executivo é necessário para que aumente também a estabilidade democrática porém tantos poderes delegados à um só órgão pode ser letal se não houverem mecanismos de controle. Estabelece-se, portanto, a necessidade de uma teia de instituições que verifiquem o exercício do poder no executivo e no legislativo. Tais instituições de checks and balances incluem instituições autônomas de accountability horizontal como o STF.

O terceiro e último elemento para a efetividade do sistema em vigor no Brasil, abordado pelos autores é essencial à análise deste artigo pois a grande ameaça para o poder Judiciário é descumprimento de suas decisões pois isso provoca um esvaziamento, a instituição perde legitimidade e autoridade. Quanto a isso, a competição política confere fragmentação de poder e cria um ambiente propício às instituições de accountability horizontal, já a alternância de poder gera incentivos para que os políticos deleguem independência aos tribunais. Desta forma a competição e a fragmentação política, bem como a própria estruturação do presidencialismo multipartidário no Brasil, aumentam os custos de transação e tornam inviável o ataque ao poder Judiciário e às instituições de controle. Segundo Melo e Pereira, Instituições judiciais são geralmente reativas e a competição política faz com que diferentes atores levem ações ao Judiciário aumentando sua independência e conferindo-lhe legitimidade.

Argumentamos que a própria construção institucional do Estado estimula a independência e o respeito aos mecanismos de accountability horizontal, sendo assim, concluímos que onde instituições pré-existentes são altamente institucionalizadas e socialmente enraizadas o custo para sua desconstrução é alto e impede ações predatórias perpetuando sua inércia institucional. Dado as afirmações anteriores, é possível afirmar que a eficácia e independência dos mecanismos de accountability horizontal dependem da legitimação do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário pois este órgão reflete a desconcentração de poder e este fator, juntamente com fatores citados anteriormente, refletem o equilíbrio institucional.

É sabido que instituições autônomas surgem como resultado da interação estratégica entre atores políticos e contextos competitivos e apesar serem endógenas à competição política, a delegação de poderes efetivos às instituições autônomas depende da competição política. Este fator é essencial para a compreensão de acúmulo de capital político pelos ministros do STF que citaremos seguir.

O STF e o Acúmulo de capital político

O poder judiciário, no Brasil, é - como afirmado por Melo e Pereira - uma instituição de controle. Na teoria institucional, o STF é portanto a máxima instância do controle político e também é um elemento, em tese, apolítico. A saber, a normatividade do direito no Brasil coloca os "homens da lei" em uma posição de imparcialidade na defesa exclusiva da norma e não dos atores, desta forma, os juristas, magistrados, advogados e ministros da Suprema Corte tem a função de interpretar e basear suas ações conforme o que diz a norma e não de defender posições políticas e individuais no âmbito jurídico.

Encontramos enfim um impasse: como as decisões tomadas no STF podem ser apolíticas sendo esta, uma instituição constitucionalmente integrante e essencial ao jogo político? A resposta está na própria construção do direito no Brasil. O direito brasileiro abre margem à interpretações de todas as formas tornando o ato de julgar - por mais normativo que seja - uma ação política. Os ministros são, portanto, atores políticos que atuam no campo jurídico do Estado e não "homens da lei", imparciais e apolíticos. Classificando os ministros do STF como atores políticos inserimos no debate a noção de que, como atores, estão sujeitos à pressões, valores, ideologia, cultura e interesses pessoais - e coletivos - de toda sorte. Justificamos assim a afirmação de que o Poder Judiciário é constitucionalmente reativo mas ao mesmo tempo é formulador de valores¹ e serve de canal para grupos e demandas através da interpretação política da norma por seus atores.

Os agentes individuais e os grupos perseguem seus respectivos objetivos em um contexto coletivamente restringido independentemente da conduta esperada e do papel desempenhado por cada um dentro da sociedade. Tomando o STF também como um canal para grupos e demandas que constituem em si recursos de poder, ao defender ou refutar tais reivindicações os ministros estão se posicionando dentro de um contexto político e social e consequentemente se empoeirando através dos discursos que revestem os recursos de poder.

Sendo a jurisdição subjetiva também uma fonte de poder², concluímos que os ministros do STF agregam poder não apenas no campo profissional como também na arena política, posicionando-se em discursos através do próprio ato de julgar - ou de não julgar. Desta forma é possível afirmar que o poder investido nestes agentes deve-se ao fato de seu reconhecimento social para atuação nesta faceta de poder do Estado, ou seja, depende de seu capital político.

O capital político³ é formado pela soma de outros capitais - cultural, social e econômico - e é uma das variáveis que compõem o capital simbólico. Em si, este capital constitui o reconhecimento da legitimidade de determinado indivíduo para agir na política. Ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Para Bourdieu, o capital político consiste em um crédito firmado na crença e no reconhecimento que certos agentes e instituições conferem a uma pessoa. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce (BOURDIEU, 1998; Pg. 188).

É fato que necessita-se de capital político e certo prestígio para alcançar um posto ministerial no STF - dado que a "seleção" de ministros para o STF se dá por indicação

presidencial e depende da aprovação do congresso - mas ao mesmo tempo, a ocupação de cargos elevados na hierarquia do campo político, como estes, também representam uma ampliação do capital político. Isto é o que Pierre Bourdieu chama de delegação, onde, o capital político se desenvolve através da transferência de uma autoridade política, isto é, o capital político é delegado, detido e controlado pela instituição, assim, é transmitido a um candidato específico. Esta transferência de capital político pressupõe a objetivação deste capital em instituições permanentes e estáveis - como o STF -, que possuam mecanismos capazes de manter e reproduzir o capital político. Sendo assim, quanto mais avançado é a institucionalização do capital político mais tende o sujeito a subordinar-se a conquista de postos, ou seja, quanto mais firme, estável e legitimada é a instituição, mais os atores competem para alcançar seus postos e mais capital se acumula.

Ao reconhecermos os ministros do STF como atores políticos dotados de poder e capital político, a ampliação do mesmo, como já mencionado anteriormente, se dá - mas não exclusivamente - através do posicionamento dos ministros em relação ao discursos levados ao STF no próprio exercício profissional, ou seja, é no ato de julgar ações levantadas por grupos e classes que se agrega capital político aos indivíduos.

Como podemos justificar o discurso e o julgamento como um meio de empoderamento individual? Usaremos portanto a noção de discurso como um mecanismo de voz capaz de conferir capital político aos agentes.

Voz, Saída e Recuperação

Segundo Albert Hirschman⁴, as instituições contam com dois mecanismos endógenos de recuperação: o mecanismo de voz e o mecanismo de saída. Não pretendo neste artigo fazer uso da teoria de Hirschman onde nas sociedades humanas há sempre deterioração das capacidades, neste ponto, compartilho da mesma visão de Melo e Pereira em que o desenho do Estado brasileiro tende ao equilíbrio institucional principalmente devido aos fatores mencionados no início deste artigo.

A voz é um mecanismo essencialmente político que implica na articulação de opiniões publicamente com o objetivo de dialogar com as partes mais importantes da composição institucional para aprimorar o desempenho desta, no caso do STF este diálogo se dá com os

demais poderes que compõe o Estado, partindo dos atores dentro da instituição para o exterior. Este mecanismo é complementar ao mecanismo de saída e não elimina as possibilidades de recuperação institucional conforme aumentar sua efetividade.

É importante ressaltar que a voz tem um custo: ela é dependente do poder de negociação e a influência dos membros da organização, ou seja, no caso do STF, a possibilidade de utilizar o mecanismo de voz depende do capital político dos ministros que a empregam. É justificável, então, que a voz também é um mecanismo de mão dupla: por ser um mecanismo de recuperação baseado no diálogo, a voz não tem efeitos destrutivos diretos dentro da instituição portanto, o agente político, dotado de capital político suficiente para fazer uso dela, caso tenha seus objetivos atingidos, receberá capital em forma de reconhecimento e prestígio. Diferentemente do que ocorre com o mecanismo de saída.

O mecanismo de saída é "mais radical" do que o mecanismo de voz, pois implica no desligamento entre agente e organização. Tratando-se do STF, o mecanismo de saída não é necessariamente destrutivo pois faz parte do desenho institucional conforme o disposto no III, § 1º do Artigo 40 da EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. Neste contexto também consiste em um elemento, tanto fruto da racionalidade econômica - de maximização dos ganhos individuais - quanto da racionalidade subjetiva⁵.

Conclusão

No Supremo tribunal Federal a saída de um ator da instituição não causa problemas de legitimidade pois este é um mecanismo inerente à sua estrutura institucional (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998)⁶. Dado que a instituição prevê mecanismos que garantam a efetividade de sua estrutura e sua legitimidade - visto que o STF é uma instituição política que compõe o Estado e portanto, resguardada pela constituição -, os custos de transação que envolvem a desconstrução institucional do Supremo Tribunal Federal preveem uma desconstrução completa do Poder Judiciário brasileiro e consequentemente alteração substancial no desenho institucional do Estado, sendo assim, destacado o elevado custo de transação podemos assumir que o Supremo Tribunal Federal é uma instituição estruturalmente inerte.

Argumentamos que a inércia na estrutura do Supremo Tribunal Federal é um elemento constitucional integrado ao desenho institucional do Estado brasileiro de forma praticamente

indissociável desta forma os custos de transação que envolvem sua alteração são altos o suficiente para garantir sua inércia e estabilidade, evitando ataques diretos e conferindo legitimidade.

A análise central deste artigo encontra-se na instituição do Supremo Tribunal Federal porém, seu comportamento político e público dentro da máquina pública depende das decisões tomadas por seus principais agentes, são eles os onze ministros que compõem as turmas de votação no STF.

Sabemos que as instituições introduzem e reforçam tendências que favorecem certas interações em detrimento de outras, assim preservam os desequilíbrios de poder e assimetrias nas negociações. Esta afirmação pode ser exemplificada quando relacionamo-la com a noção de capital simbólico e político pois cada indivíduo possui uma trajetória que influencia favorável ou desfavoravelmente na acumulação destes "bens". Dentro do Supremo Tribunal Federal, cada ministro possui um capital prévio diferente dos demais, consequentemente, favorecidos pela instituição, acumulam capital de forma variável.

A Constituição Federal de 1988 propõe em seu artigo 2º: São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Porém a interdependência entre os poderes é evidente (MACIEL e KOERNER, 2002), cada ramo do governo participa de decisões de outros ramos desta forma: o executivo possui poder de veto sobre o legislativo, o legislativo por sua vez pode protagonizar um impeachment sobre o executivo e o judiciário promove um controle de constitucionalidade sobre os demais poderes (MELO e PEREIRA, 2013).

Um dos meios de acumulação de capital é o mecanismo de voz, proposto por Hirschman, e que dentro da nossa análise tem dupla função. A efetividade da voz dos ministros e consequentemente do STF quando trata-se de reivindicações institucionais e estruturais - pois envolve, mas não exclusivamente, a comunicação deste com os demais poderes - ainda é subdesenvolvida e tímida quando comparada com a voz conferida individualmente aos ministros.

Estes protagonistas na instituição, dado à sua acumulação de capital político concedida em parte e principalmente pela sua atuação no órgão possuem meios mais eficazes de utilizar a voz através do próprio exercício do poder judicial. Tomamos então que o mecanismo de voz interno, que é conferido aos ministros consiste no posicionamento destes em diferentes discursos políticos levados ao STF em forma de ações judiciais, é forte e eficaz pois faz parte da própria composição da instituição, enquanto isso, o mecanismo de voz externo, que pressupõe uma

interação do órgão diretamente com o Estado, é fraco pois os próprios custos de transação que protegem o STF de ataques e garantem sua legitimidade pressupõem que alterações estruturais sejam de difícil execução, com isso, a recuperação institucional é inexequível por meio exclusivo da voz.

Voltamos então ao mecanismo de saída, este não prejudica a instituição por motivos já evidentes neste artigo mas auxiliam o STF a renovar-se internamente funcionando como um mecanismo de recuperação institucional. Dado a interdependência dos poderes do Estado brasileiro e a inércia estrutural do STF, a recuperação e renovação da instituição ao longo do tempo encontra obstáculos se realizada de "fora para dentro", ou seja, se proposta do Estado para o STF. Voltamos portanto ao mecanismo de saída que serve tanto como recuperação interna quanto externa.

Já comentamos aqui que os poderes são interdependentes e que o STF é o órgão de cúpula do poder judiciário e portanto, seu representante. Tanto no executivo quanto no legislativo há certa rotatividade na composição humana destes poderes com o sufrágio universal, já o STF depende de nomeação presidencial e aprovação legislativa. Dado este contexto e a própria constituição da instituição, um ministro pode ficar no cargo por até 40 anos - contando idade mínima para integrar a corte (35 anos) e idade máxima (hoje, 75 anos) - o que pode comprometer as relações deste poder com os demais, já que o STF, por ser reativo, se expressa através do posicionamento de seus ministros. Por exemplo, se temos um colegiado nomeado por um governo ideologicamente orientado, como o atual onde os 4 mandatos presidenciais de filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) já nomearam 12 ministros para o STF, corre-se o risco da Suprema Corte entrar em conflito com os demais poderes - na forma de tomada de decisões ideologicamente orientadas pelos ministros - no caso de um mandato seguinte ser orientado por um partido ideologicamente diferente.

Levando em conta este fato, o mecanismo de saída expresso pela voluntariedade da aposentadoria ministerial conforme o Art.40 já mencionado, representa não somente uma saída estratégica orientada pelo desejo individual dos ministros⁷ mas também um novo fôlego à instituição. A saber, ao aposentar-se voluntariamente antes dos 75 anos o ministro que retirou-se da instituição deixa uma vaga em aberto para uma nova nomeação. Ao nomear um novo ministro - e consequentemente um novo ator político - as relações entre judiciário, executivo e legislativo se renovam pois este novo membro, ao posicionar-se nos discursos levados ao STF, pode mudar a composição das turmas e também a posição da instituição.

O último ponto da nossa análise consiste em explicar por que esta recuperação na instituição também promove a inércia institucional de forma a completar o ciclo de renovação do STF. Como mencionado anteriormente, pode haver conflito entre os poderes caso não haja uma mudança na composição do Supremo, não somente, uma instituição totalmente inerte perde sua efetividade em restringir as ações humanas pois representará apenas práticas do passado que podem vir a ser inadequadas dadas às alterações no tecido social, uma instituição fossilizada passa a deteriorar suas capacidades e conseqüentemente perde legitimidade. Dado que o STF é um órgão do Estado, sua ruína pode representar também a ruína de toda a máquina pública.

O mecanismo de recuperação é portanto essencial à sobrevivência da instituição estruturalmente inerte. Esta afirmação nos soa paradoxal mas é composta por elementos simples e contundentes: quando temos uma instituição renovada internamente, suas relações com o Estado, como um todo, bem como seus valores e posicionamentos (representados na instituição por meio do posicionamento dos ministros durante o exercício profissional), sejam eles políticos ou não, também são renovados e conseqüentemente é mais fácil para que a instituição se adapte às mudanças no tecido social.

Adaptada às mudanças na sociedade a instituição recupera suas capacidades e permanece estável. Como já vimos, a inércia que permeia o STF é estrutural, prevista na constituição de 1988 e de difícil alteração por via externa, se a instituição se adequa as mudanças sociais e se mantém estável com a recuperação interna promovida pelo mecanismo de saída voluntária, sua estrutura permanece inalterada pois não há deterioração das suas capacidades portanto, permanece estruturalmente inerte.

Fechamos assim o ciclo de renovação do STF onde a inércia institucional e estrutural promove um mecanismo de voz externo fraco porém internamente forte capaz de dar forma ao comportamento da instituição através do posicionamento dos ministros em diferentes discursos políticos, ao mesmo tempo, prevê um mecanismo de saída voluntário constitucionalmente estabelecido capaz de renovar a instituição antes do término dos mandatos efetivos dos ministros ao abrir vagas quando um dos ministros se retira dela. A renovação da instituição faz com que ela se adapte as novas tendências, valores, cultura e ideologias que são trazidas pelos novos integrantes e expressas através do mecanismo interno de voz, evitando deterioração das capacidades, perda de legitimidade e uma possível redução nos custos de transação referentes ao descumprimento de suas normas. Ao adaptar-se, a instituição se estabiliza tanto nas relações com o Estado quanto na sua legitimação social e desta forma pode manter sua estrutura

institucionalinerte.

BIBLIOGRAFIA:

- BARROSO, Luís Roberto; Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. RDE. Revista de Direito do Estado, v. 13. 2009, p. 71-91.
- BOURDIEU, Pierre; O Poder Simbólico. Bertrand, Rio de Janeiro, 1998.
- GOODIN, R.E. Teoría del diseño institucional. Barcelona: Gedisa, 2003.
- HIRSCHMAN, A. Saída, Voz e Lealdade. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. Lua Nova [online], n. 57, p. 113-133, 2002.
- MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. Making Brazil Work - Checking the President in a Multiparty System. Palgrave Macmillan. New York. 1 Ed. Agosto, 2013.
- NORTH, Douglas C.; Institutions. Journal of Economic Perspectives, v. 5, n.1, p. 97-112, 1991.
- PRAÇA, Sérgio; Preference Formation and Institucional Change; in Brazilian Political Science Review; São Paulo; 2009.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes; Sociologia das Profissões, Celta, Portugal (Oieras), 1997.
- WERNECK VIANNA, Luiz. A judicialização das relações sociais, In WERNECK VIANNA, Luiz *et alii*, *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999, p. 149-156.



A TEORIA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Beatriz Schwenck

Resumo: A partir de uma nova visão do mundo rural brasileiro, é apresentada na primeira parte do presente artigo a noção de território e como ela é incorporada institucionalmente no Brasil. Com a breve revisão das políticas de desenvolvimento rural e das mudanças institucionais trazidas por essa abordagem territorial do desenvolvimento, pretende-se fazer um balanço sobre o que se tem dito à respeito dos desafios, dilemas e perspectivas do desenvolvimento rural. Nesse contexto, a teoria das instituições participativas vem como nova perspectiva para se pensar a abordagem territorial nas instituições de desenvolvimento rural no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; desenvolvimento territorial; teoria das instituições participativas

Uma nova visão do rural no Brasil: a noção de território

Há, a partir do início dos anos 90, uma mudança de perspectiva acerca do mundo rural brasileiro. A partir do esgotamento dos mecanismos de financiamento da modernização rural (pautada principalmente durante o período de ditadura militar) e da mudança do regime político, a revisão de antigos paradigmas que pautavam as políticas públicas ao mundo rural traz novos caminhos e possibilidades para o desenvolvimento rural no Brasil. Desde os anos 1930, o desenvolvimento nacional brasileiro foi pautado por um viés claramente urbano-industrial. Nesse contexto, o papel do rural no processo de desenvolvimento nacional e na construção de um projeto de país restringe-se à uma posição de subordinação à dinâmica das cidades. Durante a ditadura militar, período significativo para a industrialização do país, o projeto de desenvolvimento nacional incorporava o mundo rural como artifício para suprir as necessidades e demandas da indústria crescente no Brasil.

Pautada a partir dos anos 1960, a "modernização conservadora" do mundo rural brasileiro previa a incorporação de conhecimento técnico-científico para impulsionar a

dinâmica da produção, mas não se preocupava em alterar as estruturas políticas e sociais desse sistema - não foram pautadas mudanças nos padrões de distribuição das riquezas e da terra. A modernização compulsória da agricultura no Brasil, sem que houvesse a redução da propriedade fundiária, produz uma nova elite no campo, e novo quadro de atores políticos em conflito. A abertura política no Brasil, marcada pelo processo de redemocratização pós-ditadura militar, coloca em cena esses novos conflitos e também os atores políticos que reivindicam seus direitos.

Surge, assim, nos campos acadêmico, político e econômico um novo discurso sobre a ruralidade brasileira, que, a partir de novos consensos e orientações, passa a pautar as definições das políticas públicas de desenvolvimento rural. Para além da visão dicotômica onde o rural é entendido em oposição negativa à cidade, começa a ser pautada sua diversidade, complexidade e heterogeneidade.

Aquilo que se costuma colocar fora desse universo [do agronegócio brasileiro] - agricultura familiar, camponesa, de subsistência, assentamentos etc - está longe de ser algo homogêneo, na forma de organização do trabalho, nos vínculos com diferentes mercados de produtos e fatores, nas demandas/expectativas e na forma de expressá-las. (MORAES, ÁRABE e SILVA, 2008: 26) A construção dessa nova visão do "mundo agro" brasileiro perpassa, assim, pela adoção da noção de território. O território aqui é entendido como um espaço de interação entre diferentes atores em que há a criação de um ponto comum de visão de mundo e de planejamento estratégico, que esbarra em questões de identidade e comunidade, fungindo muitas vezes das fronteiras geográficas delimitadas pelas regiões administrativas legais.

O resultado da adoção do discurso territorial para as instituições e projetos de desenvolvimento rural é a mudança na forma como são transferidos os recursos públicos e também nos modos de operacionalização de tais programas e políticas. A noção de território traz uma nova dimensão à própria ideia de planejamento, que agora incorpora os recursos cognitivos compartilhados por determinada comunidade no que se refere aos seus conhecimentos, expectativas e conflitos, por meio de organizações que sejam significativas para os atores locais. A política territorial não deve consistir mais em redistribuir recursos e riquezas já criados e existentes, mas pelo contrário: ao fugir da lógica setorial redistributivista, a

ideia é despertar os potenciais endógenos de cada território para a criação de novas riquezas, iniciativas e cooperações.

Essa nova perspectiva de desenvolvimento rural a partir do enfoque territorial deve ser pensada de maneira ascendente, de baixo pra cima, a partir da valorização do conhecimento local e das especificidades históricas, políticas, culturais, ambientais de uma determinada comunidade. Nessa perspectiva, é desafio para a implementação de políticas públicas a mudança do papel do Estado e de sua visão de desenvolvimento. O abandono da ideia de desenvolvimento como simples alocação de recursos pede a inserção de atores locais da construção, implementação, manutenção e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento e a criação de mecanismos e instâncias públicas que saibam como lidar com esse tipo de articulação em redes locais e intermediárias.

Sobre a mudança institucional da abordagem territorial no Brasil

Pensar sobre esse processo de institucionalização das políticas com abordagem territorial no Brasil traz elementos para que se possa olhar para as políticas de desenvolvimento rural hoje no Brasil.

A partir da nova perspectiva do mundo rural brasileiro, entende-se que ele não pode mais ser posicionado como antônimo da cidade ou sinônimo de agrário. É preciso reconhecê-lo pela sua natureza eminentemente territorial, reconhecendo suas múltiplas dinâmicas espaciais e realinhando os instrumentos tradicionais de promoção do seu desenvolvimento. É a partir dos anos 1990 que entra na política brasileira a abordagem territorial nos processos de desenvolvimento rural, na tentativa de dar conta das mudanças pelas quais havia passado o mundo rural no Brasil. Entre elas, ressalta-se a preocupação com a geração de cidadania e a inserção competitiva dos territórios, em movimento de enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

Esse novo paradigma de desenvolvimento é incorporado às políticas públicas federais, transformando seu desenho para um que marcasse a valorização dos governos locais, pautado pela descentralização administrativa e pelo incentivo à participação da sociedade. A partir do reconhecimento do caráter pluriativo e plurifuncional do mundo rural, não mais entendido como homogêneo, há a preocupação com a valorização das diversidades sociais, econômicas,

políticas, culturais e ambientais, das atividades não agrícolas e da multiplicidade de atores, em uma perspectiva de redesenho institucional e dos projetos de desenvolvimento pautados por esse caráter multidimensional.

A partir do reconhecimento das novas dinâmicas espaciais do mundo rural brasileiro pode-se olhar criticamente para o movimento de redesenho dos instrumentos institucionais tradicionais de promoção do desenvolvimento. As principais críticas nesse sentido são feitas às dificuldades do Estado em operar com essa mudança de paradigma contida na nova ruralidade brasileira e como articulá-la de maneira efetiva nas iniciativas de desenvolvimento rural.

Arilson Favareto, ao traçar um retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, aponta como principais problemas a falta de coordenação entre as diferentes políticas que incidem sobre um mesmo território, a descentralização da implementação dessas políticas sem que haja de fato a descentralização dos processos deliberativos e decisórios, a pouca adequação local em termos de tecnologia e recursos humanos, a concentração de crédito, a hipertrofia da presença estatal e os altos custos das intervenções, que reduzem os efeitos dos investimentos diretos. O autor ressalta que esses dilemas são marcados, principalmente, pela permanência de uma visão agrária dos espaços rurais e pelo viés setorial das políticas, marcado ainda pelo movimento de encolhimento do Estado, consequência de políticas neoliberais adotadas pós redemocratização. Outro ponto importante para o autor é a associação inexorável entre pobreza e o mundo rural, que precisa ser superada para que esse desenvolvimento rural aconteça de maneira mais efetiva, passando tanto pelos processos de escolha dos territórios-alvo das políticas quanto pelas associações de complementariedade feitas entre os diferentes programas.

A tese de Favareto é que a "nova visão" do desenvolvimento rural se instituiu com força suficiente para reorientar o discurso, tanto acadêmico quanto político e econômico, e que esse discurso foi protagonista no redesenho das políticas e programas de desenvolvimento territorial, mas que esse movimento não foi acompanhado pela criação de novas instituições capazes de sustentar esse novo caminho.

Ao contrário, o que parece estar ocorrendo é uma incorporação "por adição" dos novos temas em que, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros

para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais. (FAVARETO, 2010: 301). As perspectivas que se abrem com essa discussão trazem à tona a necessidade de se pensar o desenvolvimento rural com enfoque territorial que fuja dessa "inovação por adição" apresentada por Faverto, a partir da construção de instituições que dêem conta de comportar e mobilizar esse conceito de território, apostando em uma abordagem multissetorial que priorize as prioridades formuladas dentro da perspectiva endógena local.

Peter Evans, ao problematizar o ambiente institucional voltado à promoção do desenvolvimento, apresenta um movimento de "monocultura institucional", onde a imposição de versões idealizadas de instituições anglo-americanas baseadas em planejamento são vistas como o único caminho certo ao desenvolvimento, pensadas a partir de uma suposta aplicabilidade que transcende as culturas e circunstâncias nacionais. A imposição desse suposto "melhor caminho" ao planejamento institucional sem que haja o remodelamento da distribuição de poder e sem que seja prevista qualquer capacidade adaptativa é questionada pelo autor, em oposição à uma abordagem institucional que de conta de abarcar as especificidades de cada ambiente.

Evans apresenta como alternativa à essa monocultura institucional a construção de projetos de desenvolvimento que tomem os processos de participação como parte constitutiva dos fins do desenvolvimento (e não só como meio de se chegar à ele). Ele preve, assim, a inserção do debate e do intercâmbio público nos processos de governança, onde o planejamento, a solução de problemas, a delimitação de prioridades e a criação de estratégias à longo prazo sejam formulados juntos com a sociedade civil.

Ficam, então, os desafios de criação de uma gama de políticas de desenvolvimento que priorize o caráter multidimensional e multissetorial dos territórios, pautadas pela descentralização e agilidade dos mecanismos de controle, monitoramento e avaliação implementados em áreas homogêneas (dando importância à delimitação dos territórios e das articulações que isso implica).

Perspectivas da Teoria das Instituições Participativas

As mudanças na sociedade moderna em direção à democracia trouxeram novas perspectivas para a teoria das instituições políticas, grande corrente teórica dentro do campo da

Ciência Política. Dentro desse contexto, cabe a reflexão acerca dos novos desenhos institucionais pensados a partir da participação social. A teoria das instituições participativas parte do princípio de que a adoção de práticas originárias da sociedade civil pelas instituições políticas, em novos "desenhos institucionais" participativos com poder de deliberação sobre políticas públicas reduz os custos envolvidos nos processos de mobilização política, ilumina as demandas locais em movimento de promoção de políticas públicas, contribuindo assim, de maneira causal, para o melhor desenvolvimento dessas esferas locais. (COELHO e FAVARETTO, 2008.)

Archon Fung e Erik Olin Wright, em *Eepening democracy: institutional innovations in Dempowered participatory governance* refletem sobre o aparente declínio da efetividade das instituições democráticas modernas. Segundo os autores, a complexidade, tamanho e heterogeneidade da sociedade moderna fazem com que os mecanismos de representação política deixem de ser efetivos em garantir os principais ideais democráticos, a saber: a facilitação do envolvimento político da sociedade civil, a construção de consensos políticos através do diálogo, a construção e implementação de políticas públicas de fomento ao crescimento e bem estar econômico e a garantia da participação de todos os cidadãos na partilha da riqueza nacional.

A solução, para os autores, está na diminuição do escopo e profundidade das atividades institucionais, em movimento contrário ao da liberalização, privatização e desregulação, ao pensar em instituições democráticas mais criativas, participativas e responsivas. Eles apresentam, assim, uma estratégia de transformação institucional que una os valores tradicionais democráticos da igualdade e liberdade com o controle popular através de decisões coletivas e comunitárias. A ideia central é o fomento das potencialidades locais, onde a sociedade civil possa participar e influenciar efetivamente as políticas que afetam diretamente suas vidas.

Para isso, apresentam o conceito de *powered Participatory Governance* em *Governança Participativa Empoderada*. São três os princípios da EPG: o deslocamento do foco das instituições para problemas mais específicos e tangíveis, o envolvimento da sociedade civil e instâncias oficiais locais diretamente atingido por esses problemas, e o desenvolvimento de soluções conjuntas para tais problemas. É pretensão dos autores criar um

modelo genérico que possa ser aplicado tanto de maneira horizontal - para outras áreas, regiões ou políticas - e vertical - em outras instâncias e competências institucionais. Assim, se propõem a pensar as instituições de maneira que abarquem o empoderamento das instâncias locais nos processos deliberativos e a criação de espaços de distribuição, comunicação e responsabilidades de aliança entre os atores locais e instâncias governamentais, em movimento de criação de novos desenhos institucionais que garantam a solução de problemas de maneira democrática.

Assim, ao pensarmos a mudança nos desenhos institucionais em direção à um mais dinâmico e interativo, temos que exaltar a importância da participação das instâncias locais nos processos deliberativos. Nesse quesito, problemas de assimetria capazes de comprometer a inclusão efetiva dos atores que contam com menos recursos de poder, comunicativos e técnicos, seriam enfrentados com sucesso através de uma boa engenharia institucional. (COELHO e FAVARETTO, 2008: 16).

A criação de arenas discursivas onde haja a participação direta dos atores locais nos processos deliberativos, traz novas possibilidades aos processos de estabelecimento de prioridades, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento. Através da construção coletiva de valores, estratégias e perspectivas, há o afastamento de instituições e políticas que funcionam sob o controle e comando de especialistas para uma que valorize o conhecimento local.

Sobre o desenho institucional, Fung e Wright ressaltam a importância da devolução do poder administrativo e político para unidades de ação local. A articulação entre as instâncias locais e governamentais de níveis superiores deve ser feita em movimento de reforçar a qualidade da deliberação democrática local no que diz respeito à coordenação da distribuição de recursos, a solução de problemas que extrapolem a esfera local e a difusão de experiências bem sucedidas à outras regiões e instâncias. Assim, os autores pensam na transformação das instituições formais de governança ao proporem práticas mais permanentes e acessíveis de deliberação popular democrática. O estabelecimento local de prioridades, sua implementação e monitoramento trazem mudanças às estruturas centralizadas de poder, a partir da reconstrução dos processos deliberativos internos às instituições estatais. A pressão popular, aqui, aparece como tendo novo papel nos processos legislativos e de construção de políticas.

Considerações finais

A complexidade, tamanho e heterogeneidade da sociedade moderna que levam teóricos políticos à formularem novas perspectivas capazes de garantir à dinâmica institucional princípios democráticos pode ser aproximados ao processo de criação de uma nova visão do mundo rural brasileiro, que reconhece sua complexidade e multidimensionalidade, na qual as velhas instituições responsáveis por garantir o desenvolvimento há não se mostram efetivas.

Com a perspectiva de valorização dos potenciais endógenos locais, a partir da ampliação das capacidades humanas, institucionais e do incentivo à autogestão, e da articulação entre o poder público e atores locais, há a formação de novos arranjos intermunicipais no movimento que tenta criar territórios a partir da composição de identidades comuns, fugindo às fronteiras administrativas legais municipais usadas nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil até então. Esse movimento parece estar de acordo com a teoria das instituições participativas, quando essas preveem um desenho institucional mais focado nas demandas locais.

Fica o desafio à malha institucional brasileira, apontada por Favareto como ainda marcada por ideias que não mais refletem a realidade do mundo rural brasileiro, e à abordagem de viés setorial que perpassa o discurso dos formuladores de políticas e de grupos e interesses que influenciam sua moldagem. A criação de conselhos, fóruns e espaços públicos deliberativos que envolvam de fato os atores locais na criação de articulações, no diagnóstico, planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas aparece como uma alternativa a que incorpore o discurso territorial na prática, pensando sempre em instituições que abordem o desenvolvimento a partir de uma lógica participativa intersetorial e multidimensional.

BIBLIOGRAFIA:

- ABRAMOVAY, R. . Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Antonio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007, v. , p. 19-38.
- ABRAMOVAY, R; BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Nova Economia. Belo Horizonte, v. 14, n. 31, set./dez., p. 35-70, 2004.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opin. Publica*[online]. 2008, vol.14, n.1 [cited 2015-06-28], pp. 43-64

COELHO, Vera Schattan Pereira ; FAVARETO, Arilson da Silva . Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 18, p. 15-26 2008.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias* [online]. 2003, n.9 [cited 2015-06-22], pp. 20-63.

FAVARETO, A. Do Pronaf ao desenvolvimento territorial - elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte.

_____. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

_____. Retrato das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. Santiago, Chile: Rimisp - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2009, 92 p.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou "inovação por adição"? *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68 [cited 2015-06-22], pp. 299-319

FUNG, ARCHON e WRIGHT, Erik O. (eds.). Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance. (Real Utopias Project). London: Verso, 2003.

LEITE, S., DELGADO, N. G., BONNAL, P e KATO, K. Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais: descentralização, governanças e novas formas de articulação no meio rural brasileiro. *Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*. Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, R. C., ÁRABE, C.H.G. e SILVA, M. P. As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ROMAO, Wagner de Melo. Entre a sociedade civil e a sociedade política. *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 2010, n.87 [cited 2015-06-28], pp. 199-206



